



Coleção E-Livro

Ana Cristina Menegotto Spanenberg

Entre mudanças e permanências

os jornais impressos soteropolitanos e
suas coberturas eleitorais no século XX

Entre mudanças e permanências
Os jornais impressos soteropolitanos e suas
coberturas eleitorais no século XX

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninō El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n Campus de Ondina

40170-115 Salvador-BA

Tel: (71) 3283-6160/6164

edufba@ufba.br

www.edufba.ufba.br

Ana Cristina Menegotto Spannenberg

Entre mudanças e permanências
Os jornais impressos soteropolitanos e suas
coberturas eleitorais no século XX

Salvador
EDUFBA
2015

2015, Ana Cristina Menegotto Spanenberg

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico

Angela Garcia Rosa e Josias Almeida Jr.

Capa e Editoração

Josias Almeida Jr.

Normalização

Sônia Chagas Vieira

CRB-5/313

Revisão

Lucas Guimarães Pacheco

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Entre mudanças e permanências [recurso eletrônico]: os jornais impressos soteropolitanos
e suas coberturas eleitorais no século XX / Ana Cristina Menegotto Spanenberg.
- Salvador : EDUFBA, 2015.
1,3 MB ; epub. - (Coleção E-LIVRO)

Originalmente apresentado como tese da autora (doutorado – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas).

ISBN: 978-85-232-1329-9

Modo de acesso: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17158>

1. Jornais – Salvador (BA) – Séc. XX. 2. Eleições – Salvador (BA) – Séc. XX – Cobertura jornalística.
3. Jornalismo – Salvador (BA) – Séc. XX – Aspectos políticos. 4. A Tarde (Jornal). I. Título.

CDD 079.8142 - 23. ed.

Editora filiada à



Sumário

Prefácio: embaraço e desencanto	13
Introdução	21
Jornalismo com paixão	41
Novos formatos, velhas ideias	93
Panfleto político com apelo comercial	143
Para concluir: mudanças e continuísmos	211
Personagens e periódicos	221
Jornalismo se impõe, entre utopia e realidade, como instrumento de poder e reflexo da sociedade	239
Referências	247

*A meus pais, Osmar e Rose, e a minha
irmã, Tatiana, com amor.*

*Este é o louro daquela maratona que se iniciou em
1984, no Círculo Operário de Passo Fundo.*

AGRADECIMENTOS

A Lílian Reichert, amiga de todas as horas e todas as lidas, pelas correções e o carinho de sempre. Com amor e agradecimento.

A Mônica Celestino, pelas discussões acadêmicas e humanas, pelas consultorias, pela parceria frutífera e amizade constante.

Aos amigos desta e de outras conquistas, Edson Dalmonte, Juliana Gutmann e Jussara Maia, pela presença e amizade.

A Edson Farias, pelo aceite, pela doação de seu tempo e, principalmente, pela paciência.

A Luís Guilherme Pontes Tavares, pelas indicações, sugestões e pela generosidade com que compartilha seus conhecimentos.

A Danutta Rodrigues, pela amizade e disponibilidade em auxiliar na etapa final desta obra, com presteza e entusiasmo.

A todos os que colaboraram de algum modo para a realização desta obra, especialmente alunos e colegas que abraçaram a ideia de reconstruir a memória do jornalismo soteropolitano; aos funcionários do Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, dos setores de Memória da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de Consulta Geral da Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia, do setor de Teses e Dissertações da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, do Arquivo Público do Estado da Bahia e da Biblioteca da Faculdade Social da Bahia.

Vais deixar a minha cidade. Não te quis mostrar apenas a sua beleza, o seu mistério, seu pitoresco e sua poesia. Abri tôdas as suas portas para os teus olhos, ó môça, para os vossos olhos, ó viajantes. Sua beleza e sua pobreza. Mas aqui ficamos nós, o povo da Bahia, resistente e bom. Um dia a miséria não mais manchará tanta beleza, tanta poesia, o grande mistério da Bahia. Quando voltares, môça, um dia, no futuro. Nós o povo da Bahia, estamos plantados sôbre um grande passado mas fitamos o futuro e para êle marchamos. Para o futuro sobem as ladeiras da cidade da Bahia.

Jorge Amado, 1944

Prefácio: embaraço e desencanto

A leitura do livro *Entre mudanças e permanências: os jornais impressos soteropolitanos e suas coberturas eleitorais no século XX*, de Ana Cristina Menegotto Spannenberg, me deixou ante a um embaraço. Embaraço este compartilhado com largos espectros do pensamento social voltado à experiência brasileira. Isto, quando, ao final do percurso analítico e argumentativo, realizado pela autora, nós somos incitados a concluir sobre a relação entre tradição e modernidade em um país à maneira do Brasil. Por certo essa mesma díade já vicejou, para além de diálogos, tantas páginas. E, é provável, outros textos ainda estão por vir movido por igual propósito de apresentar e (quem sabe?) esclarecer o que parece ser uma singularidade histórico-cultural de nossas sociedades surgidas no caudal da expansão imperial do ocidente europeu.

Para muitos intérpretes, a singularidade aludida diria respeito a uma anomalia, ou seja, países como o Brasil teriam sido incapazes de realizar – para evocar Habermas – o projeto de modernidade das Luzes. Segundo a conclusão desses intérpretes, viveríamos – nós, os brasileiros – sob o signo da carência. Sabemos acerca da verdadeira sociologia das carências que, ao longo do século XX, desenvolveu-se no país, diagnosticando seus déficits, isto, ao se tomar por parâmetro as sociedades do Norte.

Em especial, nessas avaliações, sobressai a ausência no tocante à separação entre os âmbitos do público e privado, a qual se dispõe na contrapartida da autonomia das esferas sociais da experiência. O que se acusa, para reivindicar um equacionamento afável ao encontro com a modernidade – a civilização? – é a falta de atenção ao fato de que, ambos os fatores, deteriam a chave histórico-institucional tanto pra garantir as margens à responsabilidade e à liberdade de decisão dos indivíduos emancipados dos condicionantes patrimoniais e estamentais quanto facultariam um contexto sistêmico favorável ao estado de direito democrático, deste modo, favorecendo não apenas a potencialização da pluralidade de valores, sobretudo, ampliando-se o leque das possibilidades de escolhas dos indivíduos.

O ícone sociológico do “homem cordial”, legado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, então, é objeto de retomadas sucessivas na literatura especializada, ombreando-se ao *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Um e outro seriam expressões heurísticas da personalidade social do predominante no Brasil, portanto, a partir deles, revelar-se-iam, seja o trajeto sócio-histórico, seja o tramado institucional da cultura brasileira. Igualmente impactantes, os dois retratos modernistas se completam mutuamente, pois, *Macunaíma* diz respeito ao “herói sem caráter”, resultado da mistura étnico-racial e tendo por traço a fisionomia carnavalesca do enlace do selvagem com o bárbaro, perfil delineado na flexibilidade sagaz, isto é, resiste em busca do gozo histriônico, na medida em que sabe acompanhar o fluxo do tempo, dando-se a combinações inusitadas, zombando dos referentes canônicos, das ordens consagradas. Por sua vez, tão excessivo quanto, o “homem cordial” compreende a desmesura daquela personalidade incapaz de realizar o cálculo das afetividades, indispondo-se com o adiamento das descargas emocionais e, logo, apto a gestos abruptos, indo sem ponderação da calidez ou da candura para a brutalidade do extermínio. Embora com acentos valorativos diferentes entre si, nas duas figuras a incivilidade é destacada pelo descompromisso ou incapacidade do autocomedimento. Porém, enquanto *Macunaíma* se traduz em um elogio fundante da identidade e da cultura nacionais, da irredutibilidade do modo autóctone de viver e ser tropicais, o tipo ideal do “homem cordial” responde à proposta de apreender a recursividade estrutural daquela conduta, reiterada desde o período colonial, tomada por obstáculo ao desenvolvimento do descentramento identitário necessário à formação de um espírito laico-secular crucial, seja ao aprofundamento das instituições e práticas democráticas, quanto da cultura científica no país.

Por volta dos anos de 1950, fortemente informados por ambas as versões da visão modernista de Brasil, os debates a respeito da modernização nacional tinham por objeto (e objetivos), no compasso mesmo da identificação dos limites herdados do passado colonial, agrário-escravocrata patrimonial ruralista, prover e, assim, ajudar a promover um projeto mudancista para o país. Concluía-se, apesar dessa ou daquela divergência, a modernização deveria consistir no ajuste dos ponteiros com os princípios do mais atual, daí porque a intervenção intencionada visaria não só apressar, mas corrigir destinos no curso histórico,

na procura de soluções que levassem à passagem para outra estrutura social. A expectativa era que algo assim repercutisse nas maneiras de pensar e agir no país, deixando em seu rastro um arranjo societário compromissado com a urbanização, a tecnificação da produção econômica, a alfabetização generalizada e, claro, o aprimoramento das instâncias jurídico-representativas em detrimento dos personalismos e no abate ao paternalismo político.

O sentimento de embaraço, referido acima, deixado pelo livro de Ana Spanenberg, advém, justamente, do teor que confere não ao ideal normativamente informado, mas do exercício de conceituar que realiza da modernização brasileira, ao considerar o contexto da cidade Salvador, na Bahia. Fruto da articulação lógico-conceitual entre a sociologia histórica das dinâmicas de longa duração de Norbert Elias com as revisões sociológicas às ideias de modernização/modernidade tal como fazem Anthony Giddens e Carlota Sole, o esforço analítico desembocando na conceituação da modernidade soteropolitana, no caudal do século XX, torna complexo o jogo das posições semânticas e sintáticas envolvendo a busca intencionada do novo e a reinvenção do passado, pois se além aos usos de dois aspectos tão ressaltados como exemplares da vida e do modo de ser moderno: a imprensa e as eleições por voto popular dos seus representantes, pelo menos em tese, no parlamento e no executivo. Um e outro seriam os pontos nevrálgicos de instauração de uma esfera pública, contrapartida indissociada da sociedade democrática de direito.

Jürgen Habermas (1976) infere estar na estrutura da sociedade burguesa as origens da esfera pública vinculada tanto ao setor de circulação de mercadorias quanto à organização do trabalho conforme os ditames racionais metódicos informados pelo espírito do capitalismo moderno, tal como Weber propõe. Sobretudo, o autor enfatiza que o delineamento dessa esfera vem no caudal da reorientação das categorias de público e privado, reorientação deflagrada com a instauração dos Estados nacionais modernos. Para ele, além de Estado e mercado, a imprensa se destaca como o terceiro elemento de importância nesta configuração histórico-societal. Lembra que, a princípio, as correspondências privadas contendo noticiários sobre assembleias parlamentares e guerras (ao lado de informações sobre impostos e colheitas, transportes etc.) se mantinham restritas aos jornais manuscritos. Os comerciantes eram

privilegiados, nesse momento, no acesso às informações, as quais estavam sujeitas à censura oficial e extra-oficial. Paulatinamente, a informação ter-se-ia convertido em uma mercadoria acompanhando o crescimento da profissionalização em aliança com a extensão da lei do mercado. Jornais impressos surgem dos escritórios dos jornais manuscritos cada vez mais organizados como escritórios de anúncios. Os lucros se calcam doravante no aumento das tiragens diárias, com a venda anônima fomentando o caráter público dos jornais. Ao mesmo tempo, teriam as autoridades estatais se dado conta do potencial de publicação das administrações contido nos jornais.

Portanto, no escopo da sociabilidade burguês-capitalista são delineadas as fronteiras dos âmbitos comprometidos com a dialogia entre semelhantes encerrados na função crítica de tomar por objeto do juízo público as atuações e prerrogativas vinculadas ao ordenamento estatal. Pavimenta-se, desse modo, o caminho ao aparecimento daquela produção de entendimento mediante a monitoração reflexiva do sentido das ações nos processos dialógico-argumentativos. Nesse sentido, somos levados a concordar com o mesmo Habermas (2007, p. 466) quando sublinha que as normas universais do procedimento científico estão embasadas nos critérios herdados da esfera pública, à maneira da comunicabilidade dos procedimentos, a redução de pressupostos e o cuidado de não ocultar. No entanto, esta relação dialógica tem por contrapartida sua conformação sistêmica, ou seja, a interação entre *alter* e *ego*, por intermédio da *performance* embasada na competência universal da linguagem e suposta no manejo com artefatos simbólicos, requer a avaliação de funções socialmente diferenciadas. Circuito no qual o reconhecimento e o entendimento imprescinde tanto da legitimação interna quanto da maneira como o específico campo científico delimita os termos norteadores do que é aceito ou não como conhecimento válido. E, com isto, questões de ordem e coordenação das ações comunicativas estão implicadas a fatores políticos que, imediatamente, relacionam à lógica de diferenciação a possibilidade de classificação das diferenças.

Ora, sabemos, na formação social brasileira a situação tem cores muito próprias no século XIX, principalmente pela interferência da instituição escravocrata em consórcio com o modelo agrário-exportador, ambos articulando os estamentos senhoriais ao mercado mundial e a burguesias europeias. De antemão, tal situação descartava a igualdade

entre os homens, em termos de cidadania, e fazia da ideologia liberal-democrática ideia sem base no país, quanto ao seu viés universalizante igualitário e emancipacionista. Por outro lado, enquanto responsável pela unificação jurídico-institucional do país, o Estado monárquico tendo por horizonte ideológico o liberalismo estamental absorveu a esfera pública e permaneceu como agente homogeneizador e também da modernização do país. As transformações que se sucedem durante o mesmo século e se estendem ao longo do posterior, reformulam a paisagem brasileira, com os deslocamentos visíveis devidos à formação de um capital comercial e posteriormente industrial. As disparidades advindas da economia agro-exportadora e da estrutura social do Império se agudizam com o advento do modelo societário vertical-competitivo e com o postulado republicano de uma nação de cidadãos universalmente equalizados. Democracia e autoritarismo imiscuem-se de modo confuso, mas não excludente no mesmo contexto, no qual a ideia de povo-nação passa a fazer parte do imaginário político e cultural. Os primeiros passos na direção da entidade povo-nacional estavam na contrapartida da sociedade inclusiva em formação e com ela, a exigência de uma esfera regularizada a não mercantilização e à resolução dos conflitos. À maneira das soluções europeias, o policiamento dos indivíduos torna-se o dado fundador do estado de direito, justamente sob a alegação de manter as condições de sobrevivência do indivíduo autodeterminado. Porém, parcelas enormes da população rural e urbana sequer desfrutavam do direito à educação escolar, não pertenciam ao mercado formal das relações de produção e prevalecia a natureza localista-oligárquica do poder governista. Deste modo, a tessitura de uma esfera pública nos marcos da sociabilidade burguês-capitalista é marcada pela seletividade inerente ao processo sócio-histórico modernizador no país. Pois o primado de uma ampla dialogia entre cidadãos iguais é desde logo frustrada. Aqui, tal espacialidade de visibilidade e ilustração incorpora a ordenação como âmbito capacitado a conferir visibilidade a imagens privadas que detenham lugar premente no interior da arquitetura estatal, aproximando a mercantilização dos bens culturais às vicissitudes dos esquemas burocráticos do poder político.

Sintomático a respeito fora o rumo tomado pela atividade jornalística durante o Império. Em seu estudo sobre a institucionalização do jornalismo no Brasil, Lavina Madeira Ribeiro (2004) chama atenção

à tônica prioritariamente política desse ofício nessa época. Por corresponder a um dos poucos canais de mobilidade em um cenário demasiadamente restrito, o exercício jornalístico não compreendia uma atividade exclusiva e estava orientada para contribuir ao ingresso na arena parlamentar daqueles não inscritos na área jurídica, setor no qual se recrutavam em sua maioria os membros da elite política. A ênfase parcialista na defesa das respectivas intenções como motivação para o jornalismo político, a seu ver, favoreceu o desenvolvimento do estilo opinativo, mas orientado para reiterar perspectivas defendidas pelos pares do próprio jornalista. Frente às insuficiências organizacionais e profissionais, mesmo das propriedades dos mecanismos expressivos, o âmbito jornalístico se definia como uma prática publicista interpelada pelos distintos ramos da esfera cultural – científico e artístico. Eram acionados recursos vários na elaboração de um meio de conhecimento comum capaz de ativar o diálogo com um público leigo e culto, no combate aos ingredientes da tradição em nome do incremento da racionalização das imagens de mundo. Algo assim teria resultado, de início, em certa indiferenciação (RIBEIRO, 2004, p. 165-166) Para autora, no decorrer do século XIX, tal convergência declinou diante da crescente delimitação de zonas especializadas aonde se foram abrigar os distintos discursos com seus objetos e racionalidades próprias. Em especial, a atmosfera acadêmica propícia à ciência se aninhou nas escolas, faculdades, institutos de ensino e pesquisa, museus, arquivos e bibliotecas. No entanto, de acordo com o próprio argumento da autora, se manteve o vínculo entre literatura e jornalismo, em certa medida atualizando a tradição educacional herdada das escolas jesuíticas as quais teriam privilegiado o funcionamento de uma “aristocracia do espírito”.

No livro de Ana Spannenberg, a observação das coberturas jornalísticas das eleições para o governo baiano em 1919, 1954 e 1990 revela como a virada modernizadora no jornalismo feito em Salvador, com o advento e continuidade da empresa *A Tarde*, estabelece um corte caracterizado, de um lado, pela preocupação com o aprimoramento tecnológico da impressão, ao lado das iniciativas visando melhorar a apuração e exposição escrita dos fatos, fazendo maior emprego da comunicação gráfica e visual, inclusive com a adoção da fotografia; de outro, pelo empenho em dotar de maior especialização a dinâmica de produção do jornal, para tanto aplicando métodos e técnicas administrativas obedientes

dos princípios definidos pelo elo entre a otimização de recursos e o aumento exponencial da produtividade com redução do tempo gasto. Certamente, diminuíram as margens do jornalismo opinativo, em favor do formato e teor das notícias atravessadas, em seu ponto de partida, pelo imperativo de aliar atratividade e informação a ser consumida de modo fácil e rápido por um universo cada vez mais anônimo de leitores que se ampliaria no andamento da expansão urbana e, com ela, da elevação de renda gerando uma classe média consumidora desses bens simbólicos. Deixando evidente, portanto, a vinculação do fazer e do produto jornalístico com o mercado autorregulado capitalista.

O que se manifesta particularmente arguto, durante o trajeto do livro, é que tal virada modernizadora acoplando racionalização administrativa e técnico-produtiva e mercadorização da informação não voltou às costas ao passado soteropolitano. Os números relativos ao aumento dos leitores de jornais apontam um crescimento, ainda que significativo, tímido, quando considerado o crescimento médio da população da cidade no mesmo período e, ainda, ao se levar em conta processo ocorrido em outras partes do país e do mundo. Quando filtrados à luz das diretrizes do seu modelo analítico, esses dados permitem à autora entrever, e levar a objeto de reflexão, o quanto os deslocamentos promovidos pelas saídas modernizadoras no plano de produção jornalística, contracenando com aqueles das transformações urbanas e das alterações na estrutura sóciosimbólica da sociedade, não condizem com a imagem da ruptura drástica. E, sim, do movimento pelo qual grupos representativos de facções de classe dominantes se repulsam entre si aqui, para voltarem aos acordos e negociações mais adiante; são tirados de cena, por seus adversários de conjuntura, mas retomam posições logo à frente. Mantendo-se, logo, protagonistas consagrados nas urnas popularmente legitimadas pelos mecanismos da democracia representativa. Nesse sentido, ao contrário do que propõe Foucault, não se trata de um poder que se torna invisível na justa medida em que o comum adquire visibilidade, pois o primeiro permanece exuberante diante da condição coadjuvante do povo, em nada reconhecido pela composição de iguais aptos à autonomia reflexiva da escolha na sequência do julgamento, mas da figura pálida daquele que, silenciosamente, consente e consagra. O ponto nevrálgico deste livro está aí, ao fazer a reconstrução das condições de possibilidade sócio-histórica

da mediação sócio-simbólica exercida pela imprensa soteropolitana, assim, contribuindo à constituição dos modos de relacionamento entre os estafes de poder e os seus comandados.

Sob este ângulo, o livro *Entre mudanças e permanências: os jornais impressos soteropolitanos e suas coberturas eleitorais no século XX* avança para além do seu contexto de pesquisa, já que nos permite entrever questões afins ocorridas e/ou em ocorrência em outras partes do país, mesmo sociedades vislumbradas pela moldura da pós-colonialidade. Talvez o mérito maior do texto esteja em suscitar o embaraço perante nossas crenças acerca dos pilares normativos da ideia de moderno, modernidade e modernização. Se assim o for, o livro cumpre um papel fundamental da sociologia – exultar a atitude de refletir e objetivar nossas certezas primeiras, nossas compreensões. No caso, aquela que faz esquecer que a norma é um ideal, portanto, empiricamente irrealizável seja no Brasil ou na África, mesmo nos tão mitificados países do Norte, alvos do nosso encantamento colonial.

Brasília, 20 de novembro de 2012,
Edson Farias.

Referências

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1976.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

Introdução

A história aqui apresentada começa em 1912, ano em que Salvador, dividida entre severinistas e seabristas, foi bombardeada pelo Exército Brasileiro e também quando foi fundado o jornal *A Tarde*, ator permanente nesta trajetória. O *A Tarde* chegou, propondo mudanças ao jornalismo soteropolitano, transformando a capa em espaço privilegiado, destinada aos conteúdos em destaque, dando lugar para a atuação feminina e introduzindo feição mais comercial ao jornal, através dos classificados pagos. A modernização do discurso e da prática, contudo, convivia ainda com traços da tradicional cultura baiana, representada pelo fundador do periódico, Ernesto Simões Filho, neto de coronéis sertanejos que protagonizaram uma das mais sangrentas guerras entre famílias do século XIX, e que, quando questionado sobre sua atuação à frente do jornal, não titubeou em responder à bala ao agressor.

Assim, tentando equilibrar-se na tênue linha que dividia o tradicional e o novo, o jornal lançou-se na campanha de 1919 pela sucessão governamental, colocando-se como principal tribuna política da oposição a J. J. Seabra e seus aliados. Aquela que foi considerada a eleição mais acirrada da República Velha não permitiu a periódico algum manter-se imparcial na disputa. O *A Tarde*, porém, foi mais longe. Sem contentar-se apenas com a divulgação e opinião sobre os fatos que marcavam a campanha, o jornal atuou como fomentador de diferentes situações, colocando-se no centro de diversas polêmicas. Lançou a candidatura de Simões Filho à interventoria municipal da capital, cargo que, à época, não permitia votação direta, dependendo da indicação do governador. Convocou, através de telegramas enviados a Ruy Barbosa e publicados na íntegra, aquele que seria o mentor intelectual da oposição. E, diante da possibilidade concreta de derrota, incentivou os coronéis do Sertão Baiano, há tempos descontentes com o governo de Antônio Moniz, a armarem seus exércitos e ataquem Salvador. O objetivo era mobilizar uma intervenção federal, contando que ela destituiria o seabrismo do poder, como havia feito em 1912, com Aurélio Viana. E ela aconteceu;

porém, contra os revoltosos, contidos pelo Exército, e Seabra permaneceu no governo.

Alheios às disputas políticas, Simões e Seabra foram convidados a compor a então nascente Academia de Letras da Bahia, que reunia a intelectualidade soteropolitana. Foi por essa elite intelectual e para ela que os jornais impressos foram produzidos. Os jornalistas do momento eram, com raras exceções, estudantes universitários ou recém-formados que exercitaram nos jornais uma retórica bacharelesca, na intenção de obter desenvoltura e visibilidade suficiente para, daí, ingressar em uma carreira pública, como funcionários estatais ou políticos. Os impressos eram veículos de muita opinião e pouca informação, que podiam ser bem classificados como órgãos partidários, característica acentuada no período de campanha eleitoral, com explicitação de apoio a determinados candidatos e hostilidade aberta contra os oponentes. O povo foi usado apenas como figura retórica, a fim de conferir credibilidade e sustentação ao discurso político. Não havia, porém, qualquer preocupação com suas reais condições de existência. Dados os altos índices de analfabetismo e uma população carente de recursos materiais, a leitura dos jornais nitidamente distanciava-se da maior parte dos soteropolitanos.

Transcorridos mais de 30 anos, em 1954, não se observam grandes modificações nesse leitorado. Salvador cresceu e se encaminhou lentamente para um processo de industrialização. Superado o governo ditatorial de Getúlio Vargas, ao qual as principais correntes políticas baianas fizeram oposição, os representantes locais começaram, novamente, a ganhar projeção nacional, e o Estado voltou a ocupar lugar de destaque no mapa econômico brasileiro. A descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano foi a grande propulsora das mudanças, pois atraiu para a Bahia as atenções de todo o País e, na década seguinte, alimentou o desenvolvimento industrial de toda a Região Metropolitana de Salvador. Culturalmente, a capital modificou-se, com a implantação da Universidade da Bahia que, além de atrair investimento em educação, trouxe para a cidade uma gama de profissionais de outros lugares, do Brasil e de outras partes do mundo, que começaram a refletir de modo diferenciado sobre a cultura local, sem os vínculos estabelecidos com uma visão tradicional. Assim, começou a ser gestado o discurso da baianidade, que capitalizou a riqueza da tradição popular baiana, ancorada

na evidente diversidade, transformando-a em produto para atração turística.

Esse é o ponto mais próximo que a população em geral chegou da intelectualidade baiana nesse momento: como objeto de estudo e mercadoria cuja tradição pudesse ser comercializada. A estratificação social delimitou de modo explícito as diferenças entre o “povo” e a “elite”. Nos jornais, a elite intelectual ainda compunha a maior parte do corpo redacional, e o “povo” continuava apenas como figurante, especialmente nas campanhas políticas, pois a participação efetiva deste nos processos decisórios ainda era baixa e, como destinatário dos jornais, inexistente. Apesar da oferta de um curso superior de Jornalismo pela Universidade da Bahia, a maior parte dos jornalistas do período ainda tinha formação prática na área e diploma superior em carreiras tradicionais, especialmente a de Direito. O trabalho no jornal continuava a ser ocupação secundária e ponte para a carreira política. É certo que, em três décadas, o jornalismo também sofreu modificações, mas essas se concentraram mais na forma. Na década de 1950, as informações eram mais bem distribuídas graficamente, em geral com seções bem definidas e identificadas por linhas e desenhos; as temáticas eram mais diversificadas, com espaços fixos dedicados à cobertura esportiva e ao público feminino, inclusive, com a inserção de mulheres no trabalho da redação. Porém, a cobertura política permanecia demasiado semelhante àquela de 1919. Os impressos continuavam dando à temática a relevância de mote principal, visto que as manchetes de capa referiam-se, obrigatoriamente, a tais assuntos. A linguagem utilizada também era a mesma, repleta de adjetivações e com explícita difamação dos oponentes.

A novidade ficou por conta do rádio, implantado três décadas antes; o veículo já estava consolidado e com grande público na década de 1950. Veículo de linguagem coloquial, que permitia interlocução aparentemente mais fácil entre comunicador e destinatário, o rádio passou a ser utilizado para veiculação de propaganda política, sem qualquer legislação que regulasse tal prática. Os impressos, nesse cenário, continuaram atuando como panfletos direcionados e produzidos para uma elite. Não tinham a coloquialidade e a dinamicidade do rádio para atrair audiência diversificada e, em vez de aterem-se aos fatos, preferiam veicular opiniões e forjar situações a serem noticiadas. Foi o que ocorreu com o *A Tarde* nas eleições para governador de 1954, quando optou por

apoiar o candidato Pedro Calmon contra Antônio Balbino, resolvendo usar a calúnia e a difamação como estratégias para convencimento dos leitores. Apesar de, já nesse período, ser o jornal mais lido do Estado, não conseguiu eleger seu candidato, derrotado por aquele que tinha o apoio dos meios vinculados à cadeia dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, na Bahia: dois jornais impressos e a rádio mais antiga e de maior público.

O predomínio eleitoral daqueles que detinham o apoio dos principais meios de comunicação, apenas prenunciado em 1954, foi evidenciado nas eleições de 1990. Nesse momento, entraram em cena três novos elementos, decisivos na campanha política: a prevalência da televisão sobre todos os demais meios como veículo de comunicação com grandes audiências; uma legislação eleitoral que garantiu acesso gratuito e igualitário a todos os candidatos para divulgação de suas plataformas políticas em rádio e televisão; e um grupo político que controlava os principais canais de televisão do Estado, com os maiores índices de audiência. Nesse cenário, a campanha para o Governo do Estado em 1990 foi marcada por conflito entre a tradição dos velhos modos de fazer política e a inovação dos novos meios e formas de se comunicar com o público-eleitor. Os impressos dividiram-se também em duas tendências de cobertura, embora a disputa dos espaços de visibilidade eletrônica, através da propaganda eleitoral, monopolizasse as manchetes.

O processo de modernização do jornalismo soteropolitano, contudo, não pode ser observado como uma narrativa linear, pois foi sinuoso, tal como a modernização da própria sociedade, quase sempre colocando em confronto – às vezes até em diálogo – forças conservadoras e vanguardistas. Para tentar compreender como o jornal impresso de Salvador se relacionou com a sociedade ao longo de nove décadas do século XX, foi levantada uma extensa quantidade de dados estatísticos, registros e relatos históricos e, especialmente, coberturas jornalísticas. A obra que aqui se apresenta é resultado desta pesquisa, que foi apresentada na tese *Entre mudanças e permanências: itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no século XX* a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal *A Tarde* em 1919, 1954 e 1990, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do professor doutor Edson Silva de Farias.

Caminhos percorridos

O jornalismo, prática social através da qual instituições de variada complexidade informam a sociedade sobre os acontecimentos referentes a um determinado período, não é recente, pois vários registros de civilizações da Antiguidade relatam formas diferentes de produção e circulação da informação. Entretanto, na emergência da chamada Idade Moderna, ela assume um conjunto específico de características e determinadas funções que lhe conferem papel de destaque nas organizações sociais. O pesquisador Nelson Traquina considera que, em um contexto de modernização, a prática jornalística pode ser observada a partir de dois polos: o primeiro, econômico, percebido pela comercialização da notícia como mercadoria; o segundo, ideológico, que vincula a imprensa à teoria democrática e difunde a ideia do jornalismo como “serviço público”. [1] Como ele, diversos autores também entendem o jornalismo como conjunto de atividades e práticas que permitem a determinados grupos sociais pensar sobre si a partir de recortes da realidade, com maior ou menor influência de outras instâncias. [2]

Esses e outros possíveis elementos constituem o que Norbert Elias [3] denomina “teia de interdependência”, ou seja, figurações, nas quais cada elemento relaciona-se com os demais a partir de dependência funcional. Para o autor, essas figurações, por sua natureza mutável, sofrem pequenas alterações ao longo do tempo, acarretando o estabelecimento de novas figurações e consequente mudança social. O jornalismo, como prática social, estabelece uma relação de profunda simbiose com a sociedade que o suscita, deixando-se influenciar, mas também influenciando-a. Por isso, sob tal perspectiva, só é possível compreender a função que desempenha em dada sociedade se esta for analisada em relação a todo o conjunto que a compõe e com o qual ela se

[1] Cf. TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1, p. 125-126.

[2] Sobre isso ver também: GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2006; GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991; KUNCZIC, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação*. Tradução Rafael Varela Júnior. São Paulo: Edusp, 1997.

[3] Cf. ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Tradução Maria Luísa R. Ferreira. Lisboa: Ed. 70, [1999].

relaciona, pois “[...] o conceito de função é um conceito de relação”[4], enfatiza Elias.

Sustentado por tais ideias, a presente obra debruça-se sobre o jornalismo praticado na cidade de Salvador/Bahia ao longo do século XX, observado a partir do mais antigo periódico ainda em funcionamento, o jornal *A Tarde*, criado em 1912, por Ernesto Simões Filho. Pretende, deste modo, lançar algumas luzes para compreender qual função social o jornal impresso exerce dentro da sociedade soteropolitana e como tal função vai sendo alterada ao longo do tempo a partir das mudanças na configuração social. Para tanto, buscou identificar e responder, em cada momento estudado, às questões “quem decide o que é notícia?” e “para quem as notícias são escritas?”. O movimento desta construção não é simples: por um lado, reconstruir um contexto socioeconômico que permita visualizar quem são, em cada período, os possíveis leitores do jornal impresso e como o veículo selecionado atua na sociedade e, de outro, observar analiticamente os próprios jornais, para que deles se retirem pistas sobre sua produção e recepção, visto constituírem principal evidência material de dois processos que, dificilmente, podem ser reconstruídos.

Para o desenvolvimento de tal proposta, buscou-se um aporte teórico-metodológico que permitisse manter uma visão processual – visto que as mudanças do papel do jornal na sociedade assumem caráter dinâmico – e, ao mesmo tempo, fosse operacional para a observação de como ele se desenvolve em um percurso de longa duração. Por tal motivo, optou-se por uma metodologia situada na interface das disciplinas de Sociologia e História, que traz como benefícios a ampliação dos paradigmas metodológicos, especialmente no que tange à possibilidade de interdisciplinaridade, e a redefinição do conjunto de documentos considerados relevantes para constituição de uma investigação científica.

No caso específico da presente obra, é interessante a articulação que tal aproximação oferece para relacionar tanto a ideia de alteração da função social do jornalismo de modo processual, ou seja, entendido como elemento fluido em constante modificação, quanto a possibilidade de incluir uma documentação variada. Para tanto, recorreu-se à sociologia

[4] ELIAS, [1999], p. 85.

figuracional[5], proposta pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), considerado um dos expoentes da Sociologia Histórica, além de ser um dos seus precursores. De acordo com Adriano de León, Elias abre o debate sobre “[...] os paradigmas metodológicos do discurso sociológico refutando o cientificismo em nome da transdisciplinaridade”. [6]

Em sua proposta metodológica, o autor critica qualquer teoria social que separe “sociedade” e “indivíduo” em diferentes instâncias, propondo, no lugar, a ideia de “configurações” ou “figurações”, ou seja, um conjunto específico de elementos que estabelecem relação de dependência mútua, mas passível de alterações a partir de re-organizações no equilíbrio de poder.[7] O autor explica que “a rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Eles formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”. [8]

Toda relação humana envolve poder.[9] De tal modo, a compreensão de uma figuração na qual os sujeitos são interdependentes deve assentar-se, necessariamente, na observação do poder que um exerce sobre o outro, pois “[...] sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas”. [10]

É na união dessas duas ideias – função e poder – que o autor situa o conceito de relação como dinâmico, o que permite identificar qualquer figuração como algo mutável, pois é sempre a tentativa de buscar um novo equilíbrio de poder. Elias questiona abordagens que tentam fixar em conceitos rígidos fenômenos processuais, o que denomina “redução processual”. O autor afirma que a história é possível apenas pela

[5] Na presente obra, utilizaremos a expressão “sociologia figuracional”, tal como aplicada por Norbert Elias em seus trabalhos mais recentes, ao invés de “sociologia configuracional”, como em suas primeiras obras. Para mais informações, consultar: LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Ponta Grossa. *Anais...* Londrina, PR: UEL, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/ mesa_debates/art27.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2006.

[6] LEÓN, Adriano de. Sujeitos errantes: a emergência da sociologia histórica. *Política & trabalho*, João Pessoa, v. 16, p. 65-72, set. 2000, p. 71.

[7] Cf. ELIAS, [1999], p. 143-144.

[8] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. v. 1, p. 294.

[9] *Ibid.*, p. 80.

[10] *Ibid.*, p. 81.

característica mutável das sociedades humanas e que é essa característica a responsável por estabelecer um sentido de ordenação ao desenvolvimento das sociedades.

A dinamicidade atribuída às figurações permite-nos entender outro importante ponto da proposta teórica de Norbert Elias: os processos de longa duração. Para ele, as mudanças sofridas ao longo do tempo somente podem ser apreendidas ao observarmos grandes períodos, portanto, de modo diacrônico, nos quais seja possível identificar alterações que, muitas vezes, passam despercebidas em recortes sincrônicos, que “[...] isolam os fenômenos do seu fluxo natural, histórico, privam-nos de seu caráter de movimento e processo, e tentam compreendê-los como se fossem formações estáticas”.[11] Essa visão processual e fluida da sociedade como figuração de sujeitos interdependentes é reforçada por Elias, a partir da defesa de uma interdisciplinaridade, que, como mencionado, está na base de sua proposta. Conforme Renato Janine Ribeiro,

A interdisciplinaridade [...] para Elias, não é simples senha ou *slogan*, mas procedimento que decorre de suas convicções mais profundas, um método que está necessariamente ligado a sua doutrina ou, melhor dizendo, a sua filosofia. É porque o homem constantemente se constrói que nada do que é humano – poderia nosso autor dizer – é estranho, a quem pratica esta sorte de estudo.[12]

Um dos resultados de tal percepção é a possibilidade de utilização de ampla gama de documentos na constituição da pesquisa. Ribeiro explica que, no entender de Elias, “[...] torna-se imprescindível, para um estudo sério do homem, articular toda sorte de documentos e toda espécie de ciências [...]”, bem como “[...] que todo e qualquer texto ou mesmo gesto de um pensador merece, por princípio, a atenção de quem o estuda, e da mesma forma os dos não-pensadores”.[13]

A utilização da proposta de Norbert Elias para observação dos jornais soteropolitanos apresentou-se como a mais adequada, já que a prática jornalística configura-se a partir da ação de diversos elementos

[11] ELIAS, 1990, p. 17.

[12] RIBEIRO, Renato Janine. Uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993, v. 2, p. 10.

[13] *Ibid.*, p. 9.

interdependentes.[14] Tal relação é dinâmica e altera-se com diferentes equilíbrios de poder ao longo do tempo, assim como a função que desempenha dentro de cada sociedade, o que pode ser observado, tanto pela reconstrução contextual da figuração que compõe a sociedade soteropolitana ao longo do século XX quanto pela análise dos periódicos, a fim de observar neles pistas dos seus processos de produção e recepção.

Este movimento analítico tem como objetivo compreender o processo de “modernização” do jornalismo soteropolitano ao longo do século XX. Optou-se por adotar uma noção processual de modernidade que entende o fenômeno como sucessão com diferentes configurações sob condições espaço-temporais distintas, mas que guarda um conjunto de características comuns, mesmo que essas não possam ser apontadas como condições determinantes para sua existência. Considera-se tal perspectiva a mais adequada para observação do jornalismo soteropolitano em um período de longa duração, visto que as condições sociopolítico-econômicas nas quais esse se desenvolveu, ao mesmo tempo em que se aproximam daquelas entendidas como essenciais para a constituição da modernidade, não se configuram totalmente como tal, relacionando-se intimamente com outras que demarcam as sociedades mais tradicionais.

O conceito de modernização vem sendo amplamente discutido no campo das Ciências Sociais, mas não há, sobre ele, um consenso. Diversos autores divergem sobre origem, fatores determinantes e, especialmente, sobre sua (in)conclusão. Entre os elementos mais recorrentes na descrição das características da modernização estão a emergência da organização econômica capitalista[15]; a expansão do conhecimento científico e tecnológico[16] que permite, conseqüentemente, o desenvolvimento da produção em escala industrial[17]; a consolidação da democracia liberal, que confere direitos civis aos cidadãos[18]; e uma

[14] Cf. Kunczik, 1997.

[15] GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991; THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998; TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 3. ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

[16] SOLÉ, Carlota. *Modernidad y modernización*. Rubi (Barcelona): Anthropos, 1998; TOURAINE, op. cit.; THOMPSON, op. cit.

[17] BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1996. (Clássicos, 5); GIDDENS, 1991.

[18] *Ibid.*, 1996; TOURAINE, op. cit.

crescente racionalização e secularização.[19] O traço comum entre essa diversidade de fenômenos estaria na produção de alterações significativas na organização social, provocando rompimento drástico com os modos de vida anteriores.

Entre diversas definições propostas, nesta obra destacam-se duas, de Anthony Giddens[20] e Carlota Solé[21]. Ambos procuram evitar a construção de um “modelo de modernidade” ancorado na ideia de narrativa histórica única e linear, tal como ocorre naquelas concepções que vinculam modernização e progresso. Em substituição, oferecem proposta de definição que entende a sociedade como conjunto de relações interdependentes, nas quais alguns fatores impulsionam, porém, não determinam, o que se poderia chamar de modernização.

Tal noção pode ser considerada a mais adequada a esta obra, pois considera somente ser possível tratar da modernização enquanto processo, nunca como estado final, e, por esse motivo, critica a dicotomia estabelecida entre os termos “moderno” e “tradicional”. Entendendo a modernização como um “objeto móvel” retira-se a centralidade do processo europeu-ocidental e propõe-se a particularização do olhar sobre as diferentes experiências vivenciadas. Por esse motivo, ajuda-nos a refletir também sobre como a modernização se processa nas diferentes figurações assumidas pelo jornalismo soteropolitano ao longo do século XX.

O jornalismo praticado hodiernamente na maior parte dos países ocidentais e, entre eles, no Brasil, foi forjado no século XIX, a partir de um contexto – especialmente, estadunidense, mas também de alguns países europeus, como a Inglaterra – no qual a prática, já consolidada socialmente, passou a ser percebida como forma de negócio e, ao mesmo tempo, como função social relevante no novo modo de organização sociopolítica que se implantava: a democracia representativa. Seguindo a proposta do pesquisador português Nelson Traquina,

[19] SOLÉ, 1998; GIDDENS, 1991; TOURAINE, 1995.

[20] GIDDENS, op. cit.

[21] SOLÉ, op. cit.

podemos afirmar que o processo de modernização[22] da atividade jornalística ancorou-se em três vertentes: a expansão, a comercialização e a profissionalização.

A expansão da imprensa decorreu de uma série de fatores, como a ampliação da escolarização e o conseqüente crescimento do público leitor; as inovações técnicas, que permitiram a impressão de um maior número de exemplares num período mais curto e a inserção da publicidade, que reduziu o valor final do jornal para o consumidor. Traquina, no entanto, afirma que a grande mudança sofrida pelos periódicos, resultando na sua expansão, é “[...] a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas”, pois a partir dele “os jornais oferecem um novo produto – as notícias baseadas nos ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’”. [23]

Na prática, tal lógica processou-se nos jornais a partir da separação entre o conteúdo informativo e opinativo, ou seja, dos fatos e dos comentários. Dela decorreu a “despolitização” dos jornais e, conseqüentemente, a ampliação dos públicos – leitores e anunciantes. Na ausência de posição política ou sem explicitá-la, reduziam-se as chances de divergência entre a opinião do jornal e de seus públicos, o que reforçou a ideia do jornalismo como neutro, reafirmando seu papel de vigilância em um sistema democrático, mas, acima de tudo, facilitando a própria comercialização como produto.

Assim, tal característica do novo jornalismo também resultou em vinculação direta com a recém-implantada “democracia moderna”, a ponto de Nelson Traquina afirmar existir, entre ambos, uma “[...] relação simbiótica em que a liberdade se encontra como estrela brilhante de toda uma constelação teórica que fornece ao novo jornalismo emergente uma legitimidade para a atividade/negócio em expansão e uma identidade para os seus profissionais”. [24] O autor identifica o jornalismo tanto com a ideia de Quarto Poder quanto com o conceito de “opinião pública”, vinculado às teorias democráticas do século XIX.

[22] Embora Traquina, em momento algum utilize o termo “modernização” para caracterizar tais transformações (prefere usar “novo jornalismo”, para demarcar oposição ao antigo), considera-se que o conjunto de fenômenos que essas três “vertentes” abrigam pode ser facilmente situado como parte de um processo de modernização tal como aqui compreendido. TRAQUINA, 2005a.

[23] Ibid., p. 34.

[24] Ibid., p. 42.

Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como *porta-vozes da opinião pública*, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como *vigilantes do poder político* que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes.[25]

Concomitante a esse processo de expansão, muitas vezes, sendo seu principal propulsor, estava a comercialização do jornalismo, que inseriu a atividade dentro da lógica capitalista, encarando a informação como mercadoria. Como já dito, esta ideia não era nova, porém, ganhou contornos específicos em um momento no qual, graças a inovações tecnológicas, pôde-se produzir jornais suficientes para atingir um grande número de pessoas e, ao mesmo tempo, pelo avanço do sistema educacional e das necessidades de informação, criou-se um público leitor para consumi-los. Por fim, em função do aumento da produção industrial, percebeu-se também a necessidade de divulgação de produtos, existindo, assim, um público anunciante interessado em financiar parte dos custos de produção dos jornais para fazer circular sua publicidade. Michael Kunczik[26] explica: “[...] a publicidade tornou-se cada vez mais importante para a imprensa. À medida que progredia a divisão do trabalho e os mercados cresciam mais e mais, tornou-se necessário anunciar os produtos publicamente”.

O processo de profissionalização do jornalismo ocorreu de modo concomitante, à medida que mais pessoas passaram a dedicar-se integralmente à atividade jornalística e esta estabeleceu, ao longo do tempo, um conjunto de saberes específicos e regras profissionais que devem ser cumpridas. Michael Kunczik afirma que, apenas no século XIX, pôde-se encontrar um movimento nesse sentido. A prática jornalística, tal como diversas outras práticas sociais, foi sendo traduzida a partir de um conjunto de saberes técnicos. A vinculação da prática jornalística a procedimentos técnicos indicava mais uma tentativa no sentido de esvaziar o produto jornalístico de qualquer traço de subjetividade. A lógica que se construía, sustentada pelo positivismo, era a de que a notícia deve ser um produto decorrente de procedimentos técnicos e, portanto, descreve a realidade tal como ela se apresenta, retomando a noção de que o relato jornalístico forma uma espécie de “fotografia” do real.

[25] TRAQUINA, 2005a, p. 47-48. (grifos nossos).

[26] KUNCZIK, 1997, p. 23.

A profissionalização do jornalismo consolidou-se com três principais fatos: o desenvolvimento do ensino universitário, a criação de instituições de classe que visavam a defender os interesses dos profissionais e o estabelecimento de códigos deontológicos. A primeira experiência de ensino universitário de jornalismo ocorreu na década de 1860, na Universidade de Washington, Estados Unidos. O objetivo era oferecer um curso prático, com “ênfase no treino da escrita e da edição”. [27] A criação de associações, clubes e sindicatos dos profissionais do jornalismo teve as primeiras ocorrências registradas na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos, Inglaterra e França. Concomitante ao surgimento das instituições representativas, surgem os primeiros códigos deontológicos da profissão. De acordo com Traquina, “o primeiro ‘código de conduta’ localizado para jornalistas apareceu em 1890 e, apesar de terem sido registradas ‘máximas’ rudimentares e claras nos fins do século XIX, ninguém parece ter oferecido um código mais formal até 1911”. [28] Em 1900, surgiu o primeiro código de ética de jornalismo, na Suécia, porém, somente foi adotado em 1920. [29]

Os processos de expansão, comercialização e profissionalização e os desdobramentos em técnicas específicas de produção, que, segundo Traquina, convergiram para o estabelecimento da prática jornalística moderna, não ocorreram de modo uniforme, nem concomitante em todos os lugares. No Brasil, por exemplo, marcado por uma distância de 276 anos entre o início da colonização, em 1534, e a implantação oficial da imprensa, em 1808 [30], o processo de modernização aconteceu em ritmo notadamente diferenciado do estadunidense ou do europeu.

Embora não exista consenso entre os historiadores, acredita-se que a primeira experiência de impressão registrada no Brasil ocorreu em Pernambuco, em 1706, com uma pequena tipografia instalada na cidade de Recife. O objetivo era apenas a impressão de letras de câmbio e orações devotas. Esta logo foi suprimida pela Carta Régia de 8 de junho. [31] Segundo Werneck Sodré, as condições gerais da colônia eram,

[27] KUNCZIC, 1997, p. 84.

[28] *Ibid.*, p. 88.

[29] *Ibid.*

[30] Sobre isso ver: MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003a, p. 71. (Comunicação, 27).

[31] Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

para o desenvolvimento da imprensa no Brasil, um empecilho maior que o autoritarismo de Portugal.[32]

A imprensa somente implantou-se de maneira definitiva no Brasil com a vinda da corte de D. João VI, em 1808, após a fuga da Europa. Membro da corte, Antônio de Araújo, futuro Conde da Barca, mandou colocar, no porão do navio Medusa, o material tipográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra e, ao chegar ao Brasil, instalou-o em sua casa. Logo D. João assina o ato real de 31 de maio, criando a Imprensa Régia, totalmente subordinada às ordens do governo e na qual nada podia ser impresso sem antes passar pelo crivo dos censores reais. No dia 10 de setembro de 1808, foi impresso o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tinha como diretor o Frei Tibúrcio José da Costa. Jornal oficial, com quatro páginas e periodicidade bissemanal, a *Gazeta* preocupava-se apenas com notícias do continente europeu e da família real. Antes dela, porém, havia sido fundado, em Londres, o *Correio Braziliense*, em 01 de junho de 1808, considerado por muitos o primeiro jornal brasileiro. Dirigido por Hipólito José da Costa, maçom e liberal exilado naquela cidade, a publicação era mensal e tinha de 72 a 140 páginas. Doutrinário e não noticioso, o periódico pretendia discutir as questões que afetavam a relação entre Brasil, Portugal e Inglaterra e chegava à Colônia de forma clandestina.

Alternando momentos de censura e liberdade, o jornalismo praticado no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, caracterizava-se menos pela divulgação de informações e mais pela opinião explícita. Alguns jornais, marcadamente em defesa dos interesses da Coroa Portuguesa, como o *Idade D'Ouro no Brasil*, primeiro jornal produzido em terras baianas, em maio de 1811[33], eram denominados jornais áulicos. Outros, defendendo opiniões contrárias e usando o espaço do periódico para argumentação ideológica, foram chamados de doutrinários. E ainda, alguns usando do humor e da ironia para criticar a situação social do período, ficaram conhecidos como pasquins, por sua linguagem violenta e ataques diretos aos oponentes das mais diversas facções políticas e foram decisivos na abdicação de Dom Pedro I, em 1831, e no período Regencial.

[32] SODRÉ, 1999, p. 16.

[33] *Ibid.*, p. 29.

Somente a partir da metade do século XIX, com o golpe da maioridade, quando ocorreu a consolidação do Segundo Reinado, a imprensa política esmoreceu e, para buscar alternativas à sobrevivência, os jornais assumiram um conteúdo político mais conservador, porém, incluindo também sonetos, cartas de amor e folhetins buscando, com isso, diversificar a oferta de informações e atingir outros públicos. Mas, a estabilidade durou pouco porque, com o fim da Guerra do Paraguai, em 1875, as revoltas começaram a aparecer, acirrando a luta política e mostrando a necessidade de reformas estruturais na sociedade brasileira. A imprensa retomou, nesse período, a postura opinativa e ideológica, com os primeiros jornais abolicionistas, de ideias republicanas. É nesse momento que a maior parte dos autores que historiou a imprensa brasileira situa o início do seu processo de modernização.

Não há, contudo, consenso entre eles sobre o modo como ocorre esse processo, as motivações e a extensão. Alguns utilizam classificações um pouco mais rígidas para as diferentes etapas do desenvolvimento da imprensa brasileira e, neste caso, consideram o período da proclamação da República até as primeiras décadas do século XX como momento da passagem de um jornalismo “artesanal”, com explícita tendência política e natureza não capitalista, para um jornalismo “industrial”, fruto do que consideram a implantação do capitalismo e de uma sociedade burguesa no Brasil, que transformou os jornais em empresas capitalistas.

Além do clássico estudo de Nelson Werneck Sodré, outros pesquisadores também utilizam o “capitalismo nascente” como justificativa principal para a modernização do jornalismo brasileiro, situando esse processo na passagem do século XIX para o XX. Entre eles, Cremilda Medina[34], Juarez Bahia[35] e, mais recentemente, Richard Romancini e Cláudia Lago[36], que relacionam as mudanças à urbanização e industrialização da capital federal e da cidade de São Paulo. Nesta perspectiva,

[34] Cf. MEDINA, Cremilda de A. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988, p. 15. (Novas buscas em comunicação, 24).

[35] BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990. v. 1, p. 105ss.

[36] Cf. ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007, p. 67-68.

entretanto, o papel político dos jornais ficou aparentemente encoberto, “[...] dissolvido no fluxo operativo das prioridades econômicas”. [37]

Em que pese o fato da historiografia que discute a imprensa no Brasil não ser tão ampla quanto a riqueza da sua história exige, recentemente muitos pesquisadores têm se debruçado sobre diferentes aspectos desse percurso [38] e, de certo modo, questionado a linearidade com a qual o processo de modernização é apresentado pela perspectiva clássica. Na base das novas propostas, a visão da transformação do jornal artesanal para o jornal industrial não foi suplantada, mas ampliada, dando margem à observação de diversos outros fatores que também influenciaram no processo e, inclusive, fizeram-no diferente daquele percebido nos Estados Unidos e na Europa, visto serem as condições sociais brasileiras também distintas. São exemplos os recentes estudos publicados por Marialva Barbosa [39], por Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca [40] e por Lavina Madeira Ribeiro. [41]

Contudo, apesar da diversidade das novas abordagens historiográficas do jornalismo, a maior parte dos trabalhos concentra-se na prática jornalística desenvolvida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, deixando em descoberto a observação das demais regiões, com pesquisas bastante espaçadas. Tal observação, somada ao pequeno número de estudos dedicados à análise do papel do jornal impresso na cidade de Salvador durante o século XX, especialmente sobre as mudanças que ele sofre com a configuração do seu processo de modernização, justificam a presente obra.

Nela são analisadas coberturas jornalísticas em processos eleitorais das décadas de 1910, 1950 e 1990 do jornal *A Tarde*, mais antigo impresso em circulação na capital e o único que perpassa os três momentos,

[37] RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004, p. 135.

[38] Sobre isso ver: BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: INTERCOM, 2005. p. 102-111.

[39] *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*, lançado em 2007.

[40] *Imprensa e cidade*, de 2006 e *História da imprensa no Brasil*, de 2008, que traz uma coletânea com 11 artigos de diferentes pesquisadores, apresentando perspectivas diversas sobre os 200 anos de jornalismo no Brasil.

[41] *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*, de 2004.

e dois de seus concorrentes diretos.[42] O objetivo, entretanto, não foi realizar uma comparação entre eles, ao contrário, buscou-se identificar padrões de comportamento recorrentes nos três periódicos. Os pleitos selecionados ocorreram por voto direto e em períodos de regime formalmente democrático, condições que oferecem ao jornal mais liberdade para demarcar sua posição político-ideológica e deixar perceptível um posicionamento junto a seu leitor.

Os capítulos que seguem foram construídos a partir de três conjuntos principais de fontes documentais: os jornais impressos, as fontes bibliográficas e os depoimentos de profissionais da imprensa soteropolitana que atuaram na imprensa de Salvador entre as décadas de 1950 e 1990.[43] Além delas, também foram utilizados, de modo mais eventual, livros-reportagem, obras de literatura e canções populares que ajudaram a recompor determinados contextos. Para conferir mais fluidez ao texto e por questão estilística, optou-se por construí-lo prioritariamente com fontes primárias – matérias dos jornais pesquisados, entrevistas com profissionais e dados estatísticos obtidos em órgãos oficiais – deixando as fontes secundárias para as notas explicativas, quando isso se fez necessário. Por abordar uma grande quantidade de personagens e periódicos que marcaram a história da cidade da Bahia, optou-se por incluir, ao final, um capítulo com breves minibiografias e descrições desses.

O primeiro capítulo, *Jornalismo com paixão*, apresenta a cobertura das eleições de 1919, considerada a campanha de sucessão governamental mais acirrada depois do surgimento do jornal *A Tarde*. O papel da imprensa, especialmente do *A Tarde*, em todos os episódios que envolvem essa campanha é decisivo. O jornal estimulou os eleitores a participarem de uma eleição ilegal para escolha do intendente municipal, para a qual se candidatou o próprio Ernesto Simões Filho, porém que não obteve o reconhecimento oficial e, depois de derrotado o candidato que apoiava para o Governo do Estado, fomentou em suas páginas a

[42] No primeiro e segundo períodos, de 1919 e 1954, foram observados os jornais *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*; e, no pleito de 1990, os jornais *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia*. Os arquivos foram obtidos a partir do acervo disponibilizado na Biblioteca Pública do Estado da Bahia e no Arquivo Público da Bahia e fotografados para registro.

[43] As entrevistas utilizadas fazem parte do Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spannenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, Salvador/BA, entre os anos de 2008 e 2010.

chamada Revolta do Sertão, na qual coronéis do interior insurgiram-se contra a capital.

O pleito de 1954, para eleição de governador e prefeito municipal, é retratado no segundo capítulo, *Novos formatos, velhas ideias*. Neste momento, o Estado iniciava um período de industrialização e o primeiro Curso de Jornalismo era implantado na Universidade da Bahia. E a cobertura destaca-se, ainda, por ter sido a última eleição na qual o diretor do *A Tarde* disputou um cargo público, a vaga de Senador do Estado, e na qual se envolveu diretamente. Depois, afastado da vida política, ainda promoveria a primeira grande reforma gráfico-editorial do jornal, um ano antes de falecer, em 1957.

Por fim, o terceiro capítulo, *Panfleto político com apelo comercial*, traz a cobertura do pleito de 1990, primeiro com votação direta para o cargo de governador após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que estabeleceu iguais direitos políticos a todos os cidadãos brasileiros maiores de 16 anos, independentemente de sexo ou escolaridade. Nessa eleição, a atuação da televisão como veículo de divulgação da propaganda política obrigatória alterou significativamente a configuração das funções dos meios de comunicação. Além disso, uma das figuras centrais da cena política e comunicacional baiana na segunda metade do século XX, Antônio Carlos Magalhães, que havia consolidado sua tradição política a partir da aproximação com o regime autoritário, retornava ao governo eleito para um cargo no Poder Executivo, pela primeira vez, por voto direto.

A presente obra não se pretende um estudo do campo de pesquisa comunicação e política, tampouco se define com um resgate detalhado da história política e econômica da cidade de Salvador embora, para as discussões em torno do papel que o jornal desempenhou nela, tenham sido necessárias breves sínteses de cada período. O objetivo aqui é demonstrar que o jornalismo baiano, ao longo do século XX, assumiu uma postura de tribuna política e, mesmo sofrendo modificações formais e estruturais, conforme também se transformava seu leitorado, a cobertura política, com raras exceções, funcionou como espaço de resistência de antigas tradições nas páginas impressas, permanecendo sempre em campanha. Deste modo, o veículo jornal, desde sua origem, esteve ligado às elites baianas, por quem e para quem ele era produzido. Os processos de modernização, assim, ocorreram em constante

dialética entre mudanças e permanências, entre a novidade e a tradição. As mudanças que acontecem são, em grande parte, resultado de uma reconfiguração da própria elite soteropolitana ao longo do século XX.

Jornalismo com paixão

Divulgando os acontecimentos e até mesmo interferindo neles através da atuação política de seus dirigentes, os jornais cumpriram suas funções de manter a ordem, defender os interesses de seus acionistas e, sobretudo, veicular a ideologia da classe dominante baiana do período.[44]

O ano de 1912 começa agitado na capital baiana. Provavelmente, os muros das casas amanheceram o dia com as frases “Morra o Ano Velho” e “Viva o Ano Novo”, como de costume, escritas a carvão.[45] Mas, o jornalista e poeta satírico Lulú Parola[46] não dedica a esse hábito seus versos da coluna *Cantando e Rindo*, pois havia preocupação maior na cidade:

Falavam tanta coisa!
Que os extremos iam hontem
chocar-se num banzé!...
Mas, não caiu a trovoadá...
Temos A lua nova agora em Jequié...[47]

Os versos, publicados no *Jornal de Notícias* de 2 de janeiro, brincam com os ânimos acirrados com que Salvador finda 1911 e inicia o novo ano. Um episódio mostra o clima de instabilidade política: em 10 de janeiro, o centro da cidade é bombardeado pelo exército brasileiro, por ordem do presidente Hermes da Fonseca. A disputa que dá origem a esse ataque, entretanto, se inicia ainda no mês anterior, com a renúncia do governador, João Ferreira de Araújo Pinho. Alegando motivos de saúde, ele deixa o governo, embora se especulasse que o motivo real era

[44] SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1985, p. 124-125.

[45] Cf. LEAL, Geraldo da Costa. *Salvador dos contos, cantos e encantos*. Salvador: [s.n.], 2000, p. 19.

[46] Pseudônimo adotado por Aloysio de Carvalho para assinar a coluna *Cantando e Rindo*, publicada pelo *Jornal de Notícias*, na qual usava do chiste para comentar em versos os fatos políticos de Salvador.

[47] PAROLA, Lulú. Cantando e rindo. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 1.

o descontentamento com as constantes interferências de José Marcelino e Rui Barbosa.[48]

A cena política de Salvador é marcada pela divisão entre os severinistas, liderados por Severino Vieira no comando do Partido Republicano da Bahia, e pelos seabristas, aliados de José Joaquim Seabra, que fundou o Partido Republicano Dissidente e contava com o apoio da presidência da República, que o nomeara como Ministro da Viação. A intenção de Seabra era candidatar-se ao Governo do Estado nas eleições marcadas para janeiro de 1912, mas a renúncia do severinista Araújo Pinho alterara o quadro da disputa. Seu substituto legal era o presidente do Senado Estadual[49], Cônego Galvão, que não assumiu o cargo, também alegando motivos de saúde. Na linha de sucessão estava o presidente da Câmara de Deputados, Aurélio Viana, também severinista, mas seu nome não foi aceito pela Câmara Estadual. Viana, ignorando a recusa, toma posse e convoca a Assembleia Geral do Estado para uma sessão extraordinária, no dia 15 de janeiro, a fim de organizar as eleições de modo que Seabra não pudesse candidatar-se. Para evitar uma intervenção federal, transferiu a capital do Estado para o município de Jequié, à 365 quilômetros de Salvador, o que dificultaria o acesso das tropas do Exército. Os seabristas, maioria entre os vereadores, deputados e senadores, não aceitaram a convocação e efetivaram no cargo de presidente do Senado o Barão de São Francisco, então vice-presidente, que convocou também Assembleia Geral para 15 de janeiro, porém, para o prédio do Conselho Municipal, em Salvador. Assim, o Estado inicia 1912 com duas assembleias convocadas, inspirando ainda mais os versos de Parola: “Deste soneto, no entretanto, a ideia não é tratar das duas intendencias, e nem dos dois pedaços da assemblea... Num Anno Novo o coração me diz que a principal das suas exigências é dizer ao leitor: – Seja Feliz!”.[50]

[48] Cf. BAHIA. Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana: 1889/1991*. 2. ed. Salvador, 1997, p. 73.

[49] Desde o período colonial a organização administrativa das capitâneas contava com uma câmara denominada de Senado, com funções econômicas. Cf. REIS, Palhares Moreira. Eleições diretas e indiretas no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, Ano 34, n. 136, p. 115-130, out./dez, 1997. A Constituição de 1891 garante aos estados a autonomia para organizar suas Assembleias Legislativas, que poderiam ser compostas de deputados e senadores. Cf. *Ibid.*

[50] PAROLA, 1912.

A primeira capital do Brasil, nas décadas iniciais do século XX, estava distante da moderna capital da recém-criada República, que havia experimentado, ao longo do século XIX, uma série de mudanças decorrentes da instalação da Corte Portuguesa, em 1808, e da efervescência cultural do Segundo Reinado. Os 174.412 habitantes registrados em Salvador no censo demográfico de 1890 passam a 283.422 em 1920[51] e alteram-se muito pouco até meados do século XX – cerca de 0,2%, a menor taxa de crescimento populacional entre as capitais brasileiras.[52] A estagnação era resultado, dentre outros motivos, da perda de importância econômica no cenário nacional, já que há muito a cana-de-açúcar produzida na Bahia deixara de figurar entre os principais produtos de exportação, substituída pelo café do Sudeste. A antiga capital da Colônia não atraía mais emigrantes; ao contrário, os baianos dirigiam-se para outros Estados em busca de melhores condições de vida e trabalho. O abandono da cidade de Salvador pode ser observado pelos relatos dos jornais do período, nos quais os moradores cobram do poder público medidas de higienização e urbanização, como a solicitação da retirada de animais soltos nas praças públicas, o fim do pastoreio no largo do Bonfim ou da criação de galinhas e da utilização do cais do porto como local de varal de roupas.[53]

Os números da alfabetização também não eram animadores na Primeira República. O Censo de 1890 apontava 132.170 analfabetos em Salvador, 758 pessoas em cada mil habitantes. Em 1920, o número caiu para 124.927, o que equivale a 441 em cada mil. Nesse ano, o Estado da Bahia registrou 1.695 escolas primárias, com 68.782 alunos matriculados, sendo sua população em idade escolar (ou seja, com mais de sete anos) de 557.995 pessoas.[54] Os números assustavam, e os jornais denunciavam o lento crescimento de estabelecimentos de ensino em relação a outros Estados da federação:

[51] BRAZIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1º de setembro de 1920: anexos: decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1.

[52] Cf. RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004. p. 457.

[53] BAHIA, 1997, p. 74-77.

[54] BRAZIL, op. cit.

Conforme cifras da estatística de 1889, havia 682 escolas primárias para 28.454 alunos, sendo a população da então província calculada em 1.809 mil habitantes.

Trinta anos depois, existem 1.063 escolas com, em cifra redonda, 34.000 alunos matriculados.

A população, porém, pode-se dizer que duplicou, o que não aconteceu com o número de escolas e frequência. Entretanto, já em 1914, S. Paulo tinha duplicado a cifra dos seus estabelecimentos de ensino primário, cujas matrículas, apenas 22.075 em 1889, atingiam a 140.000.

Sergipe um dos menores Estados da federação, também há quatro anos passados tinha as suas escolas frequentadas pelo dobro de crianças, do que no início do regime republicano.

Não exageramos, portanto, ao afirmar a grande responsabilidade da Bahia no analfabetismo nacional.[55]

Sobre tais números, é preciso ressaltar que muitos apenas declaravam-se alfabetizados para se tornarem eleitores e, assim, poderem barganhar favores junto aos candidatos, embora não soubessem mais do que “desenhar” o próprio nome. O fraco hábito da leitura na capital baiana demonstra isso. Segundo reportagem de 1919, a Biblioteca Pública do Estado tinha média diária de 30 a 40 leitores, número considerado baixo diante de uma população de quase 300 mil habitantes.[56] As escolas de ensino médio também acompanhavam esse ritmo. Na década de 1930, a maior parte delas ainda se localizava na capital e apenas cinco municípios do interior ofereciam o curso ginasial – Alagoinhas, Nazaré, Santo Amaro, Jequié e Lençóis – o que ajuda a entender, em certa medida, o fluxo migratório em direção à capital e a limitada mobilidade da sociedade baiana.[57]

[55] (A) ONDA do analfabetismo, 6 nov. 1919.

[56] (O) MOVIMENTO literário na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 20 set. 1919, p. 1..

[57] Cf. SAMPAIO apud ARAGÃO, Rita. O contexto de gestação da Universidade da Bahia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999. p. 35-63. p. 43.

Para o ensino superior, a distância é ainda maior, mesmo para aqueles que moravam na capital. Esse benefício era garantido apenas aos filhos das famílias de uma elite que detinham os recursos necessários para adquirir a formação de bacharel, considerada o primeiro passo para uma carreira política.[58] Com o anel de doutor, o passo seguinte era integrar a redação de um dos diversos jornais do período, nos quais era possível exercitar a “retórica parlamentar”. [59] Eles eram a porta para a vida pública, a tribuna na qual se forjavam os novos quadros da elite intelectual que iria dirigir o Estado. O fenômeno de estagnação econômica atingiu a sociedade como um todo, amarrada às velhas tradições do Império, segundo as quais os jornais funcionavam como espaço de debate público a uma restrita camada de letrados.

É importante entender quem compunha essa elite política e econômica baiana e, especialmente, soteropolitana. A economia predominantemente agromercantil que sustentou o Estado durante toda a Colônia e o Império e fez a fortuna dos coronéis do Recôncavo, como também de outras regiões do interior baiano – embora perdendo força desde o declínio da cana-de-açúcar como produto de exportação – ainda garantiu o prestígio político e o controle dos líderes regionais. Apesar de profundamente conservador e resistente a mudanças, esse grupo, que não aceitou de imediato a inovação da República [60], logo descobriu na democracia representativa uma fonte de poder e troca de favores, visto que, pelo voto de cabresto, pôde aliciar a população sob seu domínio, criando os chamados “currais” eleitorais. De outro lado, estava a elite urbana que compunha Salvador, formada por comerciantes e banqueiros que controlavam o porto e a circulação das mercadorias produzidas no interior. Diferentemente da tradicional oligarquia rural, esta era letrada e cosmopolita, sustentada pelos valores e lembranças de uma cidade efervescente, que prevaleceram durante os séculos XVI e XVII, quando ainda era a capital da Colônia. [61]

[58] SAMPAIO apud ARAGÃO, Rita, 1999, p. 43.

[59] Lavina Ribeiro utiliza essa expressão para referir-se ao tipo de linguagem comumente utilizada nos jornais do Rio de Janeiro no período imperial. RIBEIRO, L., 2004, p. 81. Na Bahia, essa prática ainda persiste no período aqui observado.

[60] Cf. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política da acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998. p. 29.

[61] Cf. RISÉRIO, 2004.

Dessas elites é oriunda a intelectualidade baiana que ocupa as classes do ensino superior e as páginas dos jornais com sua linguagem formal e bacharelesca. É significativo, para compreender como esse grupo se constituiu nas primeiras décadas do século XX, observar a fundação da Academia de Letras da Bahia, que reunia a “elite intelectual” do período.[62] Entre os fundadores, Ernesto Simões Filho, J.J. Seabra e Moniz Sodré[63], todos selecionados conforme seu “valor”, por serem “homens de alto merecimento”[64]. As diferenças políticas e partidárias não os afastavam ideologicamente, pois possuíam geralmente os mesmos padrões de formação[65], o que os permitia assumir juntos o compromisso de “servir à Pátria honrando as letras”[66]. A biografia do fundador[67], Arlindo Fragoso, sintetiza o trajeto que era comum a essa intelectualidade. Filho de um rico negociante do Recôncavo Baiano, obteve educação em escolas de Portugal, Salvador e Rio de Janeiro. Retornando a Salvador, em 1886, com 21 anos e os diplomas de Engenheiro Civil e bacharel em Matemática, casou-se e ingressou no magistério. Aos 23 anos, tornou-se vereador na sua terra natal, Santo Amaro, e, no ano seguinte, foi indicado como prefeito do local pelo governador Manoel Vitorino. Ocupou, ainda, diversos cargos públicos e fundou a Escola Politécnica, em 1896. Paralelamente às carreiras docente e política, colaborou em diversos jornais de Salvador e da Capital da República, escrevendo crônicas e artigos opinativos, vocação que já demonstrava desde a juventude, quando lançou jornais em parceria com colegas de colégio em Santo Amaro.[68] O trinômio acadêmico-jornalista-político parece marcar a trajetória dessa elite intelectual da

[62] Cf. CALMON, Jorge. Oitenta anos da Academia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 44, p. 7-14, 2000. p. 8.

[63] Moniz Sodré era primo do governador Antônio Moniz e representante da política dos “monizes” na esfera federal, assim denominado o período no qual o nepotismo do governador nomeou parentes e contraparentes para assumir os principais postos no Estado da Bahia. Sobre isso, ver: SAMPAIO, C., 1998.

[64] Cf. CALMON, J., op. cit., 2000, p. 8.

[65] Cf. RIBEIRO, L., 2004, p. 85; SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos intelectuais afro-brasileiros num contexto de disputa racial na Bahia - 1889/1937*. Salvador, 2001. p. 2. Disponível em: <www.seara.uneb.br/sumario/professores/flaviogoncalves.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

[66] Cf. CALMON, J., op. cit., p. 14.

[67] Cf. VEIGA, Cláudio. O fundador. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 44, p. 15-23, 2000. p. 15-23.

[68] *Ibid.*, p. 17.

Salvador na Primeira República e esta, tão imbricada que está na vida pública e de negócios, era inseparável das elites política e econômica.

É evidente que há exceções, mas, até mesmo nelas, o trinômio se reproduz, ainda que em partes. O major Cosme de Farias é um exemplo disso. Completou apenas o curso primário, o que não o impediu de seguir a carreira jornalística e política e ser um dos personagens de maior destaque na imprensa durante a primeira metade do século XX.[69] Ele começou a atuar em jornais em 1894, com 19 anos e, durante os 70 anos seguintes, passou por diversos periódicos de Salvador, como redator, repórter e até mesmo na direção. Concomitantemente à atuação na imprensa, exerceu mandatos legislativos entre 1907 e 1970, como conselheiro municipal, vereador e deputado estadual. Além disso, foi rábula, alcançando notoriedade por defender pessoas que não tinham como arcar com o custo de advogados. Nascido em São Tomé de Paripe, subúrbio de Salvador, o mulato, filho de um pequeno comerciante, não fazia parte da elite soteropolitana, mas, seguindo o seu traçado, conseguiu destaque, com exceção da academia – pois a educação na Primeira República era restrita, especialmente aos negros – e logo na adolescência começou a trabalhar.[70]

Nesse contexto, os jornais funcionavam também como uma espécie de mural de reclames, abrindo espaço para as queixas e demandas dos cidadãos; das classes médias e altas às agências de notícias, todos os letrados tinham espaço nos jornais. Distante das mudanças que caracterizaram o jornalismo carioca na virada do século, voltando-os lentamente para a predominância da informação sobre a opinião[71], os impressos baianos ainda tinham, na opinião, sua marca principal, até mesmo aqueles que se pretendiam independentes da política. O *Jornal de Notícias*, um dos três principais periódicos soteropolitanos do período – mas cuja origem remonta ao Império[72], precisamente em setembro de 1879 – é um exemplo. Em seu programa, o periódico afirmava ser “completamente neutro nas lutas dos partidos [...] esmerando-se em

[69] Cf. CELESTINO, Mônica. *Cosme de Farias*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2006. 21ss.

[70] Cf. *Ibid.*, p. 14-15.

[71] Cf. SODRÉ, 1999.

[72] Cf. CARVALHO FILHO, Aloysio de. *Jornalismo na Bahia, 1875-1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 53-73. p. 56.

ser fiel e criterioso nas notícias locais que vierem ao seu conhecimento”, porém, no mesmo texto, ressaltava: “a empresa tratará de assuntos de interesse geral, sem todavia immiscuir-se nas lutas dos partidos, nem atacar personalidades”. [73]

Na primeira edição de 1912, o *Jornal de Notícias*, além de estampar na página inicial os versos de Parola, ainda abriu espaço para outros textos que comentavam o episódio, a maioria deles apoiando Seabra e a atitude do Barão de São Francisco. Em um deles, Aurélio Viana era comparado a Antônio Conselheiro, líder da Revolta de Canudos, que também aconteceu no Sertão Baiano, por querer levar a capital até Jequié.

A conselho do truculento e rancoroso Sr. José Marcellino, antigo presidente da Junta Nacional, está transferida para a inculta e remota cidade de Jequié a capital do Estado da Bahia.

Por que essa extrema e surpreendente providência? Diz o decreto do novo governador Aurélio Vianna que por motivo de “salvação pública”.

Mas não é. *Salvação pública* entra aqui à força, fazendo caretas, absolutamente contra feita. O motivo não é nem pode ser esse. O Sr. Aurélio Vianna, mal aconselhado pelo Sr. José Marcellino, começou o seu governo fazendo violências à língua portuguesa, desprezando o sentido de diversas palavras, mentindo ao país.

Uma eleição de governador nunca põe em perigo, neste país, a estabilidade de um governo, nem a ordem constitucional.

Não há motivo, portanto, para se querer fazer crer que a situação bahiana vem interromper essa tradição. O que fez esse grito marcial mudar a capital do seu estado para uma cidade perdida no fundo dos sertões da Bahia foi o medo da luta franca, foi o receio do verdadeiro pronunciamento do povo, que agora se vai fazer. Nos cálculos do sr. José Marcellino nunca entrou a parte que a entidade povo viesse a ter um dia na escolha dos desfrutadores dos altos postos, entravam apenas a polícia embalada e os jagunços

[73] CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. *Anais da imprensa da Bahia: 1º centenário 1811-1911*. 2. ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007. p. 123.

que o thesouro armava e alimentava sem restrições. [...] (Da Gazeta da Tarde, do Rio, de 26-12-911)[74]

Recorrendo a um discurso político, repleto de adjetivações, o jornal colocava-se como voz do povo, arriscando prever como esse se posicionaria nas eleições que se aproximavam. Não explicava, contudo, a qual “povo” se referia.[75] Tal estratégia semântica, quando adotada pelos jornais de empréstimo dos discursos políticos, pode também ser compreendida como um recurso retórico para dar credibilidade ao veículo como representante de um grupo social amplo, apesar do número de leitores de jornais ser restrito na Salvador da década de 1910 e das posições ideológicas defendidas pelo jornal limitarem seus interesses a apenas uma das facções que ocupam a cena política local.

A primeira edição do *Jornal de Notícias* de 1912 permite, ainda, antever os graves desdobramentos que a disputa política causaria sobre a cidade. Além de textos de apoio a J.J. Seabra, a maioria transcrita de jornais cariocas, o periódico abriu espaço para um “Protesto Judiciário” dirigido ao Governo do Estado e assinado por diversos representantes do legislativo municipal e estadual. Os subscritos resumiam em três queixas centrais suas reclamações: primeiro, eram contrários ao adiamento da eleição para governador, marcada originalmente para 28 de janeiro; segundo, não entendiam como válida qualquer reunião da Assembleia Geral que não fosse dirigida por seu presidente em exercício, o vice-presidente do Senado; e, por fim, eram contra a transferência da capital, em função dela ter sido determinada pelo poder Executivo arbitrariamente, sem passar pela aprovação das instâncias do legislativo.[76]

Longe de encontrar solução, a situação agravou-se ainda mais quando o governador em exercício, Aurélio Viana, mandou a polícia militar cercar e impedir a passagem de qualquer pessoa no prédio da Câmara Municipal. A oposição seabrista conseguiu um *habeas corpus*,

[74] (O) CASO da Bahia. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 2.

[75] Não é interesse da presente obra discutir o complexo conceito de povo. Optou-se por utilizá-lo na acepção de Bobbio, Matteucci e Pasquino, que tratam povo como um “[...] agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes.” BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Tradução Carmen C. Varriale et al. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993. p. 980. O conceito, entretanto, como bem lembram os autores, é amplamente adotado pelas fórmulas políticas de natureza populista.

[76] Cf. GOVERNO do Estado. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 3.

emitido pelo juiz federal Paulo Fontes, para garantir que a Assembleia pudesse acontecer no local marcado. Contudo, Viana decidiu manter o cerco, o que foi entendido como desacato, e o presidente da República ordenou que o Exército atacasse, sob o comando do general Sotero de Menezes. Depois de tentar – em vão – um acordo, o militar distribuiu um comunicado à população:

O General Sotero de Menezes, Inspetor da 7ª Região Militar, faz saber que, tendo o Governo do estado se recusado terminantemente a obedecer ao *habeas-corpus* concedido pelo Exm. Sr. Dr. Juiz Seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara de Deputados, os congressistas convocados pelo Sr. Barão de São Francisco, presidente em exercício do Senado – cumpre-lhe, em obediência à requisição do mesmo juiz federal aos poderes competentes, fazer respeitar e executar essa ordem, pela intervenção da força sob o seu comando, intervenção a que dará início dentro de uma hora.[77]

O aviso, que circulou a partir do meio-dia, gerou tumulto nas ruas, fechou as portas do comércio e alterou as rotas do transporte coletivo. Uma hora mais tarde, dois tiros de pólvora seca anunciavam o começo do ataque e, cerca de 40 minutos depois, iniciaram os bombardeios, partindo dos fortes de São Pedro e do Barbalho e atingindo o Teatro São João, a Torre do Paço Municipal, parte do Palácio Rio Branco, da Câmara Municipal, do Palácio do Arcebispado, da Igreja da Sé e causando incêndio na Biblioteca Estadual.[78]

Ao todo, foram duas horas de ataque que, segundo relatos do *Jornal de Notícias*, além dos tiros de canhão, também incluíram confronto direto entre policiais e militares nas ruas do centro de Salvador, resultando em dezenas de mortos e feridos. As baixas só não foram maiores por uma estratégica ordem do chefe de polícia, Capitão Francolino Afonso Pedreira, impedindo a evacuação do Convento do Salete, vizinho ao quartel dos Barris. Quando questionado por Sotero de Menezes por que não permitia que as freiras deixassem o local, Pedreira, ironicamente, respondeu: “Pergunte à sua própria consciência. As irmãs vão ficar rezando por nossas almas”. [79] O local foi poupado dos ataques.

Pois é como lhe digo aqui baixinho:

[77] TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 171.

[78] Cf. BAHIA, 1997, p. 75.

[79] Cf. LEAL, 2000, p. 217.

É isto; agora, a principal notícia
É a discordia do exercito e policia,
Contra os quaes a prudencia é um bom padrinho...

Em divergencia assim, cada milicia
Não pode ver a outra no caminho...
Para muitos – *Política* é delícia;
Porem, quem paga o goso é *Zé-Povinho!*

Isto é que é no Brasil regra geral;
E nestas coisas nossa gente prima,
Como não ha no mundo assim, igual...

Nunca *Zé-Povo* em taes barulhos ganha...
Quando os graúdos brigam lá por cima,
Não tem que ver, miúdo é quem apanha! [80]

Apesar das posições bem definidas, o *Jornal de Notícias*, que publica os versos de Parola, também se esforça em buscar a prometida neutralidade, oferecendo diversidade de informações ao leitor. O periódico, como os principais órgãos da época, apresentava-se sob formato grande, com 62 centímetros de altura e 44 de largura, e era composto de 12 páginas, sendo três delas dedicadas exclusivamente à publicação de anúncios e, outras duas, que traziam transcrições de telegramas internacionais, nacionais e do interior da Bahia, além de oferta de serviços diversos, numa espécie de classificados, seção denominada *Memoranda*. O custo avulso era de 100 réis, o que equivalia a pouco mais de 65 gramas de pão.[81] A primeira página raramente era dedicada a algum assunto que gerasse polêmica, além dos versos da coluna *Cantando e Rindo*; ela geralmente publicava artigos sobre história e artes. Entre as notícias variadas, que ocupavam cerca de 40% do espaço total, o periódico incluía matérias transcritas de jornais cariocas e pequenos textos comentando as publicações de outras folhas baianas. Na edição de 24

[80] PAROLA, 1912.

[81] Em 15 de setembro de 1919, o jornal *A Tarde* noticia a nova tabela de preços do pão: “Por kilo de pão de qualquer tamanho 1\$100. Por meio kilo idem, idem 550 réis. Por pado de peso de [...] grammas 240 réis. Por pado de peso de 95 a 100 grammas 120 réis. Por pado de peso de 60 a 65 grammas 080 réis”. [A] FRAUDE no peso do pão, 15 set. 1919. Sobre o pão na dieta do baiano, Mário Augusto Santos afirma que, “dos alimentos farináceos, o pão de trigo vinha em segundo lugar em importância, logo após a farinha de mandioca. Era consumido no desjejum, com manteiga ou sem ela a depender das dificuldades do momento. O café com pão podia substituir o jantar ou constituir a ‘ceia’”. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A república do povo: sobrevivência e tensão* - Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001. p. 69.

de janeiro, ainda sob clima de tensão, quando a cidade preparava-se para o pleito que ocorreria dentro de quatro dias, os leitores encontram publicada uma nota, na sexta coluna da segunda página:

Pleito governamental

A *Gazeta do Povo*, órgão do partido republicano conservador, convoca seus correligionários para, no próximo domingo, comparecerem às urnas, afim de votarem no seu candidato ao cargo de governador.[82]

A nota reforça a ideia da imprensa como prestadora de serviço de utilidade pública a um grupo restrito que tinha direito a votar e de uma tribuna política. A aparente contradição entre as duas posturas não gerava estranhamento nos leitores nem constrangimento nos veículos. Pelo contrário. Basta tomarmos como exemplo editorial publicado pelo *Diário de Notícias*, em 1903, no qual se explica a diferença entre “imprensa neutra” e “imprensa independente”. Segundo o texto, neutra “é uma imprensa sem iniciativa, sem actividade, sem direito de fiscalização, indiferente, nulla”, enquanto “a imprensa independente [...] é autonómica, capaz de exercer com amplitude as três funções capitães de instruir, fiscalizar e orientar sciente e consciente de seus direitos e deveres”. [83] Abrir espaço para comentar informações divulgadas por outros jornais parece ser recurso tanto para preencher o espaço noticioso quanto para sustentar uma aparente independência diante dos fatos. Na prática, contudo, ela não ocorria.

De fato, a neutralidade jornalística esteve mais presente nos discursos, em aparente busca de legitimação, do que efetivada na prática da sua redação. Seguindo o modelo de liberdade de imprensa estadunidense, os jornais não precisavam mais do que assumir compromisso público, em nome da ética, de exercer a neutralidade e deixar aos leitores a responsabilidade de julgar sua postura, porém, sem nenhuma possibilidade de intervir sobre ela. Mas, longe do distanciamento que tal situação parece sugerir, os leitores não eram apenas conduzidos por veículos que ditavam seus modos de pensar e agir, compactuavam com tal prática à medida que a corroboravam pela compra dos jornais e pela

[82] PLEITO governamental. *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 jan. 1912.

[83] REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana: 1888-1937*. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 24.

sua difusão. Por isso, chamam atenção as três funções apontadas como prerrogativas da imprensa: instruir, fiscalizar e orientar. Pelo perfil dos jornalistas, percebe-se que os veículos atuavam como difusores e mantenedores da ordem social instituída, na qual a elite intelectual que neles escrevia e com a qual pretendiam dialogar, reforçava sua posição de dominação política e oferecia ao leitorado o beneplácito de sua orientação, nesse e em outros assuntos. Porém, permanecem duas questões decisivas na compreensão do jornalismo baiano na Primeira República. A primeira: a quem os jornais deveriam instruir e orientar? Ou seja, quem são seus leitores e quem é o “povo” que os periódicos sugerem representar?

A população de Salvador, como já dito, não cresce significativamente na virada do século, a chegada de imigrantes é mínima e, ao contrário de outros Estados, a forte seca do interior faz muitos fugirem do Sertão em busca de melhores condições de vida. O Censo de 1920 mostra que quase 5.000 baianos moravam em outros Estados, especialmente em São Paulo, enquanto o território recebia pouco mais de 2.000 nascidos em outros locais, a maioria do vizinho Sergipe.[84] Os habitantes da capital eram castigados por condições precárias de vida, saneamento quase inexistente e altos índices de mortalidade. A economia concentrava-se no setor primário, especialmente com a pesca, e no setor de comércio e serviços, que ocupava a maior parte da população, tanto como atividade fixa quanto como ambulantes. Entre os prestadores de serviço, encontram-se situações notadamente díspares, como a dos trabalhadores domésticos, que viviam condição de quase escravidão, e os funcionários públicos, cujos cargos eram, geralmente, moeda de troca por favores eleitorais.[85] O setor industrial era mínimo, predominando as oficinas domésticas de regime artesanal, em detrimento da fábrica (mantidas por sociedades anônimas ou firmas comerciais) e da pequena indústria (sem instalações próprias e empregados remunerados).[86] O setor têxtil era o que mais empregava na indústria, tendo registrado

[84] O Recenseamento de 1920 registra 4.923 baianos residentes em outros estados. Já entre os nascidos fora, são 2.024, 446 de Sergipe. BRAZIL, 1922.

[85] Ibid., p. 52-53.

[86] Ibid., p. 18.

4.870 funcionários em 1925, o que permitiu um início de organização dos trabalhadores.[87]

Os direitos trabalhistas marcaram as reivindicações populares da República Velha, com a redução da carga horária e o aumento de salários. Outra questão central dos protestos, também relacionada à sobrevivência física, era a alimentação.[88] Mesmo com a estrutura agrária localizada na periferia da cidade, onde se concentrava a maior parte da população[89], Salvador precisava importar de outros Estados ou países muitos dos gêneros básicos de alimentação cotidiana – a carne verde, o bacalhau e a farinha de mandioca.[90] A situação agravou-se mais durante a Primeira Guerra Mundial, pois, com a escassez, a especulação comercial aumentou[91], gerando protestos contra a carestia.

Esses são alguns dos poucos episódios nos quais o “povo” estampado nas páginas dos jornais coincide com a maior parte da população de Salvador. Em 1913, o *A Tarde* organizou um protesto, arrastando a população do Largo da Calçada ao Palácio Rio Branco, à frente do qual se manifestou ao governador: “O povo desta Capital, oprimido pela carestia progressiva dos gêneros de primeira necessidade, pela desmesurada elevação dos preços dos aluguéis das habitações que lhe são dadas a ocupar, vem, respeitosamente, apelar para a ação de V. Excia., no sentido de serem minorados os tormentos que o torturam”. [92] Na maior parte dos casos, porém, o “povo” representado pelos jornais era composto pelas “classes conservadoras”, restando às demais os espaços secundários, como os profissionais liberais (médicos, dentistas e advogados), que figuravam nas colunas de “Indicadores” publicadas pela maioria dos jornais com endereços, ou os professores e demais funcionários públicos, que apareciam como personagens das matérias sobre greves e reclamações trabalhistas.

As classes baixas somente mereciam destaque em casos de notícias exóticas ou escandalosas. Um exemplo foi a reportagem policial

[87] BRAZIL, 1922, p. 21-22.

[88] *Ibid.*, p. 99.

[89] De acordo com Mário Augusto Santos, em 1920, 64,8% da população estava na periferia e 35,2%, nas áreas centrais. *Ibid.*, p. 73.

[90] *Ibid.*, p. 71.

[91] *Ibid.*, p. 72-73

[92] MORAES, Walfrido. *Simões Filho: o jornalista de combate e o tribuno das multidões*. Salvador: W. Moraes, 1997, p. 106.

publicada em 1919, relatando um triângulo amoroso com final trágico. O texto assim descreve os três personagens: “Constança, rapariga de vida [...], mulata, 27 annos de idade. Henrique, muito moço também, pintor. Isabel, 31 annos, parda”. [93] O relato, em três colunas, na parte superior esquerda da capa, ilustrado por uma foto em close do corpo do pintor com um corte no pescoço, narra a tentativa de assassinato de Constança por Henrique, seu ex-namorado, quando ele acaba também atingindo Isabel, vizinha da vítima. Segundo o texto, desesperado com seu ato, o rapaz “suicida-se”.

A segunda pergunta a ser respondida diz respeito à função de fiscalizar assumida pelos jornais: que autonomia os periódicos tinham para tanto? A maior parte dos jornais existentes na República Velha em Salvador constituía-se como empresa de capital aberto, que gerava lucros aos acionistas. [94] Foi esse capital – investido especialmente pelo comércio de Salvador, em forma de compra de ações e de espaço publicitário – que garantiu a sustentação dos jornais e a formação da grande imprensa. [95] Com a decadência da indústria baiana, no final do século XIX, o que prevaleceu como principal motor da economia foi o comércio, tanto que, entre 1890 e 1929, a maioria dos diretores da Associação Comercial da Bahia investiu parte de seus lucros na compra de ações de jornais. [96] Tal ligação, ao passo que garantia aos comerciantes o controle dos meios de comunicação, era mantida de modo discreto, situação só alterada eventualmente, como no pleito de 1919, como será visto a seguir. Esse controle, contudo, não foi exclusivo. Era também notório o financiamento partidário, porém, esse não era regular, aumentando apenas em períodos eleitorais e forçando as empresas a buscarem outros modos de sobreviver quando os pleitos terminavam. Cruzam-se, portanto, nos discursos dos jornais, interesses diversos: o da empresa jornalística, que busca conquistar seu público e alcançar seu

[93] AMORES trágicos. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1919.

[94] SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

[95] Conforme José W. Santos, a grande imprensa “[...] é um tipo de imprensa produzido dentro de uma estrutura capitalista que tem como objetivo o lucro [...] e a empresa-indústria que vende notícias e tem, como base de sustentação, a publicidade. Pequena ou grande empresa, mas sempre ‘Grande Imprensa’”. *Ibid.*, p. 28.

[96] *Ibid.*, p. 49.

lucro; o dos anunciantes, que a mantém; e o dos partidos, que a sustentam ideológica e financeiramente.

A sutileza com que era tratada a relação dos jornais com a classe comercial cedia lugar à panfletagem, quando o assunto era política, salvo raras exceções. Muitos periódicos explicitavam suas opiniões e convocavam os leitores a assumi-las com eles. O *Diário da Bahia*, também destacado periódico da capital, mantinha explícitas suas posições partidárias e não abria espaço para vozes dissonantes. Fundado em 1856, no texto de apresentação, o jornal definia-se como: “Órgão independente e imparcial, fôra da acção dos partidos, exercerá com abnegação e sem interesses de bandos políticos e bajulações do poder o seu nobre ministerio”. [97] A proposta inicial foi gradativamente alterada, depois de oito diferentes grupos de proprietários. Em 1900, o jornal foi adquirido por Severino Vieira, governador do Estado, à época. [98]

Com o mesmo formato e preço do *Jornal de Notícias*, o *Diário da Bahia* tinha quatro páginas, sendo 50% do jornal dedicado à divulgação de notícias, também de naturezas variadas. Porém, ao contrário daquele, neste o espaço privilegiado da primeira página era utilizado amplamente para a divulgação de notícias e textos opinativos sobre seus interesses políticos, ficando a segunda página dedicada às notícias de polícia, notas sociais e esportivas, além dos telegramas. Na edição de 4 de janeiro de 1912, posicionando-se explicitamente contra a postura seabrista, o jornal publicava:

O sr. Seabra, não ha duvida, está em desespero de causa. E, como todo naufrago, ahí vive attonito, quasi louco a esfrangalhar os frageis elementos que lhe param ás mãos na anciedade de vida e atterado ante o abysmo profundo das decepções que há de vir e que formarão o esquife que há de guardar, segregado do mundo, a sua individualidade política. [99]

Durante a crise da sucessão ao Governo do Estado em 1912, que culminou com o bombardeio de Salvador, as posições defendidas pelo *Diário da Bahia* mantiveram sempre o mesmo tom: opinião explícita, manifesta a partir de adjetivos pejorativos, com ênfase mais na desmoralização do adversário do que na discussão das propostas defendidas

[97] CARVALHO; TORRES, 2007, p. 82.

[98] *Ibid.*, p. 83.

[99] (O) SR. Seabra e os telegraphos: uma causa em Fallencia. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 jan. 1912. p. 1.

pelo seu próprio candidato, características marcantes dos pasquins que deram o tom do jornalismo do Rio de Janeiro no período regencial, mais de 80 anos antes.[100] A discussão política que se espalhava pelas páginas do jornal resumia-se ao ataque a Seabra – cuja candidatura era denunciada como ilegal – e a uma reiterada nota de apoio à candidatura de Domingos Guimarães, que passou a ser publicada a partir de 5 de janeiro de 1912.

Ao patriótico eleitorado do Estado da Bahia

Para governador da Bahia

Apresentamos para governador da Bahia, na próxima eleição, ao íntegro, independente e honrado, sr. dr. Domingos Guimarães, cidadão ilustrado, prudente e ordeiro, e portanto digno de ser eleito.

Os votos que porventura desviarem-se para a pseudo candidatura do exm. sr. dr. J. J. Seabra todos eles serão perdidos, porque s. ex. é claramente inelegível, desde que não tem a sua residência neste Estado, e é ainda incompatível por ser ministro do presidente da República, segundo a nossa Constituição, e a lei n.9 sancionada pelo governo deste Estado.

Não percam os nossos votos, bahianos patriotas, sufraguemos o nome honrado do bahiano distinto – Dr. Domingos Rodrigues Guimarães em quem esperamos a paz e progresso para nosso Estado.

MUITOS BAHIANOS PATRIOTAS.[101]

Não parece haver inconveniente algum na explicitação da opinião, observada pela utilização de adjetivos. O jornalismo praticado pelo *Diário da Bahia*, apaixonado e opinativo, relembra os registros dos libelos europeus dos séculos XVII e XVIII ou os jornais doutrinários predominantes no Brasil Imperial, mas está longe dos periódicos despolitizados que começaram a configurar a prática do jornalismo no século

[100] Ao tratar do jornalismo praticado especialmente na Regência (1831-1840), Nelson Werneck Sodré afirma: “[...] num meio em que a educação, em seu estágio mais rudimentar, o ensino, estava poquissamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que os que haviam freqüentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloquência vazia, a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria”. SODRÉ, 1999, p. 157.

[101] AO PATRIÓTICO eleitorado do Estado da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 5 jan. 1912. p. 1.

XX, especialmente nos Estados Unidos e, lentamente, também na capital da República.[102]

Embora menos que o *Jornal de Notícias*, o *Diário da Bahia* também se apresentava como espécie de mural de serviços, reforçando seu papel de difusor de informações entre a sociedade letrada da Bahia. Assim, alguns assuntos de interesse pessoal surgiam em meio a textos noticiosos e anúncios comerciais, como a também recorrente notificação de mudança de endereço de Pedro Lago, destacado político do período e um dos acionistas majoritários do jornal: “**AVISO** – Pedro Lago comunica aos seus amigos que transferiu sua residência para o PORTAO DA PIEDADE n. 18.”[103] Mas, os temas políticos eram predominantes, mesmo entre tais avisos, que também podiam ser originados da própria redação e, muitas vezes, convocavam diretamente o leitor-correligionário a determinada ação, optando quase sempre pelo discurso político-partidário.

AVISO

Avisamos aos nossos amigos e correligionarios que hoje, ás 12 horas do dia, devem embarcar com destino a Jequié, em vapor da Navegação Bahiana, os srs. senador João Moreira de Pinho, deputados Carlos Pedreira e Antonio Moacyr, que ali irão cumprir os deveres de seu mandato legislativo.

Outrossim que ás 11 horas esses illustres parlamentares sahirão do edificio deste *Diario* para a ponte da Navegação.

Pelo que os nossos distinctos amigos, que quizerem cumprir o dever de os acompanhar ao ponto de embarque, deverão comparecer ao *Diario da Bahia* até essa hora (11 da manhã).[104]

Apesar do esforço retórico do *Diário da Bahia*, depois da crise eleitoral e do bombardeio da cidade, as eleições para governador ocorreram na data inicialmente prevista: 28 de janeiro de 1912. No dia seguinte ao pleito, o *Jornal de Notícias* publicou os primeiros resultados apurados, registrando J. J. Seabra com 4.284 votos e Domingos Guimarães com 24, entre as urnas da capital baiana, restando apenas os resultados das

[102] Cf. TRAQUINA, 2005a; SODRÉ, op. cit.

[103] AVISO: Pedro Lago. *Diário da Bahia*, Salvador, 4 jan. 1912.

[104] AVISO. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1912.

seções de Cotegipe, Maré e Pirajá.[105] Transcorridos mais alguns dias, anunciou-se a vitória de Seabra para governar a Bahia pelo próximo quadriênio. A posse ocorreu no dia 29 de março de 1912.

A proposta modernizadora do jornal *A Tarde*

A ascensão da oposição seabrista gerou diversas mudanças para a capital da Bahia, pois representou rompimento com as antigas forças políticas que ocupavam o poder desde o Império. As mudanças trouxeram novos ares para Salvador. Mesmo em meio à estagnação econômica, que permanecia, é possível perceber as novidades trazidas pela Segunda Revolução Industrial. A luz elétrica passou a atingir grande parte da cidade, e a iluminação pública, antes à gás, foi substituída pelo querosene. Os automóveis que chegaram à cidade em 1902, já somavam 128 unidades em 1915, e os telefones, implantados em 1884, atingiram 363 aparelhos em 1908, chegando a 3.035, em 1922.[106]

As mudanças eram tantas que um visitante ilustre, o urbanista Ezequiel Ubatuba, ao palestrar em setembro de 1917, no salão do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, comparou a deplorável Salvador antiga, que havia conhecido em viagens nos anos de 1900 e 1910, e a moderna cidade apresentada no momento:

A praia suja, recortada de velhos trapiches, irregulares, intrusos; as ruas estreitas, enlameadas, escuras; a casaria em ruínas, inestética, desconfortável [...] o calor, o ruído dos veículos, o grito dos carregadores; os correios e telégrafos mal instalados; os mercados; os restaurantes impróprios, acavernados; tudo, enfim, causava à vista a pior impressão, dando e provocando um mal-estar horrível, neurastênico, incapaz de deixar perceber as belezas da cidade, que então já as tinha.[107]

A cidade que encontrava agora, em 1917, impressionava-o, com “largas avenidas arborizadas”, “magnífico cais”, seu bairro de comércio “luxuosamente instalado”, os “veículos que deslisam quase

[105] ELEIÇÃO de governador. *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 jan. 1912.

[106] Cf. SANTOS, M., 2001, p. 29-30.

[107] EZEQUIEL UBATUBA apud FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA URBANA, 1; 1990, Salvador, BA. *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura/UFBA, 1992. p. 53-68. p. 53.

silenciosos”[108], bondes que “deram aspecto civilizado à cidade”[109], e tudo isso a torna uma “grande cidade”[110].

Seguindo o exemplo de Pereira Passos, engenheiro e urbanista que foi prefeito do Rio de Janeiro, observado de perto durante sua temporada na capital do país como Ministro da Viação, J. J. Seabra pretendia modernizar Salvador, reurbanizar a cidade. Para isso, criou as avenidas Sete de Setembro e Oceânica e fez intensa campanha para destruir totalmente o Centro Histórico, a fim de substituir os antigos casarões coloniais por edifícios de arquitetura moderna.[111] O principal símbolo dessa campanha, contra o qual se levantaram os progressistas, foi a Sé da Bahia, construída na primeira excursão de povoamento da cidade, comandada por Thomé de Souza. O templo era considerado destoante da nova e moderna arquitetura que se pretendia para Salvador, além de empecilho ao tráfego dos bondes. Por fim, em 1933, foi demolida à picaretas pela população, insuflada pelo discurso modernizador, ação que, conforme se especula, era consentida pelo então arcebispo, futuro Cardeal da Silva, mediante pagamento de suborno.[112]

A intelectualidade baiana protestou contra as medidas destruidoras propostas por Seabra. Jorge Amado, por exemplo, lembrava que a Igreja da Sé havia abrigado os mais célebres sermões de Antônio Vieira. Alguns jornais também se colocaram contra a demolição do Centro Histórico, como o recém-inaugurado *A Tarde*, de Ernesto Simões Filho, que estampava, nas páginas da sua primeira edição, um artigo de Teodoro Sampaio criticando a derrubada da Sé para alargamento da rua.[113] O artigo é mais uma demonstração do rompimento de Simões Filho com o seabrismo, que ajudara chegar ao poder.

[108] EZEQUIEL UBATUBA apud FERNANDES; GOMES, 1992, p. 53.

[109] Ibid.

[110] Ibid., p. 54.

[111] Cf. RISERIO, 2004, p. 493.

[112] Ibid., p. 494. O jornal *A Tarde* noticia tal negociação em 02 de outubro de 1919, em matéria intitulada “A Sé vae a baixo – O Estado negociou a desapropriação com a mitra por 300.000\$”. No texto, explica-se a negociação: “Segundo as notas colhidas pela reportagem d’ “A Tarde”, o ajuste foi por trezentos contos de réis que o Thesouro dará em dinheiro á mitra, no acto da assignatura da desapropriação amigavel. O resto fica com a Linha Circular que toma a si a demolição do nosso mais antigo templo e a pavimentação da praça que dará logar o seu desaparecimento.”

[113] Cf. CALMON, Pedro. *A vida de Simões Filho*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986, p. 67.

Ernesto Simões Filho nasceu em Cachoeira, em 4 de outubro de 1886. Descendente de grandes senhores de terra, seus bisavós, Joaquim Simões da Silva e Maria Silvério, e seus avós, Francisca Simões da Silva Freitas e Antônio Nunes Rodrigues de Freitas, viviam na Serra de Itiúba e foram protagonistas da Guerra do Cadó (apelido de Joaquim Simões, irmão de D. Francisca), na qual se confrontaram duas famílias da região, os Simões e os Passos. Estes fugiram do local, não sem antes deixar um rastro de mortes entre os inimigos.[114] O pai, Ernesto Simões, nasceu em 1855 e, aos 15 anos, mudou-se para Cachoeira, onde mais tarde casou-se com Emília Rosa, de Santo Amaro, sobrinha e única herdeira de Galdino Fernandes da Silva, proprietário da Farmácia e Drogeria Galdino, “a mais afreguesada” da Cidade Baixa, em Salvador, que, a partir de 1903, passou a administrar.[115]

Aos 14 anos Simões Filho chegou a Salvador, para estudar no Colégio São José, onde produziu seu primeiro jornal, *O Carrasco*. Mas, é a segunda publicação, *O Papão*, que lhe garantiu notoriedade. Lançado em janeiro de 1904, quando tinha 18 anos, a revista trouxe, já no artigo de estreia, a irreverência que marcaria sua curta existência, até novembro do mesmo ano.

É praxe estabelecida para todo jornal que começa, lançar pomposo programa prometendo *mundos e fundos*, como um candidato em véspera de eleição, porém nós que somos independentes como a *musa libérrima* e *audaz* do célebre poeta brasileiro, rompemos com a praxe e resumimos todo o nosso programa num único monossílabo: – RIR.

[...]

Não serão somente os meninos que tremerão com medo do PAPÃO, mas também os políticos e graúdos de consciências limpas como as ruas de nossa Cidade, alvas como as faces do Duque de S. Salvador, cristalinas como as águas do rio das Tripas, sentirão amargos de boca ao verem as suas mazelas e ridículos arrastados pela rua da amargura, cortados, esfacelados, mastigados e triturados pelos amolados dentes da boca formidável do horrendo e truanesco PAPÃO.[116]

[114] CALMON, 1986, p. 7-9.

[115] Cf. Ibid.

[116] Ibid., p. 24-25

A revista de crítica irônica seria a primeira manifestação, para um público mais amplo, da “paixão pela imprensa” de Simões. Em 1907, formou-se em Direito e, no ano seguinte, aderiu ao seabrismo, cujas posições defendeu a partir do jornal *Gazeta do Povo*, no qual trabalhou como redator, com Octávio Mangabeira.[117] Nesse mesmo ano, elegeu-se deputado e, em 1911, em razão do apoio a Seabra, foi nomeado administrador dos Correios em Salvador, permanecendo no cargo até novembro de 1915.[118] Casou-se em 1909, com Helena Guimarães Cerne.

O jornalista concretizou, de modo definitivo, sua paixão, com o jornal *A Tarde*, que começou a circular em 15 de outubro de 1912. O periódico era inspirado no carioca *A Noite*, lançado por Irineu Marinho, em julho de 1911, considerado moderno, com boa diagramação e impressão, oficina de gravura e distribuição em automóveis.[119] Ao contrário dos seus contemporâneos, o *A Tarde* não teve seu capital aberto, mas foi montado exclusivamente por Simões Filho, com as ações do Banco da Bahia que herdara do avô, Galdino Fernandes da Silva, totalizando 23 contos de réis.[120] A primeira edição, que custava 100 réis – como seus concorrentes – apresentava ao leitor soteropolitano o perfil do novo jornal:

[...]

Nós precisamos fazer um jornal honesto, bom e bem educado, – era a fórmula que seduzia a nossa antiga paixão pela imprensa de que há pouco nos afastáramos, embora travo de fel que ainda amargamos, não sem saudades.

Devemos, pois, ao público patricio a afirmação sincera de que A TARDE, secundada pelas auras de seu apoio, há de ser um jornal digno.

[...]

É sob a égide desse mesmo princípio que A TARDE, hoje, distende seu lábaro. Apenas, fora da órbita das facções, ela há de ser mais calma do que apaixonada, mais serena do que violenta.

[117] CALMON, 1986, p. 41.

[118] *Ibid.*, p. 53-54,57.

[119] Cf. SODRÉ, 1999, p. 330.

[120] Cf. SANTOS, J., 1985, p. 45.

A luta pelos mais nobres deveres da civilização não pode deixar de ser a nossa preocupação assídua e constante, sem embargo da feição principal d'A TARDE ser a de um jornal de informações.

Imparcial, ela não será contudo indiferente aos embates do direito; neutra, não se esquivará das controvérsias partidárias quando interessarem ao bem-estar coletivo; ponderada, não provocará rixas a honra alheia, mas também não cederá um passo na reação pronta, enérgica e viril. [...] [121]

De fato, a proposta modernizadora do *A Tarde* foi concretizada, ainda que formalmente, já na edição de lançamento, que trazia o carioca Henrique Cândia como redator-chefe. A primeira das quatro páginas do jornal estampava títulos com letras grossas e subtítulos explicativos; a quarta página era toda preenchida por anúncios; a segunda e terceira os apresentavam entre as notícias, porém cercados por grossas linhas pretas, diferenciando-os dos textos editoriais. [122] Essas simples mudanças gráficas eram inovadoras, especialmente no que tange à diferenciação entre textos jornalísticos e publicitários, pois a mistura de ambos marcava os jornais do período, tornando a leitura um tanto quanto confusa. O recurso de misturar conteúdos diferentes era utilizado para atrair os clientes, segundo nota do jornal *Diário de Notícias*, de 19 de maio de 1919: “[...] no desejo de bem servir aos seus anunciantes colocará sempre os anúncios envoltos com o noticiário, para que assim o leitor os veja com maior facilidade. Este sistema só pode trazer lucro aos que fazem propaganda, que terão assim os seus produtos melhor conhecidos”. [123] O resultado dessa proposta foi uma página com textos em profusão e distribuídos de modo aparentemente aleatório, sem identificação explícita do que é informativo e do que é publicitário. Some-se a isso o uso recorrente dos chamados anúncios “testemunhais”, nos quais um personagem fictício relatava os benefícios que obteve utilizando determinado produto. Geralmente, adotavam o formato de texto informativo e, apenas ao final, deixavam perceber sua natureza, inserindo informações sobre a venda do mesmo.

[121] CALMON, P., 1986, p. 63, 67. Os textos das edições iniciais do *A Tarde* foram reproduzidos a partir da biografia de Simões Filhos feita por Pedro Calmon, visto que os exemplares do período disponibilizados pela Biblioteca Pública do Estado da Bahia encontram-se sem condições de uso e leitura.

[122] SANTOS, J., 1985, p. 61-62.

[123] *Ibid.*, p. 53.

Outra inovação, já percebida na primeira edição, localizava-se na seção *Sport*, cujo texto de abertura exaltava as vantagens da prática esportiva, “[...] divertimento cuja virtude é desenvolver o físico e educar o espírito [...]”[124], e trazia a assinatura de Hellenus, pseudônimo de Helena Simões. Embora os *Anais da Imprensa da Bahia* registrem 21 jornais dedicados ao público feminino no período de 1811 a 1911, o espaço destinado às mulheres era mínimo, especialmente pelo preconceito que a atividade intelectual exercida pelo chamado “sexo belo” causava na sociedade.[125] Além dos jornais dedicados às mulheres, mas geralmente escritos por homens, com histórias morais, receitas culinárias e folhetins, o levantamento aponta outras publicações nas quais mulheres aparecem, algumas como colaboradoras e, em menor número, como redatoras e, até, diretoras. De qualquer modo, a participação feminina era velada, escondida sob pseudônimos e, muitas vezes, clandestina. Por isso, chama a atenção a permissão de Simões Filho para que a própria esposa escrevesse.

Em pouco tempo, essas mudanças puderam ser percebidas também nas páginas de outros jornais contemporâneos ao *A Tarde*, que passaram a utilizar títulos, optar pela capa com espaço de destaque e seguir lógica similar na distribuição das informações ao longo do jornal, criando colunas e selos que identificavam as diferentes temáticas abordadas. Tais mudanças repercutiram de tal modo sobre a prática do jornalismo em Salvador que incitaram Aloysio de Carvalho Filho, em 1960 – ao se propor historiar a prática jornalística da cidade entre 1875 e 1960 – destacar, em texto publicado no *Diário de Notícias*:

O aparecimento, em 1912, de *A Tarde*, órgão independente de propriedade e direção de Simões Filho, tendo na redação Ranulfo de Oliveira, hoje seu diretor, marca sensacionalmente, a estréia, na Bahia, da imprensa moderna, pelo modelo de *A Noite*, que Irineu Marinho criara com êxito, na capital do país.[126]

A estreia na “imprensa moderna” não significou, entretanto, o total afastamento das práticas e dos interesses mais tradicionais. A tênue linha entre uma postura informativa e distanciada e outra, opinativa e

[124] CALMON, P., 1986, p. 68.

[125] LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel*: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia: 1870-1920. Salvador: Quarteto, 2005., p. 261 ss.

[126] CARVALHO FILHO, 2005, p. 67.

engajada, ou, poderíamos dizer, entre a tradição e a novidade, foi percorrida constantemente pelo jornal, considerado o precursor do jornalismo moderno na Bahia, demonstrando o conservadorismo da própria sociedade, sobre a qual Jorge Amado escreve, em 1960: “[...] o conservador e o revolucionário coexistem no espírito da cidade, chocam-se, fundem-se por vezes, são quase palpáveis no seu contraste”. [127]

Junto às mudanças propostas nos aspectos gráficos, o *A Tarde* introduziu a venda do espaço para publicação de informações de interesse privado, chamando tais anúncios de *Populares*, precursores dos atuais classificados. Tal medida chocou os demais órgãos de imprensa, acostumados de longa data à cessão gratuita do espaço a seus anunciantes. O jornal *O Comércio*, de 1841, já anunciava tal prática:

O *Comércio* – folha oficial, mercantil, política e literária – [...] publica-se todos os dias úteis na tipografia de J.A. Portella & Cia. à travessa da ladeira da Praça, casa n.º 9. A assinatura é 3\$800rs por trimestre – pagos adiantados – a folha avulsa custará 120 réis e a linha de impressão 80 réis. Os anúncios dos Srs. assinantes, que não excedam 10 linhas serão gratuitos, e repetir-se-ão por três vezes somente. [128]

Oitenta anos após o anúncio, em dezembro de 1920, a prática de ceder espaço gratuito permanecia e a proposta de mudança trouxe desconforto. O então diretor do jornal *Manhã*, Antônio Marques dos Reis, durante discussão relacionada a problemas políticos, chamou Simões Filho de “jornalista de balcão”, por cobrar pela publicação de informações de interesses pessoais e comerciais. Desprezando as ideias e propostas de modernização, o proprietário do *A Tarde* recorreu ao tradicionalismo para resolver a questão. Em seu depoimento à polícia, explicou: “Poderia tê-lo alvejado em lugar mortal. Mas como ele tentava fugir depois de proferir a ofensa, atirei-lhe nas nádegas para que ficasse gravado, como um estigma, na região glútea, o sinete do covarde”. [129] O episódio registra a tensão entre as propostas de modernização e os modos tradicionais de solução de conflitos, que marca o jornalismo baiano durante toda a primeira metade do século XX.

[127] AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. 18. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970, p. 24.

[128] VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia de 1850*. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1999, p. 178.

[129] MORAES, 1997, p. 87.

Mobilização para campanhas

O engajamento em campanhas das mais diversas marcou a história do *A Tarde* na Primeira República. Simões Filho, ainda na administração dos Correios, rompeu com o seabrismo, no final de 1912, ao iniciar campanha contra o secretário geral do governador, Arlindo Frago. Especula-se que o diretor do *A Tarde* desejava o cargo para o qual não fora convidado.[130] O secretário decidiu processá-lo, e o governador apoiou o assessor contra o antigo aliado. Rompidos os vínculos políticos, o periódico começa um longo percurso na oposição ao governo.

Embora promettesse ser o *A Tarde* uma folha “mais calma do que apaixonada”, ao relegar o apoio à situação, o jornal lançou-se em obstinada campanha de apoio ao então senador Ruy Barbosa, marcada por uma sequência de derrotas imposta pelo seabrismo, que comandou o Estado até 1924. Antes delas, porém, a primeira grande campanha empreendida foi pela “[...] construção da estátua de Castro Alves, no antigo Largo do Teatro [...] concretizada com recursos obtidos da realização de uma partida de futebol, no Campo da Graça, por rapazes das mais ricas famílias da cidade”. [131] A estátua foi erguida ainda em 1913.

Além das grandes causas, as pequenas solicitações de mobilização eram comuns e aproximaram o jornal de seu público, não apenas pela linguagem adjetivada e carregada de sentimentalismo, mas também por construir a imagem do veículo posicionado ao lado dos interesses de seu leitor. É o que ocorreu, por exemplo, em reportagem publicada em 1912. No texto, o jornal relatava a história de uma jovem menor de idade supostamente seduzida por um homem chamado Alberto, tratado por “vil sedutor”, “amasiado” com uma mulher de nome Eufrásia, descrita como “preta feiticeira”, que estaria perseguindo a órfã. Não contente em apenas relatar o caso, o jornal apresentava-se para solucioná-lo, a fim de restituir à sociedade que representa a ordem:

A reportagem d’*A Tarde*, no intuito de auxiliar a policia e a justiça na repressão desse crime, faz-se ao enalço de todos os pormenores e espera concorrer efficazmente para o desagravo da sociedade, villipendiada por um seductor

[130] Hipótese levantada por Pedro Calmon. CALMON, P., 1986, p. 73.

[131] MOURA, Marjorie. Campanhas deixaram na memória a energia e o brilho do fundador. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 4.

sem escrúpulos, cuja consciencia não lhe doeu quando perpetrou a infelicidade suprema de uma desvalida.[132]

Aqui, a “sociedade”, tal como o “povo”, aparece como entidade abstrata, aparentemente indefinida e vaga. Mas, quem é a sociedade representada pelo jornal *A Tarde*?

A resposta fica mais explícita nas campanhas políticas, especialmente eleitorais. Era nelas que a atuação do *A Tarde* demonstrava que interesses defendia e que papel exercia nessa sociedade. Em plena campanha pelo Governo do Estado, em outubro de 1919, estampava como manchete de capa: “A SUCESSÃO GOVERNAMENTAL – As classes conservadoras cumprem o dever de não serem indiferentes aos negocios publicos”. [133] A notícia informava sobre a escolha do juiz Paulo Fontes – o mesmo que havia concedido o *habeas corpus*, restituindo à Assembleia Legislativa o direito a entrar no prédio do Conselho Municipal, em janeiro de 1912 – como candidato da oposição liderada por Ruy Barbosa. No texto, a explicitação de quem eram as forças sociais reunidas sob o título de oposição:

O movimento da Associação Commercial, congregando-se com o Centro do Algodão, a Associação dos Empregados do Commercio, o Club Caixeiral e a União dos Varejistas, numa assembléa notavel de influencias legitimas e assumindo attitude decisiva, relativa aos negocios publicos, pode registrar-se como a integração das classes conservadoras nos seus direitos politicos.

A grande assembléa proclamou seu candidato ao governo da Bahia o sr. Paulo Fontes que é, no caso, um dos homens capazes de desempenhar essa alta magistratura.

Nesse facto nós contactamos [sic] a quebra dos velhos e condemnados moldes rotineiros, de alheamento dos elementos do commercio á solução dos grandes problemas que se intendem com a vida administrativa da communhão.

A pretexto de isenção partidaria, deixavam indefessos os seus direitos, afastando-se dos comicios eleitoraes, que ficaram sempre a talante dos profissionaes da politicalha, que os dominavam sempre, ou pelo bico de penna ou com a horda de desclassificados de “phosphoros”, na gyria, titulados como mandatarios de orgãos da soberania no executivo e nos congressos.

[132] MARTYRIOS ignorados. *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1912, p. 2.

[133] (A) SUCESSÃO governamental. *A Tarde*, Salvador, 18 out 1919.

O resultado dessa indiferença, desse absenteísmo, tem sido o abastardamento das urnas investindo em poderes a [...] social, incapazes, ineptos e bandalhos.

D'ahi, essa serie de attentados ás leis, á fortuna publica e particular, a insegurança individual, a desordem financeira, a anarchia, a conflagração dos sertões, todas as desgraças, enfim, conseqüentes dos maus governos.

Bem haja, pois, esse movimento constructor de energias salutaes e que podemos filiar á evangelização civica do glorioso e augusto Ruy Barbosa. [...][134]

A campanha da sucessão governamental de 1919 é considerada a mais acirrada do Estado durante a Primeira República[135] e foi aquela na qual os jornais soteropolitanos mais tiveram atuação diretamente política, organizando pleito inconstitucional e fomentando a ameaça de ataques de milícias armadas comandadas por coronéis do interior à capital da Bahia. No *A Tarde*, o rompimento com o seabrismo ocorreu logo no primeiro ano do jornal e se desdobrou em diversos episódios de confronto direto, coroados pela campanha de 1919.

Ainda em 1913, o jornal havia lançado um plebiscito, a fim de iniciar a campanha de Ruy Barbosa à Presidência da República para o pleito de 1914. Em 20 de junho, encaminhara o seguinte telegrama ao Senador: “Tenho honra comunicar Vossência, o plebiscito popular aberto TARDE para verificar preferência baianos sucessão presidencial, nome Vossência alcançou maioria com mais de dois mil votos. Atenciosos cumprimentos. Simões Filho”. [136] O senador baiano aceitou a indicação, porém desistiu no meio da campanha, alegando falta de verbas, e o mineiro Wenceslau Brás venceu como candidato único. [137]

Derrotado, Simões Filho decidiu trabalhar pela eleição de Ruy Barbosa para a sucessão de Seabra, no pleito de 1915, ao governo da Bahia, mas não obteve êxito. Seabra elegeu seu sucessor, Antônio Moniz, sem grande dificuldade. [138] Esse pleito marcou a consolidação do poder de J.J. Seabra e também o rompimento definitivo de Ruy Barbosa com o seabrismo, já que, até então, vinha recebendo apoio em

[134] A SUCESSÃO..., 1919.

[135] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 148.

[136] SIMÕES FILHO apud CALMON, P., 1986, p. 79-80.

[137] BAHIA, 1997, p. 79.

[138] Ibid., p. 87.

troca de representar os interesses do governo baiano no Senado Federal, mas não admitiu a indicação de um candidato não aprovado por ele – Moniz – para a sucessão governamental.[139]

Durante o primeiro mandato como governador do Estado, Seabra havia organizado um sistema de controle eficaz sobre a política estadual, através da persuasão direta ao Poder Legislativo e do apoio dos coronéis que representavam as forças políticas do interior. Em 1915, reformou a Constituição Estadual e promulgou a Lei de Organização Municipal (Lei 1.102) que, entre outras coisas, garantia ao governador o direito de indicar os intendentes municipais. Como resultado, entre 1915 e 1916, o governador nomeou 135 intendentes para os 141 municípios da Bahia, a maior parte deles composta por coronéis e maiores que haviam recebido do próprio Seabra suas patentes, no período em que havia sido ministro da Justiça, entre 1902 e 1906.[140]

O substituto, contudo, não conseguiu manter o mesmo percurso no governo. Antônio Moniz, por não possuir o carisma de Seabra, realizou uma administração desastrosa, marcada pelo nepotismo e por frustrada busca de autonomia em relação ao partido, agravado pelas perturbações externas, resultantes da crise econômica em que o país mergulhava em decorrência da I Guerra Mundial. Já no início do governo, substituiu os secretários do governo anterior por homens de sua confiança, muitos deles parentes e contraparentes.[141] Ainda no primeiro ano de mandato, alterou a Lei de Organização Municipal, reduzindo de quatro para dois anos os mandatos dos intendentes, obrigando-os a prestar conta ao Executivo Estadual sobre as receitas e despesas dos municípios, o que resultou na perda do apoio político de muitos coronéis.[142] Além disso, demonstrava pouca habilidade política para lidar com as constantes revoltas populares decorrentes da grave crise financeira que assolava o Estado, pela redução das exportações, que congelava o salário dos trabalhadores e aumentava o custo dos alimentos de consumo básico.

Todas essas fragilidades, acrescidas pelo rompimento de Ruy Barbosa com Seabra, fomentaram a reorganização da oposição. O

[139] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 133-34.

[140] Cf. Ibid.

[141] Cf. Ibid. p. 135-136.

[142] Ibid., p. 137.

descontentamento era patente e os jornais, como porta-vozes dos mais diversos setores sociais descontentes, abriam suas páginas à crítica:

RUINAS DE UM ESTADO

O descalabro da Bahia

É dolorosa a missão, cumpramol-a, porém, sem tergiversar. É impossível ficar de braços cruzados ante esse espetáculo deponente de depredações sinistras, cujos responsáveis sorriem com o riso alvar das compenetrações nefastas. Aonde nos querem levar? A que abysmo querem conduzir o corpo sangrante de uma victima indefesa, cuja culpa unica é não protestar contra os seus oppressores? Não sabemos.

A Bahia vem de um passado cheio de visões funestas, em que não poderemos destacar quais os espectros mais horriveis riem mais desoladores.

Um lençol de sangue tinge a bandeira de nossas liberdades civis, e no meio das violações e dos estertores a que temos presenciado, não sabemos, tambem, se o que resta, com essa rubra côr, é um estandarte de devastação ou um lábaro de revólta, chamando os cidadãos a reagir pelos seus direitos villipendiados.

[...]

A Bahia tem soffrido muito, tem soffrido demais, é verdade, porém quanto maior é o seu sacrificio, a para de sua resignação, maiores parecem o cynismo e a insaciabilidade destruidora daquelles em cujas mãos se acha o seu porvir!

O Governo do Estado faz politichalha; o do Município desacredita-se, ao ultimo ponto, nas desmoralizações derradeiras, que, dia a dia, se consummam!

Roubam, assaltam, derrocam, insufflam odios, cerceiam esperanças, olygarchizam o regimen, e quando se lhes vem ferretear os erros, censurar as desorientações, pôr em evidencia os colossaes absurdos e dispauterios desmedidos, é de ouvir, então, cantar lá fóra, a eterna lóa de que isto por aqui é um céu-aberto, um paraiso terreal, um seio de Abrahão, como não ha equal á face do mundo![143]

O editorial foi destaque de capa do *Diário de Notícias*, em janeiro de 1919, demonstrando o descontentamento das oposições com o governo de Antônio Moniz, em torno das quais se agrupavam os quatro maiores jornais do período: *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *O imparcial* e *A*

[143] RUINAS de um Estado. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 jan. 1919, p. 1.

Tarde[144]. Este último, abertamente opinativo, publicava recorrentemente denúncias de corrupção envolvendo o Governo do Estado, como essa, de meados de setembro do mesmo ano:

Por portaria de hontem, o secretario do Thesouro convem citar-lhe o nome, – o honrado doutor João Gonçalves Tourinho – determinou ao thesoureiro daquella repartição, que recolhesse ao British Bank a quantia de 6:000\$000, para ser remettida á Filial deste no Rio. Constantemente taes remessas são feitas com o mesmo destino, sem que se saiba para que, nem por que, nem para quem o thesouro é tão prodigo.[145]

Mas as críticas ao governo tornaram-se mais veementes quando atingiram diretamente o interesse da Associação Comercial, sempre defendidos e expostos como oriundos de vaga coletividade. É o que aconteceu, por exemplo, na matéria principal estampada numa capa do *A Tarde* em setembro de 1919. No texto, mais uma vez, o jornal apresentava-se explicitamente como porta-voz das classes conservadoras, representadas pela Associação Comercial.

Contra a nova investida que os inclassificaveis administradores da cidade ensaiam á bolsa dos que trabalham e produzem honestamente, a Associação Commercial como lhe cumpre, – expoente maximo que é das classes conservadoras – acaba de representar energica e ponderadamente, num documento que só não é irresponsivel porque não ha processo de sophisteria reles ou chicana deslavada que repugne aos não menos indecentes cavalheiros que se [...] na carniça municipal, sob o rotulo de gestores da communa.

A orgia municipal delira entre a embriaguez do malbarato, da dissipação das rendas arrecadadas, e o desaçaimo em sobrecarregar, de onus novos e maiores, o contribuinte já exanime para em permuta dos remetidos sacrificios que se lhes impõem não lhes dar nenhum dos beneficios dos serviços publicos, em nome dos quaes se lhes tosquia até o sangue.”[146]

As forças de oposição política ao governo conseguiam, então, diante do crescente descontentamento, reunir, em torno da figura de Ruy Barbosa, diferentes facções e interesses, todos dispostos a lutar pela derrubada de Antônio Moniz: comerciantes, agroexportadores, coronéis, além dos líderes da antiga situação[147] como Luiz Viana, já sep-

[144] Cf. SANTOS, M., 2001, p. 135.

[145] (OS) FURO no caixa. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1919, p. 1.

[146] (O) POLVO municipal. *A Tarde*, Salvador, 30 set. 1919, p. 1.

[147] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 142.

tuagenário, e nomes emergentes como Pedro Lago, Simões Filho e João Mangabeira. Esse período marca, ainda, a explicitação da participação da Associação Comercial da Bahia na vida política local, assumindo postura diferente daquela mantida desde o início da República[148] e a defesa de seus interesses pelos jornais, indicada pela expressão “classes conservadoras”. Acima de tudo, as campanhas de 1919-20 foram o resultado do combate ferrenho de tais classes conservadoras contra o seabrismo.

Relatos dos jornais do período indicam que a cidade vivia, nesse momento, um estado de calamidade.

A cidade do Salvador encontra-se desgovernada. Os serviços públicos estão um caos: água, asseio, viação, luz e policiamento, nada funciona. A falta de água atinge também o Palácio da Aclamação, que é abastecido por carros do Corpo de Bombeiros, enquanto a população fica a disputar um pouco do precioso líquido através dos orifícios da mangueira que conduz a água até os tanques do palácio.[149]

Tal sensação descrita nos jornais foi reforçada pelos movimentos operários e pela epidemia de varíola, que deixou centenas de mortos em poucos meses.

As greves de 1919 foram inspiradas por movimentos populares que começaram a eclodir nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando melhores salários, carga-horária de oito horas diárias e igualdade de condições entre homens e mulheres.[150] No mês de junho, várias categorias aderiram à greve geral, mobilizando mais de 15 mil pessoas[151] e obrigando o comércio a paralisar atividades por sete dias.[152] A Associação Comercial intermediou o acordo e conseguiu a retomada das atividades, prometendo não punir os responsáveis.

[148] De acordo com Angelina Garcez, é possível identificar três períodos de envolvimento político na atuação da Associação Comercial da Bahia. No primeiro, de 1890 a 1899, mantém “declarada neutralidade”; no segundo, de 1900 a 1912, estabelece “bom relacionamento com os grupos do poder”; e no terceiro momento, de 1913 a 1919, deixa a “aparente apatia” e posiciona-se explicitamente. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia: 175 anos: trajetória e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987, p. 46.

[149] BAHIA, 1997, p. 99.

[150] Cf. SANTOS, M., 2001, p. 135-137.

[151] Cf. SANTOS, J., 1985, p. 87.

[152] Sampaio cita, entre as principais categorias: “pedreiros, açougueiros, alfaiates, garçons, choferes, telefonistas, motorneiros e condutores de bonde”. SAMPAIO, C., 1998, p. 144.

Tanto o Governo do Estado quanto a imprensa, representada pelo jornal *A Tarde*, tentaram capitanear as greves operárias a seu favor. No primeiro caso, Antônio Moniz apoiava as reivindicações dos trabalhadores, colocando-se em explícita oposição aos comerciantes locais. Estes já haviam rompido com Moniz após as crises econômicas, e decidido pelo apoio a Ruy Barbosa na campanha de sucessão presidencial de janeiro de 1919, para a qual o governador havia apoiado Epitácio Pessoa, que venceu.[153] Esse era um modo de o governo garantir certa base de apoio, já que via ruir sua sustentação com o comércio local e com os coronéis do interior.

No segundo caso, o apoio foi apenas inicial e oportunista, com o intuito de provocar os trabalhadores contra o governo, colocando-os ao lado da oposição. Mesmo aparentemente contraditório, o discurso dos jornais declarava-se simpático às causas operárias, embora também defendesse abertamente os interesses patronais. Tal posição é explicitada pelo *Diário de Notícias*:

Enquanto os dignos operários baianos se mantiverem dentro dos limites da lei, da ordem da harmonia, terão, estamos certos de toda a imprensa conscienciosa e justiceira os aplausos unânimes, que os animarão, os incitamentos necessários ao progredir a defesa dos seus interesses, o apoio indispensável na execução do fim almejado.[154]

O apoio terminou, entretanto, quando o movimento ganhou força e ameaçou a “ordem pública”, leia-se, o funcionamento do comércio, forçado a solicitar proteção policial. Os jornais, então, aproveitaram a oportunidade para criticar o Governo do Estado, atribuindo-lhe a responsabilidade pela agitação. É o que se lê nas páginas do jornal *O Imparcial*, ao descrever como anárquico o estado no qual se encontrava Salvador diante da greve: “[...] anarquia é o governo que entrega uma cidade inteira à desordem, nada garante, faz sumir-se a polícia, incita ódios entre grandes e pequenos, ricos e pobres, e ainda urge a intriga entre amigos que se conhecem e se respeitam”. [155] O *Diário de Notícias*, antes apoiador da greve, explicava ao leitor o porquê da mudança de posicionamento:

[153] SAMPAIO, C., 1998, p. 142 e SANTOS, M., op. cit., p. 135-136.

[154] SANTOS, J., 1985, p. 86-87.

[155] *Ibid.*, p. 89.

Aplaudimos até a iniciativa dos modestos trabalhadores, que reclamavam uma justa melhoria para a sua sorte de lutador de todos os tempos, ajudantes da evolução geral, tão parcamente remunerados no seu esforço.

Os fatos, porém, vieram por, entre a ação que se dizia grevista e a opinião julgadora, imparcial e ativa, um forte vinco de separação inevitável.

É que, consorciando-se com a anarquia que começou a alçar o colo, no seio dos falsos intérpretes do direito da greve, estava, ao lado deles e representando o maximalismo oficial, a autoridade passiva do governador do Estado, consentindo em todos os abusos, patrocinados com o seu consento, todas as intimações arrogantes, permitindo todas as violações injustificáveis, que, iniciadas com a paralisação do tráfego dos bondes e automóveis e do serviço de telefones, foi até à incrível audácia do ataque, à luz meridiana, às amas e mercadores ambulantes, para que regressassem às suas casas e não cumprissem o seu dever habitual.

Cessara, aí, por completo e em absoluto, o ideal da greve pacífica, para a conquista de um direito operário.[156]

Como o acordo feito entre patrões e operários em junho de 1919 não foi cumprido, o movimento foi retomado em setembro, porém sem o apoio do governo Moniz, que o desmantelou com força policial. Os veículos explicitaram nesse episódio, não apenas as camadas sociais que representavam, mas, principalmente, aquelas a quem pretendiam dirigir-se: não eram os operários e suas demandas que interessavam, mas a manutenção de uma ordem social. Contradiam o próprio discurso, no qual o povo e seus interesses eram figura retórica corrente e explicitavam o conflito social da capital baiana, geralmente encoberto nas páginas dos jornais. Implícito nesse discurso estava o interesse dos comerciantes, a elite econômica de Salvador.

Paralelo às agitações urbanas, os antigos líderes regionais, que viam seu poder ameaçado pelos novos modos de controle impostos por Moniz, também se levantaram no interior, ocuparam cidades, destituindo intendentos nomeados pelo governador e colocaram-se em choque com tropas de policiais, geralmente em desvantagem. Os levantes sertanejos chegavam às páginas dos jornais da capital e às tribunas federais. Os periódicos que apoiavam a oposição, entre eles o *A Tarde*, colocaram-se ao lado dos revoltosos, classificando-os como heróis, posição reforçada com o passar dos meses. Em 6 de outubro, o jornal de Simões

[156] SANTOS, J., 1985, p. 88-89.

Filho destacou, na capa de sua edição, a defesa do coronel Horácio de Matos.

A SANGUEIRA DA BARRA DO MENDES

O governo diz: Horacio de Mattos é um bandido

E o interventor Landulpho desmente o governo!

O jornal do situacionismo, pocos dias após a partida do conselheiro Landulpho Medrado para a zona sertaneja conflagrada, editou uma verrina, qualificando o coronel Horacio de Mattos de bandido, ao mesmo tempo que narrava as mais horrorosas scenas de selvageria que lhe attribuiria de roubos, saques e assassinatos na Barra do Mendes.

Para justificar taes acusações, os jornais do governo e seus amigos na Camara Federal publicaram e se referiram a um telegramma do coronel Adelino Rodrigues Coelho, intendente da Barra do Mendes em que fazia as maiores imputações ao destemido chefe sertanejo.

Não demorou muito, porém, que o sr. Landulpho Medrado viesse desmentir o orgam situacionista e o próprio sr. Moniz, depois de destroçada a sua policia viesse capitular ante a força e o prestigio do coronel Horacio de Mattos, confessando assim os crimes da força publica e da jagunçada dos seus cabos de guerra, postos ao serviço da conflagração sertaneja.[157]

A conflagração dos coronéis sertanejos, exposta adiante, cresceu e foi alimentada pelos jornais da opposição interessados em provocar a instabilidade do governo, a fim de suscitar intervenção federal. Antes disso, porém, outros fatos serviram para agravar a situação política da Bahia. Em todos eles, o papel da imprensa como disseminadora e, às vezes, até fomentadora dos atos rebeldes pode ser destacado.

Já no clima de disputa que antecede as campanhas para sucessão governamental, a opposição ao governo decidiu propor eleição direta para a Intendência Municipal da capital, questionando judicialmente a validade da legislação que conferia ao governador poder para indicar o intendente. Na edição de 14 de outubro, o *A Tarde* trouxe como manchete a decisão tomada em reunião das forças oposicionistas.[158] A proposta, que havia sido defendida por Simões Filho na reunião dos chefes distritais, era aproveitar a eleição de 9 de novembro para o

[157] (A) SANGUEIRA da Barra do Mendes. *A Tarde*, Salvador, 6 out. 1919.

[158] (O) PLEITO municipal será disputado pela opposição. *A Tarde*, Salvador, 14 out. 1919. p. 1.

Conselho Municipal e apresentar candidatura de oposição para a intendência. Após três dias de negociação, a comissão escolhida na reunião definiu quem seria o candidato, anunciado na matéria principal da edição de 21 de outubro:

O PLEITO MUNICIPAL

A chapa do Conselho apoiada pela oposição

O candidato a intendente – diz o manifesto – é o jornalista Simões Filho, o autor das memoráveis campanhas em defesa do município

Após o grandiloquo, manifesto que conclamou a Bahia á mobilização de suas forças matrizes, para a jornada de sua própria salvação, derredor da successão governamental, apparecerá amanhã, no “Diário da Bahia”, o boletim eleitoral firmado pela delegação dos mais prestigiosos chefes da capital, indicando aos seus suffragios os candidatos á Intendencia e ao Conselho Municipaes.

Seja qual for o epilogo de mais essa campanha em que se empenham os adversarios da execranda situação dominante, forçoso é reconhecer que a opposição da Bahia esta revivendo o civismo de sua população tão indifferente aos innumeraveis infortunios que a affligem, que se diria extincto.

[...]

O candidato a intendente É O DR. SIMÕES FILHO, director d’“A Tarde”, de quem somos suspeitos para falar.

Mas se o público já não esqueceu as campanhas desesperadas em defesa do Município, travadas nesta folha durante mais de um lustro, talvez considere em que a escolha da opposição bahiana não foi desarrazoada.

O manifesto de amanhã explica e justifica essa candidatura como logica e natural, pois justo seria que os destinos da municipalidade, desde que seja restaurada, com a eleição do intendente, a sua autonomia arrazada pelas aves de rapina que a reduziram a uma ruinaria, fossem entregues – diz o manifesto – ao jornalista infatigavel, autor das memoraveis campanhas em defesa dos interesses de nossa cidade.

E só por essa circumstancia o dr. Simões Filho aquiesceu aos repetidos e insistentes appellos para que não recusasse um posto de vanguarda na lucta a se travar.[159]

[159] (O) PLEITO municipal: a chapa do Conselho apoiada pela opposição. *A Tarde*, Salvador, 21 out. 1919, p. 1.

Daí até o dia 7 de novembro, a capa do *A Tarde* dedicou boa parte do seu espaço ao convencimento do eleitorado sobre a inconstitucionalidade da lei que dava ao governador do Estado o direito de escolher os intendentes municipais e, conseqüentemente, afirmava a legalidade da eleição iminente. Diversos editoriais tentavam responder à questão sobre a legitimidade do pleito[160]; outros tantos comentam editoriais elogiosos publicados nos demais jornais da oposição local ou do Rio de Janeiro[161], ou traziam informações da capital da República sobre a aceitação ao nome do diretor do *A Tarde*[162].

A carga mais informativa e um pouco menos opinativa só apareceu quando o jornal passou a divulgar informações sobre o trâmite legal para a autorização do pleito, a partir de 29 de outubro, quando Simões Filho impetrou pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que permitisse sua candidatura.[163] Ainda assim, permanecia a tentativa de convencimento do eleitorado, como na matéria que informava sobre a negação do pedido do candidato pelo STF, afirmando ter sido considerada inconstitucional pelos juízes relatores a lei que não permitia eleição direta para intendente, mas negava o pedido, por não ser esse o instrumento adequado para a realização do pleito.[164] Mesmo sem autorização para a candidatura à Intendência, os oposicionistas insistiram na eleição e o *A Tarde* continuou em campanha, publicando, na sua última edição antes do pleito, editorial no qual recorria a exemplos de terras distantes, chamadas “civilizadas”, tais como Grécia, Itália, Alemanha e Inglaterra, e também ao exemplo de outros estados brasileiros, ditos exemplos de “administrações modernas”, nos quais os municípios tinham, segundo o texto, “decisiva importância na governança da nação”. [165]

Além do *A Tarde*, outros jornais, também apoiadores da oposição, porém sob tom menos opinativo, abriram espaço para debater e defender a eleição direta para o cargo de intendente municipal. Era o caso

[160] PODE ser feita a eleição. *A Tarde*, Salvador, 24 out. 1919, p. 1.

[161] (A) ELEIÇÃO de intendente. *A Tarde*, Salvador, 25 out. 1919, p. 1.

[162] RUY Barbosa louva ao candidato Simões Filho o serviço ao regímen e á Bahia. *A Tarde*, 27 out. 1919, p. 1.

[163] (O) SUPREMO tribunal vale decidir da eleição de intendente. *A Tarde*, Salvador, 29 out. 1919, p. 1.

[164] (A) LEI que nomeia intendentes é inconstitucional. *A Tarde*, Salvador, 30 out. 1919, p. 1.

[165] SALVEMOS o município. *A Tarde*, Salvador, 7 nov. 1919, p. 1.

do *Diário de Notícias*, que utilizava dois diferentes recursos: textos informativos, nos quais não sugeria explicitamente nenhuma posição da parte do leitor, e textos opinativos, que ocupavam lugar de destaque na capa, com letras grandes, geralmente circundando o nome do jornal, na parte superior da primeira página. Na edição da véspera das eleições, o jornal abriu espaço para o tema em seu editorial, porém sem linguagem violenta e autoritária, exaltando mais o direito cívico que as posições político-partidárias:

Nós, que daqui temos pregado a necessidade do voto geral, para a reabilitação commum dos nossos concidadãos e para a reivindicação de um direito que é a cellula mater de todas as democracias, repetimos hoje: - Ide votar, patrióticos, que não fareis mais do que cumprir um dever sagrado, um dever que se impõe a todos os homens livres, sustentando as aspirações de melhores dias, que possamos nutrir, e cohibindo quaesquer deturpações do regimen sob que vivemos. [...] [166]

As eleições aconteceram em 9 de novembro, tal como o previsto. Porém, o resultado não foi aquele que a oposição previa. A reação dos jornais veio com veementes protestos e textos indignados. O *A Tarde* publicou:

A ORGIA ELEITORAL

Um homem de palavra: o sr. Antonio Moniz

FRAUDE EM GROSSO E A VAREJO

Não é facil dominar o nojo, para vencer a vasa de cloaca em que o sr. Antonio Moniz atolou o pleito de hontem.

[...]

[...] Nunca o desprezo pela liberdade do voto requintou em tanto cynismo. A capital, hontem, deixou a perder de vista as freguesias eleitoraes de ar-raial em que os mandões boçaes, com antecedencia de um mês, ostentam o seu prestigio, annunciando as eleições já estarem promptas ha muito tempo. [167]

Também com texto exaltado, diferente da característica do jornalismo mais noticioso comumente praticado, o *Diário de Notícias*, não

[166] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 8 nov. 1919, p. 1.

[167] (A) ORGIA eleitoral. *A Tarde*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1.

deixou de criticar os episódios que marcaram as eleições de 9 de novembro, em editorial.

À margem de uma bandalheira

AS ELEIÇÕES MUNICIPAES

Da bandalhice que houve hontem sob a capa de eleição, da desvergonha que foram os factos cynicos de Brotas e Nazareth, da desenvolturaimmoral [sic] dos chefes politicos, os culpados não são os que vivem a se encher das burras do thesoiro, e sim, nós mesmos que ainda não temos a energia precisa para reagir contra os defraudadores do regimen republicano.

Se nós todos, os eleitores independentes, soubéssemos castigar esses individuos que vivem numa vida indecente de roubar, de certo que elles não agiriam, tão convictos da impunidade.[168]

E o jornal, ressaltando a própria independência político-partidária, ainda publicou telegrama enviado à Presidência da República em protesto contra a fraude no pleito. Em um trecho do texto, explicitava tal condição:

‘Diário de Notícias’, órgão absolutamente neutro partidos politica Bahia, meio seculo existencia, firma-se sua tradição gloriosa, para clamar attentado grosseiro hontem praticado governo Estado, ferindo espirito liberdade democracia, asphixiando protestos povo oppressão força que dispõe”. [169]

Os protestos, entretanto, assumiam papel secundário na capa da edição de 10 de novembro do *Diário de Notícias*, que trazia como matéria principal uma reportagem sobre a epidemia de varíola que atingia a Bahia [170], tema que disputou a atenção do leitor com o desenrolar do pleito durante longo tempo.

Durante a rápida campanha pelas eleições para Intendência Municipal, as páginas do *A Tarde* somente abriram espaço para um assunto com maior destaque do que a política: o surto de varíola que assolava a cidade e cuja responsabilidade era atribuída ao Governo do Estado e do município. Segundo o *Boletim de Estatística Demografosanitária*, publicado no Diário Oficial do Estado, de 23 de novembro

[168] À MARGEM de uma bandalheira. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1.

[169] (A) FRAUDE de hontem. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1.

[170] (A) VARIOLA: é o maior flagello para o povo da Bahia, na actualidade. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1.

a 6 de dezembro de 1919, a varíola provocou 776 óbitos, sendo 513 em Salvador.[171] Na mesma edição que informou a candidatura de Simões Filho, o *A Tarde* publicou uma matéria, também com destaque na capa, sobre o tema. No texto, o apelo é retomado: “E a assistência do governo? Não ha. O dr. Fernando Soledade fez ver no Rio á Saude Publica que a epidemia era horrivel. Ouça o governo federal e pelo amor de Deus, intervenha, salve a Bahia, sanitariamente”. [172] No dia 4 de novembro, mais uma manchete de impacto seguida de um texto que compara Salvador com uma cidade em guerra, sitiada, oferecendo medida da calamidade:

Sitiada a capital por todos os cantos, invadida pela peste da variola, abatendo sem cessar, diariamente vidas e vidas os sitiados veem-se indefesos, sem direcção sem governo, ao abandono de todos os recursos para a resistencia ao mal.

Cerca de quinhentos leitos, improvisados, nos hospitaes foram logo occupados e milhares e milhares de victimas do contagio estão padecendo a mingua de medico, de enfermeiros, de medicamentos, de alimentação dietetica.

A peste attingiu já a proporção assustadora da calamidade publica, pois ha enfermos nas calçadas das ruas, penando muitos e outros fallecendo, entrando os seus cadaveres em decomposição, sem que os possa remover o Desinfectorio Central, por falta absoluta de transportes que bastem ao serviço, anormalizado pela quantidade alarmante de obitos.

[...]

E coisa estranha: não se reuniu até hoje o conselho Superior da Saude Publica.

Delle fazem parte professores das faculdades de Medicina de Direito e da Polytechnica, medicos, engenheiros e pharmaceuticos.

E outro governo, que não essa inutilidade, ou melhor – essa ruindade que ahi está, já os teria convocado em sessão, para ouvir-lhes os conselhos, os bons alvitres enfim, para o accordo salutar de providencias urgentes, reclamadas pela gravidade do momento.

Mas é inutil aventar-se qualquer idéa. Estamos em plena occupação da cidade pela peste. E como nas derrocadas dos exercitos, na hora horrivel da derrota sem remedio, – salve-se quem puder!

[171] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 146,156.

[172] SOCORRA-NOS: o governo federal conta a varíola. *A Tarde*, Salvador, 21 out. 1919, p. 1.

E só a Divina Providencia é que pode salvar-nos. Por que o governo do Estado [...] Não existe.[173]

Passado o pleito municipal, os jornais voltaram atenções para a campanha de sucessão do governador. Simões Filho solicitou a presença de Ruy Barbosa e o senador, mesmo septuagenário, deslocou-se até a Bahia, participando da comitiva da campanha que viajou por todo o interior do Estado. Todas as manchetes e textos do *A Tarde* exaltavam a figura do senador como uma espécie de “libertador”, recorrendo frequentemente a expressões de cunho religioso como “apóstolo”, para se referir a ele, ou “evangelização”, aos seus discursos. Na manchete de capa da edição de 14 de novembro, tais aspirações ficaram evidentes: “A VIAGEM DO APOSTOLO Á TERRA NATAL – ‘Aventuro-me a um dos maiores sacrificios da minha vida’ contra ‘o governo que se agarrou como vampiro àquella pobre terra’”. [174] As publicações evidenciam que, embora o candidato da frente de oposição fosse Paulo Fontes, a disputa não deixava de ser quase pessoal, entre Seabra e Ruy Barbosa. [175]

O espaço ocupado pelas notícias da “glorificação” de Ruy Barbosa pelo interior do Estado passou a ser, gradualmente, dividido com notícias sobre o envio de tropas da polícia para “conter” a insurgência dos coronéis e as manifestações populares de apoio à oposição.

Uma expedição [sic] de cafagestes para o interior

Que pretenderá o governador Moniz?

O governo do Estado fez embarcar, hoje, para o Interior, com “passes” para Juazeiro, vinte praças de policia embaladas, vários caixões de cunhetes, guardas civis á paisana e cafagestes arruaceiros muito conhecidos nesta capital, como capangas policiaes.

Essa expedição coincide com a viagem do cons. Ruy Barbosa á mesma zona para onde ella foi destacada, talvez com o intuito de, annunciada a viagem

[173] (A) PESTE avassalla a cidade: salve-se quem puder! É o recurso dos vencidos. *A Tarde*, Salvador, 4 nov. 1919, p. 1.

[174] (A) VIAGEM do apostolo á terra natal. *A Tarde*, Salvador, 14 nov. 1919. p. 1.

[175] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 148.

dos cerbéros, dissuadir pela ameaça ao egregio brasileiro de emprender a sua excursão política.

Pobre pigmeu, o governador!

O conselheiro Ruy Barbosa viajará com a mesma serenidade olympica com que tem por habito enfrentar os tyrannos de meia tijella.

Ai! do sr. Antonio Moniz se ousasse, por seus esbirros, desacatal-o.[176]

Isso aconteceu porque, junto da expedição de Ruy Barbosa, jovens políticos de oposição como Otávio Mangabeira, Vital Soares e Simões Filho espalhavam a notícia de que o presidente da República era inimigo de Seabra e estava interessado em saber em que municípios a oposição havia vencido.[177] Simões também fazia isso através do seu jornal, no qual enfatizava que a posição de Epitácio Pessoa conduzia-se pela busca da conciliação na Bahia, diante do caos instalado no Estado. A notícia espalhou-se desde o início da campanha, como no texto de destaque da capa na edição de do dia 9 de outubro, que recorria à notícia, vinda do Rio de Janeiro, sobre a posição manifesta pelo presidente da República:

RIO, 8 (“A Tarde”) – Estou seguramente informado que o sr. presidente da Republica, há dois dias chamou o sr. Seabra ao palácio do Cattete e ponderou-lhe longamente sobre a necessidade de uma conciliação na politica bahiana, em torno da sucessão governamental.

O sr. presidente da Republica teria dito ao chefe do situacionismo bahiano que seria impatriótico, nas condições difficeis que atravessa a Bahia, agital-a com futuras lutas partidarias.

O sr. Seabra, segundo ainda esclarece o meu autorizado informante, ouvi-ra attentiosamente o presidente, e promettera dar lhe em breves dias uma solução.

A propósito, era corrente hontem na bancada bahiana governista, que o sr. Seabra opinava ser necessario attender ao conselho do presidente, ao que se oppunha tenazmente o sr. Moniz Sodré.[178]

Os modos de fazer política, que atrelavam resultados a acordos prévios com os coronéis responsáveis por currais eleitorais diversos e

[176] (UMA) ESPEDIÇÃO de cafagestes. *A Tarde*, Salvador, 28 nov. 1919, p. 1.

[177] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 149.

[178] VAE abrir-se a luta da sucessão. *A Tarde*, Salvador, 9 out. 1919.

eram amparados por uma legislação falha, que dava margem às mais variadas fraudes, permitiam, mesmo sem pesquisas, antever os resultados.[179] Ao perceber a oposição que o pleito seria vencido pela situação, mais uma vez, em função das distorções do processo eleitoral, a estratégia foi alterada, fundamentando-se no incentivo à revolta dos coronéis sertanejos, que já se conflagram contra os desmandos do governador Moniz de modo esparso desde 1916 e em organizá-los, a fim de suscitar a intervenção federal na Bahia. Acreditavam eles que, dada a simpatia demonstrada pelo presidente ao senador Ruy Barbosa e pelas explícitas manifestações de contrariedade ao grupo seabrista, ele poderia intervir e retirá-lo do poder.

Com cerca de 10 dias de antecedência ao pleito, o *A Tarde* passou a insuflar os coronéis sertanejos à revolta. Não usou, para tanto, apenas notícias sobre os combates travados no interior, mas também textos opinativos, notoriamente explícitos. Exemplo é o editorial publicado em 18 de dezembro:

O dever do Sertão

Faltam apenas dez dias para se ferir o pleito governamental.

A população da Bahia, o seu eleitorado, tem que dar provas á nação da sua virilidade de seu brio, de sua coragem civica. O momento das palavras, das hisitações, dos arranjos mais ou menos desfarçados em sabias e boas intenções, já passou. A hora não é, absolutamente, para a poltroneria saccudida em heroicidade, não é para os accomodaticios, vestidos de independencia e vistas largas; a hora è para a gente que ama a Bahia de facto e de verdade, que tem a coragem de proclamar sem rebaços o seu rancor á tyrannia, que não visa a sua commodidade, mas a grandeza e a boa fama da terra gloriosa que essa enfezada dictadura está degradando até a ultima etapa do desvalor e da mendacidade.

A eleição de 29 ha de decidir da sorte do Estado.

[179] Consuelo Sampaio explica tais distorções: “A estrutura da sociedade, em decorrência da qual o eleitor era a peça menos significativa no processo eleitoral; a legislação eleitoral crivada de falhas, que permitia e quase mesmo sugeria a fraude; o encarniçado da luta, alimentado pela desconfiança de parte a parte, fizeram com que governo e oposição garantissem a vitória através do *bicório*. A composição da mesa eleitoral era ainda o grande trunfo. Não só porque a ela cabia a contagem dos votos, mas também porque, não comparecendo os mesários, não haveria eleição. Esse foi um dos recursos mais comuns de que se valeu a situação, para diminuir ou anular os votos de seus opositores. Daí freqüente apelo à violência. O mais aconselhável, portanto, era fazer-se a eleição a *bico de pena*, na tranqüilidade do ambiente doméstico”. SAMPAIO, C., 1998, p. 149.

Se a população não capitular, se ella souber cumprir o seu dever, se ella não se acovardar ante os sabres e as carabinas da policia, tudo estara salvo, inclusive a honra. Se ella se rebaixar ao roncar da oppressão do governicho, se ella se fragmenta e capitula, então tudo estará perdido, a começar pela dignidade dos bahianos.

Não ha, pois, como fugir á evidencia destes factos, destas verdades.

[...]

Se o governo pelos seus régulos e mandões, vos trancar as urnas, abri as pelo modo que maís vos parecer contentaneo com as necessidades da occasião. Nada de vacillações e de temores, bahianos, e ajudae aos que se batem pela vossa causa a arrancar a Bahia das garras desse bando voracissimo que a escorcha, a arruina e a ultraja.

Com Deus ás urnas, pela regeneração de nossa terra.

Quanto ao sertão, o seu dever ressalta de seu próprio martyriologio. Se aos povos mais felizes das cidades litoranea o que cumpre fazer é isso, que dizer do sertão infeliz, desgraçado, que o governo escraviza para gáudio dos chefes ladravazes dos tyrannetes malvados que aqui ostentam o seu fausto á custa do suor dessas longinquas populações honestas e dignas?

Ah o dever do sertão é levantar-se! Que elle meça o horror de sua escravidão e, erguido como um só homem, leve de vencida tudo quanto sirva de obstaculo ao advento de sua liberdade.[180]

O incentivo seguia explícito, saindo o pleito do lugar de destaque nas manchetes e sendo substituído pela revolta do Sertão. As eleições ocorreram em 29 de dezembro, seguindo o mesmo padrão de comportamento tradicional – fraudes de ambos os lados. Em 14 de janeiro, os jornais da oposição anunciavam resultados parciais: Paulo Fontes teria 25.874 votos contra 12.240 de Seabra. O *Diário Oficial*, por sua vez, na mesma data, publicou: 45.585 votos para Seabra e 10.374 para Fontes.[181] Com a constatação cada vez mais visível da derrota nas urnas, a oposição optou por provocar a agitação social, incentivando

[180] (O) DEVER do sertão. *A Tarde*, Salvador, 18 dez. 1919.

[181] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 150. Utilizaram-se as informações disponibilizadas por Consuelo Sampaio porque os exemplares de *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia* da última semana de dezembro de 1919 até a primeira semana de fevereiro de 1920, disponíveis na Biblioteca Pública do Estado, estão sem condições de manuseio e leitura.

luta armada do Sertão contra a capital, proposta cuja autoria é atribuída a Simões Filho[182] e na qual o jornal teve um papel decisivo.

Na cobertura do evento, o *A Tarde* assumiu duplo papel: insuflador dos coronéis do Sertão e aterrorizador da população da capital. As estratégias utilizadas para tanto, adotadas também pelos demais jornais que representavam os interesses da oposição, foram textuais.[183] Nas narrativas de batalhas, o governo era apresentado como acuado diante de um exército esmagador de sertanejos. Os números de mortos e feridos não eram informados. As informações apareciam sempre em letras destacadas na capa, com manchetes bombásticas: “A VICTORIOSA REBELIÃO SERTANEJA – O coronel Horacio de Mattos, á frente de 3.000 homens, marcha sobre a capital”. [184] O texto abusava dos adjetivos elogiosos:

As ultimas noticias sobre a marcha ascensional do movimento sertanejo, que ha-de libertar a Bahia, varrem todas as duvidas sobre o valor e a grandeza desse movimento generalizado.

O proprio governo bahiano, acuado pela evidencia insophismavel dos factos, parece ter desistido dos recursos ridiculos e burlescos de [...] a opinião publica do paiz e desviar as atencões dos altos poderes da Republica pelas mentiras atropeladas que vinham contrapondo a notoriedade palpavel dos grandes acontecimentos civicos.

O governo capitulou dos seus propositos de negação systematica. O governo confessa a realidade da campanha sertaneja a mão armada. [...] [185]

Durante os três meses de combate, as manchetes do jornal *A Tarde*, mantendo o mesmo tom exaltado, quase sempre destacaram os rebeldes e buscaram exaltar sua causa: *É a revolução!* [186], *A revolução Triunphante* [187], *É o Estado inteiro que luta – As columnas do exercito libertador*

[182] Cf. CALMON, P., 1986, p. 103; MORAES, 1997, p. 127.

[183] Cf. SANTOS, J., 1985, p. 106.

[184] A VICTORIOSA rebelião sertaneja. *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1920, p.1.

[185] Ibid.

[186] É A REVOLUÇÃO! *A Tarde*, Salvador, 21 fev. 1920, p. 1.

[187] A REVOLUÇÃO triunphante. *A Tarde*, Salvador, 23 fev. 1920, p. 1.

batem estradas em rumo da Capital[188], *Viva o sertão bahiano!*[189], *O banimento da oligarchia Seabra*[190] e *A reacção libertadora do Nordeste*[191].

Na realidade, não é possível precisar as informações a respeito do combate, visto que, ao mesmo tempo em que a oposição, através de seus jornais, tinha o objetivo de ampliar as dimensões do exército rebelde, o governo reduzia sua importância, para evitar o pânico e a intervenção federal. A Associação Comercial, que compactuava com a oposição desde o rompimento com Seabra, ordenou o fechamento do comércio por cinco dias, de 2 a 7 de fevereiro de 1920, solicitando garantias ao Comandante Militar, General Cardoso de Aguiar. Dizia-se também que os comerciantes estariam financiando a campanha rebelde e suprindo com armas as milícias interioranas.[192] Para evitar que a entidade aparecesse ligada aos revoltosos, o presidente do órgão enviou telegrama ao presidente da República solicitando a intervenção, propósito inicial da oposição. A resposta de Epiácio Pessoa foi ordenar que as portas do comércio fossem reabertas.

Dúvidas quanto ao impacto da Revolta Sertaneja sobre a ordem da capital também foram lançadas pelo depoimento do General Cardoso de Aguiar, que havia sido designado para a 5ª Região Militar pelo Governo Federal:[193]

Até o dia 29, a política da Bahia era calma.

Nesse dia, porém, depois de realizadas as eleições, comecei a receber pelo telefone pedidos de garantias. O primeiro partiu do 'Diário da Bahia' do Dr. Pedro Lago – Reproduzo-o textualmente: 'General, o 'Diário da Bahia' está sendo assaltado pela polícia. Eu lhe peço garantias; estou aqui debaixo de bala, o Sr. compreende que isso é um horror'. Realmente era gravíssimo o que me dizia o Dr. Pedro Lago, e, a ser verdade, nenhuma desculpa teria o Governo do Estado...

...Imediatamente telefonei ao Governador, narrando-lhe o ocorrido e pedindo-lhe providências para impedir tão grande atentado... Fervia em mim ainda a indignação contra aquele ato inqualificável, quando o Governador

[188] É O ESTADO inteiro que luta. *A Tarde*, Salvador, 24 fev. 1920, p. 1.

[189] VIVA o sertão bahiano! *A Tarde*, Salvador, 25 fev. 1920, p. 1.

[190] (O) BANIMENTO da oligarchia Seabra. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1920, p. 1.

[191] (A) REACÇÃO libertadora do Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 5 mar. 1920, p. 1.

[192] Cf. SANTOS, M., 1985, p. 100.

[193] *Ibid.*, p. 101-103, a partir de entrevista concedida pelo mesmo ao jornal O PAIZ.

esclareceu-me pelo telefone que não era verdadeira a acusação feita e que já dera ordens terminantes para seguir um piquete da polícia a fim de garantir o “Diário da Bahia”...

[...]

O que de fato ocorria era o seguinte: Os trabalhadores da estiva, partidários do Dr. Seabra, convencidos da vitória do mesmo, tinham alugado alguns bondes e percorriam a Cidade em manifestação de regozijo e nesta passeata deram muitos tiros para o ar.

[...]

Este e o incidente do Ponto Central dão a justa medida do estado geral dos espíritos nessa luta de partidos e paixões que a agitavam a Capital da Bahia. Nesse mesmo dia 29 e logo após o primeiro pedido de garantias o Presidente da Associação Comercial, pelo telefone, me comunicou que um grupo de rapazes do comércio estava assediado no “Ponto Central” por estivadores e que viam suas vidas ameaçadas pelo assalto que ia ser dado a esse ponto, pelo que me solicitava garantias para os rapazes.

Mandei o Capitão Moysés Alves àquele local, que era café, não encontrando o mesmo oficial nada de anormal ali.

[...]

Ao mesmo tempo, os jornais da oposição levantaram terrível grito e passavam telegramas alarmantes para o Rio de Janeiro. O efeito lá fora devia ser extraordinário. A Capital, segundo essas comunicações, encontrava-se em completa anarquia, com a polícia desenfreada nas ruas, nadava em sangue a Cidade. Não havia nenhuma segurança e faltavam por completo as garantias. Havia, portanto, um plano assentado de perturbação da ordem para um fim determinado que ainda ignorava.

Perdi a confiança nos homens que assim procediam porque julgava na minha ingenuidade, completamente avesso à política, tais processos condenáveis.

O plano da oposição delineava-se com evidência nas páginas do *A Tarde*. A cada edição, a capa era estampada por telegramas de diversos lugares do Estado informando sobre a ocupação de municípios pelas tropas rebeldes. Em 19 de fevereiro, o jornal divulgou: “Nessa formidável reacção que já abrange dois terços do Estado, não ha um só caso de saque a registrar, bem como de desrespeito aos adversarios da reacção victoriosa, mesmo porque esta é contra o governo e nunca contra

qualquer parcella das populações do interior”.[194] Dois dias depois, anunciava: “É A REVOLUÇÃO!” e relatava: “a única região do Estado, a que até agora, parecia não irradiar a rebelião sertaneja, – a florescente zona de Nazareth, se incorporou hontem, [...] a essa cruzada bemdita, que redime por sua attitude moral, todos os crimes de passividade da Bahia [...]”.[195]

Ao contrário das expectativas, o Governo Federal autorizou o exército a intervir na Bahia, em 23 de fevereiro de 1920, porém não para depor o governador Moniz, mas no intuito de pacificar o Sertão.[196] Os jornais oposicionistas reagiram: “A nação em peso protesta contra a intervenção”[197], “Mais tropa para pacificar os sertões...‘em paz” e “O SR. GENERAL AGUIAR ameaça com aeroplanos E FAZ POLITIQUICE PARA O SR. SEABRA USURPAR O GOVERNO EM PAZ.”[198] Não conseguiram conter, porém, a posse do governador eleito. J.J. Seabra assumiu em 29 de março de 1920 para seu último mandato, e o *A Tarde* publicou, no dia seguinte: “O ultimo acto da comedia – A posse da usurpação fez-se como enterro de defunto pobre, com pouca gente”.[199]

Os coronéis rebelados assinaram três acordos em separado para garantir a continuidade do poder regional.[200] O mais famoso deles, o *Acordo de Lençóis*, garantiu a Horácio de Matos que suas tropas não entregassem armas e munições, que conservaria o governo dos municípios ocupados durante a revolta e receberia duas vagas fixas de deputados, uma na Assembleia Estadual e, outra, na Federal, para os candidatos indicados por ele.[201] Além disso, o *A Tarde* anunciou, com leve tom de ironia:

O coronel Horácio de Mattos delegado regional nas Lavras

É ali “no duro”... Accordo é accordo; tratado é tratado; contrato é contrato.

[194] (A) ONDA da reacção, cresce e domina. *A Tarde*, Salvador 19 fev. 1920, p. 1.

[195] É A REVOLUÇÃO!, 1920.

[196] Cf. SAMPAIO, C., 1998, p. 152.

[197] (A) NAÇÃO em peso protesta contra a intervenção. *A Tarde*, Salvador, 9 mar. 1920, p. 1.

[198] MAIS tropa para pacificar os sertões...‘em paz’. *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1920, p. 1.

[199] (O) ULTIMO acto da comedia. *A Tarde*, Salvador, 30 mar. 1920, p. 1.

[200] Cf. SAMPAIO, C., op. cit., p. 153.

[201] Cf. TAVARES, L., 1987, p. 172.

E o melhor tira-teimas sobre o “duro” dos accordos sertanejos é o decreto seguinte:

O governador do Estado da Bahia, usando da attribuição que lhe confere a Lei e por proposta do Secretario de Policia e Segurança Publica, resolve nomear delegado regional dos termos de Lençóis Macahubas, Brotas, Barra do Mendes, Guarany, Wagner e Remedios, o coronel Horacio de Queiroz Mattos.[202]

Não era prudente romper com os coronéis que apoiavam a publicação, mas não se podia deixar passar sem comentários o resultado da revolta que, no final das contas, teve como únicos beneficiados os líderes regionais. A passionalidade do jornalismo saltava aos olhos, mas era refreada pelas necessidades empresariais, de apoio político e econômico, que não eram ignoradas.

Um dos impulsos decisivos nas mudanças que caracterizam a chamada modernização da prática jornalística, a partir do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, é a emergência de um novo sistema político, no qual a comunicação com o público exercia papel fundamental: a democracia representativa. Neste modelo, os jornais passavam a desempenhar a função de fiscais dos poderes públicos e porta-vozes da sociedade, estabelecendo ambígua relação no jogo político.[203] Ao mesmo tempo em que serviam como espaço de discussão e visibilidade para interesses privados, de anunciantes e apoiadores políticos, também precisavam manter uma imagem de imparcialidade, pois ela garantiria a confiança do público e, conseqüentemente, a venda e leitura das publicações. Na esteira dessa venda, os jornais aumentavam os valores dos anúncios, regidos pela tiragem e alcance dos periódicos. E o poder de barganha política também crescia, pois, sendo o político eleito pelos cidadãos, era do seu interesse apresentar “boa imagem” ao eleitor, para atingir metas e permanecer por mandatos consecutivos.

O jornalismo praticado em Salvador na virada do século XIX para o XX não experimentou esse quadro de mudanças integralmente. Ele foi apenas parcial e, de certo modo, gradual. A visão do jornal como empresa já marcava a imprensa durante toda Primeira República, o que pode ser percebido pela participação ativa da Associação Comercial da

[202] (OS) TRATADOS de paz com o Sertão. *A Tarde*, Salvador, 5 abr. 1920, p. 1.

[203] Cf. TRAQUINA, 2005a.

Bahia. E, a tentativa de conquistar a confiança do leitor é explicitada nos seus programas, geralmente ao propor um “jornalismo independente”. Entretanto, faltava um dos elementos essenciais – o sistema democrático representativo, de fato.

A República pegou o Estado de surpresa e encontrou nele as maiores resistências para sua aceitação. A Bahia foi a última das antigas províncias a reconhecer o novo regime e, mesmo depois de feito, muitos chefes políticos locais continuaram jurando fidelidade ao Imperador.[204] A resistência tinha as mais diversas causas: a tendência de acomodação das sociedades prioritariamente rurais; o conservadorismo da elite urbana, que se vê ameaçada pelos ideais igualitários do novo sistema; e a prevalência de uma população analfabeta e distante das decisões políticas.[205] Some-se a isso a grave crise econômica, agravada pela decadência da economia local – cujo mote era a exportação da cana-de-açúcar – e o temor da proposta federativa, que representava a autonomia das unidades para controlar suas finanças, ansiada pelas províncias ricas do Sudeste e assustadora para aquelas que dependiam dos favores do governo.

Para a elite baiana, a República significava continuidade do quadro de estagnação econômica, conseqüente redução do prestígio político junto do poder central e possibilidades de mudanças na estrutura social[206], ou seja, pintava um quadro realmente assustador. Sem ter como alterá-lo, porém, foi necessário adaptar-se à nova realidade político-administrativa do país. Como resultado, essa fase de transição foi marcada por um sistema novo e uma política velha, mesmas práticas, mesmos personagens e mesmo jornalismo. Sem um sistema democrático consolidado, o jornalismo não atuava como vigia do poder e porta-voz da sociedade. Permaneceu com sua função de tribuna política, o que se demonstra pela predominância do texto opinativo. Sua função não era informar, mas formar, ou, como os próprios periódicos defendiam, “instruir”, “orientar”.

As mudanças, evidentemente, ocorreram na trilha de modernização que se espalhava pelo país. A inserção de anúncios, a diagramação gradativamente mais leve, com uso de fotos, manchetes e aproveitamento

[204] Cf. SAMPAIO, C., op. cit. p. 27.

[205] Ibid., p. 29ss.

[206] Ibid., p. 32.

do privilegiado espaço da capa, são exemplos disso. Todas pareciam estar vinculadas aos interesses comerciais, tornando o jornal um produto mais interessante ao cliente e fazendo girar a engrenagem já descrita: mais leitores, mais vendas, mais anúncios. Porém, a hierarquia da informação denunciava sua essência, que permanece política. Na Primeira República, esta é o centro dos interesses, obtendo os espaços mais privilegiados, os destaques na capa e mobilizando campanhas acirradas, o que demarca o papel que os veículos impressos desempenharam ao longo de toda a primeira metade do século como “espaço de polemização”, especialmente nas disputas pelos votos urbanos.

O novo regime impunha regras diferentes e obrigava os detentores de cargos políticos a se voltarem para um pequeno grupo de letrados que, agora, também poderiam intervir: a classe média. Certamente, era a tal leitor que os jornais deveriam “instruir” e “orientar” sobre decisões eleitorais. Composta por funcionários públicos, profissionais liberais e alguns poucos operários, essa parcela da população era contemplada com uma ou outra matéria jornalística sobre reivindicações de classe, às vezes, queixas com relação à economia ou eventos de interesses, nas páginas esportiva e cultural. A população pobre, em geral analfabeta e, portanto, não eleitora, só encontrava espaço nos periódicos com notícias policiais, relacionadas a crimes exóticos, sempre apresentados com o estranhamento de quem narra uma obra de ficção. Os dois grupos, o primeiro por concordância obediente às regras do jogo político, e o segundo por exclusão do mesmo jogo, ajudaram no processo de “naturalização” das falas dos jornais como representativos do “povo” [207], ilustrando como personagens seus textos e imagens, o que constitui, como vimos, muito mais figura retórica do que prática editorial.

O jornal soteropolitano na Primeira República é, portanto, fruto das contradições da própria sociedade, suas páginas e práticas demonstram o embate na busca por equilibrar a dicotomia: moderno e conservador. Como Jorge Amado descreve, em 1944, já passados alguns anos do período, mas com as tradições ainda bem vivas:

[...] Assim é a Bahia. Êste é o seu clima, ligado ao passado, fitando o futuro. Nenhuma outra cidade do Brasil se mantém nesse equilíbrio espiritual que

[207] RIBEIRO, L., 2004, P. 322.

exige dos homens uma constante vigilância para não cair num conservadorismo reacionário ou num anarquismo inconstrutivo.[208]

A constante tensão presente nos textos também faz emergir outras dicotomias, polarizadas entre paixões ideológicas e interesses econômicos e políticos, entre informação e opinião. Nessa transição de regime político, de século, de economia, inspirada pelo próprio tipo de política praticado, a paixão sobressai. Serão necessárias, ainda, três décadas até que o jornalismo soteropolitano avance mais no processo de modernização. Entretanto, a despolitização continua esperando, até os dias atuais.

[208] AMADO, 1970, p. 27.

Novos formatos, velhas ideias

O jornal aparece enquanto espaço adequado à criação e manifestação de uma *intelligentzia*. Aí se revezava a fina flor da sociedade local [...] que recheavam folhas com o exercício retóricobacharelesco.[209]

A sirene toca. Comerciantes e moradores da região já sabem o que significa: notícias “quentes”, recém-saídas das rotativas. O jornal de Simões Filho, anteriormente situado na Cidade Baixa, agora ocupava um prédio em frente à Praça Castro Alves[210], para o qual se mudara em 1930. O jornalista José Augusto Berbert de Castro, que começou a trabalhar no periódico em 1951, lembra que “[...] quando acontecia uma coisa importante, *A Tarde* escrevia um placar enorme e pendurava na fachada e tocava uma sirene [...] Aí a cidade toda, a Rua Chile, que era o ponto principal da cidade, corria tudo pra lá. Daí saía uma edição extra”. [211] Na terça-feira, 24 de agosto de 1954, o jornal publica cerca de seis edições, recorda Castro. Uma das edições extraordinárias traz como manchete: *PRESIDENTE DA REPÚBLICA suicidou-se com um tiro no coração*[212] e, na segunda página, um aviso aos leitores:

A TARDE

Participando do luto nacional hasteiamos o Pavilhão à meia verga, na fachada do edifício

[209] ARAGÃO, 1999, p. 43

[210] A geografia da cidade de Salvador, construída sobre uma encosta, fez com que o povoamento ocorresse em duas diferentes frentes. A parte que fica no nível do mar destacou-se por ser área de comércio, em função da proximidade com o porto e foi denominada Cidade Baixa. A cidade construída por Thomé de Souza, em 1549 foi erguida na parte superior da encosta, como forma de proteção natural contra eventuais ataques costeiros, e é chamada Cidade Alta. A Praça Castro Alves, nas primeiras décadas do século XX, destacava-se na Cidade Alta por ser área nobre, próxima à Rua Chile, principal centro comercial e administrativo de Salvador.

[211] Entrevista concedida por José A. Berbert de Castro, ao acadêmico Mauro Rodrigues, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spanenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 28 de maio de 2008.

[212] *PRESIDENTE da República suicidou-se com um tiro no coração. A Tarde*, Salvador, 24 ago. 1954. p. 1.

2ª EDIÇÃO

Circularemos depois das 16 horas com novos telegramas sôbre o Infausto Acontecimento.[213]

A trágica morte do chefe da Nação lançava mais polêmica a um processo eleitoral conturbado, e a rápida passagem de Getúlio Vargas à condição de herói faz os partidos baianos colocarem-no no centro dos discursos na disputa pelo governo local. Pouco mais de um mês depois, em 3 de outubro, os baianos escolheriam o novo governador e os soteroopolitanos, seu prefeito, a primeira eleição direta após a restituição da autonomia político-administrativa, deixando Salvador de ser considerada base militar.[214] Apesar da novidade, a escolha do prefeito da capital rendeu pouquíssima cobertura dos jornais, mais focados nas sucessões federal e estadual.

Os jornais do período já não eram os mesmos do momento anterior, pois diversificaram ainda mais suas temáticas, abrindo espaço para páginas dedicadas a públicos e assuntos específicos, como esporte, literatura ou página feminina e procuraram formalizar a diferenciação entre informação e opinião. Tais mudanças, que haviam sido detectadas no jornalismo carioca do início do século, chegaram parcialmente aos impressos de Salvador na década de 1950.[215] Os textos opinativos receberam tratamento gráfico diferenciado, sendo cercados por linhas, com títulos curtos e nominais. Os informativos, entretanto, ainda carregavam adjetivação, ironia e outros recursos que os tornavam explicitamente opinativos. A temática política, contudo, fosse local, produzida na própria redação, quanto nacional ou internacional – que chegava pelas agências de notícias – permanecia ocupando os espaços

[213] A TARDE, *A Tarde*, Salvador, 24 ago. 1954, p. 4. Comunicado do jornal.

[214] A Constituição de 1946, no seu Art. 28, parágrafo 2º, determinava que “[...] serão nomeados pelos governadores dos estados ou dos territórios os prefeitos dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para defesa exterior do Brasil”. JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Org.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. v. 2, p. 427. Em 1947, a Assembléia Legislativa do Estado enviou à Câmara Federal uma moção, solicitando a retomada da autonomia da capital, Salvador, mas ela só é sancionada no início de 1954, pelo então presidente, Getúlio Vargas. BAHIA, 1997, p. 195, 219. Com o controle da ditadura civil-militar instalada no Brasil em abril de 1964, as regras eleitorais serão alteradas novamente, e Salvador perderá, mais uma vez, autonomia, que lhe será restituída apenas em 1985.

[215] Cf. RIBEIRO, L., 2004, p. 135ss.

mais privilegiados. As páginas dos periódicos reproduziam, assim, a tensão própria da sociedade soteropolitana, que se modificava muito lentamente, recompondo a formação de suas elites econômica – a partir de um nascente processo de industrialização – e intelectual – com a fundação da Universidade Federal da Bahia. Porém, mantinha inalterada a elite política, ancorada nos modos de ação tradicionais.

O modo como as diferentes correntes políticas buscavam apropriar-se da imagem do presidente suicida parece contraditório ao se recordar que, quando Vargas assumira a presidência da República com um golpe civil-militar, em 1930, tanto situacionistas quanto oposicionistas baianos uniram-se contra o poder central, que, apesar de propor avanços econômicos e sociais para os estados do Centro-Sul, não contemplava a Bahia, regida por economia agromercantil tradicionalista, o que fazia perdurar o “enigma baiano”. Para reagir politicamente, as duas facções desenvolveram suas ações no âmbito de um movimento que ficou conhecido como Ação Autonomista.[216] Para entender como atuou, é preciso retornar um pouco no tempo e observar como se configurava a política baiana no momento do golpe. A corrente seabrista, que prevaleceu de 1912 a 1924, já havia deixado o poder, substituída pelos calmonistas, com a eleição de Góes Calmon, em 1924, e Vital Soares, em 1928, para governar o Estado. Concorrendo a vice-presidente na chapa liderada por Júlio Prestes, o então governador da Bahia, Vital Soares, venceu a eleição de 1930 e também sofreu o golpe que impediu o eleito de tomar posse, sendo empossado Getúlio Vargas no lugar. No primeiro momento, J. J. Seabra apoiou o que chamava de “governo revolucionário”, a fim de tentar manter sua influência política, porém logo retirou o apoio, ao perceber que Vargas não iria nomeá-lo ou a seus indicados para a interventoria.[217]

Após uma sequência de interventores com breves passagens pelo governo, em setembro de 1931, o presidente nomeou o jovem tenente cearense Juracy Magalhães, de 26 anos. Tal nomeação foi considerada uma ofensa pela velha oligarquia política baiana, que fundou a Liga de Ação Social e Política, reunindo calmonistas, mangabeiristas e seabristas, a fim de disputar o governo com o interventor, candidato do Partido Social Democrático, nas eleições indiretas convocadas para

[216] Cf. TAVARES, L., 1987, p. 184-185.

[217] Cf. RISÉRIO, 2004, p. 485-486.

1933. A Liga, depois denominada Ação Autonomista, foi derrotada, e Juracy Magalhães permaneceu governando o Estado até 1937, quando renunciou, por não querer apoiar o golpe do Estado Novo.[218]

O governo autoritário de Getúlio Vargas estendeu-se até 29 de outubro de 1945, quando foi retirado do poder. Apesar disso, suas medidas, extremamente populistas, garantiram-lhe apoio popular, conseguindo expressiva votação nas eleições para o Senado Federal no ano seguinte ao golpe, 1946 e, em 1950, foi eleito presidente por voto direto. Na Bahia, mesmo com as divergências do governo anterior, o retorno de Vargas ao Palácio do Catete foi comemorado com uma marchinha que tomou conta dos bailes carnavalescos de 1951: “Ai, Gegê / Ai, Gegê, / Ai, Gegê, que saudades / nós tivemos de você!”[219] Pouco mais de três anos após a posse, a alegria do retorno foi substituída pelo lamento do povo baiano ao saber da morte do presidente. A notícia espalhou-se através das ondas do rádio, causando comoção nas cidades do interior e na capital da Bahia, onde milhares de pessoas, com velas nas mãos, dirigiram-se em procissão à sede do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) para prestar homenagem, conforme informou o jornal *Diário de Notícias*, do dia 25 de agosto.[220] O cordelista Cuíca de Santo Amaro também registrou sua tristeza nos versos de *O testamento de Getúlio*:

Deixo ao povo brasileiro
Os quais me tenham amizade
Elas!... As Leis Trabalhistas
Para a sua Liberdade
Deixo ela para o povo
Antes de ir para a eternidade[221]

A oscilação das forças políticas na Bahia não foi a única mudança que marcou os mais de 30 anos que transcorreram desde a fundação do jornal *A Tarde*, em 1912, até o suicídio do presidente, em 1954. O jornal, que havia modernizado o parque gráfico em 1920, alcançou seu

[218] Cf. TAVARES, L., 1987, p. 186.

[219] BAHIA, 1997, p. 213.

[220] Cf. SANTOS, Uiana Nana Rodrigues dos. *O suicídio de Getúlio Vargas na imprensa da Bahia: análise de conteúdo do A Tarde e do Diário de Notícias, os dois jornais de maior circulação no Estado em 1954*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2008, p. 71.

[221] *Ibid.*, p. 219.

objetivo político em 1924, com a queda do seabrismo[222] e consolidou-se ao construir a nova sede na Praça Castro Alves, em 1930. O prédio foi erguido em um terreno adquirido por Simões Filho por 100 contos de réis, pertencente à família Martins Catarino, e realizado pela empreiteira carioca E. Kennitz & Cia. por um valor superior a mil contos de réis, orçamento possível para uma das empresas mais lucrativas do período.[223] O prédio comportava todas as instalações do jornal e ainda abrigava um cinema no pavimento térreo, além de um hotel, Hotel Wagner, no último andar.[224] Além disso, Simões Filho obteve mais um empréstimo de 400 contos de réis no Banco Econômico da Bahia para adquirir a nova rotativa, o que lhe causou alguns transtornos, pois se comentava que havia conseguido o dinheiro ilicitamente, por defender junto ao Governo do Estado, os interesses da *Light and Power*, empresa estadunidense que explorava a concessão dos serviços de energia, transporte e telefonia em Salvador.[225] O equipamento de impressão, somado ao novo sistema de radiotelegrafia e à contratação das principais agências de notícias internacionais, equiparava o periódico aos seus contemporâneos cariocas e paulistas em termos de tecnologia, e tornava o *A Tarde* o mais avançado jornal do Norte-Nordeste.[226] Empolgado com as mudanças, Simões Filho escreveu a um correspondente[227], no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1930:

Estou precisando muito dos seus serviços para A TARDE, nessa nova fase, a inaugurar dentro de poucos dias, provavelmente no dia 5 de março.

A começar: Combinará com o Sr. Anderson Magalhães, funcionário do Senado e representante da *Gazeta*, de S. Paulo, o fornecimento a A TARDE de colaboração que mantém naquela folha Medeiros e Albuquerque (diário), Humberto Campos, Gustavo Barroso e outros, estes uma vez por semana.

.....

[222] Cf. CALMON, P., 1986, p. 115.

[223] Cf. MORAES, 1997, p. 136-137.

[224] *Ibid.*, p. 138.

[225] *Ibid.*, p. 142.

[226] *Ibid.*, p. 139.

[227] O biógrafo não informa o nome do destinatário da correspondência.

Serviço rádio. V. creio que sabe que A TARDE montou aí uma estação Marconi, e aqui outra, para entregar ambas a 'A Brasileira', que fará o serviço ganhando em troca o poder utilizá-las para os seus demais serviços.

'A Brasileira', porém, só entregará à transmissão a matéria de tarifa, noticiário oficial e o que os jornais publicarem, digno de ser repetido para aqui.

Precisa A TARDE de alguns telegramas especiais, matéria mais nobre, de preferência política, inclusive um 'Boletim' (como faz o Sertório de Castro para *O Estado de S. Paulo*).

.....

Correio Aéreo. Nossos filhos rirão, em nossa idade, de nossa barbaria. Imagine que já se viaja, comumente, na nossa pobre terra, de avião por toda parte. Também eles já nos trazem, três vezes por semana, mala postal do Rio. [...] [228]

O fundador do jornal não previa, ao propor todas essas modificações, que em breve teria de se afastar dele involuntariamente. Como um dos líderes da campanha autonomista, Simões Filho declarou-se abertamente inimigo do interventor, Juracy Magalhães, e daquele que representava, o presidente Getúlio Vargas. E, tal como fez, fomentando a Revolta Sertaneja de 1920, também tentou lançar os estudantes de Medicina da Bahia contra o poder central, em 1932, ao lado dos rebeldes paulistas, plano que fracassou, pois foi descoberto pela Polícia Política, que impediu o motim. [229] Como resultado, o fundador do *A Tarde* foi enviado para o exílio na Europa, em 11 de novembro de 1932, apenas retornando em dezembro de 1933. [230] De Paris, continuou acompanhando seu periódico e manteve firme a postura pela autonomia da Bahia. Em dois trechos de cartas escritas em 1933, tal posição é explicitada. [231] Na primeira, datada de 21 de setembro, aparece de modo mais sutil, mas, na segunda, de 24 de outubro de 1933, vem como ordem expressa.

[228] CALMON, P, 1986, p. 149.

[229] *Ibid.*, p. 163.

[230] Cf. MORAES, 1997, p.136-137.

[231] O biógrafo Pedro Calmon não informa o destinatário das cartas, porém, pelo conteúdo, podemos inferir que sejam endereçadas a algum colaborador do *A Tarde*, possivelmente ao seu Redator-Chefe, à época, Ranulpho de Oliveira.

[...] Tenho recebido sempre A TARDE, que vai atravessando, como pode o mar de escolhos em que navega há três anos. O serviço de informações telegráficas, bem como as correspondências, sempre interessantes. Às vezes acho que V. apresenta certos assuntos sob feição simpática à ditadura, a que não devemos dar quartel, não por nenhum sentimento pessoal, mas pelo mal que tem ela feito ao país. [...]

.....

[...] Tenho visto A TARDE, que acho bem, e serviço telegráfico inclusive. Omita sempre que o puder fazer honestamente, tudo o que possa ser elogiável para a ditadura. [...][232]

Na sucessão de 1933, os Autonomistas propuseram Otávio Mangabeira, outro ex-exilado de 1932, e o interventor federal lança seu próprio nome como candidato, sendo eleito. O *A Tarde* era veemente nas críticas ao governador, e seu proprietário recebia retaliações por isso. Ao chegar em sua residência, na Rua da Vitória, em dezembro de 1934, Simões Filho sofreu um atentado, sendo espancado por dois homens. Mesmo sem confirmação oficial da autoria, atribuiu-se ao então governador, que sempre a negou, embora outros relatos também demonstrem que sua relação com a imprensa soteropolitana nesse período era bastante tumultuada.[233] O jornal, evidentemente, não deixou o episódio passar em branco e, na edição do dia 17 de dezembro, denunciou:

As cenas de cangaço de que a cidade foi testemunha, levada a efeito com os maiores requintes de ódio e perversidade, contra [...] Dr. Simões Filho, Diretor Proprietário de A Tarde e um dos chefes da Concentração Autonomista, partiram de um mesmo autor: o Sr. Juracy Magalhães, interventor do Estado.[234]

A perseguição sofrida pelos jornais soteropolitanos durante o período do governo Vargas, especialmente sob a interventoria de Juracy Magalhães, é destacada por diversos registros. O jornalista Sérgio Mattos, embora não tenha vivenciado o período, relata uma história, contada como uma espécie de anedota, pois ficou na memória coletiva dos repórteres do jornal *A Tarde*, no qual atuou entre as décadas de 1960 e 1980:

[232] CALMON, P., 1986, p. 171-172.

[233] BAHIA, 1997, p. 197.

[234] MORAES, 1997, p. 198.

O censor não saía do jornal, ele tava lá todos os dias, ele via tudo. Aí o jornal queria dizer pra os leitores que tinha um censor dentro do jornal. Então eles descobriram que o censor tava fazendo aniversário, aí fizeram um bolo, cantaram parabéns pro cara e tiraram foto e publicaram: ‘Ontem nós comemoramos o aniversário do nosso censor, Fulano de Tal, que tá aqui’.[235]

Mais de dez anos depois, em 1947, o então deputado federal, Juracy Magalhães, criticou o fato de o jornal comunista *O Momento* ter sido empastelado, tornando-se alvo dos versos do poeta satírico Sílvio Valente, que escreveu na imprensa baiana sob os pseudônimos de Bernardo Só e Pepino Longo:

O Juracy, afinal,
Tem no caso boas vistas:
Não empastela o jornal,
Empastela os jornalistas...[236]

Nesse período, findo o Estado Novo, jornal e proprietário modificam-se. O *A Tarde* direciona-se para a primeira grande reforma gráfico-editorial, que se efetivará em 1956.[237] Ernesto Simões revê posições anteriormente acirradas, reaproximando-se do agora presidente eleito, Getúlio Vargas, e recebendo a nomeação como ministro da Educação e Saúde.[238] As mudanças aconteceram no rastro de outras alterações, que atingem Salvador e todo o Estado. Estas não modificam radicalmente o papel dos impressos, embora reconfigurem sutilmente a composição das elites. Os jornais passam a se adequar ao novo cenário competitivo dentro do campo na comunicação da cidade, que inclui a instalação do veículo rádio e, algum tempo depois, também da televisão.

Decifrando o enigma

Sem receber os benefícios da primeira onda de industrialização promovida pela revolução de 1930, cuja meta era deslocar o centro do poder econômico e político das tradicionais oligarquias rurais e concentrá-lo

[235] Entrevista concedida por Sérgio Mattos, à acadêmica Clarissa Pacheco, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spannenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 28 de outubro de 2008.

[236] BAHIA, 1997, p. 197.

[237] CALMON, P., 1986, p. 215-223.

[238] Ibid., p. 193-195.

em uma nascente burguesia industrial urbana, a Bahia terminou a primeira metade do século XX em um cenário de estagnação que se modifica muito lentamente. A estrutura social permanecia quase intacta e apontava para a permanência de uma mentalidade que perpetuava o sistema escravocrata, apesar dele já haver sido extinto havia décadas: de um lado, uma oligarquia imponente que lutava por manter sua ostentação e cultura elitista e, de outro, uma “população de não-reconhecidos” que “vegetava”, sustentando a elite com sua força de trabalho.[239] Apesar da divisão explícita no cotidiano, no discurso destacava-se a unidade, dissimulando e mascarando a separação por cor, sexo e trabalho, plantando-se uma ideia que, décadas mais tarde, seria colhida, embalada sob o título de “baianidade”[240], vendida como produto turístico. A convivência cordial das raças e a positividade da miscigenação foi sustentada, por exemplo, pela literatura de Jorge Amado que, na sua particular interpretação das relações raciais em Salvador, escreveu:

Eis uma cidade onde se conversa muito. Onde o tempo ainda não adquiriu a velocidade alucinante das cidades do Sul. Ninguém sabe conversar como o baiano. Uma prosa calma, de frases redondas, de longas pausas esclarecedoras, de gestos comedidos e precisos, de sorrisos mansos e de gargalhadas largas. Quando um desses baianos gordos e mestiços, um pouco solene e um pouco moleque, a face jovial, começa a conversar, se fechardes os olhos e fizerdes um pequeno esforço de imaginação, podereis distinguir perfeitamente o seu remoto ascendente português e seu remoto ascendente negro, recém-chegado um da pátria colonizadora, recém-chegado outro das florestas da África.

.....

Sendo a cidade negra por excelência do Brasil, com uma grande população de cor, é aquela onde menos existe, em nosso país, o preconceito racial. O que

[239] OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32-33.

[240] Utiliza-se o conceito de baianidade proposto por Nova e Fernandes: “Expressão frequentemente usada para definir características do ‘modus vivendi’ dos baianos, mais especificamente, dos que nascem em Salvador e no Recôncavo da Bahia. [...]”. Os autores, porém, advertem que “a baianidade da primeira metade do século anterior, na obra de Jorge Amado e nas composições de Dorival Caymmi, expressa uma Bahia marcadamente bucólica e praieira, folclorizada através da preguiça e malemolência do baiano. Este perfil tornara-se contraditório às pretensões hegemônicas da industrialização e foi sendo superado em busca de um padrão identitário moderno, marcadamente urbano, adequado aos *fast food*'s da sociedade contemporânea e à modernização pretendida”. NOVA, Luiz; FERNANDES, Taiane. *Mais definições em trânsito: baianidade*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, [200-], p. 1. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/BAIANIDADE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

não quer dizer que êle seja inteiramente inexistente. A mistura de sangue é muito grande e em sã consciência pouca gente poderá negar o avô negro mais ou menos remoto.[241]

Os jornais impressos também foram responsáveis por esse movimento, negando a divisão social, por um lado, e exaltando as potencialidades do estado, depositando sobre o descaso do Governo Federal a responsabilidade pelo atraso econômico, por outro. É o que se percebe, por exemplo, no ressentimento presente nas entrelinhas da fala do deputado Aloísio de Carvalho Filho: “Somos a terra que foi a primeira metrópole política e cultural do Brasil. Quando, por circunstâncias que não cabem aqui [...], o centro político se deslocou para o Sul [...]” [242] ou na declaração de Ernesto Simões Filho, que afirma ser a “Bahia, tão sofredora e humilhada quanto gloriosa”. [243]

As dificuldades do crescimento econômico e da modernização social, apesar do potencial exaltado, fizeram políticos, comerciantes e intelectuais começarem a discutir o chamado “enigma baiano” e, reunidos, procurar soluções para a estagnação pela qual passava o Estado. [244] O conservadorismo e a resistência aos processos e métodos da chamada “modernização” que atingia os estados do Centro-Sul talvez fosse o começo da resposta. Um exemplo de tal resistência, além dos vários já mencionados no campo da política, foi identificado nas artes. O movimento modernista que sacudiu São Paulo com a Semana de 1922 demorou duas décadas para atingir a Bahia e não por falta de tentativas. Em 1932, o artista plástico José Guimarães, ex-aluno da Escola de Belas Artes da Bahia, expôs em Salvador o resultado da sua incursão pela Europa, com trabalhos inspirados nas tendências modernistas, sendo criticado pelo público e pelos ex-colegas e ex-professores baianos. [245] Em 1944, outra tentativa fracassou: o ilustrador Manoel Martins, que

[241] AMADO, 1970, p. 24, 27-28.

[242] A COALISÃO está perfeitamente definida nos seus objetivos. *O Estado da Bahia*, Salvador, 1 jul. 1946, p. 2.

[243] AINDA e sempre na defesa da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 8 set. 1954. p. 1.

[244] Rita Aragão define-o como “uma contradição entre as possibilidades de crescimento do estado e sua situação de penúria”. Sobre isso ver também: OLIVEIRA, 1987; DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

[245] TEIXEIRA, Tattiana G. Modernismo e modernidade na Universidade da Bahia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999a. p. 73-88. p. 74.

estava na Bahia a convite de Jorge Amado, organizou uma exposição com os principais nomes do modernismo paulista como Tarsila do Amaral, Segall, Andrade Filho, Portinari e Di Cavalcanti. Apesar de mobilizar grande público, a exposição sofreu resistência, tanto com críticas publicadas nos jornais quanto através de uma “contra-exposição satírica” ironizando os trabalhos apresentados.[246]

Até a reforma urbanística, proposta em 1940 por Mário Leal Ferreira como continuidade da Semana de Urbanismo de 1935, e considerada o primeiro dos três grandes movimentos de redesenho de Salvador como metrópole, ainda perpetuava traços de uma cidade voltada para seu Recôncavo, polarizando as atividades na área do entorno da Baía de Todos os Santos.[247] Apesar disso, a proposta de modificações já previa a construção das avenidas de vale, da Escola Parque, da Vila Olímpica e de túneis, ligando as cidades alta e baixa, itens concretizados apenas nas décadas posteriores.[248]

Ao entrar na segunda metade do século XX, porém, a capital crescia e se modernizava. Dos pouco mais de 280 mil habitantes registrados em 1920, a segunda metade do século iniciou com o registro de 417.235 mil habitantes. As feições urbanas também se alteraram ao longo de toda a década de 1950.

Aos poucos, os ônibus se incorporavam ao cotidiano da cidade, substituindo os antigos bondinhos e as marinetes, ambos trazidos depois da metade do século XIX pelo austríaco Raphael Ariani. Anteriores às marinetes, que nos anos de 1940 foram apelidadas de ‘omnibus’, os bondinhos marcaram época e a vida de muita gente. Mas, já em 1958, rodava pelos lados da Barra, o primeiro ônibus, apelidado de ‘papa-filas’, com espaço amplo para carregar até 100 passageiros. Os baianos, que colecionavam arranhões, causados no empurra-empurra da disputa por lugares nos trens, festejam o novo transporte e os 50 ônibus elétricos comprados da Itália um ano antes.[249]

Três fatores foram decisivos nesse movimento que redefinia a geografia da economia do país e trazia a Bahia de volta ao seu centro: a

[246] Ibid., p. 74.

[247] SAMPAIO, Heliodório. Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: ANPUR, 1992. p. 159-167. p. 160.

[248] Ibid., p. 161.

[249] ARAGÃO, Joana M.; MENEZES, Juliana C. F.; SANTOS, Lourivânia S. *A caixa mágica: um resgate da história da TV em Salvador*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2006, p. 21.

descoberta de petróleo, em 1939, que deu origem, em 1953, à Empresa de Petróleo Brasileiro, Petrobrás; a criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, que passou a destinar recursos para garantir o desenvolvimento da região independentemente das intempéries climáticas[250] e a inauguração, na década de 1960, da rodovia Rio-Bahia, que facilitava o acesso a Salvador dos bens industrializados produzidos no Sudeste.[251] Do ponto de vista cultural, a fundação da Universidade Federal da Bahia também alteraria profundamente o pensamento da intelectualidade baiana.

O surgimento da Petrobras é responsável por mudanças significativas, especialmente na capital da Bahia e nos municípios que compõem o que hoje se denomina Região Metropolitana de Salvador, pois gerou expansão salarial, atraiu profissionais de outras partes do país, num movimento contrário ao fluxo migratório anterior, ampliou o setor de construção civil e, conseqüentemente, alterou o cenário urbanístico da cidade e seu entorno. A economia da capital baiana, nas primeiras décadas do século XX, ainda estagnada pelo declínio da produção açucareira do Recôncavo e centrada quase que exclusivamente no comércio, voltava a crescer. O Censo de 1940 registrava 1.766 indústrias na Bahia, que empregavam 23.361 funcionários. Uma década depois, esse número cresceu para 4.007 indústrias e 33.775 trabalhadores. Em Salvador, no ano de 1954, havia 269 estabelecimentos industriais, que empregavam 15.303 pessoas, sendo 11.150 homens e 4.153 mulheres. Entre os estabelecimentos registrados em 1952, o maior número, 80, era de indústrias gráficas, seguido de 59 empresas de transformação de matérias-primas de origem vegetal e 47 do ramo da alimentação.

Apesar das mudanças em direção à industrialização, a economia de Salvador e entorno ainda estava concentrada prioritariamente nos setores primário e terciário. Em 1940, 23,6% da população economicamente ativa atuava no setor primário, número que, na década seguinte, caiu para 14,2%. Tal mudança acompanhava outra, a dos trabalhadores do setor secundário, que passaram de 16,5%, em 1940, para 20%, em 1950. Porém, o setor de serviços continuava concentrando a principal

[250] Cf. RISÉRIO, 2004, p. 513-517.

[251] Cf. FARIA, Vilmar E. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 23-40, p. 35-36.

parcela dos trabalhadores e apresentava crescimento: de 59,9% para 65,8% no mesmo período.[252] Os números demonstram que a cidade permanecia com sua vocação de serviços e comércio, com uma população que “vive de expedientes” [253].

A industrialização, que se iniciou lentamente na década de 1950, seguiu o rastro da retomada do prestígio baiano na política nacional, percebida pelos diversos políticos que alcançaram destaque nacional, possivelmente sustentada no fato de a Bahia ser, durante os anos de 1950 a 1960, a única produtora de petróleo do Brasil, combustível indispensável para movimentar o parque industrial do Sudeste.[254] Aos poucos, percebeu-se a necessidade de formar os quadros profissionais necessários para concretizar o processo de “modernização” do estado, uma elite intelectual que pudesse representar os interesses baianos nos planos político e econômico. De tal pensamento, surgiram as bases para a constituição da Universidade da Bahia (UBA), que reuniu as autônomas Faculdades de Medicina, Filosofia, Direito e Ciências Econômicas, além das Escolas de Odontologia e Farmácia e da Escola Politécnica da Bahia.[255] A Universidade da Bahia nasceu a partir do Decreto-lei 9.155, de 8 de abril de 1946, como parte de um movimento educacional que atingiu todo o país[256] e teve como primeiro reitor o médico Edgard Santos, que permaneceu na função por 15 anos, dirigindo a instituição com o perfil de um “déspota esclarecido”. [257] O então senador Aloísio de Carvalho Filho resumiu, em entrevista ao jornal *O Estado da Bahia*, o que representava tal criação:

Quanto a nós, que integramos a Universidade como mestres ou atuais alunos, sabemos estar á altura das graves responsabilidades que nos são agora cometidas. Material humano, e do melhor, assim como espírito universitário, enfim, clima para uma universidade não nos falta. Somos a terra que foi a primeira metrópole política e cultural do Brasil. Quando, por circunstâncias que não cabem aqui [...], o centro político se deslocou para o Sul, ainda por longo tempo guardamos a primazia intelectual, até entregá-la, por força da

[252] Cf. FARIA, 1980, p. 38.

[253] OLIVEIRA, Francisco, 1987, p. 34.

[254] ARAGÃO, 1999, p. 40-41.

[255] Ibid., p. 44-47.

[256] OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo científico*. São Paulo: Contexto, 2007.

[257] Sobre isso, ver: ARAGÃO, op. cit.; RUBIM, Antônio Albino Canelas. Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo. *Textos de cultura e comunicação*, Salvador, n. 40, p. 7-25, 1999b.

própria evolução política e econômica do País, mas acentuada e mais acelerada no Sul do que no Norte. Creio, portanto na Universidade da Bahia! Creio e confio em que ela crescerá, e para isso basta que os que assumem os encargos da sua administração e orientação compreendam que ela não é de grupos ou pessoas, para servir a interesses de pessoas ou de grupos, mas de todos, que nas suas unidades ensinam ou aprendem, enfim, da Bahia, cujo preparo científico, aperfeiçoamento cultural e educação política servirá, como a grande matriz de seus homens públicos de amanhã [...] [258]

O objetivo do ensino universitário permaneceu: formar os “quadros públicos” do Estado. Em que pese o fato de o sistema educacional básico estar em fase de expansão, não houve movimento no sentido de abrir as portas da universidade para um público mais amplo. A gradual modificação sofrida no perfil da elite intelectual de Salvador aconteceu em função da chegada de profissionais de fora do estado e do país, tanto para ocupar postos no ensino superior quanto nas indústrias que começavam a se organizar. O ensino superior, entretanto, continuou privilégio de um “patriciado intelectual”, e a Universidade da Bahia foi pensada para essa elite, sem nenhuma pretensão de compartilhá-la com a população em geral, ainda presa a altos índices de analfabetismo e distante dos processos decisórios políticos. [259] A federalização da instituição aconteceu em 1948.

Em 1950, o Estado da Bahia possuía 4.052.049 habitantes com mais de cinco anos, destes, 363.066 na capital, Salvador. Dentre os metropolitanos, 250.008 pessoas maiores de cinco anos declaravam saber ler e escrever, o que representava 68,86% do total. Este número é significativamente superior, se comparado ao total do estado, segundo o qual apenas 27,23% das pessoas com essa faixa etária eram alfabetizadas. Em 1952, havia 6.953 unidades escolares de ensino primário em todo o estado, sendo 476 na cidade de Salvador. A mudança foi relevante se observarmos que, em 1933, registrava-se apenas 1.671 escolas primárias em todo o estado, com 86.876 alunos matriculados. No início

[258] (A) COALISÃO..., 1946, p. 2

[259] A expressão é utilizada por Rita Aragão, que explica como a UBA foi pensada por Edgard Santos, a partir de uma concepção elitista. Conforme a autora, “[...] Edgard concebe o ensino superior enquanto um centro de formação de e para a elite intelectual do país. Às ‘massas’ seria reservado o lugar de espectadores desta cultura”. ARAGÃO, 1999, p. 47.

de 1952, a capital possuía 1.308 professores atuando nesse ciclo de ensino, com 54.230 alunos matriculados.[260]

Também houve mudanças no acesso de homens e mulheres ao ensino. Em 1933, em toda a Bahia e em todos os níveis de educação, havia 49.935 matriculados do sexo masculino e 48.121 do sexo feminino.[261] Já em 1950, o número de pessoas do sexo feminino que haviam concluído os níveis primário e secundário era superior ao masculino: 111.420 mulheres contra 101.083 homens, no ensino primário, e 17.224 mulheres contra 14.047 homens, no ensino médio. No nível superior, entretanto, a prevalência continuava masculina e a diferença, gritante: 5.246 homens para 461 mulheres.[262]

Entre as escolas de ensino médio, o Estado da Bahia possuía, em 1954, 89 instituições com ciclo ginásial, sendo a maior parte delas, 75, de natureza particular, 12 eram mantidas pelo estado, uma pelo município e uma pelo governo federal.[263] Tais estabelecimentos possuíam 22.465 alunos matriculados, 13.030 na rede particular. Já no ensino superior, em 1954 foram registradas 2.607 matrículas, distribuídas, principalmente, entre as áreas de Medicina (588), Direito (415), Engenharia Civil (280) e Odontologia (216).[264]

A cultura bacharelesca do período tornou o curso de Direito um dos mais procurados, pois preparava para desempenhar funções em cargos públicos e, principalmente, para a carreira política. Nos jornais, os bacharéis eram maioria. Berbert de Castro, ao refletir sobre a formação dos profissionais de redação, relata: “geralmente eram advogados que trabalhavam lá e estudantes de direito”. [265] Essa tendência atingia também a linguagem empregada nos periódicos, nos quais a “cultura retórica” predominava em textos que exibiam a manifestação de uma elite intelectual local, composta de magistrados, burocratas, parlamentares, administradores públicos, professores e homens de letras, dei-

[260] Dados disponíveis em: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Contém arquivos em excel com informações extraídas de volumes dos Anuário Estatístico do Brasil e das Estatísticas Históricas do Brasil. [200-].Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

[261] Ibid..

[262] Ibid.

[263] Ibid.

[264] Ibid.

[265] Entrevista concedida por José Augusto Berbert de Castro, ao acadêmico Mauro Rodrigues, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, em 2008.

xando transparecer suas visões de estratificação social. Assim, os textos recebiam tratamentos diferenciados, a depender da classe social dos atores envolvidos no fato. “Um sepultamento, se for de gente importante, era ‘sepultamento de fulano de tal’, se fosse de classe média, era ‘féretro’, se fosse de gente pobre era ‘enterro’”, recorda Castro.[266] Os textos, repletos de expressões cerimoniosas de tratamento, carregados de adjetivação e fortemente marcados pelas paixões políticas, continuavam fazendo dos jornais espécies de tribunas, espaços nos quais os herdeiros dessa elite deram os primeiros passos em direção à vida pública.

Tal comportamento pode ser percebido, por exemplo, no editorial *Quebra-partidos*, publicado pelo *A Tarde* durante a campanha para a sucessão governamental de 1954. O texto é carregado de adjetivação e posiciona-se politicamente de modo explícito contra a candidatura de Antônio Balbino, a quem denomina “guerreiro que pretende ganhar a guerra, perdendo todas as batalhas” e compara-o a “aventureiros, que apoiaram todos os governos, [por] explorar a memória do líder trabalhista [Getúlio Vargas] para fins eleitorais”, chama o Partido Social Trabalhista (PST) de “partidinho” e a Juracy Magalhães de “um homem teimoso” e “feitor cearense”. [267] Esse padrão também pode ser visto nas páginas do *Diário de Notícias*, na mesma campanha de 1954, no editorial *Respeito à Bahia*, publicado na página paga pela Frente Trabalhista. Nele, os jornais que defendem a candidatura de Pedro Calmon são nominalmente citados: “Quem leu o ‘A Tarde’ de ante-ontem e o *Diário da Bahia* de ontem, não terá tido outra reação, senão de constrangimento ante as tentativas de rebaixamento do nível da educação política do nosso povo com conceitos execrados”. [268] José Augusto Berbert de Castro, que começou a trabalhar no *A Tarde* em 1951, recorda o envolvimento dos veículos e seus jornalistas com a vida política: “Nós éramos o que se chamava os autonomistas. Era presidido pelo próprio Dr. Simões Filho, que era o grande político daquele tempo. *A Tarde* correspondia a um dos partidos políticos [...]”. [269]

[266] Id.

[267] QUEBRA-partidos. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954, p. 1.

[268] RESPEITO à Bahia. *Diário de Notícias*, Salvador, 16 set. 1954, p. 8.

[269] Entrevista concedida por José Augusto Berbert de Castro, ao acadêmico Mauro Rodrigues, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, em 2008.

Muitas inovações tecnológicas também ocorreram no rastro do movimento de escolarização, porém a população em geral atuava mais como agente passivo do que ativo nesses processos, sendo, em alguns casos, apenas beneficiária das melhorias por ele trazidas, e, em outros, somente espectadora. Em 1946, a Bahia sediou o III Congresso Nacional de Tuberculose, enfermidade que já havia atingido, nesse período, 18 mil pessoas em Salvador[270], e, no ano seguinte, foi implantado o cadastro torácico, exame preventivo que ajudava no diagnóstico e tratamento prévio da doença.[271] Ainda na área da saúde, o ano de 1947 registrou o início do funcionamento do primeiro Banco de Sangue de Salvador.[272] Em 1948, foi criado o Hospital Universitário Edgar Santos, popularmente chamado de Hospital das Clínicas, que servia – e ainda serve – como hospital-escola para os alunos da UFBA.[273] No ano de 1954, o Estado da Bahia possuía 334 hospitais e para-hospitais registrados, sendo 70 destes na capital, Salvador, 39 da rede pública e 31 particulares.[274]

Ainda no campo da educação, em 1947, Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde do Estado, implantou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que serviu como modelo de sistema educacional para o Brasil e para outros países.[275] E o ministro da Educação, Clemente Mariani, lançou, no Rio de Janeiro, uma campanha pela alfabetização de adultos, a partir do método criado por Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, fundador do Ginásio Baiano.[276] Em 1949, foram criados o Instituto de Tecnologia da Bahia[277] e o Arquivo Público do Estado.[278] Dois anos depois, fundou-se a Escola de Medicina Veterinária da Ufba.[279] Em 1953, a Bahia possuía 109 bibliotecas públicas e semipúblicas (considerando aqui aquelas privativas para determinado número de leitores, como em unidades de ensino), que

[270] BAHIA, 1997, p. 194.

[271] Ibid.

[272] Ibid., p. 199.

[273] Ibid., p. 200.

[274] IBGE, [200-].

[275] BAHIA, op. cit., p. 194.

[276] Ibid., p. 198.

[277] Ibid., p. 202.

[278] BAHIA, 1997, p. 204.

[279] Ibid., p. 212.

somavam 484.076 volumes catalogados. Nelas foram registradas, no ano pesquisado, 443.137 consultas. Um crescimento considerável, que deve ser entendido tendo-se em vista a ampliação da educação básica na capital.[280]

Nos anos seguintes, as inovações ultrapassaram os espaços acadêmicos e passaram a oferecer mudanças um pouco mais significativas na qualidade de vida das pessoas. No quarto centenário de fundação da cidade, em 29 de março de 1949, a população recebeu nova sede para o 1º Centro de Saúde, no Rio Vermelho; a inauguração da rodovia Amaralina-Itapuã e o início das obras de construção da Avenida Centenário.[281] A Bahia assumiu, então, o quarto lugar nas exportações brasileiras e, em 1951, iniciou-se a construção da Base Naval de Aratu.[282] Em 1953, a fábrica de cimento Aratu S/A foi inaugurada como a primeira na América do Sul a ser movida por gás natural, retirado dos poços de petróleo baiano.[283] Também exclusividade local, a solda de alumínio laminado foi inventada pelo baiano Miguel Ângelo dos Santos nesse mesmo ano e considerada, pelo Instituto Nacional de Tecnologia, única do tipo em nível mundial.[284]

Em 1951, foi inaugurado o Hotel da Bahia, no Campo Grande, construído pelo governo com o objetivo de arrendar o espaço a empresas privadas, nacionais ou internacionais, já pensando na vocação turística que a cidade de Salvador demonstrava.[285] Logo viriam outros empreendimentos semelhantes, como o Hotel Balneário, também financiado pelo governo na Ilha de Itaparica e inaugurado em 1954.[286] A intenção, ainda embrionária, era transformar a cidade e sua região metropolitana em polo turístico nacional, projeto no qual a cultura miscigenada da população serviria como complemento aos atrativos naturais da Bahia, porém que reservava à maior parte dos habitantes o papel de figurante, destinada a ocupar os cargos das atividades de serviço, ainda o setor que mais empregava. Apesar do entusiasmo de muitos,

[280] IBGE, [200_].

[281] BAHIA, op. cit., p. 203.

[282] Ibid., p. 211.

[283] Ibid., p. 217.

[284] Ibid.

[285] Ibid., p. 211.

[286] BAHIA, op. cit., p. 221.

a proposta não era consenso, e a disparidade que ela gerava, com investimentos vultosos de um lado e manutenção da pobreza de outro, já se desenhava aos olhos de alguns. Jorge Amado, na década de 1960, com certo saudosismo ancorado na Bahia das velhas tradições, escreve, lamentando-se:

Nem tudo é poesia apenas, e o drama explode nas ruas em enxames de crianças famintas, na multiplicação dos mendigos, na fome em terra tão rica. Nem tudo é grande tampouco, e certos homens, aventureiros vindos de tôdas as partes, tentam reduzir essa beleza negra e pesada, densa como óleo e profunda de mistério, às proporções turísticas, e tudo fica pequeno e triste quando tocado por tais mãos. Existe uma persistente e criminosa tentativa de reduzir a beleza da Bahia, sua dramática beleza centenária à medida limitada da curiosidade turística, e maus poetas, vindos de fora, a cantaram sem a entender, e cineastas a fotografaram sem a sentir, e milionários e grã-finos a compraram sem a conhecer, e a todos ela resistiu e persiste para todos capazes de compreendê-la e amá-la. Persiste na sua grandeza, no seu mar e nas suas ruas, na renovação diária de sua beleza e do seu mistério.[287]

Também não era consensual o entusiasmo com a onda de modernização, porque o benefício dela não atingia a todos de modo igualitário. Com o lento movimento em direção a um processo de industrialização, ou justamente por ele, diriam alguns, a cidade também começava a sofrer com o inchaço, por atrair cada vez mais pessoas e não oferecer a elas condições de sobrevivência digna. Em 1954, os jornais noticiavam demissões em massa de comerciários e industriários em decorrência do aumento dos salários e pânico coletivo pela elevação de 10% no custo de vida.[288] Nos anos seguintes, falências de diversas pequenas indústrias, suplantadas pela concorrência dos grandes grupos do Sul-Sudeste que se instalavam com benefícios tributários, deixavam desempregados diversos trabalhadores. Em Salvador, a urbanização seguia no rumo dos bairros ricos e da orla, mas deixava de lado os bairros pobres que cresciam nos subúrbios. Jorge Amado relatou esse processo:

Cresceram, a partir do fim da guerra, os bairros operários e populares. Como cresceu a cidade rica, para os lados do mar largo e livre. Novas ruas foram abertas, colinas rasgadas pelas máquinas, asfalto e especulação imobiliária: apareceram os bairros do morro do Ipiranga, o Jardim Brasil, novas ruas, casas modernas, algumas de real bom gosto. Para os pobres não foram abertas

[287] AMADO, 1970, p. 327.

[288] BAHIA, 1997, p. 221.

novas ruas, nem foi gasto asfalto, colinas não foram rasgadas. Nem houve especulação imobiliária: houve barulho, houve cadeia, houve tiro, gente prês-a e muita luta. Assim nasceram os novos bairros operários. Em terras devolutas cujos proprietários só se recordavam que as possuíam quando nelas começaram a se elevar as improvisadas habitações. Ou entrando pelo mar tranqüilo do gôlfo, palafitas sôbre o mangue. Das “invasões” nasceram os novos bairros operários e populares.[289]

A divisão da população, com salários, cores, funções e tratamentos diferenciados, dados pelos poderes públicos, era evidente. Ela se ampliaria e explicitaria ainda mais nas décadas seguintes, embora ficasse longe das páginas dos jornais impressos. Os substantivos população, povo, massa e o adjetivo popular, cada vez mais, apareciam ligados a diversos assuntos que preenchiam as páginas dos periódicos. Porém, as pessoas de carne e osso que habitavam a capital da Bahia, especialmente os mais de 30% de analfabetos registrados no início da década de 1950, e aqueles que, mesmo declarando saber ler e escrever, não possuíam renda para comprar os jornais, continuariam cada vez mais distantes das suas páginas.

Despertar da bela Bahia

A vida cultural na soterópolis também sofreu alterações a partir da década de 1950 e, com ela, a comunicação como um todo e o jornalismo em particular. Mudanças tão profundas – atingindo desde as manifestações de uma cultura erudita preconizada pela elite intelectual até as formas mais populares de arte – que a cidade foi comparada à “bela adormecida”[290], despertando de um longo e profundo sono para alcançar a vanguarda brasileira, especialmente no campo das artes.

A Universidade Federal da Bahia era o celeiro para as mudanças graduais da elite intelectual. Após as duas tentativas fracassadas de

[289] AMADO, 1970, p. 91.

[290] Tattiana Teixeira utiliza a expressão ao afirmar que: “A ‘bela adormecida’ que durante anos manteve-se à margem de tudo acordou do seu sono e construiu uma história própria. A província – e quem diria? – saiu do seu tradicionalismo freiante para tornar-se um verdadeiro abrigo do mundo. Transformou-se no lugar onde todas as idéias e pessoas, de todos os cantos, viam-se envolvidas em um grande atelier – ou seria melhor laboratório – de experimentações, não totalmente livre, é verdade, mas pelo menos propenso a deixar que estas viessem à tona. Seus traços próprios de uma cultura singular somaram-se a muitas outras, criando manifestações, formas, iniciativas únicas de pessoas que aqui aprenderam e ensinaram, proporcionando o elo criador entre muitos e muitos mundos”. TEIXEIRA, T., 1999a, p. 87.

trazer a pintura modernista para o estado, em 1932 e 1944, a aceitação só ocorreu de fato em 1950, a partir de uma exposição organizada pela revista *Cadernos da Bahia*, quando se iniciou o processo de convivência pacífica entre as novas propostas e a tradição clássica, sustentada pela Escola de Belas Artes, fundada em 1877, porém incorporada à nova universidade, em 1946.[291] Mas, a renovação não se restringiu ao campo das artes plásticas, desdobrando-se nas recém-fundadas Escola de Teatro, Dança e Música, beneficiando-se de uma feliz circunstância, que trazia para Salvador nomes de destaque internacional como Carybé, Pierre Verger, Lina Bo Bardi, Koellreuter e Yanka Rudzka, além do pernambucano Eros Martim Gonçalves.[292] A tendência de trazer professores estrangeiros para renovar o pensamento local não era nova; outras instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília já haviam traçado caminho similar, entretanto, o projeto da UFBA era diferenciado porque investia nas formações artísticas e não apenas nas áreas Humanas e Tecnológicas. A aproximação, aqui, ocorreu de modo dialético, o que representava avanço ímpar. Os profissionais “forasteiros” não impunham suas culturas e seus conhecimentos de modo imperialista, reproduzindo o comportamento já largamente conhecido pelos séculos de colonização, mas procuravam conhecer as tradições locais e utilizá-las como recursos na sua criação.[293]

A cultura popular também sofreu mudanças. Em 1950, os músicos baianos Dodô e Osmar alugaram um Ford fobica e o utilizaram para circular pela cidade arrastando foliões ao som amplificado de guitarras baianas: surgia o trio elétrico[294], que, décadas mais tarde, também seria um dos maiores produtos turísticos da Bahia. No ano seguinte, foi inaugurada a primeira etapa do Estádio da Bahia, depois batizado de Otávio Mangabeira, porém conhecido pela população como Fonte Nova.[295] A obra completa só seria entregue na década de 1970,

[291] *Ibid.*, p. 75.

[292] Cf. ARAGÃO, 1999; TEIXEIRA, T., *op. cit.*

[293] Rita Aragão descreve: “Aqueles figuras notáveis valorizaram não apenas o que absorviam da cultura brasileira e baiana, muito menos impunham a cultura de origem herdada da velha, e ainda mitológica Europa, mas espremiavam da dialética destas formas artísticas tão díspares e singulares, a matéria-prima para suas criações”. ARAGÃO, 1999, p. 59-60.

[294] BAHIA, 1997, p. 210.

[295] *Ibid.*, p. 213.

durante o governo Luiz Viana Filho.[296] Em 1958, 1.874 pessoas declaravam-se praticantes do futebol em Salvador e 6.617, no estado todo.[297] Na capital, 3.709 pessoas declararam-se desportistas e sócios de associações desportivas, sendo 3.600 homens e 109 mulheres. Destas, 399 afirmavam ser atletas profissionais. Donde se conclui que nenhum outro esporte era mais popular no final da década de 1950, visto que mais de 50% daqueles que se declaravam desportistas praticavam o futebol.

Além do futebol, outras diversões atraíam o soteropolitano. As corridas de carros nas ruas de Salvador, por exemplo, eram diversão gratuita para todas as classes que, desde meados da década de 1950, aglomeravam-se nas avenidas Oceânica e, depois, na Centenário, para assistir à competição entre as quatro equipes, a maior parte financiada pelos “barões do cacau” do Sul da Bahia.[298] Em 1949, foi inaugurado o Cine Excelsior, localizado na Praça da Sé e mantido por uma entidade católica.[299] No mesmo ano, como parte das comemorações do quarto centenário, inaugurou-se o Teatro do ICEIA, com a peça *Auto da Graça e Glória da Bahia* [300]. No total, eram 193 casas de espetáculos em todo o estado da Bahia no ano de 1953. Nesse número, são contados os teatros, cineteatros e cinemas, todos considerados espaços de diversão pública. No ano em questão, esses locais receberam mais de sete milhões de espectadores e empregaram 799 funcionários.[301]

A maior alteração, entretanto, foi a inserção da rádio como veículo difusor de cultura popular. Nesse período, a Bahia já havia consolidado as transmissões radiofônicas. O veículo chegou ao estado em 1924, um ano depois da primeira emissora carioca, a Rádio Clube do Rio de Janeiro, fundada por Roquete Pinto, com a pioneira Rádio Sociedade da Bahia. A segunda instalou-se vinte anos depois, em 1944, a Excelsior; e a terceira, em 1950, a Rádio Cultura da Bahia.[302] Em 1953, eram oito rádios ao todo no Estado. A rádio acompanhava o cotidiano das pessoas

[296] RISÉRIO, 2004, p. 511.

[297] IBGE, [200_].

[298] CARVALHO Claudimário. *Ruas velozes: relatos sobre o automobilismo em Salvador (1950-1970)*. Salvador: Centro Universitário da Bahia-FIB, 2007, p. 28ss.

[299] BAHIA, op. cit., p. 205.

[300] Ibid.

[301] IBGE, [200-].

[302] ARAGÃO; MENEZES; SANTOS, 2006, p. 24.

e trazia entretenimento e informação, ao mesmo tempo que alterava o processo de produção dos jornais impressos.

Os jovens, cansados das distrações de bares, cinemas e partidas de futebol, lotavam os estúdios da Rádio Sociedade da Bahia, na rua Carlos Gomes, para assistir aos shows. O rock despontava nos Estados Unidos e já estava prestes a conquistar também o público jovem baiano. Dezenas de pessoas acompanharam as competições de cantores desconhecidos, como Raul Seixas, que ainda pretendia ter suas músicas tocadas nas rádios da cidade.

.....

Além de diversão, o rádio fazia circular pela cidade as informações locais e nacionais. Os jornalistas do impresso ficavam atentos às notícias divulgadas pelas emissoras de rádio e, muitas vezes, corriam para escrever uma matéria sobre o assunto. Quem não tinha rádio, podia contar com a ‘retransmissão’ de carros de alto-falantes. Encostava-se o microfone no radinho do carro e difundia-se o que se noticiava na Sociedade, Excelsior, Rádio Nacional e todas as outras que surgissem.[303]

E, embora o novo veículo representasse para os ouvintes diversão e informação, já figurava também como espaço de propaganda política, acompanhando o uso destacado que teve na capital da República, especialmente durante o governo Getúlio Vargas, que soube, melhor que seus antecessores, explorar o potencial desse meio de comunicação popular e massivo. Às vésperas das campanhas eleitorais que marcaram 1954, e sem uma legislação que regulamentasse a propaganda política eleitoral[304], os espaços eram oferecidos em anúncios de jornal:

ELEITOS EM 1950

80%

DOS CANDIDATOS A DEPUTADOS QUE

[303] *Ibid.*, p. 30-31.

[304] O artigo 151 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, que regulamenta a Propaganda Partidária, não menciona ainda restrições de uso dos meios de comunicação. Ela autoriza a instalação de alto-falantes nas sedes dos partidos, das 14h às 22h no período da campanha, até três meses antes ao pleito. Também permite “fazer propaganda própria ou dos seus candidatos, mediante cartazes, assim como no período da campanha eleitoral por meio de faixas afixadas em qualquer logradouro público”. JOBIM; PORTO, 1996, v. 2, p. 475.

FIZERAM SUA PROPAGANDA PELA

Rádio Cultura da Bahia

(A MAIS SIMPÁTICA)

E PELA

Rádio Itaparica da Bahia

(A MAIS POPULAR)

Se V.S. é candidato a cargo eletivo, aumente as suas possibilidades fazendo sua propaganda pela ‘mais simpática’ e pela ‘mais popular’, que deram sorte em 1950, ajudando a eleger 8 em cada 10 candidatos a deputados que as utilizaram em sua campanha publicitária.[305]

As páginas dos jornais também demonstravam a inexistência de regulamentação da publicidade política e, embora em número menor, por atingir um público mais restrito, ainda assim era possível encontrar anúncios de candidatos, das mais diversas ordens e tipos. Em setembro de 1954, por exemplo, o *Diário de Notícias* publicou os seguintes anúncios publicitários: *Ao eleitorado da rua Dr. Seabra*, no qual o candidato Antonio Roberto Pellegrino apresentava-se como opção de voto à Câmara Municipal de Salvador, para defender os interesses de “comerciantes, comerciários e moradores” da localidade[306]; e *Ao povo bahiano*, no qual José Lobo, candidato à Câmara Estadual, também apresentava seu currículo e pedia votos, concluindo, de modo enfático: “Não faço promessas, porque quem trabalha realiza”. [307]

Mas, o papel dos jornais ia muito além da propaganda política, que, embora tomasse maior parte do espaço redacional, como veremos adiante, convivia pacificamente com o debate das ideias modernistas que floresciam entre a intelectualidade da UFBA, a ponto destes serem considerados como “espaços geradores e difusores das novas expressões

[305] ELEITOS em 1950, 80% dos deputados que fizeram sua propaganda [...]. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954, p. 2.

[306] AO ELEITORADO da Rua Dr. Seabra. *Diário de Notícias*, Salvador, 2 set. 1954, p. 1.

[307] AO POVO bahiano. *Diário de Notícias*, Salvador, 2 set. 1954, p. 2.

culturais da Bahia”.[308] Esse lugar social ocupado pelos veículos impressos reforçava, mais uma vez, a “cultura predominantemente literária” de uma sociedade elitizada.[309] Mas, também faz recordar movimento similar do jornalismo carioca na virada do século, quando seus quadros eram compostos por artistas e literatos que faziam da imprensa “a principal instância de produção cultural” do período.[310] Tal quadro foi alterado gradativamente, à medida que o jornalismo da capital da República se industrializava e profissionalizava, até chegar à década de 1950 completamente modificado. Nos jornais de Salvador, as mudanças tardariam algumas décadas. Além dos jornais, essa efervescência cultural era também percebida na publicação *Cadernos da Bahia*, no Clube de Cinema criado por Walter da Silveira e nos espaços boêmios como o bar Anjo Azul e outras livrarias e ateliês que reuniam artistas e intelectuais.[311]

O jornalismo, nesse período, ainda era visto com o romantismo de atividade apaixonada e, embora a prática, em âmbito nacional, se encaminhasse lentamente no sentido da profissionalização, a Bahia não acompanhava esse ritmo. Em 1935, a Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro criou o primeiro curso de formação específica, fechado pela ditadura estanovista, em 1939. A partir de 1938, a profissão foi reconhecida oficialmente[312] e, com o fim do Estado Novo, surgem outros cursos de ensino universitário: na Fundação Cásper Libero em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1947 e, depois, na Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de Janeiro, em 1948.[313] Em Salvador, a primeira entidade de classe que congregou jornalistas surgiu em 26 de setembro de 1930, tendo Altamirando Requião como presidente, Everaldo Cunha como primeiro Secretário e João de Mattos Filho como segundo.[314] No ano de 1949, a Faculdade

[308] Cf. RUBIM, Antônio Albino Canelas. Fragmentos da cultura na Bahia nos anos 50/60. In: Cf. RUBIM, Antônio Albino Canelas (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999a, p. 66.

[309] *Ibid.*, p. 67.

[310] Cf. MICELI apud RIBEIRO, L., 2004, p. 243.

[311] Cf. ARAGÃO, 1999, p. 58; RUBIM, op. cit., p. 66-67.

[312] RIBEIRO, L., 2004, p. 319.

[313] *Ibid.*, p. 266.

[314] ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA. Directoria da Associação Bahiana de Imprensa. *Acta da reunião realizada no dia 12 de setembro de 1930*. n. 1.

de Filosofia da UFBA passou a oferecer o Curso de Jornalismo, cujas aulas aconteciam na sede, então na Avenida Joana Angélica. Conforme relato de Junot Silveira, aluno da primeira turma, demorou certo tempo para conseguir reunir interessados:

O dito curso foi fundado por dois anos para atrair alunos e fecharia no final do prazo, se não despertasse interesse. No primeiro ano, não teve matriculados e, conseqüentemente, professores; porém, no segundo, algumas salas do bonito prédio se lotaram, pois lá ingressaram, com desejo de aprender jornalismo, muito mais de 100 discípulos.

.....

Nem todos já eram profissionais da imprensa. Se havia redatores, articulistas, repórteres, revisores, elementos ligados à publicidade e à administração; muitos outros exerciam profissões diversas [...][315]

Embora exista pouca documentação sobre o currículo do novo curso, os relatos de Junot Silveira permitem identificar algumas disciplinas oferecidas como História, História e Geografia Humanas, Língua Portuguesa, Literatura, Literatura Portuguesa e Ética, no quadro de formação geral. A única mencionada como formação específica é a disciplina Técnica de Jornal, ministrada por Jorge Calmon. A primeira turma do Curso de Jornalismo da UFBA ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1950, formando-se em 1952, apadrinhada pelo então ministro da Educação, Clemente Mariani.[316]

A iniciativa, contudo, não vingou. O próprio Jorge Calmon afirmou que o curso “morreu por inanição”[317]. Em 1952, havia apenas um aluno matriculado no Curso de Jornalismo; em 1954, totalizavam-se quatro alunos, porém, desde 1955, não houve mais matrículas nos registros do IBGE[318]. A formação profissional de jornalista voltaria a ser oferecida apenas em 1962, na recém-criada Faculdade de Comunicação.

[315] SILVEIRA, Junot. A primeira turma de jornalismo. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade: 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia: (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicadas n'A Tarde e outros, de 1994/1996)*. Salvador: EGBA, 1999, p. 248.

[316] BAHIA, 1997, p. 210, 216.

[317] Cf. CALMON, J., 2005, p. 146.

[318] IBGE, [200-].

Na prática, entretanto, os jornalistas por experiência ainda constituíam a maior parte dos profissionais da redação. A legislação que regulamentava a exigência de diploma superior para o exercício da profissão só viria a ser aprovada nacionalmente em 1969[319] e, até lá, bastava a comprovada habilidade na redação e experiência a ser adquirida com a prática. Luís Augusto Santos lembra que a profissionalização passava por um acordo informal: “[...] era considerado jornalista a pessoa que trabalhava em jornal, mas que passasse pelo estágio. Iria ser três anos estagiário no jornalismo para, em seguida, então, se profissionalizar”. [320]

A profissionalização trazia vantagens, entretanto, não era garantia de bons rendimentos aos trabalhadores da redação. Conforme Berbert de Castro, os jornalistas eram “pessimamente pagos”, entretanto, “com a cobertura do jornal, arranjavam emprego público no Estado”. [321] Ele recorda um diálogo com o proprietário do jornal *A Tarde*: “Dr. Simões Filho dizia assim: ‘eu pago pouco, mas o emprego que vocês conseguem, graças ao prestígio d’*A Tarde* no Estado, compensa o negócio”. [322] Por isso, geralmente, os profissionais precisavam assumir dupla profissão, como a de advogado, para conseguir sobreviver, recorda Castro. Em 1951, a Bahia possuía 74 jornais em circulação, sendo 20 na capital e 54 nas cidades do interior. Esses veículos empregavam 843 pessoas, sendo 139 nos setores administrativos, 192 na redação e revisão e 305 nas oficinas. [323]

Os jornais eram marcadamente veículos de cobertura política, tema que ocupava os espaços de maior destaque gráfico, como a capa e as páginas ímpares. Contudo, a diversidade de temas tratados demonstrava que o perfil dos leitores que os veículos pretendiam atingir ia se modificando, embora lentamente. Nos periódicos de 1954, as matérias de polícia saíram da capa e passaram a ocupar páginas de menor

[319] Regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://sinjorba.org.br/index.php?p=show&id=37>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

[320] Entrevista concedida por Luís Augusto Santos, à acadêmica Tâmara Oliveira, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spannenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em novembro de 2008.

[321] Entrevista concedida por José Augusto Berbert de Castro, ao acadêmico Mauro Rodrigues, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, em 2008.

[322] Id.

[323] IBGE, [200-].

visibilidade, porém, mantiveram sua frequência diária, enquanto o esporte emergia e ganhava uma página dedicada exclusivamente ao tema. Não é à toa que o jornalista José Augusto Berbert de Castro afirma que, nesse período, como até atualmente, as editorias mais lidas são a de polícia e esporte.[324]

A notícia informativa, contudo, geralmente anônima, não conferia prestígio ao profissional da redação. A prática da reportagem e a exaltação da figura do repórter ainda não haviam chegado a Salvador. O auge da profissão era ver seu nome estampado no jornal, especialmente como articulista, como relata Luiz Viana Filho, sobre o início da carreira no *A Tarde*, quando ainda era aluno da Faculdade de Direito:

N'A Tarde além de não ser mero cascabulho [na acepção atual, pré-vestibulando], eu, além de acadêmico, já conquistara uma qualificação. Era noticiariasta. E como tal, ao vir do Rio, encontrou-me Simões Filho, proprietário do jornal, e que havia sido dileto amigo de meu pai. Surpreendeu-o ver-me na redação, onde, naturalmente, eu possuía todas as ambições próprias da mocidade. Sonhava então tornar-me articulista, podendo até, algum dia, ver o meu nome impresso como autor, certamente a suprema glória a que podia aspirar.[325]

As mulheres também ganhavam espaço. No *A Tarde*, por exemplo, o público feminino teve uma página fixa, publicada aos sábados. O conteúdo mostrava a posição da mulher na sociedade do período. Duas colunas fixas compunham o espaço – *Conselhos de Beleza* e *Conselhos para o Lar* –, além de notas sobre moda e anúncios de cinema e produtos cosméticos. Mas, além de leitoras, elas também começavam a, lentamente, ocupar espaços na redação. As participações eram ainda restritas a colunas sociais e culturais, o que, conforme a ideia corrente, eram editorias

[324] Entrevista concedida por José Augusto Berbert de Castro, ao acadêmico Mauro Rodrigues, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, em 2008.

[325] VIANA FILHO, Luiz. Alguns aspectos do jornalismo baiano. In: TAVARES, Luiz Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005, p. 107.

mais adequadas ao perfil do gênero feminino.[326] Maria da Conceição Moniz Silva atuou no *Jornal da Bahia*, no final da década de 1950, assinando uma coluna social e cultural, sob pseudônimo de Marília, na qual fazia espécie de crônica de costumes da cidade, com memórias das décadas de 1910, 1920 e 1930, com histórias que ouvia quando criança, além das informações sobre os eventos culturais que estavam acontecendo. Assim recorda o ambiente da redação:

O jornal, nessa época, era uma sala imensa, com máquinas que não eram elétricas. Todos ali conversavam, discutiam e batiam à máquina, o que poderia parecer um caos, mas que era uma coisa muito interessante, muito viva, muito humana.[327]

Importante lembrar que as mulheres, desde 1932, também faziam parte do eleitorado, embora sua inscrição fosse facultativa.[328] Em 1912, a Bahia possuía um total de 108.463 eleitores registrados, passando a 1.090.000 no ano de 1954. Embora não haja dados discriminando o perfil desse eleitorado, dois fatores certamente contribuíram decisivamente para tal ampliação: o aumento da escolarização e o voto feminino. A inserção de uma página feminina nos jornais pode ser indício de lenta, porém concreta, alteração no perfil da elite intelectual baiana, apesar dos registros de restrita participação feminina no ensino superior.

As alterações sociais eram, certamente, lentas, marcadas e freadas, muitas vezes, pela característica tradicionalista das elites baianas.

[326] Em 1969, Luiz Beltrão escreve: “A mulher, nas últimas décadas, invadiu as redações, ingressando no campo do jornalismo como, antes, ingressara nas letras, nas artes e nas ciências. As qualidades exigidas para o trabalho de reportagem elas a [sic] podem possuir e algumas, como a curiosidade, na verdade a mulher as possui por natureza em dose muito alta. Por outro lado, a sua própria condição de mulher lhe facilita bastante o labor, pois quando a maioria das portas se cerra ela as pode fazer abrir pondo em jôgo dose ponderada de coqueteria, logrando às vezes informações que se negam ao mais atilado repórter”. BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no Jornal Diário*. São Paulo: F. Masucci, 1969, p. 201. Entretanto, o próprio Beltrão vai afirmar, mais adiante, que nem todos os setores do jornal são “adequados” ao trabalho feminino, como a editoria de polícia, por exemplo, sendo elas mais indicadas para as funções de arquivistas, bibliotecárias e revisoras. *Ibid.*, p. 201-202.

[327] Entrevista concedida por Maria da Conceição Moniz Silva, aos acadêmicos André Calmon, Carolina Câmara e Paula Ary, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spanenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 31 de maio de 2008.

[328] O Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, determina, no seu Artigo 2º, que “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código”. JOBIM; PORTO, 1996, v. 2, p.190.

Assim, apesar de algumas mudanças sociais, o pensamento conservador ainda prevalecia. Às vésperas do pleito de 1954, os jornais contrários à candidatura apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro publicaram nota na qual se lê: “A Igreja Católica, pela voz dos seus Papas e pela palavra do seu Episcopado, proíbe aos católicos, sob pena de pecado mortal, votarem em candidatos lançados ou apoiados pelos comunistas”. [329] Heranças do colonialismo, no período anterior à Constituição de 1891, que separou Igreja e Estado, somavam-se ao pensamento que cindiu os países em dois grandes blocos políticos com o final da Segunda Guerra Mundial para justificar um posicionamento político e angariar mais votos, não pelo convencimento do eleitor, mas pelo medo. Velhos modos de fazer política, difundidos e defendidos pelos impressos, como portavozes que são da elite política soteropolitana.

Novos atores, mesma campanha

Os jornais, em 1954, carregavam o peso quase exclusivo da opinião e a função de tribunas políticas. Após o final do Estado Novo, os antigos autonomistas ainda mantinham seu prestígio e conseguiram eleger os governadores Octávio Mangabeira (1947-1951), com apoio da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), e o médico Luiz Régis Pacheco (1951-1954), apoiado pelo PSD e PTB [330], que substituiu Lauro de Freitas, morto em acidente aéreo 17 dias antes da votação [331]. Essa última eleição marcou também a reaproximação de Ernesto Simões e Getúlio Vargas, o que resultou no convite a assumir a pasta da Educação e Saúde, do início de 1951 a junho de 1953. Ao lado da situação, o *A Tarde* mantinha-se tranquilo, sem ataques aos governos estadual e federal.

Iniciou-se o processo eleitoral de 1954 e, logo, a tumultuosa notícia do suicídio de Getúlio Vargas sobressaiu aos acontecimentos locais. O PSD apresentou o nome de Pedro Calmon, mas a escolha não foi consensual. Parte dissidente do partido apoiou a candidatura de Antônio Balbino, que buscava ainda aliar-se à UDN, PTB e ao PST. E

[329] (OS) CATÓLICOS não podem votar no Sr. Antonio Albino. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 out. 1954, p. 1.

[330] TAVARES, L., 1987, p. 187-188.

[331] Cf. CALMON, P., 1986, p. 191.

isso gerou mais um problema, pois algumas facções petebistas já articulavam a candidatura do então Senador Landulpho Alves ao governo e não apoiaram a coligação. Os dois candidatos haviam sido ministros de Educação e Saúde: Pedro Calmon, entre 1950 e 1951, no governo de Eurico Gaspar Dutra, militar apoiado por Vargas na sua sucessão após o fim do Estado Novo, e Antônio Balbino, em 1953, substituindo Simões Filho, cargo do qual se afastara em 1954, para concorrer ao governo da Bahia.

A morte do presidente lançou elemento a mais na disputa, pois os dois candidatos apresentavam-se como herdeiros políticos dos ideais trabalhistas defendidos por Getúlio e nomeavam-se seus seguidores. Os jornais exploraram exageradamente esse fato. Aqueles que apoiavam Pedro Calmon, como o *A Tarde*, denunciavam:

[...] a brutalidade materialista dos que se utilizam de um morto, e, sem o menor respeito aos seus deveres para com os vivos, procuram semear o ódio entre irmãos, numa criminosa tentativa de atirar brasileiros contra brasileiros, numa luta fratricida que só pode interessar aos loucos e endemoniados. Na ganancia com que se atiram á hedionda exploração do suicídio do Sr. Getúlio Vargas, os caçadores de votos não percebem que estão cavando a ruína da propria democracia, sob cuja proteção todos vivemos. [...] Na Bahia, onde um grande movimento de unificação das forças democráticas tornou impossível a vitória de sua candidatura, o sr. Antonio Balbino está sendo o campeão do expediente [...] [332]

Ou exaltavam a posição do seu candidato, que, segundo informa editorial do *Diário da Bahia*, não usava politicamente a imagem do presidente, talvez imaginando que o leitor não percebesse que esse já era um uso político:

Expressando seu pesar pela tragédia que abalou o país, e isso fazendo em seu próprio nome de cidadão e amigo do Presidente desaparecido – a serviço do qual tantas vezes se houve com a dignidade e competência que lhes são reconhecidas – o sr. Pedro Calmon, sem as clarinadas da publicidade e os desmaios demagógicos, positivou a sua exata compreensão em tórno do momento grave por que a Nação atravessa, ameaçada que esteve nas suas instituições basilares. Cumpriu, assim, para com o grande morto o seu dever de cidadão e amigo. [333]

[332] BASTA de exploração. *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1954, p. 1.

[333] POSIÇÃO honrosa. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954, p. 1.

E os periódicos balbinistas, como o *Diário de Notícias*, revidavam, adotando, sempre seguido do nome de seu Balbino, a expressão “candidato popular” ou “candidato das forças populares”, remetendo ao estadista morto, famoso pelo apoio popular que usava como marcas de seu discurso e de sua prática.

Assim, os principais jornais do período assumiram, desde o início da campanha, posições explícitas. O *A Tarde*, mantendo a tendência defendida nos pleitos anteriores, continuava apoiando a ala majoritária do PSD, acompanhado pelo *Diário da Bahia*. Em ambos, a linguagem era abertamente opinativa, com utilização de adjetivação e raríssimas fontes humanas ou documentais, até mesmo nas matérias de caráter informativo. No *A Tarde*, por exemplo, sempre que mencionada a “campanha” ou “candidatura” de Pedro Calmon, os substantivos eram acompanhados pelos adjetivos “vitoriosa” ou “grandiosa”, como se percebe na notícia *Retirada honrosa para a candidatura Balbino*[334] ou no editorial *O dever da verdade*[335]. Já a candidatura Balbino era tratada por “candidatroça”[336] e o candidato chamado constantemente de sem-partido, aquele que “marcha para as urnas arrimado em pedaços de legendas”[337].

O jornal opôs-se ao candidato desde a escolha do seu nome, o que fica evidenciado em matéria[338] publicada no dia 1 de setembro de 1954. A linha de apoio[339], toda em caixa alta, demonstrava que o texto, embora caracterizado textualmente como notícia, também deixava explícita a posição do veículo: “Protestando contra a subordinação do partido a uma aliança com os oportunistas, a corrente do Senador Landulfo tomará atitude, inclusive apelando para a justiça”. Abaixo dela, mais um texto em destaque tentava conferir tom de imparcialidade: “O sr. Jurací, preocupado com os revezes, pensa em conciliação”. Logo no primeiro parágrafo, o texto empregava a ironia para colocar em dúvida a legitimidade da candidatura de Antônio Balbino: “Teve o desfecho **ajustado num balcão**, no Rio de Janeiro, a Convenção Estadual do P.T.B.,

[334] RETIRADA honrosa para a candidatura Balbino. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954, p. 2.

[335] (O) DEVER da verdade. *A Tarde*, Salvador, 6 set. 1954, p. 1.

[336] (OS) ESCRAVOS do ideal. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1954, p. 1.

[337] QUEBRA..., 1954, p. 1.

[338] (A) CANDIDATURA Balbino cinde o P.T.B. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954, p. 2

[339] Linha de apoio, também chamada de subtítulo, é a frase publicada logo após o título, geralmente com fonte menor, complementando a informação por ele fornecida.

que reuniu a minoria dos municípios bahianos.” Para construir sua argumentação, o redator explicava que cada um dos diretórios presentes nos 170 municípios baianos poderia contar com dois representantes, entretanto, o número de votos foi muito inferior a esse: “[...] só tendo participado da decisão **comercial**, favorável à candidatura Balbino, 153 votantes”. [340]

Interessante perceber como o jornal utilizou ainda a referência a outros jornais, numa demonstração de que não havia forte concorrência mercadológica entre eles, apenas as divergências políticas. Na mesma matéria, o *A Tarde* mencionava uma entrevista publicada pelo *Diário da Bahia*, aliado político, na qual a fonte, Walter Mata, ex-delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (I.A.P.C.), considerava a candidatura de Balbino como “[...] a vitória da fraude, da corrupção e da imoralidade”. [341] Na sequência, o redator concluía afirmando que a candidatura seria impugnada.

Ainda menos polido que o aliado político, o *Diário da Bahia* publicava opiniões em boxes espalhados pelo corpo do jornal, especialmente na capa e na página 3, dedicada à cobertura política. Apesar de não ter assinatura, os textos eram mais breves do que um editorial, por isso não podem ser assim denominados, além disso, eram bastante variados, chegando a três em uma única edição. [342] Neles, a adjetivação pejorativa era frequente e não havia tentativa de sutileza, como nos exemplos: “Há momentos em que se duvida até da inteligência do pretense candidato popular, porque atuar de maneira tão irresponsável, como vem fazendo, autoriza qualquer ente humano modificar seu julgamento a respeito das inteligências” [343] ou

A grande arma do sr. Antonio Balbino é a corrupção. Subornando aqueles que não possuem uma sólida formação moral ou ideológica, [...] anula as consciências débeis, e provoca cisão nos grupos quando encontra elementos que resistem às suas promessas [...]. [344]

[340] (A) CANDIDATURA..., 1954, p. 2. (grifos nossos).

[341] Ibid.

[342] Por exemplo, na edição de 1 de setembro de 1954, foram publicados com esse formato, na capa, os textos *O répto vale por desafio* e *Posição honrosa* e, na página 3, o texto *Corrosivo*.

[343] (O) RÉPTO vale por desafio. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954, p. 1.

[344] BALBINO e o P.T.B., *Diário de Notícias*, Salvador, 2 set. 1954, p. 3.

Também na página de política, a coluna *Politica e o Diabo*, assinada por Rubião Braz comentava de modo veemente as notícias da vida política baiana. Sobre o candidato Balbino, escreveu: “Homem calamitoso, tem enlutado várias famílias, e são sem conta os casos de falencia provocados pelo seu azar, no comércio daqui e do Rio”. [345] Outro recurso discursivo utilizado para explicitar sua posição era a ironia, demarcada abertamente, em versos, publicados em boxes, na página 3, nos quais se insinuava o comportamento corrupto do candidato adversário, como:

Quem de Antonio se aproxima,
Coitado, logo empobrece...
Tem cautela, reza prece,
Quem de Antonio se aproxima...
E, vivendo nesse clima,
engorda, seu bolso cresce,
pois quem dele se aproxima,
coitado, logo empobrece... [346]

A crônica foi também um formato utilizado na campanha explícita do *Diário da Bahia*. Em *Vingança! Vingança!* [347], por exemplo, o autor anônimo fantasiava uma entrevista que teria feito com Juracy Magalhães sobre a candidatura de Balbino. A linha de apoio abaixo do título explicava: “A verdade que o Cel. Não disse – Entrevista original” e o conteúdo sugere que o apoio à candidatura Balbino era um meio do ex-interventor vingar-se do candidato, que se desmoralizaria com ela. Ao leitor mais desavisado, parecia realmente que a entrevista ocorrera, pois a ficção só era explicada no último parágrafo:

Reclinado, sentindo invadir-lhe o corpo um torpor de sono, enquanto a radiola executava o bonito e popular samba de Lupiscino [sic] Rodrigues – “Vingança”, o jornalista como que sentiu no panorama político da Bahia que uma verdade permanecia oculta e, aos poucos, desenhou-se na penumbra da sala a figura de Juracy Magalhães.

– Cel., ouvindo êsse samba parece-me vislumbrar que algo de verdadeiro se encobre nessa sua atitude de apôio á candidatura de Balbino.

[345] AINDA a urucubaca do Balbino. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. Coluna Política e o Diabo, p. 3.

[346] TRIOLET de um Balbino, *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954, p.3.

[347] VINGANÇA! vingança! *Diário de Notícias*, Salvador, 1 set. 1954, p. 3.

– Você, meu caro, foi, talvez, o único que sentiu, ou melhor entendeu, as minhas meias-palavras. [...]

A amargura que guardarei até a morte é aquela expressão que ficou na consciência dos meus amigos como um ferrêto infamante – “cafajestada imunda”.

Quando aquele ser tortuoso e repugnante, o sr. Balbino me procurou, através de amigos meus, para assinarmos um pacto, traindo êle aos seus leais e tradicionais companheiros do PSD, vi que se abria uma oportunidade para que o autor daquela ignominia pagasse a sua infamia. [...]

Posso dizer que, nesse lance político, vi fugir-me muito do que me era mais caro, mas não perdi a satisfação e, por que não dizê-lo, o prazer, de vingar os meus amigos, fazendo voltar á lama o verme que pretendeu, na sua desmedida ambição pelo poder enxovalhá-los.

Não podia eu ser candidato ao Governo do Estado e para eleger-me deputado federal não encontrarei dificuldades. Lembre-se, eu disse – Vingança, vingança! De quem me poderia vingar? De Mangabeira? De Regis? Por que e como? Só tinha a me vingar de quem, na sua felonía, feriu a dignidade dos meus amigos – Antonio Balbino”!

O telefone tilintou chamando o jornalista á realidade. Ainda esfregando os olhos, já acordado, perguntava êle a si mesmo – Será esta a verdade que Juracy não disse?[348]

Além dos textos opinativos, o *Diário da Bahia* também utilizava-se de formatos informativos para opinar, que eles próprios denominavam de “reportagens”, inclusive com assinatura do autor. Um exemplo é a matéria assinada por Nilson de Oliva Cezar, na qual o jornal publicou como destaque principal da capa uma entrevista com Walter Mata (que, ao longo do texto aparecia mencionado com “W” e com “V”), então porta-voz de Landulpho Alves:

A vitória do sr. Balbino, nas circunstâncias em que se verificou (128 x 14) [...] demonstra os meios empregados pelo candidato do presidente da Petrobrás, corrompendo as consciências trabalhistas, espalhando dinheiro, empregos, cargos, promessas e uma série de desonestidades [...] [349]

O *Diário de Notícias* assumiu a campanha de Antônio Balbino, ex-proprietário do veículo e, ainda, aliado político. O jornal havia sido

[348] VINGANÇA!..., 1954, p. 3.

[349] CEZAR, Nilson de Oliva. Confirmada a cisão do PT.B. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954, p. 1.

comprado por Balbino em 1939 e por ele dirigido até 1942, quando foi vendido aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, que nomeou como diretor Odorico Tavares. Durante o período da campanha, a estrutura editorial do jornal reservava a última página de todas as edições para uso exclusivo da coligação que apresentava a candidatura de Antônio Balbino. Acima de todo o conteúdo, lia-se em caixa alta: PÁGINA SOB A INTEIRA RESPONSABILIDADE DA FRENTE TRABALHISTA DEMOCRÁTICA. Tal publicação, ao que parece, correspondia à compra de um espaço, sobre o qual o jornal não possuía responsabilidade editorial.

O jornal tentou demonstrar de diferentes modos ao seu leitor que o conteúdo dessa página não era responsabilidade sua, ao passo que, nas demais páginas, havia certa independência editorial. Isso fica perceptível, por exemplo, quando publicou, em 22 de setembro de 1954, a reportagem *A Bahia e o Ministério da Educação*, que trazia como linha de apoio: “Resumo dos benefícios prestados a Bahia na gestão Simões Filho: Transferidos quase 42 milhões de cruzeiros e deixados cerca de 15 milhões de cruzeiros para o seu sucessor, em convênios já assinados”. [350] O texto, publicado poucos dias após o fundador do *A Tarde* oficializar sua candidatura ao Senado, ocupa toda a página cinco do jornal, apresentando sua trajetória e elogiando sua atuação no Ministério da Saúde e Educação.

Dois dias antes, na edição do dia 19 de setembro, o jornal já tinha noticiado, em nota na capa, que o jornalista havia aceitado o convite para candidatar-se ao senado, sem utilizar de expedientes opinativos. A nota trazia, entre aspas, o próprio texto de Simões, informando sobre a decisão. [351] Nesta mesma edição, uma nota na página paga informava que a candidatura de Simões ao Senado era inválida. [352] A natureza quase publicitária da página também era reforçada pelos demais periódicos, como, por exemplo, o *A Tarde* que, ao referir-se às matérias publicadas nesse espaço, usava a expressão “página de matéria paga” [353] ou o *Diário da Bahia*, que atacava: “A página paga pelo Senhor Antonio

[350] (A) BAHIA e o Ministério da Educação, *Diário de Notícias*, Salvador, 22 set. 1954, p.5

[351] SIMÕES Filho aceita a candidatura ao Senado. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

[352] (O) LIBERTADOR informa que Simões não é seu candidato. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954, p. 8.

[353] (A) LIGA Eleitoral Católica condenou a candidatura Balbino. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 2.

Balbino deu, como de costume guarida a mais uma série de injúrias [...]”.[354]

Já a aparente neutralidade que o jornal tentava demonstrar nas páginas editoriais, era reforçada por um artigo, assinado como “De um observador político” e publicado na capa da edição da antevéspera do pleito.[355] Nele, com uma linguagem polida e argumentos concretos, o autor afirmava que não havia previsões possíveis para o pleito – apesar de ambos os lados considerarem-se já vitoriosos, ao analisar as tendências dos votos em cada região do estado – sugeriria que a margem de diferença deveria ser apertada e, até mesmo, poderia a eleição vir a ser decidida nos tribunais eleitorais. Com isso, o jornal fugia dos riscos que o posicionamento explícito poderia trazer. As demais notícias que compunham a capa dessa edição tinham caráter informativo e referiam-se às eleições em outros estados ou ao pleito nacional. Tal postura, entretanto, não perduraria, pois, na edição do dia seguinte, a capa do jornal era composta unicamente por uma grande foto de Antônio Balbino. Acima dela, apenas uma frase com letras em caixa alta e fonte grande “PARA GOVERNADOR”; ladeando a foto, o nome do candidato, “BALBINO” e, abaixo da figura, “UM HOMEM DE BEM PARA O BEM DA BAHIA”.[356]

Ao longo de toda a campanha, nos editoriais de *A Tarde* e *Diário da Bahia* e na página paga no *Diário de Notícias*, travou-se diálogo violento, com abuso das adjetivações ofensivas e da ironia. Em resposta, por exemplo, ao uso da expressão “candidatroça”, empregada no editorial de *A Tarde*, como já dito alhures, foi publicado, na página sob responsabilidade da Frente Trabalhista, um editorial que interpelava diretamente o leitor do jornal, criticando a violência dos ataques sofridos textualmente pela campanha Balbino e, ao mesmo tempo, assumia posição de representante da “coletividade baiana”, em nome da qual criticava e, ironicamente, dizia perdoar os adversários:

Não julgam os leitores que somente os mentecaptos ou os hepáticos incuráveis podem ter o beneplácito da indiferença dos homens de senso para

[354] (O) EX-MINISTRO Antonio Balbino negou auxilio aos tuberculosos da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 2 out. 1954, p. 3.

[355] VITÓRIA de Balbino ou de Calmon? *Diário de Notícias*, Salvador, 2 out. 1954, p.1.

[356] PARA governador Balbino: um homem de bem para o bem da Bahia. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 out. 1954, p. 1.

atacarem pessoas de reconhecida idoneidade moral e política, com essa impunidade que os caracteriza? [...] Que desgosto dá vê-los assim tão raivosos, espumando de ira [...], a ofenderem uma grande parte – a maior parte – da coletividade bahiana que afinal, os perdôa porque eles não sabem o que fazem, nem o que dizem! [357]

Um dos momentos de maior confronto, entretanto, não se deu nas opiniões expressas nos editoriais, mas em uma notícia de denúncia publicada pelo *A Tarde* e veementemente combatida e desmentida pelo *Diário de Notícias*. Publicado um mês antes da votação, o texto [358], com título em letras garrafais, trazia todas as características gráficas de texto noticioso, não opinativo, que utiliza fontes humanas e documentais para construir sua informação. Contudo, além de retomar a ironia usada na edição do dia anterior, comparando a convenção do partido com um acordo “de balcão”, prosseguia, em linguagem agressiva: “Oferecemos aos trabalhistas, que não estejam enterrados no lamaçal emporcalhador, a vida de seu Partido, sensacional documentos destinados à meditação”. Na sequência, apresentava-se na íntegra a denúncia feita pelo presidente do Diretório do P.T.B. de Itaberaba, Renato Rodenburg de Medeiros Neto, ao presidente nacional do partido. Antes, porém, o redator fazia ressalva sobre o conteúdo: “Não o comentamos, preferindo deixar os comentários para os homens de bem do P.T.B. da Bahia”. O documento, escrito em nove tópicos, apresentava denúncias de desvios de verbas que teriam sido recebidas pelo presidente estadual do PTB, Alaim Melo, para conquistar, a partir de pagamento de propina, o apoio à candidatura de Antônio Balbino em oposição à candidatura de Landulpho Alves, senador indicado por parte dos trabalhistas.

A denúncia repercutiu. Na edição de 4 de setembro de 1954, o *Diário de Notícias* publicou, na página paga, uma matéria desmentindo as informações fornecidas pelo *A Tarde*. O texto afirmava que o documento apresentado como denúncia tinha quatro meses e que, na data atual, não havia mais queixas a serem feitas. Segundo a notícia, a própria fonte principal desmentia o ocorrido:

Logo após a publicação da perfídia, veio ao microfone da PRA [...] o sr. Renato Medeiros Neto, apontado pelo vespertino ‘A Tarde’ como autor da discórdia dentro do P.T.B. e como estando a acusar companheiros seus, agora, após

[357] ESTÃO perdoados. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 set. 1954, p. 8.

[358] ESTOURAM as sujeiras do P.T.B. baiano. *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1954, p. 2.

o resultado da Convenção do seu partido. E o sr. Renato Medeiros Neto, revoltado com o procedimento desleal e até criminoso dêsse jornal que se desmoraliza, dia a dia, em matéria política, pelas deslavadas mentiras que veicula, pronunciou forte discurso, desmentindo a autorização de sua parte para a publicação do documento e, ainda, fazendo interessantes revelações, que levam o ouvinte inteligente a descobrir o autor do furto dêsse documento para publicação [...]. [359]

O tom de agressividade pode ser percebido pela utilização dos termos “perfídia”, “desleal”, “criminoso” e “deslavadas mentiras” e até da expressão “furto”, para qualificar a origem do documento. Além disso, o texto convocava o interlocutor à concordância, sob pena de ser considerado sem inteligência. O discurso explicitado nas páginas dos jornais sem nenhum tipo de constrangimento deixava perceber que a ação política no período era pautada pela violência contra os oponentes e pela imposição da opinião àqueles que precisavam ser “orientados” pela imprensa. Novamente, surgiam aqui os resquícios da prática panfletária dos pasquins da regência, sintetizados na “difamação” e na “calúnia” e não no debate de ideias.

A resposta do *A Tarde* veio de modo vago, sem se referir diretamente às acusações, mas discursando genericamente a favor da moralidade, através de um editorial. Nele, o jornal explicava:

Os adversarios da vitoriosa campanha do sr. Pedro Calmon estão aturdidos, desorientados ante a derrota irrefragável que será inflingida ao pretendente sem legenda. E, então, diante do fracasso, recorrem a processos e métodos mais condenáveis, exatamente os da injuria e da calunia, procurando justificar a ausencia de êxito da candidatura que defendem. [...]

.....

Se por vezes os que defendem a candidatura Pedro Calmon, têm indicado fatos comprometedores do candidato adverso ou de algum aliado seu, o fazem sempre acompanhados de provas irrefutáveis. E assim, agem porque seria uma deslealdade para com a Bahia ocultar ao seu eleitorado a verdade, toda a verdade, no momento grave em que se deve escolher aquele que por quatro anos dirigirá os seus destinos. Não fôsse essa circunstância relevante, jamais, por certo, se divulgariam fatos que tanto comprometem a dignidade e a compostura da atividade política da nossa terra. [360]

[359] MAIS um embuste desmascarado. *Diário de Notícias*, Salvador, 4 set. 1954, p. 8.

[360] (O) DEVER..., 1954, p. 1.

Outra denúncia de corrupção foi feita pelo *Diário da Bahia*, sugerindo que Antonio Balbino havia desviado verbas do Ministério da Educação para a campanha ao Governo do Estado. Em texto informativo, os ataques eram violentos: “ONDE ESTARÁ O DINHEIRO? DIÁRIO DA BAHIA tem motivos seguros para afirmar que o dinheiro do Ministério, destinado a socorro às populações compreendidas no chamado polígono das secas, foi todo, todinho, distribuído entre parentes e amigos do sr. Antonio Balbino, nesta Capital e em cidades do interior, aos Cr\$ 50.000,00, Cr\$ 100.000,00, Cr\$ 10.000,00 e parcelas intermediárias”. [361] Mas, além dele, o jornal também usou como expediente pequenos textos dispersos com espécies de piadas em meio aos textos informativos e opinativos, como este, publicado na capa da mesma edição:

Teatrinho Político

TER OU NÃO TER

Juracisista: Eu acho que é preciso a gente realizar uma campanha de esclarecimento em todo o Estado sobre essa história das verbas do Ministério. A repercussão tá um caso sério, velho.

Balbinista: Eu sei, eu sei. Mas, isso custaria muito, você sabe. E nós temos de aproveitar o dinheiro da campanha em outras coisas mais concretas, entendeu? Por exemplo, só de votos vai um bocado... E depois, onde iríamos arranjar mais numerário para isso?

Juracisista: Ué! Então o dinheiro das tais verbas já acabou?

(Pano superlativamente rápido) [362]

Outro tema que concentrou as atenções do *A Tarde* e do *Diário da Bahia* na campanha de 1954 foi a candidatura de Ernesto Simões Filho ao Senado, naquela que viria a ser sua última incursão pela vida pública. Num primeiro momento, o fundador do jornal *A Tarde*, então residente no Rio de Janeiro, é convidado a engajar-se na campanha de Pedro Calmon, notícia que repercute fortemente no seu periódico. [363] Na

[361] DINHEIROS da nação jorrando como água para encher parentes e amigos. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1, 4.

[362] TEATRINHO político. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

[363] CONVOCADO para a vanguarda da campanha. *A Tarde*, Salvador, 3 set. 1954, p. 2.

edição do dia 08 de setembro, um texto, assinado pelo próprio Simões Filho, informava, em tom emocionado e, ao mesmo tempo, pomposo, que aceitaria o convite. Ele concluía:

Moços, meus queridos, como as velhas árvores em quem a fertilidade realiza o milagre da renovação, cobrindo-as de vergôntes novas, de flores e frutos – deixem-me, abrindo-lhes o meu coração, como faria aos meus filhos, confessar que o calor da simpatia e confiança que me expressa a mensagem a que respondo, ainda pode reaquecer a flama que outrora crepitou na minha alma, abraçando-a de devotamento pela nossa velha terra bem amada. Então correrei até aí, para ajudá-los a defender mais uma grande causa, ao contágio do entusiasmo de vocês, primavera sagrada em que há de desabrochar dias melhores para a Bahia, tão sofredora e humilhada quanto gloriosa.[364]

Dois dias depois, um editorial remetia ao aceite, elogiando a figura de Simões Filho, como que desconectando o político do dono do jornal, o que, evidentemente, não deveria estar separado na mente do leitor. Note-se que, diferentemente do *Diário de Notícias* que, em seus editoriais, apresentava-se falando em nome da “coletividade” ou “das forças populares” do Estado, o *A Tarde* colocava Simões como “o herói da Bahia”, seu “salvador” ou “libertador”:

Nesta hora, em que a terra se encontra mais uma vez ameaçada por forças espúrias, que a querem dominar para melhor humilhá-la e disservi-la, a opinião pública voltou, num gesto espontâneo e irrefreável, as suas vistas e o seu pensamento para aquele incomparável líder que tantas vezes a tem defendido no passado, redimindo a Bahia do aviltamento que em outras oportunidades lhe quiseram impôr.[365]

Depois disso, faltando 15 dias para a realização das eleições, Simões foi apresentado como candidato ao Senado Federal. E, às vésperas da eleição, publica outro texto, explicando, novamente em tom emotivo, as razões pessoais para participar do pleito. Evocou velhos inimigos – como J.J. Seabra e Moniz Sodré –, desde 1934 unidos pela Campanha Autonomista, para asseverar sua história de luta pela Bahia. “Não peço a benevolência de ninguém. Em meu nome só devem votar aqueles que reconhecerem que minha ação de homem público tem sido de uma fidelidade intransigente à Bahia.”[366]

[364] AINDA e sempre..., 1954, p.1.

[365] (UMA) ATITUDE. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1954, p.1.

[366] MANIFESTO à Bahia. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p.1.

Durante todo o mês anterior ao pleito, os editoriais do *A Tarde* e *Diário da Bahia* dedicaram-se a desacreditar a campanha de Balbino e exaltar a campanha de Pedro Calmon para governador e de Simões Filho para Senador. Como na campanha de 1919, quase 35 anos depois, os jornais continuaram utilizando metáforas religiosas para referir-se à campanha política, como no editorial *Satanaz pregando quaresma*[367], na nota que chama a comitiva de Calmon de “romaria cívica”[368] ou no texto que fazia um balanço da campanha de Pedro Calmon.

A grandiosa campanha política realizada pelo sr. Pedro Calmon empolgou, realmente, a Bahia. Sua palavra eloquente, clara e persuasiva, que faz vibrar as multidões, ouvida atentamente em todos os rincões da nossa terra, teve os acentos de um verdadeiro apostolado de fé nos destinos da Bahia.[369]

Na capa da mesma edição, havia uma carta da senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente Getúlio Vargas, incentivando a candidatura de Simões Filho, acompanhada de uma grande foto, e ainda o texto *Pedro Calmon e os trabalhadores*[370], ressaltando sua ligação com os ideais defendidos por Getúlio Vargas. Três notas completavam a página: uma com informações sobre as listas eleitorais na cidade de Salvador e duas criticando Antônio Balbino.[371] No pé da página, em letras com tamanho grande, cerca de duas vezes maior que as utilizadas nas manchetes, a frase: *O Voto da Bahia para Governador: PEDRO CALMON.*

Em nota, na página 2, o jornal afirmava que a Liga Eleitoral Católica condenava a candidatura de Antônio Balbino, em função do seu envolvimento com o movimento comunista.[372] E, ainda, a página 5 era totalmente dedicada às eleições, estampando a frase “A decisão dos destinos da Bahia” e fotos ampliadas de Pedro Calmon e Simões Filho. Sobre a primeira, liam-se as palavras “Inteligência Trabalho Honradez” e, abaixo, “Pedro Calmon – Para Governador do Estado” e, sobre a se-

[367] SATANAZ pregando quaresma. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 set. 1954, p. 1.

[368] (O) NOVO itinerário da caravana da Bahia pelo interior. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

[369] (A) VITÓRIA da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 1.

[370] PEDRO Calmon e os trabalhadores. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 1.

[371] É A SUA sina! O Sr. Balbino já desagrada ao P.T.B. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 1, e NÃO quer pertencer à ‘cafagestada imunda’. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 1.

[372] (A) LIGA..., 1954, p. 2.

gunda, estava escrito “45 anos de luta pela Bahia” e, abaixo, “Simões Filho – Para Senador federal”. [373]

Em resposta aos ataques que o *A Tarde* e o *Diário da Bahia* faziam ao candidato Antônio Balbino, o *Diário de Notícias* usava os mesmos expedientes textuais – como qualificações pejorativas e ironia – para atacar os partidários de Pedro Calmon. Foi o que ocorreu, por exemplo, em uma matéria publicada na edição de 3 de setembro de 1954. No texto, o jornal elogiava a postura do governador em exigir o afastamento dos funcionários públicos que concorressem nas eleições para, na sequência, condenar a nomeação de um Inspetor de Armas e Munições, visto ser reconhecidamente envolvido com o jogo do bicho e perseguidor dos balbinistas.

Agora, numa demonstração de sua falta de memória ou de sua insinceridade – aí fica o dilema, ele que escolha ... – o mesmo Governador acaba de nomear o sr. Antonio Casais [...] Pasmem todos! E isso em retribuição ao devotamento dêsse bem cevado beneficiário do jôgo do bicho, pois, como todos sabem, o sr. Cazais saiu à frente de um pelotão de badameros, na madrugada do dia 25 de agosto, arrancando tôdas as faixas de Antônio Balbino e dos candidatos do P.T.B. existentes na Bahia [...]. [374]

Tal como se observa em outras matérias, aqui o texto assumia posição de aproximação com o leitor, ao usar a expressão “como todos sabem”, que convocava conhecimento prévio sobre o assunto demarcando uma certa cumplicidade entre autor e leitor. Isso ocorria com frequência nas matérias e anúncios publicados na página paga pela Frente Trabalhista, reforçando, de certo modo, seu caráter publicitário. No espaço, o leitor era interpelado diretamente, pedindo seu voto para Balbino, tanto por textos com formatação similar a de notícias jornalísticas quanto pelos pequenos anúncios. No dia 1º de outubro, por exemplo, uma matéria usa o verbo no imperativo para tentar conduzir o leitor: “[...] conterrâneos, que podeis sustentar a livre escolha com o vosso VOTO, sufragai o nome de ANTONIO BALBINO DE CARVALHO, no pleito governamental de 3 de outubro de 1954”. [375]

[373] (A) DECISÃO dos destinos da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954, p. 5.

[374] NOMEAÇÕES ilegais e escandalosas feitas pelo governador. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 set. 1954, p. 8.

[375] (UM) MANIFESTO popular em favor da candidatura majoritária. *Diário de Notícias*, Salvador, 1 out. 1954, p. 8.

Exemplo de anúncio é encontrado na edição de 21 de setembro, também na página paga, que trazia em box: “Com BALBINO a Bahia terá progresso. Com teu voto a Bahia terá BALBINO”. [376] Além dele, em quase todas as edições, espalhavam-se pela página paga pequenos boxes com uma única frase, no imperativo “Vote em Balbino”, em caixa alta e tipos grandes.

Diferentemente dos editoriais do jornal *A Tarde*, no calmonista *Diário da Bahia*, essa estratégia de aproximação com o leitor também era recorrente. O texto, muitas vezes, assumia lugar ao lado do leitor e/ou o convocava à ação, utilizando, para isso, verbo no imperativo: “Marchemos, sim, marchemos todos, convictos da predominância e da vitória dos nossos princípios fundamentais de resguardo e defesa do tesouro moral de nossa terra [...]”. [377] Isso também ocorria nas matérias de caráter informativo, como no título da nota: *O novo itinerário da caravana da Bahia pelo interior* [378], na qual a campanha de Pedro Calmon era apresentada como campanha do Estado.

Contrariamente, o pleito para disputa do cargo de prefeito municipal não alcançou tanta repercussão, o que se vislumbra pelas poucas informações mencionadas ao longo de toda a campanha. Nota publicada na edição de 22 de agosto de 1954, pelo *Diário de Notícias*, na página paga, informava ao leitor sobre a candidatura e a linha de apoio apresentava o candidato: ‘Escolhido o sr. Freire de Carvalho – Presentes Juracy e Balbino’. [379] O silêncio talvez possa ser explicado pelo fato de os calmonistas não terem apoiado candidato algum, visto que o PSD não lançou nomes para a disputa municipal. Tal definição foi apenas informada aos leitores através de notícia publicada no *Diário da Bahia*, em 4 de setembro de 1954. [380]

Em 1954, a Bahia possuía 1.090.000 eleitores inscritos para participar da eleição para representantes dos poderes Executivo e Legislativo nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Destes, apenas 62,35% compareceram às seções no dia 3 de outubro, o que totalizou 679.606

[376] COM Balbino a Bahia terá progresso. *Diário de Notícias*, Salvador, 21 set. 1954, p. 8.

[377] CIÚMES bahianos. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

[378] (O) NOVO..., 1954, p. 1.

[379] HOMOLOGADA pela U.D.N. a candidatura a prefeito. *Diário de Notícias*, Salvador, 22 ago. 1954. p. 8.

[380] (O) PSD não apresentará candidato próprio à Prefeitura Municipal. *Diário da Bahia*, Salvador, 4 set. 1954, p. 1.

votos.[381] A vitória foi de Antônio Balbino, com 354.197 votos, contra 298.140 de Pedro Calmon. Entre os senadores, os mais votados foram Juracy Magalhães, com 363.226 e João Lima Teixeira, com 299.110 votos.[382] Como prefeito, venceu Hélio Machado. E, como deputado estadual, elegeu-se, pela U.D.N., um jovem médico de apenas 27 anos, que se tornaria a figura política mais importante e controversa da Bahia na segunda metade do século XX: Antônio Carlos Magalhães (ACM).[383]

Nos dias posteriores ao pleito, os jornais calmonistas, ao divulgar os números que indicavam possível derrota, eram mais comedidos e também reduziam o destaque às eleições estaduais, cedendo espaço, na capa, para os resultados no Brasil e em outros estados da federação. O *Diário da Bahia* publicou como manchete, dois dias após a votação: *O Pronunciamento Soberano do Povo – Pedro Calmon – 2447 – Antonio Balbino – 5061*. [384] Já o *A Tarde*, no dia seguinte às eleições, trouxe como matéria principal uma reportagem fotográfica com quatro imagens distintas, seguidas de breve legenda.[385] Na sequência, pequeno texto, sem indicar números apurados, apenas informava que houve atrasos no processo de contagem dos votos. Na página dedicada à política, uma nota denunciava problemas diversos, como títulos de eleitores duplicados, autorização judicial para realização de propaganda eleitoral de Balbino nas 48 horas que antecederam a votação, falta de divulgação das listas, aceite de votos de pessoas sem título e outros episódios que fizeram o jornal denominar como “caótico” o processo e atribuir a responsabilidade desses transtornos ao Serviço Eleitoral.[386] Nas edições subsequentes, as eleições estaduais também saíram das notícias de capa, substituídas pelos resultados da eleição nacional e por notícias internacionais. O espaço da política local restringiu-se à página 2 e, ainda assim, as informações apareciam de modo vago, como na manchete do

[381] IBGE, [200-].

[382] BAHIA, 1997, p. 220.

[383] Cf. RUBIM, Antônio Albino Canelas. ACM: poder, mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2001, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

[384] (O) PRONUNCIAMENTO soberano do povo: Pedro Calmon: 2447: Antonio Balbino: 5061. *Diário da Bahia*, Salvador, 5 out. 1954, p. 1.

[385] ASPECTOS do pleito nesta capital. *A Tarde*, Salvador, 4 out. 1954, p. 1.

[386] (AS) IRREGULARIDADES da eleição na capital. *A Tarde*, Salvador, 4 out. 1954, p. 2.

dia 5 de outubro, cuja linha de apoio era “Os primeiros resultados favorecem o candidato da aliança UDN-PTB ao governo”. [387]

Pela observação dos jornais, fica evidente que ambos não estavam interessados, nem preocupados com os fatos, tampouco com o público leitor. Havia, em todas as matérias publicadas no período que antecede a campanha, índice baixíssimo de informação nos textos sobre política. Os fatos eram divulgados sem base em dados concretos, havia pouca utilização de fontes e, além disso, as opiniões eram evidenciadas com expressões pejorativas e abuso dos adjetivos. Não eram divulgados programas de governo ou propostas, não havia argumentação, apenas a tentativa de desqualificar o oponente. Antes mesmo do lançamento oficial da candidatura de Simões Filho ao Senado, por exemplo, o *Diário da Bahia* publicou como destaque, na capa, nota qualificando a campanha como “vitoriosa” [388], atitude que continuava nas edições subsequentes com manchetes como: *Marcha a Bahia para a vitória final do Sr. Pedro Calmon* [389] ou *Certa, Insofismavelmente certa, a Vitória do Candidato da Bahia*. [390]

Os jornais não conseguiam assumir postura distanciada, a ponto de, às vésperas das eleições, ambos considerarem como certa a vitória dos respectivos candidatos, bem como evidenciar as fragilidades do adversário. Seguindo na linha das previsões, o *Diário da Bahia* publicou, por exemplo, uma manchete na véspera da eleição definindo como certa a vitória de Pedro Calmon, antecipando uma notícia que, dias depois, precisou corrigir. Na linha de apoio da mesma notícia, justificava a afirmativa, sugerindo aos eleitores em quem deveriam votar: “PORQUE NO GOVERNO ELE DARÁ PAZ A NOSSA TERRA, TRABALHO A NOSSO POVO E GOVERNARÁ COM JUSTIÇA E LIBERDADE, ÚNICO REGIME COMPATÍVEL COM A DIGNIDADE HUMANA”. [391]

Sobre o exposto, observa-se que os textos lembram as manchetes que anunciavam, em 1920, uma possível invasão da capital baiana pelos

[387] (AS) ELEIÇÕES no Estado. *A Tarde*, Salvador, 5 out. 1954, p. 2.

[388] JÁ vitoriosa a candidatura Simões Filho ao Senado Federal. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

[389] MARCHA a Bahia para a vitória final do Sr. Pedro Calmon. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 set. 1954, p. 1.

[390] CERTA, insofismavelmente certa, a vitória do candidato da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 set. 1954, p. 1.

[391] AMANHÃ, os baianos elegerão Pedro Calmon. *Diário da Bahia*, Salvador, 2 out. 1954, p. 1.

exércitos organizados por coronéis do interior, na Revolta Sertaneja. Com isso, evitam a “nova” tendência de escrita, objetiva e imparcial, já utilizada no jornalismo estadunidense desde o final do século XIX e empregada oficialmente como regra de escrita no *Diário Carioca*, a partir de 1951.[392] Embora a inclinação para privilegiar temas políticos também fosse marca da década de 1950 nos jornais da capital da República, os impressos baianos não experimentaram as inovações redacionais que demarcavam espaços informativos e opinativos sofridas por aqueles, utilizando, ao contrário, o recurso de opinar através dos textos informativos, o que representava quase a construção de uma suprarrealidade.

Também não havia neles visão empresarial, que enxergasse o leitor como cliente e buscasse vender a ideia de imparcialidade. Afrânio Estevão Corrêa, jornalista desde 1938 e atuante na imprensa sotopolitana a partir de 1961, considera que a postura empresarial é muito recente: “O jornal só virou empresa de dez a quinze anos pra cá. Até então, não era empresa. Era de um partido político, que emanava uma opinião daquele partido”.[393] A explicação para tais permanências parece simples. Mesmo com mudanças sociais graduais, como a implantação da Universidade da Bahia e o Curso de Jornalismo e a tímida transformação da elite intelectual baiana, um traço permanece inalterado na configuração social baiana: a elite política e seus modos de ação. Além disso, pelo panorama econômico prevalentemente comercial e de serviços, as elites econômica e política constituíam ainda grupo mais homogêneo, com interesses convergentes. Assim, os jornais demonstraram atuar como espaço de visibilidade dos interesses dessas elites.

Dois fatores parecem decisivos para entender esse processo e o papel dos jornais impressos na supracitada campanha eleitoral. O primeiro diz respeito a uma maior complexificação do cenário midiático, com a introdução do rádio como meio de interlocução entre o político e seu eleitorado, distanciando-o ainda mais dos impressos. Nesse sentido, é interessante perceber que, ressalvadas as distorções que ainda cercavam o processo eleitoral, o candidato Antonio Balbino conseguiu

[392] ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p. 10-11. (Descobrimo o Brasil).

[393] Entrevista concedida por Afrânio Estevão, aos acadêmicos Daniela Pereira, Edna Ferreira e Valdeck Almeida de Jesus, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spanenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 23 de maio de 2008.

eleger-se com uma margem que poderia ser considerada baixa, mesmo para o período: 52,1% dos votos válidos contra 43,8% de Calmon que, contraditoriamente, era apoiado pelo jornal considerado de maior circulação e prestígio do período, o *A Tarde*. A dúvida, então, paira sobre o papel dos jornais nessa disputa. Se recordarmos que, em 1954, não havia um canal oficialmente designado para a comunicação entre candidato e eleitor como o horário gratuito de rádio e televisão, vigente somente a partir de 1965[394], e, embora a mídia rádio já fosse bastante popular – a publicidade nela dependia de condições financeiras e interesse político comum porque o candidato deveria comprar espaço no veículo[395] – parece-nos que o impresso devesse ocupar o lugar de principal meio de divulgação de ideias. Entretanto, o jornal permanecia um veículo da elite, que se desdobrava em discursos de uma cultura bacharelesca. As classes médias e baixas que possuíam condições de voto, ou seja, eram alfabetizadas, porém não com formação erudita, encontravam no rádio o veículo adequado para suprir suas necessidades de informação e diversão, linguagem simples e acessível, companhia constante ao longo do dia de trabalho. Note-se que o candidato vencedor tinha o apoio não apenas do *Diário de Notícias*, mas de todos os veículos ligados aos *Diários Associados* na Bahia, o que incluía a *Rádio Sociedade da Bahia*, a mais antiga e popular do período, com mais de 20% da audiência, enquanto a *Rádio Cultura*, que anunciava no *Diário da Bahia*, o que provavelmente sublinha afinidade política entre ambos, detinha apenas 6% de audiência, a menor então registrada.[396]

O segundo fator diz respeito aos modos de fazer política, que ainda privilegiavam, em grande medida, as relações pessoais e a persuasão dos chefes locais sobre os chamados “currais eleitorais”. O eleitorado rural representava mais de 80% do total no estado e, com exceção das cidades maiores ou mais próximas da capital, a maioria da população

[394] O horário de propaganda política gratuita foi instituído pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. JOBIM; PORTO, 1996, v. 3, p. 55.

[395] Cf. SOUZA, Maria Augusta Lima de. *As eleições de 1986 na Bahia e o novo caminho das campanhas eleitorais no Brasil*. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_epp-maria.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

[396] Conforme dados divulgados em julho de 1951 sobre a audiência radiofônica de Salvador, “[...] números do Ibope apontavam 23,6% de audiência para a Sociedade, seguida da Rádio Nacional do Rio de Janeiro com 14,8%, Rádio Excelcior [sic] com 14,5% e Rádio Cultura com 6,6%.” Informações disponíveis em: <<http://www.radiosociedadeam.com.br/capa/historia.aspx>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

vivia sob o domínio desses políticos, de quem recebia auxílio e proteção em troca de votos.[397] No período eleitoral, os líderes regionais atuaram como intermediadores entre os candidatos e os eleitores, muitas vezes até dispensando a presença física do candidato ou informando antecipadamente o resultado do pleito na sua região. Mais uma vez, o papel dos impressos é diminuto na relação com os eleitores. A tribuna política que se estabelecia neles sustentava mais um diálogo entre os seus próprios pares – as elites política e intelectual – que uma interlocução com a população que, como já dito, atuava apenas como figurante nas páginas dos jornais.

Na Bahia, esse modo de fazer jornalismo só foi modificado aos poucos, em 1959, com a criação do *Jornal da Bahia*, por João Falcão[398] e, em 1960, com a implantação da primeira emissora de televisão, a *Itapoan*. [399] A grande mudança, porém, na direção de um jornal mais objetivo, com separação explícita de informação e opinião e uma maior profissionalização, só chegou com o nascimento da *Tribuna da Bahia*, em 1969. O jornal, que passou um ano funcionando sem circular, apenas para oferecer formação à equipe, composta totalmente por novatos, portanto sem os “vícios” de redação, tentou trazer renovação ao tradicional jornalismo soteropolitano, com a Escolinha TB de Jornalismo e a adoção do Manual de Redação.

[397] Em uma pesquisa sobre a campanha de Waldir Pires na eleição de 1962, oito anos após o pleito aqui abordado, Maria Augusta Souza, revela que a figura do chefe local tinha tanta força sobre seu eleitorado que, “[...] na maioria das cidades, até dispensava o candidato de percorrer o município buscando conquistar os votos. A situação era diversa nos municípios maiores e mais próximos da capital, onde, na relação candidato/eleitor, identifica-se certa influência da mídia no comportamento eleitoral, o que terminava também por alterar as condutas dos candidatos. A freqüência predominante foi, contudo, segundo os relatos colhidos, a da intermediação, pelo chefe político local, da relação entre o candidato a governador e seus eleitores. Isso favoreceu, logicamente, a candidatura que tinha mais apoios em áreas da política tradicional. Embora Waldir Pires também os tivesse (a estrutura do PSD no interior), seu adversário tinha muito mais, porque reuniu em torno de si, além de parte do sindicalismo trabalhista nas cidades, também a tradição liberal autonomista de *A Tarde* e da *Bahia com H* (Dantas Neto, 2006) e as estruturas da UDN e do PR de Manoel Novais, fortíssimas no interior”. SOUZA, 2007, p. 8.

[398] FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar: história do Jornal da Bahia*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

[399] MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história: 1950-2000*. Salvador: PAS: Ianamá, 2000.

Panfleto político com apelo comercial

A pretensão de fazer jornalismo imparcial no quadro da imprensa baiana é muito difícil. As empresas de comunicação do Estado são usadas como meios políticos. [...] Nós sabemos que somos muito mais propagandistas do que jornalistas.[400]

Três de outubro de 1990. Mais de 8 milhões de eleitores baianos preparam-se para ir às urnas escolher governador e vice, além de senadores e deputados federais. É a segunda eleição para o Governo do Estado desde o fim do regime civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, a primeira durante a vigência da nova carta constitucional de 1988, a “Constituição Cidadã”, que garantiu a todos os brasileiros maiores de 16 anos o direito de voto. Dois dos quatro diários em circulação na Bahia, traziam como manchetes:

Datafolha indica 2º turno na Bahia [401]

Ibope confirma: ACM é eleito governador hoje [402]

A primeira foi publicada pelo jornal *Tribuna da Bahia*, a segunda, pelo *Correio da Bahia*. Ambos informavam, com base em fontes consideradas “confiáveis”, previsões contrárias para o mesmo fato. A segunda tornou-se verdadeira, elegendo, para o terceiro mandato de governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, pela primeira vez escolhido por voto direto. A história política do médico, porém, havia iniciado oficialmente na eleição de 1954 e consolidado durante a ditadura militar.

[400] Demóstenes Teixeira, editor do *Correio da Bahia*, em entrevista a Ana Carolina Freire Campos, sobre a cobertura das Eleições 1990 em Salvador. CAMPOS, Ana Carolina Freire de. *A imprensa e a política na Bahia: um estudo comparado da cobertura das eleições 1990 nos quatro jornais*. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991, p. 54-55.

[401] DATAFOLHA indica segundo turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990, p. 1.

[402] IBOPE confirma: ACM é eleito governador hoje. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990, p. 1.

Seu percurso, cercado de controvérsias, recolocou a Bahia no centro das decisões políticas do Brasil.[403]

O regime civil-militar, implantado no Brasil em 1964, tendo vigorado de modo autoritário durante 21 anos, veio como resposta das elites econômicas brasileiras às tendências populistas dos governantes posteriores ao Estado Novo, notadamente, João Goulart. Eleito vice-presidente, Jango assumiu o comando do país em 1961, quando Jânio Quadros renunciou. Em março de 1964, lançou uma série de medidas, denominadas Reformas de Base, que incluíam alterações nos sistemas político, fiscal, educacional e agrário do país. O golpe aconteceu em 1º de abril de 1964.

A Bahia, embora não estivesse à frente da organização armada do golpe, interveio politicamente. As duas figuras baianas mais importantes nessa articulação foram o militar e ex-governador Juracy Magalhães e o deputado federal Antônio Carlos Magalhães.[404] Sem grande resistência, a Bahia solidarizou-se com os militares, através de moção enviada ainda no mês de abril:

A Assembléia Legislativa do Estado, fiel aos sentimentos democráticos do povo baiano, expressa sua solidariedade às forças democráticas civis e militares que [...] estão lutando para restaurar no Brasil a legalidade democrática, vítima de traição de um governo que se cumpliciava com os piores inimigos da liberdade, os comunistas.

Os deputados contrários à moção tiveram seus mandatos extintos pela Resolução nº 513, aprovada em 28 de abril de 1964.[405] Iniciou-se um período de “caça às bruxas” sem precedentes. Na Bahia, vários políticos e intelectuais foram presos[406], com destaque para os prefeitos de Salvador, Virgildásio Sena, e de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio, e para o geógrafo Milton Santos. O discurso da Guerra Fria, usado como sustentáculo ideológico para o golpe, produziu efeitos na sociedade soteropolitana. Em 15 de abril de 1964, foi realizada a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, da Catedral Basílica ao

[403] Cf. RUBIM, 2001; Cf. BAHIA, 1997.

[404] RISÉRIO, 2004, p. 532.

[405] BAHIA, 1997, p. 259.

[406] Ibid., p. 260.

Campo Grande, com o objetivo de agradecer “a Deus e às forças armadas pela redemocratização do país”. [407]

A situação de concordância inicial transformou-se gradualmente em apatia, visto que o papel dos deputados estaduais e federais no regime de exceção que se instalara era apenas figurativo. Aos poucos, com a permanência e o endurecimento do regime que se acreditava breve, os deputados passaram a reivindicar mais liberdade de expressão e o retorno da possibilidade da Assembleia Legislativa ser um local de debate político, ao contrário do que aconteceu, pois as sessões passaram a ser “monótonas” e restritas “à aprovação de moções de pesar”. [408] O deputado federal baiano, Mário Piva, afirmou, sobre o sistema de governo: “Isto não é mais uma República. É sociedade anônima nascida a 1º de abril de 1964 e cujos acionistas ameaçam abrir falência, se persistirem nas divergências fúteis que contrariam seus interesses pessoais”. [409]

Parcelas da sociedade também se mostraram descontentes com as restrições de liberdade impostas pelo novo regime e saíram às ruas para protestar. Em 1966, naquela que é considerada a primeira de muitas greves estudantis que marcaram o período em todo o país, estudantes do Colégio Central, em Salvador, reivindicaram liberdade para montar a peça *Aventuras e desventuras de um estudante*. [410] O veto à montagem, que inicialmente ocorreu na escola, tornou-se assunto de segurança pública; os alunos do grupo de teatro foram proibidos de entrar nas dependências da instituição e começaram a protestar. Outros jovens aderiram ao protesto, enquanto os jornais sugeriam aos pais que proibissem os filhos de participar do movimento, para a própria segurança. A encenação nunca aconteceu, mas o fato uniu o movimento estudantil da Bahia e marcou o início dos protestos de rua contra o regime autoritário em todo o Brasil. [411] Depois dele, várias outras manifestações

[407] Ibid.

[408] BAHIA, 1997, p. 271.

[409] Ibid., p. 277.

[410] COUTINHO, Caio; FRANCO, Fábio; SILVEIRA, Leandro. Vanguarda: do palco para as ruas: uma história de estudantes. *A Tarde*, Salvador, 13 nov. 2007a. Caderno Dez!, p. 12

[411] Conforme os pesquisadores Maurício Brito e Silvio Benevides apud COUTINHO; FRANCO; SILVEIRA, 2007a.

aconteceram, no Brasil e na Bahia, desde passeatas[412], até confrontos diretos com a polícia.[413]

A agitação social foi justificativa para que o governo civil-militar, que já emitira quatro atos institucionais desde o golpe de abril de 1964, publicasse, na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional de número 5, o mais repressor deles. A nova norma, entre outras determinações, fechou o Congresso Nacional, autorizou intervenção federal em Estados e municípios, suspendeu os direitos de reunião e de *habeas corpus*, enrijeceu o controle aos meios de comunicação, estabelecendo a censura prévia e autorizou governar por decreto-lei.[414] Iniciou-se aí o período de maior repressão, no qual ocorreram diversas prisões e mortes nos porões da polícia política. Todos os setores da sociedade foram atingidos e, em Salvador, além de estudantes, também professores universitários sofreram com a perseguição.[415]

Na direção contrária, um civil baiano beneficiou-se sobremaneira das boas relações com os governos militares. Antônio Carlos Magalhães começou a ser “recompensado” pelo apoio irrestrito ao golpe, desde o primeiro momento. Em 1967, foi nomeado prefeito de Salvador, depois, governador, por dois mandatos, de 1971 a 1975 e de 1979 a 1983, além de presidente da Eletrobras. Tal prevalência, somada às medidas desenvolvimentistas e a um discurso que exaltava a defesa dos interesses da Bahia no cenário nacional, ajudou a consolidar a política denominada de carlismo que, ao final da ditadura, já possuía raízes fortemente fincadas na política baiana.[416]

As décadas de 1960 e 1970, contudo, trouxeram mudanças para a Bahia e sua capital que ultrapassavam o regime meramente político. Nelas, consolidou-se o processo de industrialização iniciado na década de 1950, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, inaugurado

[412] BAHIA, op. cit., p. 275.

[413] Ibid., 1997, p. 275.

[414] O texto na íntegra está disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso em: 10 jan.2009.

[415] Segundo o pesquisador José Eduardo Ferraz Clemente, o Regime Civil-Militar de 1964 atingiu duramente a comunidade acadêmica brasileira. “Como saldo, a ditadura militar aposentou compulsoriamente, por meio de um decreto, 42 professores universitários no Brasil. E, com um Ato Complementar, vetou qualquer possibilidade de trabalho em entidade pública ou em outro local para os atingidos por essa medida”. PACHECO, Laíza. Reflexos da ditadura militar atingem cientistas da Bahia. *Jornal Infociência*, Salvador, n. 22, p. 8, jul. 2008.

[416] Cf. RUBIM, 2001, p. 2.

em 1969[417], mote principal da reforma urbana de Salvador e entorno, seguindo o planejamento de Rômulo Almeida. No centro, os investidores encontravam estrutura totalmente organizada, além de terrenos a preços simbólicos, tudo em nome do “desenvolvimento industrial”[418]. A proposta desse segundo desenho de metrópole implicava no abandono da centralidade na Baía de Todos os Santos, transformada em área de atração turística, deslocando os centros comercial, governamental e industrial para o Norte, em direção ao Aeroporto e ao Litoral.[419] Local onde também seria inaugurado, em 1975, o Polo Petroquímico de Camaçari, oferecendo mais atrativos industriais para a Região Metropolitana.[420]

O grande fator de impulsão para esse processo foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene. Criada em 1959, durante o governo Juscelino Kubitschek, visava a atrair capital das regiões Centro-Sul para o desenvolvimento industrial da região Nordeste, oferecendo, em troca, dedução de impostos. No início da década de 1970, a região já contava com representantes das maiores empresas brasileiras nas mais diversas áreas de siderurgia e produtos metalúrgicos, passando a aparelhos domésticos e veículos automotores, até química e petroquímica, produtos farmacêuticos, artigos de vestuário e produtos alimentícios diversos.[421] Em 1973, o estudo de um banco internacional mostrava que as taxas de rentabilidade das empresas instaladas no Nordeste, recebendo os benefícios da Sudene, chegavam a 46,8%, contra apenas 14% das indústrias do Centro-Sul.[422] Entre todos os Estados da região, a Bahia foi a mais beneficiada com esses investimentos, visto que era o Estado situado mais ao Sul do Nordeste, por isso aquele mais próximo dos grandes centros econômicos, o que reduzia os custos de transporte.[423]

[417] Cf. BAHIA, 1997, p. 282; RISÉRIO, 2004, p. 523.

[418] Cf. OLIVEIRA, Francisco, 1987, p.4 9-50.

[419] Cf. SAMPAIO, H., 1992, p. 162-163.

[420] MOURA, Milton. Um mapa político do carnaval: reflexão a partir do caso de Salvador. *Orbis: ciência - cultura - humanidades*, Salvador, n. 4, set. 2002, p. 6. Disponível em: <<http://www.orbis.ufba.br/artigo10.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

[421] Para uma lista detalhada dos ramos de indústrias presentes no Nordeste, em 1971, ver: *Ibid.*, p. 46-47.

[422] *Ibid.*, p. 48.

[423] *Ibid.*, p. 50.

A Petrobras, instalada no Recôncavo na década de 1950, também começou a estabelecer articulação com outros ramos industriais e seus benefícios desdobraram-se para além da simples obtenção de *royalties* por parte do governo e da injeção de altos salários na economia do Estado, movimentando a construção civil e, especialmente, gerando empregos indiretos.[424] Entretanto, é preciso observar que a geração de empregos diretos para a população baiana, no nível de operariado, foi bastante reduzida: de 2.200 pessoas em 1960, passa a 2.572, em 1970.[425] O maior número de postos oferecidos estava nas funções técnicas, que exigem formação específica como engenheiros, químicos e geólogos: 7.595 em 1960, reduzindo para 7.544 em 1977.[426] Disso resulta o fato de que a população de Salvador e Região Metropolitana continuava longe dos benefícios da industrialização. Em 1971, 85% da população economicamente ativa fora do setor primário encontravam-se na indústria da construção civil ou nos vários ramos do setor terciário.[427]

O trabalho na Salvador durante o regime militar era relativamente diferente daquele encontrado em momentos anteriores. Acompanhando o movimento desenvolvimentista do Estado e da nação, houve razoável crescimento de empregados na indústria e redução da ocupação com a agricultura. Por outro lado, o setor de serviços continuava agregando a maior parte dos trabalhadores ativos. O processo de desruralização fez a população economicamente ativa no setor primário que, em 1950, representava 14,2%, passar para 5,7%, em 1970.[428] O setor secundário, no mesmo período, avançava de 20,0% para 26,1%.[429] Mas, as taxas mais elevadas continuavam no setor de terciário, constituído, sobretudo, pelo comércio: subindo de 65,8%, em 1950, para 68,2%, em 1970.[430]

Nesse mesmo período, a população passou de 417.235 pessoas para 1.027.142.[431] Se ampliarmos esse número para a Região

[424] MOURA, 2002, p. 44.

[425] *Ibid.*, p. 64.

[426] *Ibid.*, p. 63-64.

[427] Cf. FARIA, 1980, p. 24.

[428] Cf. *Ibid.*, p. 38; OLIVEIRA, Francisco, 1987, p. 51.

[429] *Ibid.*; *Ibid.*

[430] Cf. FARIA, *op. cit.*, p. 38; OLIVEIRA, Francisco. *op. cit.*

[431] Dados disponíveis em: IBGE, [200-].

Metropolitana de Salvador, a população alcança 1.095.274, com uma taxa de densidade demográfica de 1.052,4 habitantes por quilômetro quadrado.[432] O aumento da oferta, especialmente de mão de obra não especializada, resultou em poucas vagas de emprego e em uma população empobrecida. Em 1971, 20,3% dos homens e 24,5% das mulheres que possuíam trabalho remunerado tinham renda entre meio a um salário mínimo que, na época, equivalia a Cr\$ 172,80.[433] A maior concentração estava entre aqueles trabalhadores que recebiam de um a dois salários, 30,5% dos homens e 25% das mulheres.[434] Entre os níveis mais altos, acima de seis salários, estavam 16% dos homens e somente 3,3% das mulheres.[435] Quanto à natureza dos vínculos trabalhistas, 55,9,5% da população em idade economicamente ativa estava empregada formalmente, 8,6% desempregados e 24% eram responsáveis por trabalhos domésticos não remunerados, totalizando 88,5% da população que participava no setor produtivo, contra 11,5% de outros, que não trabalhavam por motivos diversos (estudantes, inválidos ou pessoas que não podiam ou não queriam trabalhar).[436] Entre os ativos, 90,7% eram homens e 86,8%, mulheres.

O desenvolvimento econômico, ao contrário do que poderia ser esperado, não chegou acompanhado de melhora na qualidade de vida da população soteropolitana. Pelo contrário, trouxe subdesenvolvimento humano, com a cidade inchada de pessoas em busca de trabalho, porém sem capacidade para serem absorvidas pelo mercado e vivendo em extrema pobreza. Dados da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia[437], empresa pública ligada ao Governo do Estado, mostram que, em 1970, 40% da população de Salvador vivia em áreas da cidade que não ofereciam os serviços de água, esgoto e coleta de

[432] Ibid.

[433] Cf. SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 41-69. p. 62.

[434] Ibid., p. 63.

[435] Ibid., p. 64.

[436] Ibid., p. 44.

[437] De acordo com o site oficial da Conder, a empresa foi criada em 1967, como Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, daí a sigla, não alterada, mesmo com as mudanças institucionais e jurídicas sofridas pelo órgão. Informações disponíveis em: <<http://www.conder.ba.gov.br/historico.htm>>. Acessado em: 12 jan. 2009.

lixo ou o faziam de modo precário.[438] Entre as residências, 20% não tinham energia elétrica, 52% não tinham abastecimento de água e 72% não estavam ligados às redes de esgotamento sanitário.[439] Some-se a esses números o fato de a Bahia ser considerada, em 1973, o Estado brasileiro com maior índice de desnutrição.[440] A cada mil óbitos, no ano de 1970, 142,6 foram por enterite (diarreia), a maior ocorrência entre as causas de morte apontadas; 53,4 por tuberculose; 49,6 por doenças infecciosas e parasitárias; e 24,6 por falta de vitaminas ou deficiências nutricionais.[441] A taxa de mortalidade infantil era de 83,7 para cada mil nascidos vivos.[442]

Salvador atingia sua industrialização, na década de 1970, como metrópole dividida: de um lado, desenvolvimento econômico e, de outro, subdesenvolvimento humano. A partir do novo modelo de urbanização da cidade, a divisão tornou-se mais explícita: diversas “invasões” foram destruídas e seus moradores, deslocados para áreas distantes do centro.[443] A pobreza, entretanto, foi capitalizada e mitificada como parte constitutiva da cidade, a partir de um outro ramo de indústria: o turismo. Em 1966, foi criado um Departamento de Turismo, vinculado à Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, com o objetivo de desenvolver um Plano Estadual de Fomento ao Turismo e, dois anos depois, nascia a Bahiatursa, empresa pública responsável por coordenar os hotéis de turismo do Estado.[444] Ideologicamente, o investimento era sustentado pelo discurso da baianidade[445], que resiste até hoje, tendo no carnaval seu principal produto de exportação; as diferenças sociais e econômicas são “apagadas” e substituídas por

[438] FARIA, 1980, p. 24.

[439] Ibid.

[440] Cf. BAHIA, 1997, p. 302.

[441] Dados disponíveis em: IBGE, [200-].

[442] Ibid.

[443] Sobre isso, os jornais noticiaram, por exemplo, em 1967, ano em que ACM assume a prefeitura de Salvador por indicação do governador e do governo militar: “Demolição Radical da Invasão do Bico de Ferro pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães, que promete ajuda aos pescadores e troca de casas por lotes de 200m² em rua localizada próximo ao Aeroclube, na Boca do Rio”. BAHIA, op. cit., p. 273. Milton Moura também menciona as expulsões: “Bairros e invasões inteiros foram destruídos com as obras de modernização a partir de 1968, sendo seus moradores relocados em conjuntos distantes”. MOURA, Milton, 2002, p. 6.

[444] Cf. PINTO, Roque. A invenção da baianidade recente: identidade, política e turismo no contexto soteropolitano. *Cadernos do Cedoc*, Ilhéus, n. 6, p. 9-25, 2006. p. 3.

[445] Cf. NOVA; FERNANDES, [200-], p. 1.

uma ideia de miscigenação e convivência pacífica entre raças, credos e posições sociais, na qual a pobreza aparece como “pitoresca”, “fácil” e “gostosa”. A imagem-síntese vendida pelo carnaval baiano a partir da consolidação dos trios elétricos resume também a estratificação social: uma festa “democrática”, da qual todos podem participar, porém com lugares sociais bem definidos, dentro ou fora das cordas. Nesse espetáculo, a população de classe baixa tem papel de figurante, mas garante a imagem construída pelo discurso ideológico do turismo, da qual Jorge Amado já falava, ainda na década de 1960: “[...] no meio da espantosa miséria das classes pobres, mesmo aí nasce a flor da poesia porque a resistência do povo é além de toda a imaginação”. [446]

A pobreza “bela” e a mistura cultural, que cada vez mais se diversificava na composição da Soterópolis, atraíram e inspiraram a intelectualidade, num período fortemente influenciado pelos movimentos de contracultura que nasciam na Europa, porém já conduzidos pelos ditames da indústria cultural. Movimentos artísticos e culturais trouxeram à tona elementos de raízes diversas que, antes, eram desdenhados por uma tradição cultural elitista, de influência marcadamente europeia. Foi assim com o Tropicalismo, que nasceu no final dos anos 1960 como tendência artística que se estendia da música às artes plásticas, passando pelo teatro e pelo cinema. [447] Caetano Veloso, um dos principais artistas vinculados ao movimento, sintetizava as ideias que os inspiravam, ao comentar que o impacto do turismo atingia até mesmo a produção dos acarajés, antes feitos de modo artesanal pelas baianas, que agora usavam liquidificadores: “Você não pode exigir que aquelas pessoas passem o dia inteiro para fazer cinco acarajés e morrer de fome, só porque é mais bonito e culturalmente mais puro”. [448] A ideia era aproveitar-se dos elementos dessa diversidade cultural e produzir uma arte para consumo das massas, porém zombando dessa indústria que impunha a repetição. [449] Nesse sentido, também foi significativo o Etsedron (Nordeste ao contrário), movimento conduzido por um grupo de artistas plásticos baianos, com o objetivo de “unir elementos da esté-

[446] AMADO, 1970, p. 34.

[447] TEIXEIRA, Jerônimo. O liquidificador de acarajés: tropicalismo e indústria cultural. In: MALTZ, Bina F.; SILVA NETO, Jerônimo Teixeira; FERREIRA, Sérgio L. P. *Antropofagia e tropicalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 41.

[448] Em entrevista concedida em 1972 à revista *Bondinho*, citada por TEIXEIRA, 1993, p. 42-43.

[449] *Ibid.*, p. 60.

tica contemporânea com aspectos rudimentares da cultura nordestina”, que venceu a II Bienal Nacional de Artes de São Paulo, em 1974.[450]

A sociedade soteropolitana vivia, nesse período de governo ditatorial, um momento de gradual alteração, especialmente no que tangia à constituição de suas elites. Não era mais possível, a partir daí, falar de uma elite, o termo precisava ser empregado no plural. As elites econômica, intelectual e política, diferentemente de outros momentos, não formavam mais um grupo homogêneo, mas começavam a constituir distinções perceptíveis. Em termos econômicos, cada vez mais as antigas oligarquias agrária e comercial dividiam espaço com os industriais, muitos deles vindos de outras regiões e sem comprometimento com os tradicionais padrões de dominação estabelecidos.[451] Nesse sentido, também se modificava a intelectualidade de Salvador, impulsionada por dois fatores decisivos: a chegada de profissionais – técnicos e especialistas – de fora do Estado e, até do país, para compor os quadros gerenciais das nascentes indústrias, e a gradual ampliação do ensino superior, com a fundação de novas universidades e faculdades, o que permitiu a difusão do conhecimento acadêmico a um maior número de pessoas, ampliando especialmente o acesso das classes médias.[452]

Politicamente, contudo, a modificação ocorreu em outra direção. A ascensão do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães representou, discursivamente, modificação do cenário desgastado da política baiana, pois sua proposta era modernizar o Estado, consolidar o processo de industrialização e acabar de vez com o “enigma baiano”. Entretanto, na prática, era sustentada por alianças extremamente bem construídas com o que havia de mais tradicional no modo de fazer política da Bahia. Assim, embora incorporasse o populismo ao seu discurso e, em alguma medida, à prática, sua ação era voltada prioritariamente para a manutenção da elite política nos quadros do poder. Por esse motivo, a atuação de ACM é considerada uma “modernização conservadora”[453]. Essa permanência, mais que as outras mudanças somadas, foi decisiva

[450] GÓES, Thiago. Quando o Nordeste ganhou a Bienal. *Infociência*, Salvador, n. 15, p. 8, jun. 2006, p. 8.

[451] Cf. OLIVEIRA, Francisco, 1987, p. 72ss.

[452] *Ibid.*, p. 99.

[453] Cf. DANTAS NETO, 2006, p. 21.

para o perfil do jornalismo praticado em Salvador nas duas últimas décadas do século XX.

Jornalismo avança rumo à informação

O processo de “modernização” baiano atingiu também os jornais impressos soteropolitanos, seguindo um movimento que iniciou no jornalismo carioca, ainda na década de 1950[454], e se consolidou a partir de 1969, com a Lei nº 972, que regulamentou a profissão de jornalista, passando a exigir diploma universitário para seu exercício.[455] Ainda nesse ano, o jornalista e professor pernambucano Luiz Beltrão lançou o primeiro dos três livros que sistematizavam as rotinas e regras de redação jornalística, estabelecendo parâmetros comuns que passaram a ser adotados pelas escolas de comunicação em todo o país.[456] Gradualmente, o jornalismo apaixonado, opinativo e parcial encontrado nos diários da primeira metade do século XX (e, em alguns casos, um pouco mais adiante), foi sendo substituído por um fazer mais racionalizado, que buscava fontes humanas e dados de sustentação para as informações fornecidas, restringindo a emissão explícita de opiniões aos espaços previamente determinados.

Em Salvador, desde 1962, já voltara a ser oferecido, pela Universidade Federal da Bahia, o Curso de Jornalismo, agora vinculado à Faculdade de Comunicação e sob a coordenação de Jorge Calmon. O jornalista Luís Augusto Santos, formado em Letras, que começou a trabalhar na redação na década de 1960, ainda sem a exigência de diploma, recorda que, após a legislação que regulamentava a profissão, houve muita pressão do Sindicato dos Jornalistas para que os estudantes e

[454] VILELA, Gileide et al. *Os baianos que rugem: a imprensa alternativa na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 33.

[455] O texto na íntegra encontra-se disponível em: <<http://sinjorba.org.br/index.php?p=show&id=37>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

[456] Em 1969 é publicado o livro *Imprensa Informativa*, que se dedica a discutir o jornalismo noticioso, pautado na preocupação de informar o fato objetivamente, seguindo as regras do lide (resumo da informação no primeiro parágrafo da matéria) e da pirâmide invertida (organização do texto apresentando as informações em ordem decrescente de importância). Em 1976, Beltrão lança *Jornalismo Interpretativo*, discutindo as grandes reportagens e os textos mais próximos da literatura, com uma pesquisa não só horizontalizada, mas também verticalizada da informação. Por fim, em 1979, surge *Jornalismo Opinativo*, no qual se discutem os gêneros de opinião, como editorial, artigo e crônica. Em síntese as obras reúnem as três principais formas clássicas de fazer jornalístico.

egressos do Curso de Jornalismo tivessem acesso aos veículos.[457] Egresso da Faculdade de Comunicação da UFBA, Sérgio Mattos explica que a formação garantia diferencial, porém também gerava conflito entre gerações:

A minha geração, por exemplo, é uma geração que entrou com escola de Comunicação, todo mundo formado em Jornalismo. Quer dizer, essa prática mudou [...] a gente passou a ter postura ética, postura técnica, passou a ser profissional da área. [...] Você era um jornalista que escolheu ser jornalista por profissão, tinha um juramento a cumprir, não ficaria à mercê de ficar enfiando a faca nos caras, ‘me dê dinheiro, me arranje um emprego, ou então eu vou dar um pau’. Isso é um prática que já não existe... já não existia na minha época e hoje, se você constatar um fato, outro, é uma coisa isolada. O Jornalismo melhorou em qualidade, melhorou em conteúdo. Na época, os meninos saíam da escola e os jornalistas mais velhos diziam assim ‘ah, jornalista que não sabe nem escrever, jornalista que não sabe fazer isso, jornalista que não sabe aquilo...’. Mas, com três, quatro meses depois, o cara que se dizia o bom jornalista ficava pra trás e o jornalista que tinha alguma formação universitária ultrapassava aqueles limites. Ele tinha outros conteúdos, tinha uma formação humanística que lhe dá um conteúdo melhor, pra que você possa pautar qualquer assunto. E aqueles repórteres que não tinham um estudo, eles eram bons na apuração e sabiam escrever só naqueles formatos, como se tivesse uma fôrma certa para fazer aquilo e pronto. Aprenderam a fazer aquela tecnicazinha e morria ali. Enquanto o jornalista que saía da universidade crescia.[458]

Além da capacitação profissional, ou em função dela, os jornais também se modificavam. O *A Tarde* realizou a primeira grande reforma gráfico-editorial em 1956, um ano antes da morte de seu fundador. Com a derrota política de 1954, Ernesto Simões afastara-se, em definitivo, da vida pública, passando a dedicar-se exclusivamente ao jornal. Empenhou-se em organizar a reforma do seu periódico, seguindo os passos de grandes jornais do Rio de Janeiro como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*, que traziam novidades, introduziam novas fórmulas textuais e gráficas e davam mais leveza aos pesados conteúdos. A reforma do *A Tarde* foi apresentada ao público em 4 de junho de 1956. Jorge Calmon, redator-chefe na época, explica que Simões Filho interferiu pessoalmente em cada detalhe:

[457] Entrevista concedida por Luís Augusto Santos, em novembro de 2008.

[458] Entrevista concedida por Sérgio Mattos, em outubro de 2008.

Providenciou ele tipagem nova para títulos e texto, disse como queria a apresentação de matérias e colunas, acompanhou o preparo *de lay-outs* (projeto de páginas), e se transferiu, do seu gabinete para a oficina, para determinar cada pormenor da nova feição do jornal. Criou, assim, novas seções e colunas, bem como ampliou os espaços destinados à parte opinativa e aos noticiários. Entre as inovações figurou a página editorial, transferindo-a da 3ª para a 4ª página, aberta com o expediente do jornal, que epigrafou com o mapa da Bahia, em chapado, servindo de fundo para o título A TARDE. Nessa página o comentário principal – o editorial propriamente dito –, passou a ser apresentado em três colunas, título em negrito, composição em corpo 10 branco, e colocado no alto da página, ocupando as colunas centrais. Era a ênfase que desejava dar à opinião da gazeta.[459]

A mudança foi anunciada previamente em cartazes impressos e distribuídos pela cidade com ilustrações de um artista plástico novato, Carybé. Simões Filho o contratou para desenhar um boneco vestido de gazeta, abaixo do qual lia-se “A TARDE, de roupa nova, mas com o mesmo espírito baiano”. [460] A transformação era explicada no jornal de 4 de junho de 1956, mostrando que, como a Bahia, avançava para o futuro sem se desligar totalmente do passado. Mais uma vez, o jornal constituía-se lugar de equilíbrio tenso entre tradição e inovação:

A NOVA ‘A TARDE’

A TARDE aparece hoje de roupa nova. É o mesmo jornal, na essência, ou no espírito, mas levemente modernizado... Modernizando-se, A TARDE não se afasta, senão no aspecto, do velho molde. Ela é como o espírito baiano, conservador, avesso a mudanças bruscas, fiel à sua tradição, por isso mesmo o traje novo – com que a partir de hoje se apresenta – sai assim sóbrio, sem extravagância... A Bahia é em tudo medida e descrição. A TARDE não é e não quer ser outra senão a sua sombra.[461]

Pouco mais de um ano após o anúncio da reforma, Simões filho faleceu, no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1957. Assumiram a direção do jornal os filhos Regina Simões de Mello Leitão, como presidente, e Renato Simões, como superintendente. Ainda hoje, o jornal é uma empresa familiar.

A renovação do jornalismo soteropolitano, porém, não viria dos antigos jornais do Império e da Primeira República, mas de dois novos

[459] CALMON, P., 1986, p. 223.

[460] Ibid., p. 223.

[461] Ibid.

periódicos que propunham outras linguagens e, principalmente, novas práticas: o *Jornal da Bahia*, criado em 1958, por João Falcão; e a *Tribuna da Bahia*, de 1969, fundada por Elmano Silveira Castro. Ambos se propunham a trazer a leveza de um jornalismo sem vícios políticos e a intenção de aplicar as novas regras jornalísticas da objetividade e imparcialidade no trato dos assuntos noticiados. Mais tarde, tal irreverência seria punida duramente: ambos sofreram com as perseguições do governo carlista, vítima principal de denúncias sobre a realidade baiana, que conseguiu fazer reduzir as receitas publicitárias dos jornais, levando o primeiro à falência e o segundo à estagnação.

A ideia de fundar o *Jornal da Bahia* nasceu quase por acaso, no final de 1955, de um equívoco.[462] O deputado federal João Falcão, que havia mais de duas décadas militava no partido Comunista e já havia publicado, na Bahia, a revista *Seiva* (1938-1943) e o jornal *O Momento* (1942-1956), ambos fechados por perseguição da polícia, recebeu uma proposta para comprar uma rotativa alemã da marca MAN, de 1939. Os proponentes eram os também deputados Nestor Duarte, Otávio Mangabeira e Luis Viana Filho, que afirmavam tê-la adquirido para abrir um jornal na Bahia, ideia que havia sido abortada e, por isso, queriam vendê-la. Empolgado com a proposta, Falcão mobilizou amigos, conseguiu máquinas de composição e até um prédio para fazer a instalação do novo jornal, próximo à Rua Chile, no centro político de Salvador. Ao receber a máquina, a decepção: era uma *Marinoni*, fabricada na Itália, em 1917, portanto, todos haviam sido enganados por um comerciante francês. Depois desse baque inicial, os trabalhos continuaram, a máquina velha foi vendida e substituída por outra e, em 21 de setembro de 1958, o jornal imprimiu sua primeira edição. Em trechos do editorial publicado nessa data, é possível perceber as propostas de mudanças que o jornal trazia e também suas permanências:

A Bahia vive, nos dias que correm, uma conjuntura político-econômica decisiva para o seu progresso.

Nosso Estado prepara-se para grandes acontecimentos, que virão impulsionar a expansão das suas riquezas. Novas condições de desenvolvimento surgem e forças novas aparecem no seio de suas classes produtoras e procuram

[462] Cf. FALCÃO, 2006.

romper a rotina de sua atual estrutura econômica e lançar empreendimentos do mais alto alcance, nos diversos ramos da atividade criadora.

Analisando o quadro acima, que retrata, com fidelidade e justo otimismo, a realidade baiana, um grupo de homens ligados às forças mais atuantes das classes produtoras e da intelectualidade, que desejam ardentemente o progresso de nossa terra e o bem-estar do seu povo, sentiu que é essencial para esta marcha em busca de melhores dias a existência de um instrumento de ação, de um centro coordenador de idéias, que melhor e mais eficientemente possa debater, propagar, incentivar e defender os interesses da Bahia: o *Jornal da Bahia*.

Um jornal que visando, em primeiro plano, o aperfeiçoamento do regime democrático, seja, também, porta-voz dos anseios da Bahia, de suas forças produtoras, de seu movimento cultural, e de todo o povo.

Um jornal independente e imparcial, livre da ingerência de grupos políticos, econômicos e financeiros, para que possa, antes de tudo, ser órgão de ampla liberdade de opinar e noticiar – e combater, se preciso for – fora e acima de partidos e facções, mas sempre presente a todos os problemas fundamentais do Estado e ao lado dos que se dispuserem a lutar pela sua solução, sem discriminações nem limitações.[463]

Tecnicamente, o *Jornal da Bahia* trouxe vários avanços ao jornalismo soteropolitano, com a introdução do lide e da diagramação prévia, que evitava trechos das reportagens espalhados por diversas páginas, como era comum no período, além de títulos mais compactos e valorização das chamadas de capa. Também investiu no colunismo com temáticas variadas, não apenas social, mas político, econômico e cultural, além de oferecer reportagens aprofundadas, produzidas a partir de investigação, uma inovação na Bahia. João Carlos Teixeira Gomes, que durante muitos anos trabalhou no jornal, lembra desse pioneirismo: “O jornal começou na Bahia pela primeira vez com reportagem de rua, os repórteres saíam, se locomoviam e iam fazer as coberturas nos locais [...] ele instituiu a cobertura de rua em Salvador”. [464] Os repórteres e redatores foram preparados com antecedência em uma escolinha de jornalismo própria, coordenada por Ariovaldo Mattos e José Gorender

[463] FALCÃO, 2006, p. 32-33.

[464] Entrevista concedida por João Carlos Teixeira Gomes, aos acadêmicos Ana Flávia Assis Azevedo de Souza, Josevaldo de Souza Campos e Rachel Silva de Sá Barreto, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spannenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em maio de 2008.

e, além disso, foram instaladas seis sucursais nas principais cidades do interior, todas equipadas com teletipo, para o envio imediato de informações à capital. Editorialmente, como explicita no texto de apresentação, o *Jornal da Bahia* propunha-se diferenciar dos já existentes pela independência de interesses políticos e econômicos, porém, como os demais, continuava a ser um instrumento das “classes produtoras” e da “intelectualidade”, na qual o povo figurava como elemento retórico.

Onze anos depois, em 21 de outubro de 1969, Salvador conheceria a *Tribuna da Bahia*, um jornal que nasceu dentro do padrão de “modernização” adotado pela imprensa carioca desde o início dos anos 1950, seguindo as tendências do jornalismo estadunidense, porém em um período de turbulência na imprensa brasileira, em plena vigência do AI-5. Para garantir repórteres sem “vícios”, o periódico criou a Escolinha TB de Jornalismo, para a qual recrutou apenas acadêmicos sem experiência de redação que, durante um ano, produziram um “jornal fantasma”. Com isso, o chefe de redação, Quintino de Carvalho, poderia ensinar o novo modo de fazer jornalismo. O então estudante Sérgio Mattos recorda

A Tribuna convocou alguns estudantes universitários que quisessem ter experiência com jornal. Eu, como já tava estudando Jornalismo, porque eu fiz vestibular em 1968, aproveitei e larguei meu emprego e fui ser foca da Escolinha TB, que era um jornal fantasma, porque a Tribuna só foi, na verdade, circular um ano depois, em 1969. Então, o ano de 68 e parte de 69 eu trabalhava, diariamente, num jornal que não circulava. Quer dizer, a gente fazia tudo como se fosse um jornal diário [...] [465]

Outra novidade implantada pela *Tribuna da Bahia* foi o Manual de Redação, um dos primeiros do Brasil [466], orientando os repórteres no sentido de uma redação mais objetiva e menos formal. O manual indicava, por exemplo, uma série de expressões de tratamento formais, recorrentes nos jornais do período, por conferirem falsa polidez ao discurso, além de “[...] certas palavras que guardam, hoje, um acentuado

[465] Entrevista concedida por Sérgio Mattos, em outubro de 2008.

[466] Segundo o estudioso da imprensa brasileira Nelson Cadena, os dois primeiros manuais de redação produzidos para jornais brasileiros foram os do *Diário Carioca*, elaborado por Roberto Pompeu de Souza, em 1951, e o da *Tribuna da Imprensa*, jornal de Carlos Lacerda, cujo manual foi adaptado pelo próprio dono a partir de modelos estadunidenses e divulgado em 1953. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/blog/?p=456>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

sabor provinciano” e, por isso, precisavam ser evitadas, como: esposa, ao invés de mulher; mundana e mariposa, ao invés de prostituta; humildes ou desherdados, ao invés de pobres; além de uma série de “abreviaturas cretinas como Engro., Cel., Gal.”[467] A maior inovação, entretanto, centrava-se na preocupação explícita com a figura do leitor, que devia estar sempre na mente do repórter, como um “leitor médio”, pois, ao escrever para o jornal, era preciso “[...] criar um texto no qual todos se possam encontrar, encontrar-se com a informação”[468]. Essa centralidade do público estava registrada logo no início do documento:

Escrever jornal é escrever para um público. Este público é condicionante do **padrão do jornal**. [...]

Por isso, quem escreve para jornal deve levar em conta a técnica jornalística. Se não a levar em conta, jamais levará o leitor a **comunicar-se** com o jornal, com o fato, com a notícia. [...]

O jornal quer ser uma **componente da comunidade**. Para isso, é preciso que ele **assuma a comunidade**, no sentido exato de que deve:

1. ir ao encontro do público.
2. trazer o público ao encontro da informação estruturada no jornal.[469]

Além disso, o jornal pretendia diferenciar-se de seus concorrentes evitando que seus repórteres acumulassem cargos em outras empresas ou no serviço público, visão inovadora para a época. Sérgio Mattos relata que:

[...] a Tribuna pagava o dobro do que os outros jornais. Ele [Elmano Castro] dizia assim: ‘eu não quero ninguém com bico aqui’. Um jornalista no *A Tarde* ganhava, por exemplo, na época, 100 cruzeiros, a gente ganhava 300. Pagava três vezes mais do que o *A Tarde* pagava ao repórter. Então, ele podia exigir que a gente fosse 24 horas. E ainda dava caixinha, que era uma prática na época. A gente tinha caixinha, ajuda de custo pro transporte [...][470]

[467] MANUAL de redação do jornal Tribuna da Bahia. Salvador, 1968. Mimeografado. p. 2.

[468] Ibid., p. 8.

[469] MANUAL..., 1968, p. 1.

[470] Entrevista concedida por Sérgio Mattos, à acadêmica Clarissa Pacheco, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spanenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 28 de outubro de 2008.

Com o fechamento do cerco militar aos impressos, o debate de grandes temas políticos ficava cada vez mais raro nas páginas dos diários. Paralelamente a isso, a sociedade vivia a efervescência da contracultura, que questionava os valores e modos tradicionais de se viver, fazer política, arte e comunicação. Nesse contexto, entraram em cena os jornais alternativos[471], como espaço de criação mais livre, do ponto de vista artístico e político, visto que as baixas tiragens não os tornavam alvos prioritários para a censura. Além disso, eram comunicação barata, com periodicidade espaçada e, geralmente, feita por colaboradores voluntários.[472] Na Bahia, os alternativos que se destacaram foram o *Verbo Encantado*, o *Boca do Inferno* e *O Inimigo do Rei*. Porém, até eles sofreram com perseguições policiais, como ficou registrado nos jornais de 1976, quando a Polícia Federal invadiu e destruiu a redação do *Boca do Inferno*. [473] Mesmo sofrendo censura, os “nanicos”, como também eram chamados, representaram arejamento do jornalismo sufocado pela repressão e desempenharam função decisiva na luta pela liberdade de imprensa na Bahia.

Apesar das mudanças na forma e na estrutura, muitos dos jornais em circulação entre as décadas de 1960 e 1970 ainda carregavam velhas ideias e preconceitos de uma sociedade que se modificava muito lentamente e na qual as tradições tinham grande peso. Em 21 de novembro de 1970, por exemplo, o *A Tarde* estampa, na capa, a foto da vencedora do Concurso de Miss Mundo, inserindo na legenda a frase: “Um aspecto curioso do concurso, no seu resultado final, foi a colocação da representante negra da África do Sul, Pearl Janson, que ficou em segundo lugar, enquanto a branca do mesmo país, Jillian Jessup, foi classificada em quinto”. [474] Na mesma edição, a quebra de velhas tradições a

[471] Embora a definição de jornalismo alternativo não seja consensual, optou-se por seguir a proposta de Vilela e outros autores, que também não adota um conceito fechado, mas múltiplo. Citando Fontcuberta e Mompert, os autores definem comunicação alternativa como “[...] uma comunicação marginal, fora do sistema; algo distinto do comum, fora do oficial, da classe dominante, do governo, do Estado; a inversão dos signos ligados à comunicação dominante, e que pode acontecer em diversos níveis e funções comunicativas, como o do conteúdo, o dos processos que estabelecem e, em consequência destes, da sua função social.” VILELA et al., 1996, p. 14

[472] Cf. VILELA et. al. 1996, p. 37.

[473] Cf. BAHIA, 1997, p. 311-312.

[474] MISS mundo. *A Tarde*, Salvador, 21 nov. 1970, p. 1.

partir do uso da linguagem coloquial era questionada, em reportagem assinada por Chico Marques, cuja abertura afirmava:

Primeiro o palavrão cercou os lares mais tradicionais, expulsou os bons costumes e fêz cair por terra os preconceitos. Por toda parte há sempre alguém com um ‘nome feio’ na bôca. Mas ninguém liga para nada. Os ‘coroas’ acham que o palavrão está em moda, enquanto os psicólogos dizem que quem o usa procura apenas a auto afirmação.[475]

A reprodução desses preconceitos deixava transparecer, em última instância, quem era o público com o qual o jornal pretendia se comunicar. Ainda, a mesma elite branca, formada sob uma cultura erudita, que utilizava os discursos de mudança social para o próprio benefício econômico. Aquela que publicizava seus ideais de baianidade em músicas e livros, mas que, no fundo, mantinha intacta, no modo de pensar e agir, a mesma estratificação social que dividia a sociedade em gêneros, raças e posições sociais, por isso ainda se chocava com o sucesso de uma mulher negra sobre uma branca ou com o abandono de uma linguagem retórica, carregada de formalidade.

Redemocratização lenta e gradual

A partir da segunda metade da década de 1970, o governo autoritário começava a dar sinais de esgotamento. De um lado, a violência da polícia política começava a vir à tona, especialmente a partir das mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, após apresentar-se espontaneamente para interrogatório[476], e do operário Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976. Os dois assassinatos aconteceram na sede do DOI-CODI, local de interrogatório e prisão do II Exército, em São Paulo, e foram justificados como suicídio por enforcamento, apesar de as vítimas apresentarem explícitos sinais de espancamento e tortura. De outro lado, o projeto desenvolvimentista do governo civil-militar, que pregava “o milagre econômico”, aumentava a dívida externa do país o que, somado à crise internacional do petróleo, resultou no crescimento da inflação. Tudo isso provocou processo de

[475] MARQUES, Chico. As mil faces do palavrão. *A Tarde*, Salvador, 21 nov. 1970, p. 21.

[476] JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Global Ed., 1984. (Passado & presente, 1).

lento descontentamento na população em geral, que impactou sobre o governo, fazendo o presidente Ernesto Geisel, que assumiu em 1974, propor gradual transição até a retomada da democracia e a devolução dos direitos políticos ao povo. Mas, seriam necessários ainda 11 anos até que o poder voltasse às mãos de um civil e mais 15 até que a população pudesse escolher novamente seu presidente.

Na Bahia, o surto desenvolvimentista foi percebido facilmente: num curto tempo, houve diversas inaugurações de novas avenidas, viadutos, hospitais, centro de convenções, *shoppings centers*, estações de ônibus, sistema *ferry boat*[477]. Contudo, a população de Salvador, que, em 1980, já ultrapassava a marca de 1,5 milhão de habitantes, descontente, também começou a protestar, pedindo maior liberdade e retorno de um sistema democrático de governo. As primeiras manifestações foram estudantis, desde protestos pacíficos, como o feito por universitários na Escola Politécnica, em 1977[478], ao confronto direto com a polícia, no ano seguinte, quando 3.000 universitários e secundaristas ficaram “entrancheirados” no Colégio Central e usaram pedras para se defender da polícia.[479] Mas, logo, o descontentamento chegou a outras camadas da sociedade, que utilizaram das armas ao alcance para reclamar da situação. Em 1980, 300 donas de casa baianas uniram-se contra o aumento diário dos preços da carne de boi e resolveram realizar um boicote. Em pouco tempo, os comerciantes começaram a sentir os efeitos, com a queda das vendas e, em contrapartida, tiraram de circulação ovos, frangos e outros produtos que pudessem substituir a carne.[480]

Diante do cenário de crise econômica e do abrandamento da repressão, foi possível à sociedade manifestar-se mais e, aos poucos, reivindicar seus direitos. Nesse momento, Salvador foi palco de um dos marcos da abertura política: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Em 1979, a capital baiana sediou o primeiro encontro nacional pós-AI-5, que marcou o retorno da instituição à legalidade, e os 10 mil jovens presentes elegeram como novo presidente

[477] Cf. BAHIA, 1997, p. 288-322.

[478] BAHIA, 1997, p. 314.

[479] *Ibid.*, p. 318.

[480] Cf. BAHIA, *op. cit.*, p. 324.

nacional o estudante baiano Ruy César.[481] Quase dois anos depois, em agosto de 1981, mais uma vez os estudantes baianos saíram às ruas para protestar, desta vez contra um aumento de 61% nas passagens de ônibus urbanos, autorizado pelo então prefeito Mário Kértész. As manifestações iniciaram no dia 20 de agosto e duraram 14 dias, deixando um saldo de 353 ônibus destruídos.[482] Uniram-se aos estudantes representantes do Movimento Contra a Carestia (MCC), que defendia a retomada dos direitos políticos da população.[483] Segundo informações fornecidas pelo Sindicato das Empresas de Transporte Público de Salvador (Seteps) a jornais do período, os prejuízos chegaram a Cr\$ 200 milhões.

A grande mobilização e luta pela retomada dos direitos políticos, entretanto, na Bahia, como em todo o Brasil, foi o movimento pelas *Diretas Já*. Em 1979, como parte do processo de abertura, o bipartidarismo é extinto e a organização partidária, retomada, deixando de existir apenas a Aliança Nacional Renovadora (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dando origem a uma série de outros grupos de representação política. Em 1982, aconteceu a primeira eleição direta para o Governo do Estado em 17 anos e, no ano seguinte, o deputado federal pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira, propôs uma emenda constitucional que determina a realização de eleições diretas para o cargo de presidente da República, em 1984.[484]

Liderada pelo PMDB (antigo MDB), na figura do deputado Ulysses Guimarães, a campanha ganhou as ruas e, pelo país todo, começaram a acontecer manifestações de apoio que iam desde shows de artistas, passando por comícios até a simples pichação nos muros: “Diretas Já!”. O maior comício aconteceu em São Paulo, em 16 de abril de 1984, apenas nove dias antes da votação no Congresso Nacional, e reuniu 1,5 milhão de pessoas para ouvir diversos políticos e artistas que defendiam o direito ao voto direto.[485] Nem a TV Globo, com seu discurso contido e

[481] Cf. COUTINHO, Caio; FRANCO, Fábio; SILVEIRA, Leandro. Vanguarda: reconstrução e quebra-quebra. *A Tarde*, Salvador, 20 nov. 2007b. Caderno Dez!, p. 10-16, p. 10.

[482] *Ibid.*, p. 15-16.

[483] *Ibid.*, p. 16.

[484] MENEZES, Ana Cláudia; FRANÇA, Jacqueline; SANTANA, Verena. *Radiodocumentário: Diretas Já com vatapá*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2008, p. 19-20.

[485] *Ibid.*, p. 22.

sempre favorável aos interesses da ditadura civil-militar, pôde deixar de noticiar o fato. No dia 19 de abril, o presidente João Figueiredo decretou Estado de Emergência, proibiu manifestações públicas e autorizou a censura aos meios de comunicação. De acordo com o *Jornal da Bahia*,

Há informações de que até músicas consideradas de duplo sentido como a ‘Inútil’ do grupo punk Ultraje a Rigor (‘a gente não sabemos escolher o presidente, a gente não sabemos nem escovar os dentes [...]’), ‘O Bêbado e a Equilibrista’ e até a singela ‘Canteiros’ de Raimundo Fagner teriam tido a sua execução proibida pelas rádios.[486]

Na Bahia, os debates para organização da campanha das *Diretas Já* iniciaram em abril de 1983. Ao longo de todo o ano, foram realizados 12 comícios em cidades do interior do Estado, além de um grande evento em Salvador, em janeiro de 1984. Vários setores da sociedade participaram da mobilização: as mulheres, organizadas por Iolanda Pires, esposa do deputado federal Waldir Pires; a seção Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil; a Igreja Católica; a Igreja Presbiteriana; os movimentos sindicalista e estudantil; os feirantes de São Joaquim; e até alguns blocos do carnaval baiano.[487] Dias antes da votação, na sucursal do movimento em Salvador, a venda de camisetas e broches com a inscrição *Quero votar pra presidente* duplicou.

A maior manifestação do Estado foi o comício da Praça Municipal de Salvador, no dia 20 de janeiro de 1984. Desde a festa da Lavagem do Bonfim, uma semana antes, a população já recebia convites através de panfletos. Três dias antes, o trio elétrico *Traz-os-montes* circulava pela cidade, convocando as pessoas a participar. O evento, que reuniu mais de 25 mil pessoas[488], foi um verdadeiro “showmício”, com as presenças de Caetano Veloso, Milton Nascimento e Gonzaguinha, além do “Senhor Diretas”, Ulysses Guimarães. Os jornais noticiaram o fato de modos diferenciados. Enquanto para o *Jornal da Bahia*, “a madrugada do dia 21 de janeiro era só festa em frente ao Elevador Lacerda”, o *Correio da Bahia*, do grupo carlista, afirmava que “o comício acabou

[486] MENEZES; FRANÇA; SANTANA, op. cit., p. 31.

[487] MENEZES; FRANÇA; SANTANA, 2008, p. 25-27.

[488] De acordo com Menezes, França e Santana os números não são precisos: enquanto o *A Tarde* informou que foram 20 mil pessoas, o *Jornal da Bahia* noticiou 35 mil. Cf. *Ibid.*, p. 34-35. As informações oficiais não podem ser usadas como parâmetro, já que o interesse do governo do Estado era reduzir a importância do evento.

por volta de 11 horas e 40 minutos, lá com a praça completamente vazia”.[489] Apesar de toda a mobilização popular, a emenda foi rejeitada no Congresso, recebendo 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções. O número mínimo para aprovação era 320 votos. No ano seguinte, o Congresso Nacional elegeu, indiretamente, pela última vez, o presidente da República, adiando para 1989 o pleno restabelecimento dos direitos civis da população.

Embora não tenha conseguido atingir seu objetivo de garantir eleições diretas para presidente da República em 1984, o movimento foi importante para reconstruir a autoestima de uma população que, por 21 anos, estivera alijada dos seus direitos civis. A restituição só viria a partir da promulgação, em 1988, da nova Carta Constitucional, denominada *Constituição Cidadã*, em função dos avanços que propôs na direção de resgatar a cidadania plena dos brasileiros. Entre as novidades estavam a possibilidade de votos para analfabetos e menores de 16 anos, ainda que, nos dois casos, o alistamento eleitoral seja facultativo.[490] Não há indicadores oficiais quanto ao grau de alfabetização do eleitorado baiano, mas é possível mensurar o impacto da medida sobre a população, por exemplo, da Região Metropolitana de Salvador, na qual se registram, no mesmo período, entre pessoas com 15 anos ou mais, 10,3% de pessoas analfabetas, além de 27,2% semialfabetizadas ou com alfabetização rudimentar, básica e/ou funcional.[491] Os jornais também oferecem parâmetro para tal observação:

O voto dos analfabetos e semi-analfabetos será decisivo nessa eleição. Eles formam um contingente de nada menos de 3.392.774 eleitores, ou seja, mais da metade do colégio eleitoral baiano, que este ano é de 6.019.317 pessoas. Esse contingente de eleitores que jamais freqüentaram uma sala de aula ou apenas aprenderam a escrever o próprio nome, cresceu, de 1986 até hoje, em mais de 27%, um aumento superior ao do total de eleitores no período, que foi de 25%. [492]

[489] *Ibid.*, p. 34.

[490] Conforme o Artigo 14, do Capítulo IV, da constituição de 1988, “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei [...] §1º - O alistamento eleitoral e o voto são: I – Obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – Facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos”. JOBIM; PORTO, 1996, v. 3, p. 433-434.

[491] Dados disponíveis em: IBGE, [200-].

[492] AUMENTA o peso do voto do analfabeto. *Jornal da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990, p. 2.

Já sobre o votos dos jovens, nas eleições de 1990, dos mais de 6 milhões de eleitores da Bahia, 195.279 tinham menos de 18 anos[493], o que representava 3,2%. Embora o percentual seja pequeno, os jornais já se preocupavam com essa parcela do eleitorado. Contudo, as informações apresentadas são contraditórias. Enquanto o *A Tarde* enfatizava a apatia dos jovens com o processo eleitoral – “A geração Coca-Cola virou suco e não acredita na maioria dos políticos”[494] –, o *Correio da Bahia* apresentava uma eleitora “entusiasmada”.

Adriana Souza Reis, 16 anos, morena, do signo de Leão. Vai votar pela primeira vez e está entusiasmada com o seu voto. [...] Adriana é extrovertida e como a maioria das garotas da sua idade sonha com dias melhores.

Por isso decidiu votar no candidato que, em sua opinião, é o ‘mais competente’. No comício de ACM em Euclides da Cunha, Adriana não escondia sua decisão: ‘É no cabeça branca que eu voto e confio’.[495]

Outro grupo com participação cada vez mais crescente na vida política do país é o feminino. Nas eleições de 1984, Salvador teve a vereadora mais votada do Brasil, Eliana Kertész, além do destaque de mulheres à frente de cargos públicos, como a diretoria do Instituto Médico Legal, assumida por Maria Teresa de Medeiros Pacheco, a primeira mulher no país a exercer a função.[496] Entretanto, o conflito entre os novos papéis sociais como profissional e cidadã e as antigas funções de mãe e esposa manifestava-se e causava desgastes físico e mental, ocasionados pela sobrecarga de trabalho, como se observa até hoje. Mais uma vez, o confronto entre o novo, representado pela inserção no mercado de trabalho, e o antigo, com as tradicionais atribuições de responsável pelo marido, pelos filhos e pela casa, também marcam a sociedade soteropolitana, embora o fenômeno tenha proporções maiores do que os limites regionais. O impacto desse novo comportamento suscita estudos e gera notícias nos veículos de comunicação, como a publicada na *Tribuna da Bahia*, a partir de pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia:

[493] Dados disponíveis em: IBGE, op. cit.

[494] GUSMÃO, Marcus. Primeiro voto não chega a entusiasmar. *A Tarde*, Salvador, 29 set. 1990b, p. 5.

[495] ENTUSIASMO para o primeiro voto. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 set. 1990. p. 3.

[496] BAHIA, 1997, p. 344.

[A pesquisadora] Wania Aguiar disse que a ocupação doméstica e as preocupações com a família exercem uma pressão psicológica sobre a mulher bem maior do que o dia-a-dia enfrentado pelos homens nas suas atividades profissionais: 'O trabalho doméstico além de ser repetitivo e sem qualquer valorização em termos de projeção social, representa um enorme desgaste físico para a mulher, que, geralmente, da hora em que acorda a hora que vai dormir, se vê envolvida em alguma tarefa doméstica'.

A situação para as mulheres que exercem atividades profissionais é ainda mais grave: 'Quando elas estão em casa, a responsabilidade pelas funções domésticas sempre recai sobre os seus ombros e acaba ocorrendo uma sobrecarga, um stress acumulado pelas tensões emocionais geradas no trabalho e na família.

Com o homem, disse Wania, ocorre exatamente o contrário porque, ao casar, ele passa a ter alguém para se ocupar de várias das suas obrigações e necessidades.[497]

Nas eleições de 1990, na Bahia, elas somavam 3.077.098 eleitoras, o que representava quase metade do eleitorado inscrito.[498] Mas, além de eleitoras, elas também eram candidatas de destaque, como é o caso de Beth Wagner, concorrendo a uma vaga no Senado, e Lídice da Mata, terceira colocada no pleito para o Governo do Estado, e, embora não tenham sido eleitas, chamaram a atenção por suas participações e atraíram a atenção dos impressos.[499]

Nada menos que 74 mulheres foram registradas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), como candidatas nestas eleições, concorrendo aos cargos de governador e vice, deputado estadual, federal e senador, provando que a participação feminina na política cresce a cada pleito, como cresce também a representatividade nas lutas sociais. [...] Na Bahia, o surgimento de uma chapa feminina, vem de certa forma influenciar a conduta das eleitoras, e elas se dividem. Algumas demonstram revolta. Outras apostam no ex-sexo frágil.[500]

Economicamente, a situação da capital da Bahia se agravava, seguindo tendência nacional, de inflação em constante ascensão e descontrole dos preços, o que levou à recessão. Em meados da década de 1980,

[497] CASADAS sofrem mais de neurose na Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 9 set. 1990, p. 10.

[498] Dados disponíveis em: IBGE, op. cit.

[499] (AS) MULHERES querem governar. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990, p.5.

[500] CASTOR, Elcy. Cresce a participação da mulher na luta eleitoral. *A Tarde*, Salvador, 2 out.1990, p. 5.

a onda de desempregos já empurrava as pessoas para o trabalho informal, o que se agravaria ao longo dos anos. Os jornais de 1984 noticiavam a falência de 50% das empreiteiras e incorporadoras presentes no mercado baiano e denunciavam o aumento do número de ambulantes nas margens das rodovias estaduais.[501] No ano de 1990, os jornais continuavam a noticiar a recessão e o desemprego. De janeiro a junho, foram registrados 33.632 homologações de demissões na Bahia.[502]

As condições de vida da população em torno da metrópole não passaram por significativas mudanças. A população do Estado sofria com a tuberculose, com 11 mil casos registrados por ano, o maior índice de todo Nordeste.[503] Denúncias de falta de abastecimento de água, de violência[504], crescimento da população de rua[505], especialmente crianças, que somavam mais de 700 em 1990[506], além de descaso com a educação e os bens públicos, multiplicavam-se nas páginas dos jornais.[507] No dia 7 de setembro de 1990, a *Tribuna da Bahia*, por exemplo, noticiou uma exposição de livros danificados promovida no saguão da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, nos Barris:

A devastação dos livros não começou agora. [...] Mas a intensidade da ação deles [os vândalos] só foi mostrada recentemente à diretoria, por uma das faxineiras. Todas as manhãs, ao fazer a limpeza das bibliotecas, ela percebia folhas soltas no chão e até mesmo páginas cortadas em picadinhos.[508]

Na área da política, a Nova República trouxe mudanças fundamentais, que complexificaram as disputas eleitorais: a possibilidade de utilização de meios de comunicação, especialmente os eletrônicos, e o uso cada vez mais crescente do *marketing* eleitoral. Após sua implantação na Bahia, em 1960, o veículo televisão ampliou seu campo de atuação,

[501] BAHIA, 1997, p. 349.

[502] RECESSÃO e desemprego na Bahia durante 1º semestre. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990. p. 2.

[503] Cf. TUBERCULOSE atinge 110 mil a cada ano. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 3.

[504] VIOLÊNCIA urbana. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 5; POLÍCIA executa mais um da gang de 'Pintinho'. *Correio da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 5.

[505] CENA de miséria explícita. *A Tarde*, Salvador, 4 set. 1990, p. 4.

[506] ESTATUTO prevê criação de abrigos para menores. *A Tarde*, Salvador, 9 set. 1990, p. 2.

[507] MERGULHO de simbolismos. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990, p. 4.

[508] BIBLIOTECA expõe os livros danificados. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, p. 2.

a partir das melhorias técnicas e da redução do custo dos aparelhos receptores, como resultado da própria política de expansão dos meios de comunicação sustentada pelo governo militar, com interesses voltados para a segurança nacional.[509] Na Bahia, em 1988, existiam 10 emissoras de televisão[510], sendo quatro na capital: a precursora *Itapoan*, em 1990, propriedade do espanhol Pedro Irujo; a *TV Aratu*, criada em 1969, propriedade de Nilo Coelho e Joaci Góes, que então transmitia o sinal da *Rede Manchete*; a *TV Bahia*, da família de Antônio Carlos Magalhães, criada em 1985 e retransmissora da *Rede Globo*; e a estatal *TVE*, também de 1985. Em rádios, já se contabilizavam 120 emissoras em todo o Estado, sendo apenas duas públicas.[511] O impacto dessa rede de comunicação eletrônica seria percebido, pela primeira vez, na disputa eleitoral de 1986. Até então, a participação das agências publicitárias nas campanhas eleitorais era limitado à produção de material gráfico, como panfletos, cartazes e faixas. A partir da campanha para o Governo do Estado desenvolvida para o candidato Waldir Pires, começou-se a observar a necessidade de estratégias mais consistentes, como a estruturação de uma plataforma de governo comum, com discurso unificado entre todos os candidatos do mesmo grupo e linguagem visual também semelhante. O resultado foi a vitória do candidato, eleito governador, e da estratégia publicitária, que recebeu o prêmio de Campanha do Ano no Prêmio Colunistas do Norte e Nordeste, pela primeira vez conferido a uma campanha política.

Somava-se a essa nova perspectiva de divulgação política a condição, autorizada pela Lei N^o 4.737, de 15 de julho de 1965, de utilização gratuita de espaços em rádio e televisão, para campanhas eleitorais.[512] No período da promulgação da nova regra, a televisão não tinha sobre a população brasileira o alcance que atingiria com o final do período autoritário, tampouco tinham os partidos políticos a liberdade necessária para falar abertamente sobre suas opiniões e posicionamentos. Por esse

[509] Cf. RUBIM, 2001, p. 7; Id., 1999b; PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2007.

[510] Dados disponíveis em: IBGE, [200-].

[511] Ibid.

[512] De acordo com o Art.250 da Lei n^o 4.737, “nas eleições gerais, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, reservarão duas horas diárias, nos sessenta dias anteriores à ante-véspera do pleito para a propaganda eleitoral gratuita, conforme instruções do Tribunal Superior”. JOBIM; PORTO, 1996, v. 3, p. 55.

motivo, o impacto dessa legislação só passou a ser percebido a partir de meados dos anos 1980. Em 1987, nas principais cidades brasileiras, 88% das famílias de classes D e E e 90% das de classe C possuíam aparelho de televisão.[513] Interessante destacar ainda duas especificidades dessa legislação: proibia a divulgação de resultados de pesquisas eleitorais e, textualmente, alertava que os candidatos não poderiam “[...] empregar meios publicitários destinados a criar artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais”. [514] Tais características foram modificadas pela Lei 7.773, de 8 de junho de 1989, que autorizava a divulgação de pesquisas prévias[515] e, simplesmente, ignorava a questão sobre estados mentais. Tal silenciamento seria decisivo, visto que, a partir do resultado das pesquisas de opinião, os candidatos utilizavam recursos televisivos para construir uma imagem de si próprios, oferecida como produto ao eleitor-consumidor. Já sobre os meios impressos, não mencionados na legislação de 1965, a Lei de 1989 determinava apenas o espaço máximo permitido, sem outras implicações.[516]

Quanto ao cenário político baiano e soteropolitano, a chamada Nova República, marcada pelo pluripartidarismo, apresentou variedade de tendências[517], porém reforçou uma linha de dominação já constituída: a política “carlista”. As relações políticas mantidas por Antônio Carlos Magalhães explicam, em grande medida, sua ascensão rápida, chegando à prefeitura de Salvador com apenas 40 anos. A manutenção no poder, entretanto, mesmo com o final do regime de exceção, pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo sistema de comunicação montado ainda durante o período militar, bem como pela adaptação à nova realidade “democrática” que o país vivia. No “novo” cenário, no qual a disputa política ocorria, principalmente no campo eletrônico

[513] Cf. MATTOS, 2000, p. 236.

[514] Conforme Art. 242. JOBIM; PORTO, op. cit.

[515] No Art. 26, lê-se: “As entidades ou empresas que realizarem prévias, pesquisas ou testes pré-eleitorais ficam obrigadas a colocar à disposição de todos os Partidos Políticos, com candidatos registrados para o pleito, os resultados obtidos, bem como informações sobre métodos utilizados e fonte financiadora dos respectivos trabalhos”. JOBIM; PORTO, 1996, p. 458.

[516] No Art. 22 da Lei nº 7.773, lê-se: “Será permitida, na imprensa escrita, a divulgação, paga de propaganda, no espaço máximo a ser utilizado por edição, para cada candidato, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de ¼ (um quarto) de página de revista ou tablôide”. Ibid.

[517] Sobre os partidos criados a partir da nova regra eleitoral e suas adesões na Bahia, ver: BAHIA, 1997, p. 324-325.

da mídia, ACM levava vantagem: além de já ser proprietário de uma empresa de comunicação impressa, criada ainda durante seu segundo mandato como governador do Estado – o jornal *Correio da Bahia*, fundado em 1978 –, em 1985, o baiano assumiu o cargo de Ministro da Comunicação. Entre 1985 e 1990, montou a maior rede de comunicação do Estado da Bahia, concedendo a seus familiares e correligionários autorização para cinco emissoras de televisão, em Salvador, Itabuna, Vitória da Conquista, Juazeiro e Barreiras, além de uma emissora de rádio.[518]

A *TV Bahia* passou a retransmitir, desde 1987, a programação da *Rede Globo de Televisão*, o maior conglomerado de empresas de comunicação do Brasil e também aquele que mais se destacou, na pessoa de seu presidente, Roberto Marinho, por conseguir se adaptar aos interesses dos grupos no poder, independentemente de suas tendências ideológicas. Embora sem provas concretas, muitos consideram que essa autorização foi liberada em razão do apoio de ACM, enquanto ministro, a Roberto Marinho, no escândalo conhecido como “Caso NEC”, que resultou na compra, pela *Rede Globo*, da “principal fornecedora de equipamentos de telecomunicações para o governo brasileiro”. [519]

Na época a filial havia sido acusada pela matriz japonesa, que relatou o ocorrido ao então ministro, de ter desfalcado a empresa. A atitude de ACM foi dificultar todo o funcionamento da NEC Brasil, inclusive cortando pagamentos e investimentos estatais, o que ocasionou a oferta de venda da empresa a um preço quase irrisório, comparando o que valeu pouco depois de adquirida por menos de US\$ 1 milhão pela Rede Globo. O valor estimado pelos próprios japoneses foi de aproximadamente 350 milhões de dólares.[520]

O episódio demonstra o perfil de atuação do político baiano à frente do Ministério da Comunicação, totalmente diferente daquele desempenhado pelo órgão até então, pois transforma sua ação de técnica em política, tanto em termos de articulação quanto, especialmente, no peso conferido ao sistema de concessões como “moeda de troca” no jogo político. Tal movimento demonstra que ACM percebia a importância do papel da mídia na nova configuração da política brasileira e, ao mesmo tempo, agia politicamente ancorado nas antigas tradições

[518] Cf. *Ibid.*

[519] ARAGÃO; MENEZES; SANTOS, 2006, p. 95.

[520] *Ibid.*

do clientelismo. Durante os cinco anos à frente do órgão, forneceu seis concessões de televisão e 96 de rádio para a Bahia, o que representa 10,2% do volume total de concessões feitas entre 1985-1990.[521] Com isso, o grupo carlista e seus aliados políticos passaram a controlar os principais canais de mídia eletrônica do Estado, tendo uma audiência televisiva que chegava a 70%, o que pode ser considerado um verdadeiro “partido eletrônico” montado por ACM.[522]

Com a queda do regime civil-militar, entretanto, a manutenção do poder de ACM e do carlismo não foi automática nem tranquila. O grupo sofreu três derrotas consecutivas na disputa pela prefeitura de Salvador: em 1985, para Mário Kértész (PMDB); em 1988, para Fernando José (PMDB); e, em 1992, para Lídice da Mata (PSDB). Na eleição para o Governo do Estado, também sofreu derrota, em 1986, para Waldir Pires (PMDB), somente conseguindo retornar ao governo em 1990, após mudança radical na imagem midiática e em decorrência de uma bem construída rede de sustentação política.[523] Isso ocorreu também porque, durante o período em que esteve à frente do Ministério da Comunicação, conseguiu manter políticos carlistas em cargos de destaque em muitos dos principais órgãos federais na Bahia, o que garantia recursos para responder às demandas do Estado.[524]

Além disso, ao apoiar a extensão de cinco anos do mandato de Sarney, garantiu o apoio federal, que Waldir Pires havia perdido ao se afastar do presidente após deixar o Ministério da Previdência Social para assumir o Governo do Estado e, principalmente, ao não apoiar a ampliação do mandato. Tal afastamento entre o Governo do Estado e a Presidência da República gerou retaliações, que Pires denunciou publicamente, o que provocou a indignação da população baiana. Em 1988, o povo saiu às ruas protestando contra o governo Sarney e pedindo eleições diretas, no que ficou conhecido como “Dia do Basta”. [525] Em 1989, contudo, o governador renunciou para concorrer a vice-presidente na chapa liderada por Ulysses Guimarães e quem assumiu o cargo

[521] RUBIM, 2001, p. 7.

[522] Cf. LEMOS apud RUBIM, 2001, p. 7

[523] Cf. LEMOS apud RUBIM, 2001, p. 2.

[524] Ibid., p. 4.

[525] BAHIA, 1997, p. 358.

foi seu vice, Nilo Coelho[526], político do município de Guanambi, no interior da Bahia, mas sem trânsito na esfera federal, o que enfraqueceu ainda mais a relação com Brasília. O desgaste trouxe benefícios a Antônio Carlos Magalhães, que estreitou relações com o presidente. Paralelamente a isso, ACM montou uma base de sustentação econômica que englobava diversas empresas, especialmente nas áreas da construção civil e da comunicação.[527] Com essa estrutura, lançou-se na campanha de 1990 pelo Governo do Estado.

A campanha continua

A campanha eleitoral de 1990 na Bahia foi marcada pelos resquícios do governo ditatorial, com a permanência de figuras que representavam o que havia de mais tradicional na política baiana. Assim como na disputa pela Presidência da República do ano anterior, o grande número de candidatos demonstrava a fragmentação causada pelo pluripartidarismo, após 21 anos de bipartidarismo, e o alto índice de abstenção – 21,38%, o que equivalia a um contingente de 1.287.259 eleitores que não compareceram às urnas[528] –, indicava o descontentamento com os desgastados modos de fazer política e a permanência de atores políticos que surgiram nos tempos do governo autoritário. Os próprios jornais denunciavam a compra de votos como prática ainda comum no interior do Estado.

Quanto vale um voto? É difícil estipular o valor monetário da consciência de cada um, quando está em jogo a disputa de um mandato, onde os polpudos subsídios parecem compensar perfeitamente os gastos com a campanha. Como o país vive uma época difícil, de crise, para a maioria da população este é o momento de conseguir o que acha necessário à sobrevivência. É a hora de adquirir o máximo que puder.

.....

‘Estou enfrentando dificuldades para concluir a construção de minha casa por falta de dinheiro, pois ganho pouco. Seria possível o doutor me arranjar dois ou três milheiros de tijolos e uns 20 sacos de cimento?’ Pedidos como

[526] Ibid., p. 364.

[527] RUBIM, op. cit., p. 4-5.

[528] Cf. TRE dá vitória a ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 17 out. 1990, p. 1.

estes são comuns nos comitês políticos, nas casas de candidatos e de cabos eleitorais no interior do estado.[529]

Seis candidatos disputaram o cargo de governador da Bahia em um pleito que também escolheu um representante para o Senado, além de deputados federais e estaduais. A diversidade de legendas e as curiosas aproximações demonstravam a complexidade do momento político que o Estado vivia. Os três principais candidatos foram Antônio Carlos Magalhães, pela coligação *Vamos Salvar a Bahia*[530]; Roberto Santos, na coligação *Pela Honra da Bahia Livre*[531], que contava com o apoio do governador do Estado, Nilo Coelho, acionista da *TV Aratu*; e Lídice da Mata, representante da coligação *Frente Popular*[532]. Além deles, Luiz Pedro Irujo, da coligação *Nova Bahia*[533], filho do proprietário da *TV Itapoan*, Pedro Irujo; José Sérgio Gabrielli, da coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Verde (PV) e Antônio Mendes, do Partido da Mobilização Nacional (PMN) também figuram na disputa.

Liderando as pesquisas prévias, o candidato da coligação *Vamos Salvar a Bahia* apoiou-se no discurso da moralização na política, já testado no ano anterior pelo presidente eleito, Fernando Collor de Melo, que construiu sua estratégia de *marketing* eleitoral vendendo a imagem de *Caçador de Marajás*, pois havia diagnosticado através de pesquisa de opinião que a corrupção e os altos salários dos funcionários públicos eram dois dos problemas que mais preocupavam a população brasileira à época das eleições.[534] Para reconstruir sua imagem política e, ao mesmo tempo, demonstrar ligação com o governo federal, Antônio Carlos Magalhães transformou-se em ACM, Ação, Competência e Moralidade.

[529] MANOEL, Luiz. No sertão, o voto serve como mercadoria valiosa. *A Tarde*, Salvador, 29 set. 1990. p. 5.

[530] Composta por: Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Social Trabalhista (PST)

[531] Composta por: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e Partido Social Liberal (PSL).

[532] Composta por: Partido Comunista do Brasil (PC do B), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

[533] Composta por: Partido da Renovação Nacional (PRN), Partido Trabalhista Reformador (PTR), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista do Brasil (PT do B).

[534] Cf. CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 97. A partir de tais informações, forjou-se o personagem que conquistou a vitória na eleição de 1989.

Jogada de *marketing* eleitoral, a sigla depois continuou ostentada pelo político, que se orgulhava em dizer que, no cenário político brasileiro, apenas duas siglas tinham “pegado”, a dele e a de JK, o presidente Juscelino Kubitschek.[535] A sua autoridade também foi moldada sobre a imagem de Pai, o “Painho” baiano, o “Cabeça Branca”, mescla de autoridade com sabedoria e experiência. Tal imagem foi reforçada pelo texto da baianidade, que enquadra todos os baianos como uma grande família, sem que se admitam suas diferenças sociais e o difícil exercício da cidadania.[536] Entre outros signos, ACM e o carlismo apropriaram-se das cores da bandeira da Bahia e, especialmente, dos símbolos e rituais das duas principais forças religiosas locais, a religião católica e os cultos afrobrasileiros, apresentados como evidência de uma convivência aparentemente pacífica.[537]

Mercadologicamente, essa mudança foi essencial para que o ator abandonasse a figura de coronel, ligada à atuação durante o regime militar, e construísse uma nova imagem, extremamente vinculada também com o discurso do amor pela terra, que remonta às estratégias de implantação da indústria do turismo no Estado, iniciadas durante seus dois primeiros mandatos de governador. A imagem violenta dos anos de chumbo foi substituída pela emoção de um ACM pacífico, que lutava contra a corrupção e estava próximo do povo, como se percebe em diversas matérias informativas divulgadas pelo jornal *Correio da Bahia*:

O combate incansável à corrupção será uma das mais importantes metas do governo Antônio Carlos: ‘O homem de bem não precisa me temer, pois não é contra esse que eu vou atuar. Já os corruptos, os ladrões, esses sim, esses vão para a cadeia pagar pelo que têm tirado indevidamente da Bahia.’[538]

Depois de já depositado o seu voto nas urnas, Antônio Carlos voltou a ser cumprimentado, aplaudido, aclamado como vencedor e, dessa vez, não se conteve. Os mais próximos dele percebiam fácil as lágrimas correndo pelo seu rosto. Era o sinal de que a emoção falava mais alto naquele instante e de que a multidão que o abraçava não queria outra coisa senão sua vitória.[539]

[535] Cf. RUBIM, 2001, p. 11-12.

[536] RUBIM, 2001, p. 14.

[537] *Ibid.*, p. 12.

[538] ACM garante pólo industrial à região sisaleira. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set.1990, p. 3.

[539] NA hora do voto, ACM tem consagração popular. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 3.

A candidatura de ACM utilizou, como meio de divulgação, o sistema comunicacional montado pela *Rede Bahia*, que tinha no jornal *Correio da Bahia* o principal aparato argumentativo para apresentar sua base ideológica e questionar os adversários, visto que a legislação regulava a publicidade política nos meios eletrônicos, mas não impedia a propaganda nos impressos. Entre todas as matérias publicadas na sua cobertura eleitoral, o jornal destinou apenas 3,78% do espaço a outros candidatos ao Governo do Estado, sendo o restante ocupado somente com informações sobre Antônio Carlos.[540] Seu maior oponente era o candidato Roberto Santos, mas os ataques a ele foram feitos a partir do governador, explicou o editor de política, Demóstenes Teixeira: “[...] o principal adversário de ACM não era Roberto, era Nilo Coelho, que estava patrocinando a campanha do PMDB, então o caminho era centrar fogo no governo”.[541]

O *Correio da Bahia*, em 1990, tinha circulação diária, exceto aos domingos, com valor de Cr\$ 40,00[542], e era composto por três cadernos. O primeiro publicava apenas uma seção com conteúdo local, com temáticas políticas, intitulada *Poder*, e as demais traziam apenas textos comprados de agências de notícias, abordando *Economia, Brasil e Exterior*. Tal predominância de conteúdo não produzido localmente era capitalizada como favorável pelo próprio jornal, que, em suas páginas, publica pequenos anúncios, nos quais assina: “Correio da Bahia – O seu jornal nacional”[543]. O segundo caderno, chamado “Aqui Salvador”, trazia informações sobre comportamento, segurança pública, esportes, além de notícias sobre a cidade de Salvador e municípios do interior do Estado. Por fim, o caderno *Arte e Lazer* publicava resenhas de produtos culturais, agenda cultural e colunas sociais. Além desses espaços fixos, eventualmente o jornal trazia pequenos cadernos de quatro páginas com temáticas variadas, como veículos ou imóveis. Comercialmente, o periódico apresentava pouca variedade, com diversos anúncios institucionais do próprio jornal ou de outras empresas da *Rede Bahia*, alguns editais de convocação e propagandas de candidatos a deputados, além

[540] Cf. CAMPOS, 1991. p. 48.

[541] Demóstenes Teixeira apud CAMPOS, 1991, p. 48.

[542] As edições dos dias 1º e 3 de setembro ainda apresentam o valor de Cr\$ 30,00. A partir de 4 de setembro, o jornal altera seu preço, o que é informado em nota na capa da edição.

[543] CORREIO da Bahia, Salvador, 1º set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 7.

de poucos anúncios de empresas prestadoras de serviços como bancos, hotéis, postos de gasolina e restaurantes. Numa edição de final de semana[544], o jornal chegou a publicar apenas 14 anúncios em todos os três cadernos.

Entre os demais impressos que atuaram nas Eleições de 1990, a *Tribuna da Bahia* assumiu a campanha de Roberto Santos, também com ataques diretos ao oponente. Outros dois periódicos figuravam como espaços de aparente “neutralidade” no processo de campanha política, o *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*, que tentavam respeitar as regras jornalísticas de isonomia na divulgação das informações, oferecendo o mesmo espaço aos dois principais candidatos e usando fontes humanas e dados comprovados para a construção das notícias. Neles, as opiniões restringiam-se a espaços opinativos assinados, como colunas e artigos de colaboradores. Em todos os suportes e veículos, o ápice da Campanha de 1990, entretanto, foi o *marketing* eleitoral. Até os próprios jornais transformaram essa novidade em notícia:

Nos palanques, os políticos dominam a cena, por trás dos refletores, as agências publicitárias são as grandes estrelas. Enquanto a batalha dos políticos é pelo voto, a dos publicitários é para vender um produto não-consumível: homens. De agosto a outubro, um novo mercado, pequeno em épocas de não-eleição, se estabelece. Os candidatos/90 ao governo do estado estão patrocinando uma infra-estrutura publicitária que congrega uma média de 80 pessoas para atender aos concorrentes com maior respaldo financeiro [...]

Todos os profissionais que coordenam as propagandas dos candidatos concordam que bons videotapes, *spots* de rádio, *outdoors* e cartazes não ganham eleição se o produto não for bom, mas, distantes desta certeza, estão realizando campanhas milionárias para embalar o produto que tem [sic] às mãos e no qual todos, sem exceção, acreditam.[545]

Em um cenário político de tamanha complexidade, duas polêmicas, em especial, marcaram centralmente a campanha e atingiram de modo indiscriminado os diários de Salvador: os escândalos e embates judiciais em torno do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e as denúncias de cooptação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) pela coligação “Vamos Salvar a Bahia”. Nos dois casos, estava presente a

[544] Informação referente à edição do *Correio da Bahia*, no sábado, 1º de setembro de 1990.

[545] BAPTISTA, Ana Teresa. Um produto chamado candidato. *A Tarde*, Salvador, 5 set. 1990. Caderno 2, p. 1.

disputa pelo novo espaço midiático dos meios eletrônicos e a necessidade de estabelecimento e/ou cumprimento de um conjunto de regras que organizasse a propaganda eleitoral através dos veículos, mobilizando seu agente regulador, o TRE. O conflito instalado permite perceber como tais veículos assumiram papel central na disputa. Conforme notícia do *A Tarde*:

A campanha eleitoral deste ano ganhou um ‘ingrediente’ que está apimentando as pesquisas de audiência: as representações dos partidos contra as emissoras de rádio e televisão.

....

Pesquisa realizada na Bahia aponta que 62% do eleitorado informam-se sobre os políticos pela televisão. Somando-se mais 26% que o fazem pelo rádio, a mídia eletrônica detém 88% da audiência política dos eleitores. O Congresso ainda está debatendo uma fórmula que permita desatrelar as concessões de emissoras dos interesses políticos, mas esbarra justamente nos interesses de alguns parlamentares, que preferem que as coisas fiquem como estão. Enquanto isso, na Bahia, avolumam-se as acusações de parte a parte, a maioria com fundamento.

.....

A ‘grita’ dos candidatos contra as emissoras de um e outro lado deve se acen-
tuar até o dia 3 de outubro. A campanha pela tevê ganhou dimensões que
nem as facilidades do avião ousou jogar por terra. Os comícios eletrônicos
substituíram o contato pessoal com o eleitor, embora as coligações ainda
não tenham abandonado de vez a sua realização. Este ano, ainda não houve
um só grande comício em Salvador. A tevê, apesar da troca de acusações,
vem facilitando a vida dos candidatos, que, há alguns anos, eram obrigados a
comícios quase diários.[546]

No caso da primeira polêmica, as denúncias dos principais candidatos gravitavam em torno do uso dos espaços jornalísticos da *TV Aratu*, da *TV Itapoan* e da *TV Bahia* para divulgação das plataformas dos candidatos que apoiavam, sem que existisse imparcialidade na distribuição. Além do conteúdo editorial dos veículos, também havia críticas, evidentemente, dirigidas aos programas veiculados no horário eleitoral gratuito, nos quais se verifica abuso de recursos na intenção

[546] FORÇA da mídia eletrônica ajuda a sucessão na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990, p. 8.

de difamar os adversários, como *jingles*, paródias ou bonecos imitando os oponentes.

Exemplos desses recursos são os vídeos *O Grande Cabeça Branca*, que fazia uma paródia do filme clássico de Charles Chaplin, *O Grande Ditador*, na qual um sócia de ACM brinca com uma bola inflável com o desenho da bandeira da Bahia; ao fundo, uma espécie de suástica desenhada com dois chicotes estabelece a referência à expressão do próprio ex-ministro, que afirmava governar “com o chicote na mão”[547]. Ou, ainda, o comercial “O sucesso do Cabeça Branca”, retirado do ar por ordem judicial, no qual a música *Camisa Listrada*, de Assis Valente, era base para uma paródia apresentada em vídeo sobre uma série de imagens do candidato Antônio Carlos em atitudes violentas, como empurrando repórteres ou discutindo com populares:

Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí
Além de dar um tapa na moça
Ele chutou o guri
Levava o dinheiro no cinto
E o chicote na mão
E sorria quando o povo dizia
Lá vai o ladrão! [...] [548]

As respostas da coligação *Vamos salvar a Bahia* também foram violentas, utilizando bonecos que imitavam Waldir Pires, Nilo Coelho e Luiz Pedro Irujo, músicas questionavam o comportamento político de ambos: o primeiro, por ter “abandonado” o governo da Bahia; o segundo, por ser acusado de corrupção e desvio de verbas públicas; e o terceiro, como sem personalidade e manipulado pelo pai, Pedro Irujo.[549]

Diante de tais programas, a coligação *Pela Honra da Bahia Livre* recorreu à justiça diversas vezes para solicitar direito de resposta, para criticar a exibição de imagens apenas do candidato ACM na Agenda

[547] O vídeo *O grande cabeça branca* está disponibilizado por Ricardo Noblat. “Quando campanha política na Bahia era pau puro”. Blog do Noblat, 2007. Disponível em: <http://noblat.plugin.com.br/videos/O_grande_cabeça_branca.wmv>. Acesso em: 20 jan. 2009.

[548] O vídeo *O sucesso do cabeça branca* está disponibilizado por Ricardo Noblat. “Quando campanha política na Bahia era pau puro”. Blog do Noblat, 2007. Disponível em: <http://noblat.plugin.com.br/videos/O_sucesso_do_cabeça_branca.wmv>. Acesso em: 20 jan.2009.

[549] Os vídeos *É tão bom*, *Alalaô* e *Bahia lé com lé e cré com cré* estão disponibilizados por Ricardo Noblat. “Quando campanha política na Bahia era pau puro”. Blog do Noblat, 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?cod_Post=67489&a=111>. Acesso em: 20 jan. 2009.

dos Candidatos divulgada em seus telejornais e até para retirar do ar os polêmicos bonecos que imitavam Roberto Santos, Nilo Coelho, Luiz Pedro Irujo e seu pai, Pedro. A *Tribuna da Bahia* noticiou todas as tentativas[550], bem como as negativas à maior parte delas e, por outro lado, as conquistas da coligação oponente.[551] Já a chapa de oposição ao governo, liderada por ACM, também usou, recorrentemente, a solicitação de intervenção judicial aos programas. Em diversos episódios a *TV Itapoan*, pertencente a Pedro Irujo, pai do candidato Luiz Pedro Irujo, foi acusada de cortar e/ou manipular os programas eleitorais da coligação liderada por ACM.[552] A *TV Aratu* não foi poupada dos ataques, que incluíram tanto problemas com os *videotapes* usados na propaganda quanto o próprio conteúdo editorial dos programas jornalísticos do veículo. Citando textualmente a representação feita pelo PFL contra as duas emissoras, o *Correio da Bahia* publicou:

O favorecimento dos candidatos da coligação PMDB/PSDB não acabou ali, explica o texto da representação: ‘Com efeito e a pretexto de divulgar a inauguração da rodovia BA-670, ligando a BR-415 a Potiraguá, mostrou inúmeras cenas daquela inauguração, destacando a participação de Roberto Santos e Fernando Daltro’ (candidatos a governador e vice-governador pelo PMDB/PSDB).[553]

As solicitações da coligação “Vamos salvar a Bahia” foram aceitas em maior número pelo TRE baiano, que autorizou diversos direitos de resposta durante os horários destinados aos seus oponentes. Quase no final da campanha, em função de uma petição da coligação de ACM, o TRE ordenou a retirada das propagandas institucionais do Governo do Estado do ar em emissoras de rádio e TV, por considerar que essas “[...] se caracterizavam como peças publicitárias em favor de Roberto

[550] TV Bahia denunciada na justiça outra vez. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set.1990, p. 3; MANIPULAÇÃO de entrevista gera processo contra ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990, p. 4; TV Aratu aciona justiça contra liminar de juiz. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990, p. 3.

[551] TRIBUNAL dá mais tempo do PMDB/PSDB a A. Carlos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set.1990, p. 3; TV BAHIA forçada a veicular governo. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set.1990, p. 3.

[552] ITAPOAN acusada de manipular horário eleitoral. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990, p. 3; TV Itapoan é acusada de nova manipulação. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990, p. 4; ADVOGADO, 17 set. 1990, p. 2.

[553] NOVA representação do PFL contra TVs. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990, p. 4.

Santos, candidato do governador Nilo Coelho”. [554] Em razão destes posicionamentos que o Tribunal Regional Eleitoral assumiu diante de tais episódios, surgiu a segunda polêmica: os candidatos de oposição uniram-se para denunciar a cooptação do órgão, na pessoa de seu presidente, o desembargador Luiz Pedreira, pela coligação encabeçada por ACM. [555] As acusações tomaram tamanho vulto que, a partir do dia 11 de setembro, o TRE passou a ocupar espaço durante o horário eleitoral gratuito para fazer sua defesa. [556] Logo depois, o governador Nilo Coelho denunciou a situação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que enviou representantes a Salvador para investigar o caso. [557]

A *Tribuna da Bahia* explorou amplamente a questão. A partir de uma entrevista do governador Nilo Coelho denunciando nominalmente o desembargador Luiz Pedreira, as notícias sobre o caso passaram a ser praticamente diárias, todas colocando em dúvida a idoneidade do TRE Bahia e, especialmente, da comissão responsável por gerenciar a propaganda política. [558] Um exemplo é o texto principal da capa na edição de 27 de setembro:

O Tribunal Regional Eleitoral conseguiu transformar, ontem, o horário eleitoral gratuito em um verdadeiro palanque do candidato do PFL a governador, Antônio Carlos Magalhães. Além de estrelar o programa de sua própria coligação, ACM ocupou, exercendo direito de resposta concedido pelo TRE, parte do horário do PMDB/PSDB e praticamente todo o tempo do PDT e do PRN na TV. Em nenhum deles o ex-ministro defendeu-se de acusações, limitando-se a criticar o ex-governador Waldir Pires, o atual, Nilo Coelho e o representante do PRN, Luiz Pedro Irujo, mas reservando a ira maior para Roberto Santos. À medida que se aproxima o pleito, o candidato do PFL amplia, graças ao TRE, sua participação nos programas alheios. [559]

[554] JUSTIÇA tira propaganda do governo do ar. *Correio da Bahia*, Salvador, 26 set. 1990, p. 2.

[555] POLÍTICOS articulam denúncia ao TSE. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990, p. 3; PARTIDOS pedem intervenção no TRE baiano. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990, p. 3; PARTIDOS querem suspeição contra presidente do TRE, *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990, p. 8.

[556] TRE usa rádio e televisão para responder a candidatas. *A Tarde*, Salvador, 11 set. 1990, p. 8.

[557] TSE manda investigar parcialidade do TRE. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990, p. 3; TSE quer observar de perto o nível da campanha na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1990, p. 7.

[558] SUBSERVIÊNCIA do TRE a ACM ofende os baianos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990, p. 1; JUSTIÇA ajuda ACM outra vez. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990, p. 3; GOVERNADOR pede intervenção no TRE da Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990, p. 1.

[559] TRE transforma horário gratuito na televisão em palanque de ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990, p. 1.

Já o *Correio da Bahia*, além de minimizar o impacto das denúncias, assumiu a defesa de Pedreira, usando como estratégia a divulgação de notícias curtas e objetivas, quase sempre dispostas em páginas pares, sem dar muito destaque ao fato.[560] É o que ocorreu, por exemplo, ao noticiar sobre a chegada do representante do TSE que investigaria as denúncias, destacando, na linha de apoio, um trecho da fala do visitante: “Ministro Romildo Bueno diz que o momento é de promover ‘pacificação de espíritos’ entre Justiça e candidatos”. [561]

A intervenção do TSE no processo político da Bahia resultou, primeiro, na suspensão, por 48 horas, da propaganda eleitoral gratuita, nos dias 22 e 23 de setembro, “[...] em face do nível de agressão dos abusos cometidos pelos partidos políticos baianos”. [562] Uma semana depois, o TSE proibiu, em definitivo, qualquer propaganda em meio eletrônico até as eleições, medida tomada 48 horas antes da data prevista para o encerramento da campanha. Tal decisão foi, talvez, o único fato que alcançou unanimidade entre os jornais soteropolitanos durante a campanha: todos contrários, embora suas perspectivas sobre os motivos fossem essencialmente distintas. O próprio *A Tarde*, em uma coluna opinativa, relata essa situação:

A reação foi a mesma; praticamente todos os candidatos ao governo repudiaram a suspensão do programa eleitoral gratuito pelo TRE, afirmando terem sido prejudicados pela não-exibição de importantes programas, às vésperas do primeiro turno dessa campanha. [563]

No *Correio*, a reação foi mais direta e veemente:

O ex-ministro Antonio Carlos Magalhães vai processar Nilo Coelho no Superior Tribunal de Justiça por conta das ofensas disparadas ontem pelo governador, responsável, com Luís Pedro Irujo, pela suspensão definitiva da propaganda eleitoral gratuita de rádio e tevê na Bahia. A retirada do ar das

[560] TRE rebate as acusações que vem recebendo. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990, p. 4; COMISSÃO do TSE vem acompanhar trabalho do TRE. *Correio da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990, p. 2; MINISTRO do TSE isenta o TRE baiano. *Correio da Bahia*, Salvador, 15 set. 1990, p. 2.

[561] CORREGEDOR do TSE chega em missão de paz. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990, p. 4.

[562] TSE suspende programa eleitoral gratuito da Bahia por 48 horas. *A Tarde*, Salvador, 22 set. 1990, p. 8.

[563] PALANQUE na TV. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990, p. 8.

mensagens de todos os partidos prejudica diretamente ACM, já que seu programa retratava uma campanha vitoriosa.[564]

Além desses eixos temáticos centrais, a campanha mobilizou, ainda, diversas pequenas polêmicas, a maior parte ligada, de algum modo, à propaganda eleitoral, como a utilização de paródias dos *jingles* de campanha[565], a proibição do uso de bonecos que imitavam os candidatos[566], a utilização de *outdoors* em vias públicas[567] e a ocorrência de debate na televisão com os candidatos ao governo.[568] Interessante perceber como tais marcas da disputa ilustram bem a dicotomia que perpassou a mentalidade da elite política baiana no final do século XX: ao mesmo tempo em que valorizava sobremaneira os espaços de visibilidade dos meios eletrônicos, ancorados em uma tecnologia inovadora e na recente liberalidade da legislação, também usava os mesmos recursos para fazer uma propaganda política com estratégias discursivas tradicionais, semelhantes a pasquins pré-republicanos, quando o que mais importava era desmoralizar o adversário e não discutir ideias. Os jornais impressos que assumiram tal condição funcionavam, nesse contexto, como panfletos de propaganda dos interesses do proprietário do jornal ou do grupo que ele apoiava.

A biografia dos candidatos e de seus aliados também gerava polêmica. No caso de ACM, os ataques eram diretos à atuação como governador[569], ministro da comunicação[570] e até mesmo pessoa pública.[571] Exemplo disso é a tentativa de resgatar o nebuloso

[564] ACM abre processo contra Nilo Coelho. *Correio da Bahia*, Salvador, 29 set. 1990. p. 1.

[565] VEVÉ repudia o uso indevido de jingle. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 2; PARÓDIA vai a julgamento. *Correio da Bahia*, Salvador, 07 set. 1990, p. 2.

[566] TRE proíbe bonecos na TV. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990, p. 2; TRE proíbe apresentação de bonecos no horário gratuito. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990, p. 7.

[567] TRE exige a retirada de outdoors. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990, p. 2; OUTDOORS de campanha vão ser retirados. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990, p. 3; CANDIDATOS terão que retirar “outdoors” de locais proibidos, 7 set. 1990, p.8; OUTDOORS nas ruas desagradam juizes do TSE. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 set. 1990, p. 2.

[568] ACM quer um debate livre, PMDB recusa. *Correio da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990, p. 1; DEBATE agora só depende do TRE. *Correio da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990, p. 3.

[569] ACM demitiu 21 mil como malvadeza. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 16 set. 1990, p. 5.

[570] PÉ de maracutaia de ACM só dá galho. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990, p. 9.

[571] ACM imitava até os gestos dos generais. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990, p.3; MÃE de Juca Valente quer reabrir processo. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990, p. 3; SE o fusca de ACM falasse. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 23 set. 1990, p. 7.

suicídio do genro, o médico “Juca Valente”[572], além de denúncias que visavam a atingir os “carlistas” enquanto grupo político.[573] A intenção era desmontar a estratégia de *marketing* que o apresentava como “Toinho Ternura”, demonstrando que, nas ações, ele permanecia sendo o “Toinho Malvadeza”, apelido recebido à época em que era governador imposto pelo regime civil-militar. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a publicação das matérias *Seguranças de ACM espancam diretor de Asilo dos Pobres*[574] e *Malvadeza volta a atacar aliado*[575], que procuraram demonstrar a continuidade dos métodos violentos contra os opositores políticos. Já Roberto Santos não foi diretamente atacado pelo *Correio da Bahia*, mas, sim, a atuação do governador, Nilo Coelho[576], especialmente, com denúncias de corrupção[577] e, até, de sua vida pessoal[578]. Outros alvos preferenciais entre os oponentes das coligações “Vamos salvar a Bahia” eram os candidatos ao governo Luiz Pedro Irujo e seu pai, Pedro Irujo[579], e o candidato ao senado, Joaci Góes, ambos com estreita ligação a órgãos de comunicação concorrentes aos veículos que apoiavam a candidatura do grupo carlista.

Além disso, os jornais criticavam de modo incisivo as relações das diferentes correntes políticas com os meios de comunicação que as sustentavam, em clara tentativa de reduzir a credibilidade dos veículos. Foi o que ocorreu, por exemplo, em uma matéria na qual o *Correio da Bahia* denunciava como manobra política o comportamento da coligação *Nova*

[572] A morte do médico anestesista José Fernando Marques dos Reis Valente aconteceu em 24 de janeiro de 1975, logo após discutir com sua esposa, Tereza Helena Magalhães, nas dependências do Palácio de Ondina. O corpo foi encontrado na portaria do prédio onde o casal residia, na Avenida Princesa Isabel, no Bairro da Barra, com uma bala na cabeça. Após investigação da polícia, o caso foi arquivado, constatando-se o suicídio. Entretanto, a família do médico não aceita tal versão. Cf. MÃE..., 1990, p. 13.

[573] JUSTIÇA engaveta 176 ações contra carlistas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990, p. 1; COLIGAÇÃO de ACM discrimina mulher. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990, p. 4.

[574] SEGURANÇAS de ACM espancam, diretor de asilo dos pobres. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990, p. 4.

[575] MALVADEZA volta a atacar aliado. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 16 set. 1990, p. 3.

[576] SALA é usada como cassino e motel no Severino. *Correio da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990, p. 2; PRIORIDADE total para educação. *Correio da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990, p. 3.

[577] NILO Coelho usa o governo para ajudar o PMDB. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990, p. 2; ESTRADAS beneficiam Coelho. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990, p. 3; GOVERNO ajuda os seus candidatos com cestas. *Correio da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990, p. 1.

[578] ACM diz que Nilo quer continuar na escola do crime. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990, p. 3.

[579] DOIS governos estão atuando na prefeitura. *Correio da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990, p. 2.

Bahia, que não admitia a derrota, preferindo aguardar o resultado oficial, pois os resultados, divulgados pelo jornal logo após o final da votação, baseavam-se em pesquisas de emissoras de televisão. O argumento usado para a antecipação do resultado pela coligação *Vamos salvar a Bahia* era marca da contradição desse discurso político: por um lado, enfatizava a “superioridade” técnica dos dados da *Rede Globo* e, em contrapartida, desdenhava os dados levantados pela TVE, por serem de uma televisão estatal e contestarem os principais institutos de pesquisa:

Na última quarta-feira, amparado em dados fornecidos pelo sofisticado sistema de computação da Rede Globo, por dados divulgados pelo TRE e por boletins de urna de todo o estado, ACM anunciara, através da TV Bahia, que era o vencedor das eleições. Nos dias anteriores, usando dados fornecidos pela estatal TVE, o candidato Roberto Santos fazia questão de manter suas esperanças num segundo turno. Os dados da TVE, reproduzidos diariamente na TV Aratu (de Nilo e Joaci Góes, candidato ao Senado pela coligação PMDB/PSDB), e pela Tribuna da Bahia, Jornal de Joaci, diferiam e muito dos dados da Globo, e curiosamente apontavam para a realização do segundo turno apesar de todos os institutos de pesquisa terem anunciado, no dia da eleição, a vitória de ACM em turno único. A TVE interrompeu suas apurações antes que seus dados pudessem ser conferidos pela imprensa, mas não antes de espalhar pela cidade a dúvida sobre o verdadeiro resultado das eleições. Tal confusão foi alimentada, e muito, pela lentidão com que estão sendo divulgados os boletins oficiais do TRE.[580]

A crítica não era desprovida de razão, visto que os dois veículos em campanha abriram espaço para que seus candidatos apresentassem suas propostas. Na *Tribuna da Bahia*, por exemplo, a plataforma de campanha de Joaci Góes era apresentada em formato de notícia, embora nenhum outro candidato ao Senado recebesse o mesmo espaço.[581] Além dele, candidatos a deputados estaduais e federais da sua coligação também encontraram no veículo um suporte para divulgação de suas propostas de modo noticioso.[582] O jornal funcionou, assim, como espécie de panfleto do partido, de modo mais explícito que o *Correio da Bahia*, que reduziu a cobertura política às três ou quatro páginas dedicadas à seção *Poder*. Embora a *Tribuna da Bahia* demonstrasse seguir as técnicas de redação jornalística objetiva nos textos individualmente, as

[580] (A) HISTÓRIA de uma articulação. *Correio da Bahia*, Salvador, 13 out. 1990, p. 2.

[581] JOACI quer término do preconceito aos negros. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990, p. 3.

[582] PREOCUPAÇÃO com homossexuais e drogados é meta de Ipojuacá. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990, p. 3.

opções de fontes e os espaços destinados a cada parte em disputa não deixam margem de dúvida.

É o que se percebe, por exemplo, na entrevista de página inteira com o presidente do PMDB na Bahia, Nestor Duarte, cujo título é *A Bahia não tem mais medo de ACM*. Ao longo da matéria, apresentava as propostas da coligação, criticava os oponentes e afirmava que as pesquisas indicavam o segundo turno na disputa ao governo.[583] Ou ainda, de modo mais veemente, na entrevista “Nilo chama ACM de ladrão, sádico e cínico”, na qual o governador do Estado acusava o candidato da oposição de ser “o mais esperto e impune ladrão que a Bahia teve a infelicidade de gerar” e ainda denunciava que o presidente do TRE da Bahia, desembargador Luiz Pedreira, era “uma pessoa parcial” e que “faz parte da quadrilha do senhor Antônio Carlos”[584]. A estratégia se repetia todas as semanas, sempre entrevistando alguém ligado à coligação encabeçada por Roberto Santos até que, a três dias do pleito, o próprio candidato concedeu entrevista de página inteira, intitulada *Vamos ao segundo turno com certeza*[585].

A *Tribuna* também usou como recurso a publicação de anúncios da *TV Aratu*, convocando para a exibição de programas com o governador Nilo Coelho. Ocupando um quarto de página, a publicidade usava uma grande foto do governador, fazendo abordagem direta ao leitor: “NILO VAI FALAR. VOCÊ VAI OUVIR A VERDADE. Amanhã entrevista exclusiva com Nilo Coelho às 7:00 horas, no Bom Dia Bahia. Você não pode perder.”[586] e “HOJE A VERDADE VAI SER NOTÍCIA. PRONUNCIAMENTO OFICIAL DO GOVERNADOR NILO COELHO. A BAHIA NÃO PODE PERDER. TJ Brasil – TV Itapoan – 19:55h, Aratu Notícias 2ª Edição – TV Aratu – 19:30h, Jornal Bandeirantes – TV Bandeirantes – 19:30h. Jornal das Sete – TV Educativa – 19:10h”.[587]

Nesse período, a *Tribuna da Bahia* publicou seis edições semanais, sendo a edição do final de semana ampliada, abrangendo o sábado e o domingo. O jornal foi vendido por Cr\$ 40,00 de segunda a sábado

[583] LOPO, Jânio. *A Bahia não tem mais medo de ACM*. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990a. p. 7.

[584] NILO chama ACM de ladrão, sádico e cínico. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990, p. 3.

[585] LOPO, Jânio. *Vamos ao segundo turno com certeza*. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990b. p. 5.

[586] NILO vai falar. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990, p. 5.

[587] HOJE a verdade vai ser notícia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990, p. 5.

e por Cr\$ 60,00 no final de semana. Composto por quatro cadernos, o periódico dedicou metade do caderno principal à cobertura política, uma página com matérias nacionais retiradas de agências de notícias e duas páginas sobre esporte local. O segundo caderno era chamado *Economia*, embora fosse composto por quatro páginas dedicadas à economia e uma página com notícias internacionais, ambas adquiridas de agências de notícias, além de uma página de anúncios classificados. *Cidade* era o tema central do terceiro caderno que, com seis páginas, cobria as notícias locais, com uma página dedicada especialmente à segurança pública (editoria tradicionalmente chamada de “polícia”, mas que na TB era denominada “Segurança”). Por fim, o quarto caderno era voltado à *Cultura*, com resenhas de produtos culturais, agenda de eventos e colunas sociais. Quanto aos anúncios publicitários, as edições observadas apresentaram volume reduzido deles. Em uma única edição, foram encontrados apenas 30 anúncios, sendo a maior parte editais de convocação pública das mais diversas ordens, além de alguns de serviço e, em número bem menor, de comércio e propaganda política.[588]

Já no *Correio da Bahia*, um dos recursos mais utilizados para fazer afirmativas que beneficiassem seus interesses eleitorais, sem comprometer fortemente a credibilidade do veículo, era apresentar como fato a previsão feita pelos institutos de pesquisa nos títulos e aberturas de textos, só depois informando ao leitor tratar-se de uma perspectiva. “ACM vencerá quarta-feira com o dobro dos votos de Roberto”[589], estampava a manchete principal da capa no dia 30 de setembro. Só no texto que a acompanha explicava-se que se tratava de previsão do Instituto Data Folha noticiada por um canal de televisão nacional. “O jurista Josaphat Marinho será eleito senador pela Bahia, com 40% dos votos”, afirmava novamente o jornal, na capa da edição de 02 de outubro de 1990. Na continuação do texto, o aparente exercício de “futurologia” era explicado: “A previsão é do Instituto DataFolha e foi estampada na edição de ontem do jornal *Folha de São Paulo*”. [590] A *Tribuna da Bahia*, embora divulgasse os resultados de pesquisa como fatos, preferia informar, desde o título, a natureza da afirmação: “Roberto sobe e ACM

[588] Informação referente à edição da *Tribuna da Bahia*, no sábado, 1º de setembro de 1990.

[589] ACM vencerá quarta-feira com o dobro dos votos de Roberto. *Correio da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990, p. 1.

[590] JOSAPHAT vencerá disparado. *Correio da Bahia*. Salvador, 2 out. 1990, p. 1.

cai no Vox Populi”. [591] Para procurar reforçar sua posição de isenção, o *A Tarde* criticava o uso eleitoreiro das pesquisas e ironizava, em suas colunas opinativas, a atuação dos dois principais candidatos:

O disse-me-disse do programa eleitoral chegou ao campo das pesquisas. Só falta, agora, uma pesquisa dizendo que o eleitor não acredita em pesquisa. Com o IBOPE e seu presidente nacional, Carlos Montenegro, como avalistas, o programa do candidato Antônio Carlos Magalhães mostrou que não haverá segundo turno. Ele teria 48% dos votos contra 31% dos outros candidatos, o que daria mais de 50% dos votos úteis. O programa de Roberto Santos diz o contrário, com o aval do Instituto Vox Populi, o preferido do presidente Collor. Por este instituto, os indecisos seriam 45,4% dos eleitores. Restariam 51,6% de votos decididos, e neste grupo, o índice de Antônio Carlos Magalhães representaria 23% dos eleitores.

Está aberta a briga para convencer o eleitor de que a eleição estaria decidida. Ou não. [592]

A sustentação das informações nas pesquisas de opinião, agora autorizadas por lei, era o diferencial da campanha no que dizia respeito à cobertura jornalística e, ao mesmo tempo, a causadora das principais contradições, ao se analisar os jornais comparativamente. No dia da eleição, os dois principais jornais em campanha publicaram manchetes contrárias: no *Correio da Bahia*, ACM era apresentado como eleito e, na *Tribuna*, o segundo turno estava garantido para Roberto Santos. [593] No dia seguinte, mesmo sem os resultados do TRE, que seriam apenas divulgados oficialmente em 16 de outubro, os jornais voltaram a publicar como fatos as previsões dos institutos de pesquisa. A manchete do CB afirma: *Eleitor salva a Bahia* e na chamada que a acompanha: “Não deu outra: a Bahia elegeu ontem Antônio Carlos Magalhães. O candidato da coligação *Vamos Salvar a Bahia* volta ao Palácio de Ondina pela terceira vez amparado em mais da metade dos votos válidos”. [594] Já a *Tribuna da Bahia*, demonstrando aparente neutralidade, abria a edição do dia posterior às eleições com a manchete: *Roberto confia na virada e ACM fala como governador* e uma manchete secundária, logo abaixo de um gráfico indicando a possível vitória de ACM, outro título que enfatizava a

[591] ROBERTO sobe e ACM cai em cinco dias. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990, p. 3.

[592] PALANQUE na TV. *A Tarde*, Salvador, 9 set. 1990a, p. 8.

[593] Como já mencionado no início do presente capítulo.

[594] ELEITOR salva a Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990, p. 1.

fixação momentânea do jornal nos dados: *Pesquisas ampliam vantagem do PFL*. [595] Apesar disso, pelos dias que sucederam ao pleito, as afirmativas de vitória continuavam, com o *Correio da Bahia* tratando ACM como governador eleito [596] e a *Tribuna da Bahia* discutindo o segundo turno como garantido. [597] A oficialização do resultado só aconteceu no dia 16 de outubro e estampou as manchetes dos diários no dia seguinte. A opção de cada veículo para informar o mesmo fato permite observar como eles se posicionaram diante dele.

Enquanto para a *Tribuna da Bahia* o resultado aparecia como concessão do TRE, que remeteria a todo o histórico de denúncias de manipulação feitas durante a campanha, o *Correio da Bahia* preferiu apenas a ideia de confirmação, o que resgatava a autoridade do próprio jornal e do grupo político por ele apoiado, que já afirmavam a vitória mesmo antes do pleito. Já o *A Tarde*, eximiu-se de tomar posição, sustentando a informação em um dado concreto.

Tribuna da Bahia:

TRE dá vitória a ACM [598]

Correio da Bahia:

TRE **oficializa** vitória de ACM [599]

A Tarde:

ACM venceu com diferença de 46.180 votos [600]

A violência dos ataques entre candidatos foi a marca principal do discurso na campanha de 1990, não apenas da televisão – o principal campo de disputa, como já dito – mas também nos impressos – que figuraram como espaço argumentativo privilegiado. Os confrontos mais violentos das páginas impressas foram travados entre os dois jornais que assumiram as campanhas de ACM e Nilo Coelho. Neles, a opinião ultrapassava os espaços destinados a esse tipo de manifestação e se

[595] PESQUISAS ampliam vantagem do PFL. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990, p. 1.

[596] NÃO há 2º turno na Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 8 out. 1990, p. 1; VENCEDORES denunciam o ‘choro dos derrotados’. *Correio da Bahia*, Salvador, 9 out. 1990, p. 3; GOVERNADOR eleito garante colocar a Bahia no eixos. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 out. 1990, p. 1; ACM só revela equipe de governo em janeiro. *Correio da Bahia*, Salvador, 15 out. 1990, p. 1.

[597] ROBERTO já articula aliança para disputar segundo turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 out. 1990, p. 1; LÍDICE pode ser vice de Roberto. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 out. 1990, p. 1; ROBERTO festeja passagem para o 2º turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 out. 1990, p. 3.

[598] TRE dá vitória..., 1990, p. 1. (grifo nosso).

[599] TRE oficializa vitória de ACM. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 out. 1990, p. 1. (grifo nosso).

[600] ACM venceu com diferença de 46.180 votos. *A Tarde*, Salvador, 17 out. 1990, p. 1.

espalhava por manchetes, notas, notícias e reportagens. O colunista de *A Tarde*, José Fonseca Filho, faz uma avaliação geral, a poucos dias do pleito:

A Bahia acaba de ganhar um título do qual não se orgulha: o de ter desenvolvido a campanha eleitoral de mais baixo nível em todo País. [...] Os que deliberadamente, e não terão sido poucos, contribuíram para comprometer a campanha eleitoral baiana podem estar satisfeitos, devem se considerar realizados pois alcançaram seu objetivo. O de comprometer o conjunto da campanha, e, com isso, prejudicar não apenas o adversário mais visado, mas todo processo eleitoral.[601]

Mais uma vez, como em 1919 e 1954, a descrição dos pasquins cariocas do período regencial parece encaixar-se perfeitamente no jornalismo soteropolitano praticado durante a campanha de 1990: injúria, difamação e insulto repetido. A população da então capital do Império, nesse momento histórico, era marcada por altos índices de analfabetismo e por uma elite intelectual presa a formalidades e europeísmos que a impossibilitavam de discutir os reais problemas da sociedade, restando apenas a injúria como linguagem comum a todos.[602] Mesmo sem querer forjar aproximação – que é impossível diante de todas as mudanças sociais e tecnológicas dos mais de cem anos que separam as duas realidades – não se pode deixar de perceber que, na Salvador da última década do século XX, o grande número de analfabetos e semialfabetizados também podia ser somado a uma elite política tradicionalista, presa aos métodos da cooptação e do clientelismo, e a elites econômica e intelectual distanciadas das preocupações concretas da população, para explicar o comportamento de alguns de seus periódicos. O resultado de tal contexto pode ser observado nas coberturas da *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia*.

As críticas da *Tribuna da Bahia* a ACM não usavam o recurso da ironia ou da sutileza, eram declaradas. Nas páginas do periódico, o ex-ministro era mencionado como “o candidato do ‘rouba mas faz’”[603], “carrapato dos quartéis”[604] e sua coligação como “forças retrógradas”[605].

[601] FONSECA FILHO, José. Vexame nacional. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990, p. 9.

[602] Cf. SODRÉ, 1999, p. 157.

[603] ROBERTO e Joaci levam 30 mil à praça. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990, p. 1.

[604] ACM imitava..., 1990, p. 3.

[605] ROBERTO e Joaci..., op. cit.

As declarações das fontes eram apresentadas como fato nos títulos em destaque e, somente no texto, o leitor era informado da sua natureza, como na manchete da edição de 5 de setembro – *A. Carlos é ladrão*[606] – ou na afirmação, apresentada sem aspas, em notícia publicada no dia 9 de setembro – “Ele [ACM] vem utilizando de forma ilegal e abusiva a sua televisão, com mentiras, imagens fabricadas, distorcendo a verdade. São esses seus métodos que o povo da Bahia já abominou [...]”[607] Outro recurso utilizado pelo jornal consistia em resgatar matérias do próprio arquivo para questionar as atitudes do oponente, como na notícia *ACM mente para enganar o povo de Juazeiro*[608], na qual se questionava a promessa de construção de um porto para a cidade do interior baiano, feita durante um comício do candidato em 1990, e comparada com a mesma promessa publicada no jornal em 1980, enquanto ACM ainda era governador do Estado, em segundo mandato.

Nessa mesma linha, as matérias informativas assumiam caráter denunciativo, nas quais o próprio jornal cobrava dos poderes públicos responsáveis a solução do problema denunciado, atacando diretamente a figura pública de ACM comparando-o, pela expressão utilizada, ao crime organizado:

Depois de quase dois anos engavetado, finalmente, na semana passada, de forma inesperada foi julgado o processo contra os dirigentes do Desenbanco por ter financiado despesas escandalosas para a Fundação para Estudos Econômicos e Sociais, dirigida por Antônio Carlos Magalhães durante o tempo em que ele estava desempregado. Coincidentemente, o processo foi julgado após denúncia veiculada na *Tribuna da Bahia*. Apesar de documentos comprovando a compra de sapatilhas, pés-de-cabra e outros objetos estranhos aos propósitos de uma Fundação, a Justiça decidiu considerar impropriedades as denúncias.

Espera-se que daqui para frente, a Justiça acelere, também, o julgamento das 176 ações movidas pelo ex-governador Waldir Pires, através da Procuradoria Geral do Estado – dos quais 102 cíveis, de ressarcimento do dinheiro público e 72 penais – a maior parte contra a administração João Durval, liderado do ex-ministro das Comunicações A. Carlos, e que envolve ex-prefeitos integrantes do **esquema carlista**. [609]

[606] A. CARLOS é ladrão. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990, p. 1.

[607] ROBERTO visita 25 cidades em cinco dias. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 9 set.1990, p. 3.

[608] ACM mente para enganar povo de Juazeiro. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set.1990, p. 3.

[609] JUSTIÇA engaveta..., 1990, p. 4. (grifos nossos).

As críticas do *Correio da Bahia* não ficavam atrás na violência utilizada, porém eram direcionadas ao governador Nilo Coelho, enfatizando a “corrupção” e a “incompetência” de sua administração, o que oferecia ao leitor um contraste direto com a proposta moralizadora de Antônio Carlos Magalhães. As matérias informativas, fugindo às regras de objetividade jornalística e imparcialidade, denunciavam: “[...] o governador Nilo Coelho, para incrementar ainda mais os vencimentos dos seus protegidos [...]”[610],

Antônio Carlos Magalhães disse que apesar de todos saberem da incompetência e da desonestidade de Nilo Coelho, ‘não queremos descer ao nível dele, que inclusive já foi processado e teve sua prisão preventiva decretada como mandante de crime em Guanambi’[...] [611];

Um péssimo governador. É o que 49% dos eleitores de Salvador acham de Nilo Coelho, que obteve um acréscimo de 22 pontos percentuais no seu índice de rejeição no estado.[612]

Na edição de 3 de outubro, véspera do pleito, o jornal publicou em chamada de capa:

O governador Nilo Coelho, no apagar das luzes da campanha, um dia antes da eleição, colocou nos trilhos do governo mais um ‘trem da alegria’, para beneficiar parentes e afilhados políticos, principalmente da região de Guanambi. Em projeto de lei publicado na edição de ontem do Diário Oficial, o governador cria o Grupo Ocupacional da Administração Fazendária, contemplando a alguns eleitos com salários de até Cr\$ 298 mil. [...] [613]

Já um dia após as eleições, a provocação era, mais uma vez, direcionada ao governador. Em matéria sobre o voto de Roberto Santos, o jornal enfatizava o isolamento dos membros da coligação e atribuía a Nilo Coelho a responsabilidade:

Os candidatos a governador, vice-governador e senador votaram separadamente e nenhum deles foi acompanhado sequer pelo governador Nilo

[610] DECRETO de Nilo favorece os amigos. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990, p. 2.

[611] ACM acusa Nilo de roubar a Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990, p. 3.

[612] PESQUISA arrasa com Nilo. *Correio da Bahia*, Salvador, 18 set. 1990, p. 1.

[613] GOVERNADOR contempla afilhados políticos com trem da alegria. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990, p. 1.

Coelho, que preferiu o convívio de amigos e assessores no Palácio de Ondina, a fazer qualquer esforço na tentativa de eleger seus aliados.[614]

Além do governador Nilo Coelho, outro alvo preferencial dos ataques do *Correio da Bahia* era o candidato ao senado Joaci Góes, proprietário da *Tribuna da Bahia*. Nesse caso, os ataques também eram explícitos, porém utilizando-se dos espaços opinativos do jornal, como ocorreu na coluna *Informe da Bahia*, não assinada. Dois dias depois do candidato ao senado pela coligação *Vamos salvar a Bahia*, Josaphat Marinho, não ter comparecido ao debate eleitoral e ter sido duramente criticado pela *Tribuna*, chamado de covarde e obediente a ACM, uma nota em tom agressivo foi publicada pelo *Correio*:

Aquele indivíduo dos 12 mil títulos protestados e centenas de execuções judiciais, rei do calote, campeão da ‘mutreta’, que ofende a dignidade alheia e ofende pessoas de bem, acobertado – como todo covarde – pela imunidade que ainda goza, é um fanfarrão, aliás como convém aos tipos de sua laia. Sonhou em debater com o professor Josaphat Marinho, ou que aquele mestre do Direito iria pôr sua indiscutível cultura e valor moral num confronto com quem tem apenas para apresentar o título de campeão das safadezas. Depois fica vociferando que o derrotará na disputa para o Senado. O tal *Dom Agrimista*, no fundo, sabe que o povo não é bobo e que sua derrota será contundente. Quer procurar com quem bater boca porque precisa aparecer. Mas perde tempo. Se quer aparecer mesmo, deve amarrar uma melancia no pescoço e sair pelas ruas centrais da cidade. Mais fácil e mais cômodo, além de mostrar as reais tendências que *Dom Agrimista* tem – tendências de palhaço.[615]

Um dos recursos recorrentemente utilizados pelo *Correio da Bahia* é o “Informe Publicitário”[616], geralmente ocupando uma página inteira ou até duas páginas do Caderno *Aqui Salvador*[617]. Neles, o candidato ACM era apresentado ao lado de lideranças regionais de diversas cidades no interior do Estado, fazendo promessas de melhorias para

[614] DESARTICULAÇÃO marca coligação PMDB/PSDB. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990, p. 4.

[615] (O) NOVO Dom Quixote. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set.1990, p. 2.

[616] A expressão é utilizada para indicar conteúdo não jornalístico, porém com formatação de texto jornalístico. Funciona como um aviso ao leitor: “Atenção! Parece uma notícia, mas é propaganda”.

[617] A publicação, no período analisado, ocorre sem periodicidade fixa, variando de acordo com as visitas da comitiva de ACM aos municípios do interior do Estado, geralmente com duas ou três ocorrências semanais.

esses locais. Foi o que aconteceu, por exemplo, em texto publicado em página dupla, na edição do dia 1º de setembro.

A tradição política de Tucano, que tem revelado grandes expressões políticas regionais, foi confirmada no último dia 18 de agosto, quando a cidade recebeu para comício o candidato da chapa ‘Vamos salvar da [sic] Bahia’, Antônio Carlos Magalhães, acompanhado do candidato a vice-governador Paulo Souto e do jurista Josaphat Marinho, candidato ao Senado.

A grande manifestação pública que levou para a Praça Duque de Caxias milhares de pessoas, sensibilizou o ministro Antônio Carlos Magalhães, que, acompanhado pela multidão, rezou antes à Nossa Senhora de Santana, padroeira do município, que conforme revelou mais tarde – à saída da igreja – ‘pediu forças ao Todo poderoso e à Mãe da Imaculada Maria Santíssima, para cumprir no governo a vontade do povo de Tucano’.

Durante o comício, o prefeito Arilton Dantas garantiu, em seu pronunciamento, 80 por cento dos votos dos 21 mil eleitores de Tucano, para ACM. Depois de fazer críticas ao governo estadual, por se mostrar ausente das responsabilidades com o povo, Arilton mostrou-se confiante na vitória da Bahia com a eleição de Antônio Carlos Magalhães. [...] [618]

O texto construía, ao mesmo tempo, uma imagem de autoridade do candidato, ao usar a expressão “ministro” para referir-se a ele, ao invés de “ex-ministro”, como ocorria nas matérias informativas do próprio *Correio da Bahia*, e, por outro lado, deixava transparecer sua sensibilidade humana, comovido diante das manifestações de apoio popular. Importante ressaltar que as palavras “informe publicitário” apareciam apenas no cabeçalho, em letras pequenas, na mesma proporção da data e número de página, porém com alinhamento centralizado, o que poderia fazer o leitor menos atento acreditar tratar-se de conteúdo jornalístico e não propagandístico. Além disso, qualquer anúncio publicitário que ocupa duas páginas ultrapassa em muito os limites estabelecidos pela Lei Nº 7.773, que regula os anúncios dos veículos impressos.

Note-se ainda que, na fala do prefeito de Tucano, sem nenhum constrangimento, era explicitado o ranço da política de “currais eleitorais” mantidos pelos líderes regionais que “garantiam” aos seus representantes os votos da população sob seu domínio. Essa política foi, em outra publicação também do *Correio da Bahia*, ao mesmo tempo

[618] TUCANO: investimentos combatem efeitos da seca. *Correio da Bahia*, Salvador, 1º set. 1990, p. 4-5.

reforçada e negada, numa contradição que demonstra, por um lado, o tenso equilíbrio entre a tradição e modernização nos modos de fazer política da Bahia e, por outro lado, a íntima ligação da elite política representada por ACM com as práticas mais tradicionais de “voto de cabresto”. A nota foi publicada na coluna *Informe da Bahia*:

Apontada pelo PMDB, durante anos e anos, como seu curral eleitoral, **Vitória da Conquista não quer mais aceitar a pecha**. Segundo deputados peemedebistas, que têm base política naquela cidade, nas eleições deste ano **Antônio Carlos Magalhães receberá 70% ou mais dos votos**. E a candidata a deputada estadual Margarida de Oliviera, da Coligação *Vamos salvar a Bahia*, **obterá cerca de 30 mil votos na região**. É o fim do curral.[619]

Os confrontos entre *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia* também foram marcados pela exploração da fotografia como recurso discursivo. Amparados nas melhorias técnicas que permitiam a impressão de imagens com boa qualidade e em dimensões grandes, os jornais construíram um discurso visual que reforçava suas intenções no pleito, indo muito além da mera foto testemunhal[620] ou da foto pose[621], mas recorrendo também a imagens que expressavam a retórica das paixões[622]. Entre os temas mais recorrentes, certamente aquele que teve mais destaque imagético foi a figura retórica do “povo”. Explorada tanto textualmente – nas diversas matérias sobre comícios dos candidatos nas quais o público presente era sempre descrito como “multidão” ou sintetizado em “milhares de pessoas” – como visualmente – com imagens que reforçavam o apelo popular dos candidatos, tentando demonstrar o “apoio das massas”. Dois tipos de imagens foram utilizadas nesse sentido: no primeiro, testemunhal, os candidatos apareciam cercados por muitas pessoas; no segundo, em fotos individuais, com ma-

[619] ADEUS, curral. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990, p. 2 (grifos nossos).

[620] Eliseo Verón classifica a foto testemunhal como “[...] una imagen cuya pertinencia reside en la captación del instante del acontecimiento; siempre espontánea (por oposición a la pose), está allí porque cautiva el acontecimiento del cual se habla en el texto que acompaña”. VERÓN, Eliséo. *Espacios públicos en imágenes*. Traducción Julián Gorodischer. [199-], p. 13. Disponível em: <<http://www.fba.unlp.edu.ar/medios/textos/Ver%C3%B3n-Espacios-p%C3%BAblicos-en-Imagenes.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2003.

[621] Definida por Verón como “[...] un regalo del personaje fotografiado al fotógrafo (y por su intermedio al lector)”. *Ibid.*, p. 16.

[622] Tal foto jornalística é aquela que apresenta flagrantes de expressões faciais de pessoas públicas em situações diversas, a fim de mostrar ao leitor o seu estado de espírito. Conforme Verón, “[...] el ‘estado de espíritu’ del hombre político, captado en una instantánea de su rostro, sirve para calificar una circunstancia política determinada”. *Ibid.*, p. 16.

nifestações isoladas de apoio, abraçando crianças, idosos ou figuras de destaque social, em um momento fotografado quase como uma espécie de flagrante.

O candidato Antônio Carlos Magalhães explorava sobremaneira esse último recurso, posando para fotos com crianças, idosos e até personalidades baianas, como Irmã Dulce. As legendas eram sempre carregadas de adjetivos positivos, reforçando a imagem a ser construída, como no caso de uma foto em que ACM abraçava uma criança: “A emoção de um encontro terno e mágico nas ruas da Bahia”. [623] Mas, o candidato também fazia uso do primeiro tipo, a foto testemunhal das multidões. A edição do *Correio da Bahia* no dia das eleições trazia, em página dupla, uma fotorreportagem cuja linha de apoio explicava a ordenação das fotos expostas e o objetivo de sua publicação: “Desde o lançamento de sua candidatura, o ex-ministro foi seguido por multidões que lhe dão o favoritismo”. [624] Nas duas páginas, uma sequência de fotos mostravam ACM em comícios sempre cercado de multidões, em poses alegres e sendo recebido com saudações, reforçando a imagem de um candidato “do povo”.

Usando o mesmo recurso, porém em sentido contrário, o *Correio da Bahia* publicou, na edição de 4 de outubro, uma foto do candidato Luiz Pedro Irujo subindo uma escadaria, enquanto um grupo de pessoas que apareciam às suas costas, desciam e, portanto, estavam de costas para ele. O título da matéria que a imagem ilustra era *Eleitores ignoram presença de Irujo*. A ideia de que o candidato não atraía a atenção dos eleitores era reforçada duas vezes nos elementos em destaque: na linha de apoio, “Candidato ao governo pela coligação Nova Bahia vota no Bahiano de Tênis mas não provoca empolgação”, e na legenda, “Ignorado, Luiz Pedro Irujo entrou e saiu do Bahiano de Tênis sem despertar os eleitores”. [625]

A *Tribuna da Bahia* explorava, além do recurso da foto testemunhal para mostrar o apoio das “multidões” ao seu candidato, também a retórica das paixões, com fotos de ACM em poses ridículas ou constrangedoras, a fim de combater a imagem construída pelo *Correio da Bahia*. Foi o que ocorreu, por exemplo, na edição do dia do pleito, quando o

[623] JUVENTUDE do PDT leva apoio. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990, p. 3.

[624] IMAGENS do povo alegam campanha. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990, p. 4-5.

[625] ELEITORES ignoram presença de Irujo. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990, p. 4

jornal apresentou um perfil dos seis candidatos, cada um deles acompanhado de foto. Cinco dos seis candidatos apareciam em fotos pose, com expressões faciais de seriedade e, em alguns casos, até de descontração. Em nenhum dos cinco perfis o candidato a vice foi apresentado imageticamente, apenas textualmente. Ao mencionar a coligação “Vamos Salvar a Bahia”, o candidato Antônio Carlos Magalhães foi mostrado em posição semirreclinada, com a gravata folgada e a língua para fora, como se estivesse com algum desconforto físico, como falta de ar. O candidato a vice, Paulo Souto, foi mostrado em plano médio, porém gesticulando, aparentemente falando, o que causava o efeito de uma espécie de careta. O texto que acompanha as imagens reforçava a impressão:

[...] O candidato da coligação encabeçada pelo PFL foi deputado estadual, federal, únicos cargos eletivos que exerceu, para depois ser nomeado prefeito de Salvador. Manteve-se no poder durante quase 30 anos, no período do autoritarismo, tendo sido presidente da Eletrobrás e nomeado governador duas vezes – a primeira, em 72, e a segunda, em 78. Ele próprio declarava que governava ‘com um chicote numa mão e o dinheiro na outra’, frase que caracterizou muito bem o seu temperamento autoritário e vingativo.

Essas serão as primeiras eleições para cargo executivo que Antônio Carlos Magalhães disputa, valendo-se de uma ampla campanha que fez para mudar a sua imagem diante do eleitorado, para quem se coloca como ‘Toninho ternura’, tentando apagar o conhecido apelido que ganhou no seu governo, o de ‘Toninho malvadeza’. Na sua trajetória política, o candidato fez incontáveis inimigos, mas sempre soube cultivar aliados que garantissem o poder, a exemplo do presidente das organizações Globo, Roberto Marinho, com quem esteve envolvido no escandaloso caso NEC –, quando era ministro das Comunicações. Afora os militares, A. Carlos foi o único ministro que se manteve no governo de Sarney, agraciado por ter liderado movimento para aprovação dos cinco anos de mandato do ex-presidente.[626]

Além das fotos, a *Tribuna da Bahia* usava o recurso da charge para criticar os oponentes. Sempre publicadas na página 2 das edições, elas traziam a figura de Antônio Carlos Magalhães em situações ridículas ou comprometedoras, muitas vezes com camisas em listras verticais, semelhantes às de presidiários. Foi o que ocorreu na charge publicada na edição de 4 de setembro, quando a grande questão noticiada em relação às eleições era o não comparecimento de Josaphat Marinho ao debate promovido pela TVE entre todos os candidatos ao Senado. A *Tribuna*

[626] BAHIA escolhe hoje novo governador. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 out.1990a, p. 5.

da Bahia acusava ACM de ter proibido a participação do candidato de sua coligação e a charge reforçava, apresentando um Josaphat nervoso, expressão percebida pelo suor e os olhos arregalados, escondendo-se atrás de um gordo e disfarçado Antônio Carlos que, placidamente, as-sobiava uma música.[627]

O *A Tarde* se diferenciava em todo esse contexto, pois fazia cobertura marcada por tentativa de imparcialidade dos textos informativos, perceptível a partir da utilização de diversos recursos, como notícias de tamanho similar sobre os diferentes candidatos publicadas na página da editoria de política, acompanhadas também de fotos de igual medida e com prevalência de fontes humanas e dados na exposição dos fatos. Por outro lado, destacava-se, nas suas páginas, o grande número de colunas opinativas sobre política como *Tempo Presente*, *Além da Notícia*, *Palanque na TV* e *Agenda Brasil*, além da coluna de Renato Simões, publicada na capa. Apenas as duas últimas eram assinadas. Importante lembrar que a delimitação explícita dos espaços opinativos e informativo era um dos recursos que os jornais adotavam para garantir credibilidade diante do público e legitimar seu discurso como neutro e imparcial, embora a atuação dos colunistas estivesse subordinada ao interesse do proprietário do jornal. Balbino Pacheco Filho, que atuou como radialista desde 1946 e acompanhou também o processo de censura aos impressos, relata: “[...] a imprensa sempre ficou condicionada aos donos dos veículos, quer dizer, por mais liberdade que o colunista tivesse, ele tinha que ouvir sempre a opinião do dono, que era o dono do emprego”. [628]

Em 1990, *A Tarde* é o mais volumoso diário publicado em Salvador, variando entre 40 e 80 páginas. Jornal mais vendido do Nordeste, era composto por um caderno principal, com 16 páginas, que trazia notícias nas seções *Geral*, *Opinião*, *Política*, *Nacional*, *Internacional*, *Municípios*, *Polícia* e *Esportes*; um Caderno 2, com 12 páginas, que publicava matérias sobre a produção cultural em Salvador, agenda cultural, colunas sociais, mas também as seções *Município* e *Economia*; e um caderno de classificados, com 12 páginas. Certamente, era também o mais lido de Salvador, o que pode ser constatado pela observação da extensão do

[627] RAI0 laser. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set.1990, p. 2.

[628] Entrevista concedida por Pacheco Filho, aos acadêmicos Ana Flávia Assis Azevedo de Souza, Josevaldo de Souza Campos e Rachel Silva de Sá Barreto, pelo Projeto Memórias do Jornalismo Baiano, coordenado pelas professoras Ana Spannenberg e Mônica Celestino, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em maio de 2008.

seu caderno de classificados em relação ao dos concorrentes: na *Tribuna da Bahia*, apenas uma página, e, no *Correio da Bahia* sequer há publicação similar. O valor de venda do jornal era de Cr\$ 40,00 nos dias de semana e Cr\$ 60,00 aos domingos. Além dos cadernos diários, o jornal publicava ainda outros, com periodicidade semanal como *A Tarde Lazer e Informação*, que circulava aos domingos; *Turismo e Automobilismo*, às quartas-feiras; *A Tarde Municípios* e *A Tarde Rural*, às sextas-feiras; e *A Tarde Cultural*, aos sábados. Entre os anúncios publicados, havia variedade de serviços, mas destacavam-se diversas propagandas de candidatos, de diferentes partidos. A maior parte deles com a fórmula tradicional de nome, número e foto do candidato, mas alguns também inovavam. Um exemplo é o anúncio do candidato Enio Carvalho, ao disputar vaga para Deputado Estadual pelo PSDB:

Sua sugestão pode virar lei. [...] Enio está planejando um sistema inédito de relacionamento com os eleitores: uma linha direta, funcionando todos os dias, para receber e encaminhar denúncias e sugestões, com respostas práticas dentro de 48 horas [...]. [629]

Sete anos antes, o jornal deixara de ser a única empresa de comunicação da família Simões, mas continuava sendo o veículo privilegiado da elite intelectual de Salvador. Em 1983, havia sido lançada a *Rádio Jornal A Tarde FM*. A programação, composta de serviços de utilidade pública e músicas como MPB, jazz e rock, tinha como objetivo diversificar a audiência do grupo, já que o jornal atingia prioritariamente as classes altas. “Se até hoje o jornal é mais consumido pelo público A e B, a rádio tentaria abarcar o B, C e D”, explica o diretor Sérgio Simões de Mello Leitão, neto de Ernesto Simões Filho. [630] Três anos depois, sem ter alcançado a resposta financeira esperada, a emissora modificou-se, passando a chamar-se *FM 104*, com privilégio da música baiana de apelo mais popular. “Tivemos que optar por um segmento mais popular, para poder brigar no mercado pela audiência e fomos a primeira rádio do Brasil a apostar quase exclusivamente na música baiana [...]”, relata o diretor, “[...] problemas financeiros vieram após os primeiros três anos, a programação estava muito erudita, então aproveitamos para divulgar

[629] SUA sugestão pode virar lei, *A Tarde*, Salvador, 30 set. 1990, p. 7.

[630] CASTRO, José. 71 anos após o jornal, surgiu a FM estéreo. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 8.

o que as gravadoras nos enviavam, como sertanejo, romântica e outros ritmos, que entraram e saíram da moda”.[631] Assim, estabeleceu-se a percepção do grupo sobre seus públicos, evidentemente, nesse momento sustentada por visão empresarial, que havia muito direcionava a empresa, especialmente após a morte do fundador, quando os filhos assumiram a direção.[632] De um lado, entretenimento, para divertir e distrair as classes B, C e D. De outro, informação e opinião, para formar as classes A e B. E o último grupo, cada vez mais, exigia do jornal uma aparência de neutralidade, que garantisse sua credibilidade.

Um modo de marcar a tentativa de imparcialidade foi oferecer ao leitor pauta variada sobre o comportamento do eleitor e dos candidatos nas eleições, inovando na cobertura para além das agendas, das diferenças partidárias e dos resultados das pesquisas. Assim, *A Tarde* publicou matérias sobre diversos temas, entre eles, a presença feminina na política baiana[633], o trabalho dos coladores de cartazes[634], a atuação dos cabos eleitorais[635], a utilização do *marketing* pelos políticos[636], a importância da mídia eletrônica na campanha[637], o alto índice de inadimplência dos candidatos em honrar suas dívidas com despesas de campanha[638] e a prática de distribuir e aceitar camisetas com propaganda de candidatos, independentemente da aceitação de sua ideologia ou do comprometimento com o voto[639]. Em todos esses exemplos, os textos eram construídos sem posicionamento partidário, recorrendo a fontes humanas variadas, respeitando-se a regra de três fontes mínimas.[640]

[631] CASTRO, 2002.

[632] BRAGA, Ivana. Há 14 anos à frente, na liderança entre jornais do Norte e Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 5.

[633] CASTOR, 1990, p. 5.

[634] STEFANES, Luiz. Em época de eleição, as noites são dos coladores. *A Tarde*, Salvador, 8 set. 1990, p. 5.

[635] CABOS eleitorais não poupam nem o domingo. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990, p. 3.

[636] BAPTISTA, 1990, p. 1.

[637] FORÇA..., 1990, p. 8.

[638] CANDIDATOS fazem qualquer negócio pela propaganda. *A Tarde*, Salvador, 18 set. 1990, p. 5.

[639] GUSMÃO, Marcus. Eleições reduzem número de baianos descamisados. *A Tarde*, Salvador, 24 set. 1990a, p. 3

[640] Uma regra prática da profissão estabelece que, em cada matéria jornalística, é necessário ouvir, no mínimo, três fontes de informação para oferecer ao leitor uma perspectiva o mais plural possível sobre o fato que está sendo noticiado.

Ao fazer denúncias, o que acontecia muito ocasionalmente na cobertura das Eleições 1990, o *A Tarde* também preocupava-se em buscar certa isonomia. É o que se percebe, por exemplo, quando o jornal noticiava a prática recorrente, no Brasil e na Bahia, de criação de municípios novos às vésperas das eleições, na edição de 9 de setembro.[641] A estratégia consistia na troca dos votos de um determinado povoado, pelo auxílio do candidato no seu processo de emancipação, o que garantiria ao novo município o recebimento de uma cota do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A matéria, aparentemente recebida via agências de notícias, apresentava números brasileiros desta prática. Na sequência, uma retranscrição[642] intitulada, *Na Bahia, a manobra prossegue*, trazia dados estaduais, informando os dois maiores partidos envolvidos, integrantes de duas das três principais coligações na disputa pelo Governo do Estado.

Apesar das constantes denúncias da imprensa, as emancipações eleitoreiras na Bahia prosseguem e já ganharam até um nome folclórico: ‘festa do interior’. Os campeões de requerimentos de emancipações são os deputados Coriolano Sales (PSB) e Osvaldo Souza (PFL), o que faz crer que o oportunismo eleitoral não tem ideologias. Os requerimentos ainda têm o apoio de outros deputados, que subscrevem a iniciativa, numa prática corporativista onde a crítica é feita, somente, de forma velada. A Comissão de Divisão Territorial da Assembléia Legislativa, fora dos prazos constitucionais, aprovou mais de 40 requerimentos de emancipação, nas sessões de 27 de junho a 29 de agosto deste ano.[643]

Jornais, políticos, publicitários. Entre tantos atores que têm espaço nos impressos, a campanha de 1990, destacou a entrada de outro grupo que também opinou sobre os acontecimentos políticos de Salvador: os leitores. Em três dos quatro diários que circulavam na capital baiana havia espaços destinados especificamente para publicação de cartas e comentários deles. Em todos os periódicos, as publicações seguiam regras predefinidas, apresentadas de modo fixo em todas as edições. O *A*

[641] WAMBIER, Telmo. Criação de municípios é um escândalo eleitoreiro. *A Tarde*, Salvador, 9 out. 1990, p. 8.

[642] Denomina-se retranscrição ao texto jornalístico secundário, apresentado como desdobramento de um texto principal, ocupando a mesma página ou páginas subsequentes, com informações complementares à notícia.

[643] WAMBIER, op. cit., p. 8.

Tarde, por exemplo, determinava os critérios para publicação de textos, muito semelhantes aos expostos nas demais colunas:

As cartas deverão ser escritas em até 20 linhas datilografadas, com 60 toques cada linha, a fim de atender a maior número de leitores. As cartas que excederem de 20 linhas serão reduzidas para esse tamanho. Quando fizerem acusações, denúncias etc. devem vir com firma reconhecida.

A coluna *Espaço do Leitor* era publicada diariamente pelo *A Tarde*, geralmente na página 4 do primeiro caderno, junto dos textos opinativos como o editorial do jornal e outras notas. As cartas selecionadas tratavam de temas diversos, desde apelos aos poderes públicos por remédios e aposentadoria[644], até reclamações e denúncias sobre má conservação de espaços públicos[645]. Mas também havia espaço para reclamações de ordem política, tanto com posicionamentos de grupos[646] quanto de cidadãos manifestando-se individualmente[647] contra atitudes do poder executivo municipal, estadual e federal. A temática das eleições, entretanto, raramente era abordada nas cartas publicadas e, quando aparecia, era sempre de modo sutil e, aparentemente, neutro.

Admitamos as críticas políticas feitas por baianos que convivem ou conviveram com a nossa gente, sentindo as nossas dificuldades econômicas e sociais. Não devemos, porém, aceitar as críticas formuladas por forasteiros e desconhecidos, como está acontecendo com artistas importados do Sul do País. Não sei se as críticas, as difamações, são merecidas ou não. O que não sei é como esses críticos contratados pelos políticos baixam tanto da sua dignidade moral para difamar a quem não conhecem.

Resultado: isso revolta o eleitor baiano e termina colocando-o a favor da vítima, porque realmente as críticas sistemáticas, infundadas, não constroem

[644] (UM) APELO ao governador em favor de deficiente. *A Tarde*, Salvador, 9 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; SALÁRIO faz Barbabé voltar às quitandas. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990, Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

[645] CEMITÉRIOS estão em situação deplorável. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; CONTRA barracas. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; RUA consta como asfaltada, mas só tem buracos. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

[646] DESCRÊ as intenções do governo. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

[647] (O) ENSINO público fora da política. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; CONCLAMAÇÃO contra cenas de sexo na TV. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; PROTESTO contra ofensas ao Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4; AGORA são mais que descamisados. *A Tarde*, Salvador, 24 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

nada a favor de quem as pratica. Eu sou totalmente apolítico, mas nem por isso deixo de me colocar ao lado da verdade, da justiça e do direito, porque só assim eu consigo viver com a minha consciência tranqüila.

Sancho Santos

(Rua Duarte da Costa, 128, Salvador/BA).[648]

Já a *Tribuna da Bahia* assumiu posição diferente, privilegiando os temas relacionados às eleições que apareciam, no mínimo, em uma das quatro ou cinco notas publicadas em média na coluna Sr. Redator, que não tinha página fixa, mas era veiculada diariamente no *Caderno Cidade*, com exceção da edição de final de semana. As cartas não possuíam um tamanho padrão e tratavam de temas diversos, como política nacional[649] e internacional[650], a situação dos espaços públicos de Salvador[651] e as demandas de grupos sociais específicos[652]. A presença de comentários sobre a campanha eleitoral, entretanto, era constante e não demonstrava preocupação com neutralidade[653], o que configurava a coluna como mais um espaço para continuidade do papel panfletário desempenhado pelo jornal.

Sr. Redator:

Ao ler a nota 'A Direita Avança', nesta coluna, venho reforçar o pedido de que partidos progressistas ataquem mais as 'mentiras da direita'.

O povo pensa que o governo do 'Rouba, mas faz' vai fazer muito. Um governo que nasceu com a ditadura só fez obras faraônicas para as elites. A Bahia continuou com seus bolsões de pobreza, lixos amontoados, favelas,

[648] NÃO aceita crítica de forasteiros. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

[649] CENSURA. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990, p. 6. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 6.

[650] NICARÁGUA. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 4.

[651] POLUIÇÃO da Pituba. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 4.; TRISTE realidade. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 6; BOICOTE na linha. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 4.

[652] COMÉRCIO aos domingos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p.4; ABONO irreal. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 28 set.1990. *Caderno Cidade*, Coluna Sr. Redator, p. 4.

[653] SALVAR a Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990, p. 4; DIREITO à verdade. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 6; (A) DITADURA voltou. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set.1990. *Caderno Cidade*, coluna Sr. Redator, p. 4.

muitas pobreza [sic] para a qual ninguém fez nada. Pelo contrário, fizeram muito quando o atual governo quis resolver os problemas da pobreza e o ex-ministro das Comunicações tentou impedir, porque ele só trabalhava para ricos e bem nutridos.

Agora que essa gente que utiliza o slogan perigoso de ‘Eu era feliz e não sabia’ não tem mais o apoio dos militares do ‘milagre econômico’, nada será feito. Essa gente vai agora apoiar a recessão econômica do governo federal, para garantir os seus privilégios e esmagar os ‘descamisados’. Essa gente vai promover novos fatos semelhantes áquele [sic] que botou no serviço público as primas ‘de dona Carmen’[654]. Quem [sic] os partidos progressistas mudem de estratégia e trabalhem mais.

Luís Carlos dos Santos Cabral.
Capital.[655]

O *Correio da Bahia* não possuía espaço dedicado à publicação da opinião de seus leitores. Contudo, entre os jornais que publicavam cartas de leitores, aquele que tinha formato mais diferenciado era o *Jornal da Bahia*, na coluna “Bate Papo com o leitor”, publicada diariamente na página 6 do caderno principal, na qual, além de divulgar as cartas, o veículo as comentava. Os temas variados abrangiam questões de ordem

[654] Uma anedota, corrente entre profissionais dos meios de comunicação de Salvador, remonta ao período de implantação da TV Educativa da Bahia, cuja concessão foi obtida em 1982 por ACM, então governador do estado, e a inauguração ocorreu em 9 de novembro de 1985. Na época, no edital de nomeação dos funcionários da estatal, acabou sendo publicado o nome de uma pessoa seguido da observação “sobrinha de dona Carmen”. A expressão virou piada no meio. Sobre isso ver: ARAGÃO; MENEZES; SANTOS, 2006, p. 87-89.

[655] MENTIRAS de direita. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. Caderno Cidade, coluna Sr. Redator, p. 4.

pública[656] e privada[657], mas também questões políticas[658]. Sobre a campanha eleitoral, os comentários publicados em geral exaltavam a postura “neutra” do *Jornal da Bahia*[659]. Quando havia posicionamento, geralmente a coluna publicava uma carta sobre cada um dos dois principais grupos na disputa, como ocorreu na edição de 12 de setembro, com as cartas *Competência de ACM e TRE parcial?*[660] Mas, em geral, a seleção das cartas sobre as eleições, assim como no *A Tarde*, privilegiava aquelas que não apresentavam tendências partidárias:

Senhor Redator,

Quero deixar registrado o meu repúdio ao modo como vem sendo conduzido o Programa Eleitoral Gratuito do TRE na televisão. Não serve para nada, apenas para bate-boca, onde todos são chamados de ladrões. Fica claro para mim que todos os políticos são farinha do mesmo saco e o melhor protesto é o voto nulo.

Adalberto Pereira dos Santos

Boca do Rio

-
- [656] (A) CRISE do turismo. *Jornal da Bahia*, Salvador, 1º set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; TÁXIS. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; DECADENCIA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; E OS CAMELÓS?, *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; EDUCAÇÃO caótica. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; BARRACA em Ondina. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; PREFEITO x Porcolino. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; S.O.S. Pernambués. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; SUJEIRA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990, p. 6; POLUIÇÃO na Lapa. *Jornal da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; SUJEIRA nos vales, 25 set. 1990, p. 6; ABANDONO do patrimônio. *Jornal da Bahia*, Salvador, 25 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- [657] ENSINO particular. *Jornal da Bahia*, Salvador, 1º set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; QUEM vai pagar a conta? *Jornal da Bahia*, Salvador, 1º set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; EDUCAÇÃO..., 1990, p. 6; REI da sucata. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- [658] (A) TERRA do já teve. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; PREJUÍZOS da greve. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990; Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; ENTREGUISMO. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- [659] IMPARCIAL. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; PESQUISAS duvidosas. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; JORNALISMO. *Jornal da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- [660] COMPETÊNCIA de ACM. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6; TRE parcial. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

Caro Adalberto, entendemos sua revolta e registramos seu protesto. Não concordamos com o voto nulo. O melhor caminho para se aperfeiçoar as instituições e consolidar a democracia é o voto responsável e consciente. Escolha seu candidato e exerça o seu direito. É a forma mais direta para se mudar, inclusive a qualidade dos políticos.[661]

Apesar da postura explicitamente opinativa adotada pelos jornais em campanha, percebe-se, ainda em 1990, movimento lento em direção a maior neutralidade ou, pelo menos, de aparente imparcialidade. Mesmo os jornais que assumiram explicitamente a defesa de alguma candidatura em particular, cercaram-se de alguns cuidados técnicos. Assim, as denúncias mais violentas geralmente eram feitas por fontes humanas e não pelo próprio jornal, o que se caracterizava pela utilização de aspas. Além disso, para criar a impressão de maior isonomia, os jornais em campanha – *Tribuna* e *Correio* – abriram espaço para candidatos que não representavam oposição direta aos seus candidatos, como foi o caso de Lídice da Mata, Sérgio Gabrielli e Antônio Mendes. O candidato Luiz Pedro Irujo que, nas primeiras pesquisas, estava na terceira colocação, logo superado por Lídice da Mata, entretanto, não recebeu espaço no *Correio da Bahia*, certamente não por representar uma ameaça, mas por disputas políticas e mercadológicas entre o grupo carlista e sua *Rede Bahia* e a *TV Itapoan*.

Além das campanhas, a cobertura da eleição de 1990 também se destacou pela tentativa de alguns periódicos, mesmo aqueles explicitamente posicionados, em tentar sair do foco exclusivo dos candidatos e ampliar a pauta, oferecendo informações de serviço sobre como e onde votar, documentos necessários e o que era proibido.[662] Foi mais um inicial processo de deslocamento do foco de interesse dos jornais e de sua relação com o leitor como cliente, embora a visão empresarial ainda não estivesse completamente consolidada. Assim, o eleitor passou a também fazer parte da cobertura. Não apenas através da figura retórica do “povo”, que continuava sendo amplamente utilizada pelos jornais em campanha, a partir de expressões vagas como “multidão” e “milhares de pessoas”, que ajudavam a demonstrar o apoio popular aos mais diversos candidatos. Mas, também, através do recurso da personaliza-

[661] PROPAGANDA eleitoral. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

[662] ELEITORES têm até o dia 2 para pegar o título. *Correio da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. Caderno Votar, p. 2.

ção ou da humanização do relato: o povo passou a ter nome, idade, ocupação, necessidades e opinião, estampados nas páginas dos jornais. Tal recurso jornalístico, que despontou no final da década de 1960, com o chamado *New Journalism*, tinha a intenção original de causar identificação ao leitor pela utilização de personagens reais, que se aproximavam de seus interesses e características. Na campanha dos jornais soteropolitanos de 1990, essa estratégia parece estar contemplada, a partir de uma série de fontes da classe média, apresentadas com ênfase em suas ocupações – como professor, comerciário, taxista, bancário –, mas também expandida, com a referência a diversas pessoas pobres, que certamente não faziam parte do público a ser atingido pelo jornal. A segunda estratégia parecia visar à sensibilização e à comoção dos leitores, as classes alta e média soteropolitana, no sentido de colocar o “voto correto” como alternativa para alteração da realidade.

A *Tribuna* fez uma espécie de “povo fala” com eleitores nas ruas para opinarem sobre as denúncias feitas contra o TRE baiano. Cinco pessoas foram ouvidas, como o comerciário Georgeston Marcos Carneiro, de 35 anos, que opinou: “Antonio Carlos esculhamba todo mundo e só ele tem direito de resposta. Isto apenas o favorece nas eleições porque os eleitores que não têm consciência do que está acontecendo são influenciados”. [663] No *Correio*, o povo apareceu em boxes publicados diariamente com a opinião de diferentes pessoas sobre a candidatura ACM, geralmente selecionadas nos locais em que eram feitos os comícios noticiados na mesma página. O *A Tarde*, em sua série de matérias sobre o comportamento do eleitorado, abordou eleitoras mulheres para saber se apoiavam a chapa feminina da Frente Popular. As respostas atribuídas às entrevistadas humanizaram o relato e o aproximaram do leitor, mas também demarcaram a visão política do jornal. No texto, quatro pessoas afirmaram que não votariam nas mulheres e três declararam apoio a elas. [664]

A inserção gradual da classe média nos jornais não ocorreu apenas a partir da cobertura. Seguindo tendência de mudança no perfil da própria intelectualidade soteropolitana, com maior acesso ao ensino superior e conseqüente inserção nos círculos de debate dos problemas

[663] COMPORTAMENTO da Justiça indigna o eleitor. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990, p. 3.

[664] CASTOR, 1990, p. 5.

sociais e políticos, o perfil dos jornalistas atuantes também foi modificado e, com ele, o padrão de cobertura. Em 1990, o antigo prestígio que recaía sobre os profissionais, que vislumbravam no jornalismo uma porta de entrada para a política, foi substituído pela preocupação com problemas cotidianos de qualquer trabalhador, como salário: “A atividade jornalística já é conhecida como aquela em que o profissional tem que ter mais de um emprego. Isso se quiser sobreviver com os baixos salários que recebe em cada um deles.” [665] Em matéria sobre alternativas de trabalho informal para sobreviver ao arrocho salarial, uma retranca era dedicada exclusivamente à profissão de jornalista, retratando três exemplos de profissionais que precisavam buscar outras atividades para complementação de renda. Entre eles, uma jornalista da própria *Tribuna da Bahia* serviu como fonte:

Recém-formada em jornalismo, Itania Gomes não perde tempo quando o assunto é ganhar dinheiro. Além de repórter de economia e jornalista do Sindiquímica, ela já vendeu roupas para os colegas de redação, faz chocolate caseiro e ainda arranja tempo para concorrer a uma vaga de professora da Uneb. [666]

Além das questões cotidianas, os jornalistas também se manifestaram como classe, diante dos abusos cometidos na campanha eleitoral, a partir de nota redigida durante o II Congresso Estadual de Jornalistas, que aconteceu de 6 a 9 de setembro. No texto, uma explícita nota de contrariedade à ação política do grupo carlista:

A liberdade de expressão é um direito universal consagrado na Constituição Brasileira. Um direito inalienável do cidadão, que os jornalistas, enquanto profissionais, têm o dever de defender e praticar, sob pena de comprometer o regime democrático.

Por isso, os jornalistas baianos reunidos no seu II Congresso Estadual, de 6 a 9 de setembro, em Salvador, repudiam todo e qualquer tipo de censura exercida contra o livre direito de informar e opinar, assim como protestam contra a postura parcial e tendenciosa do Tribunal Regional Eleitoral. A posição do TRE, de não coibir a utilização abusiva dos meios de comunicação social, nesta campanha eleitoral, favorece claramente a determinado grupo político.

[665] IMPROVISACÃO é a arma do baiano contra arrocho. *A Tarde*, Salvador, 7 set. 1990, p. 4.

[666] *Ibid.*

Diante dos acontecimentos que se registram no curso da campanha, com o **TRE assumindo postura de adesão aos interesses de um grupo político**, os jornalistas manifestam preocupação com a lisura do pleito e comprometem-se a fiscalizar e denunciar quaisquer manipulações, fraudes ou outras irregularidades que venham a ocorrer nas eleições deste ano. Temos a responsabilidade de contribuir para que a vontade soberana dos eleitores seja respeitada, em nome da democracia, pela qual tanto lutamos.[667]

Os jornais soteropolitanos comportaram-se de duas maneiras diferentes diante de um cenário de tamanha complexidade como o que marcou a Eleição de 1990. Por um lado, aqueles que assumiram abertamente as campanhas de candidatos, desenvolveram cobertura parcial, marcada pela seleção privilegiada de temas favoráveis aos apoiados e contrários aos oponentes. De outro, os jornais que buscaram uma imagem de neutralidade, sustentados nos recursos e técnicas jornalísticas de imparcialidade, deslocaram para os espaços opinativos o próprio posicionamento e conferiram à cobertura política peso igual e, às vezes, até menor ao cedido a outras temáticas. Apesar disso, não é possível afirmar que os periódicos deixaram de ser veículos destinados à comunicação com as elites. Se observarmos, só a título de ilustração, os valores dos números avulsos, podemos entender melhor tal afirmação. Os três, *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Correio da Bahia*, se equivaliam nas edições semanais, custando Cr\$ 40,00, valor superior ao de um quilo de açúcar refinado, vendido à época por Cr\$ 35,00. Nos finais de semana, *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, custavam R\$ 60,00, o que representava um valor mais de duas vezes superior ao quilo da farinha de trigo, vendida por uma média de Cr\$ 25,00.[668] Percebe-se que, adquirir um jornal impresso diariamente, representava um peso muito grande para alguém que recebia salário mínimo, que, no mês de setembro de 1990, custava Cr\$ 6.056,31.[669] Comprar edições avulsas do jornal comprometeria Cr\$ 260,00 semanais e, ao final do mês, o custo total seria de Cr\$ 1.040,00, o que equivaleria a 17% do orçamento.

As mudanças na cobertura dos veículos, entretanto, acompanharam um movimento, já mencionado, de gradual modificação no próprio perfil das elites a quem se destinavam. O *A Tarde*, mantendo opção

[667] JORNALISTAS protestam contra TER. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990, p. 3. (grifo nosso).

[668] Cf. VARIAÇÃO de preços em uma semana. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990, p. 2.

[669] MÍNIMO de setembro fixado em R\$6.056,31. *A Tarde*, Salvador, 1º set. 1990, p. 10.

original, visto que, desde a sua fundação, esteve vinculado aos interesses da Associação Comercial da Bahia, pretendeu dirigir-se, como público, às elites econômica e intelectual, embora o *Grupo A Tarde* passasse a buscar uma camada de público mais popular através do rádio, porém oferecendo-lhe apenas entretenimento. As elites, por sua vez, foram gradualmente se modificando, com todos os processos anteriormente descritos, deixando de estar ligadas aos interesses políticos tradicionais, o que exigiu do jornal também uma adaptação no sentido de “modernizar-se” e abandonar os “ranços provincianos”. A elite política, contudo, manteve-se ainda ligada, tanto aos tradicionais atores quanto aos modos de ação, o que fez os jornais a ela vinculados continuarem atuando com tom panfletário. De modo geral, seguindo percurso também identificado nos jornais impressos do Centro-Sul, mesmo com mudanças na técnica redacional e na composição gráfica, os impressos mantiveram postura tradicional, assumindo o papel de falar para e sobre as camadas que gerenciavam a vida pública.

Para concluir: mudanças e continuísmos

Salvador é assim, terra de encontros e desencontros, do novo e do velho, misturadamente. O bom ‘antigo’ misturando-se ao mal ‘moderno’; o passado rançoso contaminando o viçoso futuro.[670]

Caminho percorrido, seria interessante lançar um olhar sobre o percurso construído, na tentativa de entender qual a função do jornal impresso em Salvador durante nove décadas do século XX. Para preencher as lacunas e observar como as configurações sociais foram se alterando, modificando, conseqüentemente, a prática do jornalismo, é interessante resgatar as questões postas logo no início: “quem decide o que é notícia?” e “para quem as notícias são escritas?”. A meta dos capítulos apresentados foi observar tanto o contexto social no qual se realiza o processo de modernização do jornalismo quanto seu resultado concreto na materialidade do produto jornal, para responder a tais questões. Com isso, acredita-se, seguindo Norbert Elias, ser possível perceber como a função social do jornal modificou-se ao longo desse período, a partir de mudanças na própria configuração social soteropolitana.

Embora a presente obra não tenha pretensões de ser conclusiva, especialmente pela abrangência do tema e pelos escassos registros encontrados sobre o jornalismo baiano e, especificamente, soteropolitano, acredita-se que ela permite lançar luzes para esboçar algumas respostas às questões propostas. Elas se inclinam – diferentemente do que se imaginava inicialmente – no sentido de “permanências”, mais do que de “mudanças”, reforçando a tese elisiana de que os processos de mudança sócio-histórica são mais facilmente percebidos em períodos de longa duração. Apesar disso, acredita-se que, pela intensidade das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas pelas quais a sociedade soteropolitana passou ao longo do século XX, o período apresentado permite observar, ainda que de modo breve, as relações de interdependência entre os jornais e os grupos sociais, por quem e para quem eram produzidos,

[670] FARIA, 1980, p. 25.

e como suas modificações alteraram sutilmente a figuração social. Tais alterações podem ser percebidas, especialmente, nos âmbitos formal, estrutural e profissional.

O *A Tarde* liderou o processo de “modernização” do jornalismo soteropolitano e, embora faça questão de ostentar tal rótulo, também frisa seu estreito vínculo com as tradições da Bahia para se autodenominar um “jornal conservador”. Neste sentido, é interessante perceber como, nos três pleitos apresentados, o jornal esteve ao lado das facções que representavam o que havia de mais tradicional na política baiana. Ao longo dos seus 90 anos, porém, foi, efetivamente, responsável por apresentar ao leitorado uma série de inovações formais que influenciaram diretamente seus “concorrentes” e resultaram na modificação da materialidade do jornal. As primeiras mudanças, ocorridas logo nos primeiros anos de existência, foram gráficas, com melhoria da diagramação, uso de manchetes e destaque para o conteúdo da capa. Na década de 1950, seria o primeiro jornal do Nordeste a receber o serviço das principais agências de notícia do País e internacionais, tendo ampliado sua cobertura temática abrindo, portanto, espaço para atender a um público mais diversificado. A partir dos anos 1970, já sob direção da segunda geração, ampliou o parque gráfico, melhorando e dinamizando os processos de impressão, construindo nova sede em local distante do centro e que, na década seguinte, transformou-se na principal área de concentração empresarial de Salvador. Na década de 1990, como jornal mais lido do Norte e Nordeste, estabeleceu espaços bem distintos para informação e opinião, contando com diversificado número de colunas opinativas, com temáticas variadas, assim como suplementos semanais nas mais diversas áreas.

As mudanças empreendidas, sobremaneira na primeira metade do século XX, mas também, em certa medida, nas décadas posteriores, porém, derivaram quase sempre de influências externas, especialmente inspiradas no jornalismo que se praticava no Rio de Janeiro e em São Paulo que, por sua vez, inspirava-se no modelo estadunidense. Tais adaptações garantiram permanência no cenário local como espaço de inovação, sustentando o discurso de modernização, adequado às próprias necessidades da sociedade soteropolitana, marcada pelo estigma do chamado “enigma baiano”, categoria gestada pela intelectualidade baiana que, ora se aplicava para justificar ações e atitudes atadas aos

modelos tradicionais de economia e política, ora servia como mote impulsionador do discurso modernizante. A identificação com as práticas do Centro-Sul soavam, aos ouvidos e olhos das elites soteropolitanas, como resgate de posição cosmopolita e vanguardista, há muito tempo perdida pela Velha Salvador, sendo exaltadas em editoriais e notícias sobre o próprio jornal. Todavia, tinham caráter muito mais formal do que discursivo, visto que, textualmente, as páginas do jornal continuavam a privilegiar os mesmos temas, pessoas e visões de mundo que marcavam a sociedade local reproduzindo, assim, a própria dicotomia que a caracterizava: tradição *versus* inovação.

A percepção do jornal como empreendimento comercial também foi uma novidade, senão proposta, certamente reforçada pelo *A Tarde*. Apesar de os periódicos soteropolitanos, desde o século XIX, funcionarem como empresas capitalistas, sob regime de capital aberto, editorialmente, seu comportamento ainda mantinha os padrões panfletários e a noção de dever atuar como serviço público. A primeira grande inovação nesse sentido surgiu a partir do estabelecimento de cobrança para a publicação de anúncios populares, serviço antes oferecido gratuitamente pelos veículos a seus assinantes. A ideia do jornal como produto comercial e espaço de visibilidade pública que poderia ser capitalizado chocou e revoltou os concorrentes, inicialmente. Em pouco tempo, porém, foi incorporada como prática usual pelos diversos jornais, alterando a relação do veículo com seu leitor, não mais apenas correligionário, que precisava ser orientado, mas cliente, que deveria ser conquistado. Uma das iniciativas mais expressiva disso foi a publicação, pelo *A Tarde*, na década de 1990, do caderno de classificados mais volumoso e popular entre os jornais de Salvador.

Em algum tempo, percebeu-se que a conquista do maior número possível de clientes-leitores poderia gerar mais receita ao periódico, capitalizando a tiragem e angariando prestígio, demonstrável em altas cifras, para negociação de espaço redacional com os clientes-anunciantes. Tal prática também não era nova; desde o século XIX, as notícias e opiniões dividiam o espaço dos impressos com “reclames” diversos. Ao longo do século XX, porém, à medida que os jornais se constituíam como empresas e que a economia se industrializava, a divulgação de produtos tornou-se imprescindível. As ideias também precisavam ser propagadas em uma sociedade na qual a mídia tornou-se o espaço do

debate público; por isso, entrou em cena um elemento importante na nova relação dos jornais com seus clientes: os anúncios governamentais. Assim, com nova roupagem, as elites econômica e política permaneciam influenciando as decisões editoriais dos veículos, cada vez mais dependentes de seus subsídios para sobreviverem. No final do século XX, o *A Tarde* apresentava-se ao mercado baiano como o jornal de maior vendagem e, por isso, conseguia atrair para si os principais anunciantes. Vendendo ideias, produtos e serviços, manteve-se, comercialmente, muito à frente dos concorrentes, que chegaram, em alguns casos, a circular praticamente sem anúncios.

O terceiro fator de modificação observado na trajetória do jornalismo soteropolitano diz respeito a um gradual processo de profissionalização, que alterou significativamente o perfil dos jornalistas em atuação. Conforme apontado, nas primeiras décadas do século, os jornais eram produzidos por intelectuais, geralmente estudantes ou egressos dos poucos cursos superiores. Era bastante comum encontrar bacharéis em Direito – a carreira preferencial do período – que atuavam nos jornais aspirando a elegerem-se para um cargo político ou, pelo menos, conseguirem colocação pública. A visibilidade e o prestígio da profissão atraíam mais do que o salário, o que tornava o jornalismo quase sempre uma ocupação secundária.

As modificações nesse cenário foram lentas e seguiram um processo de autolegitimação também gestado fora das fronteiras da Bahia. A discussão sobre exigência de formação específica começou na década de 1940, na então capital da República, mas só seria normatizada no final dos anos 1960. Em Salvador, após primeira tentativa fracassada, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia firmou-se na década de 1960, começando a inserir no mercado profissionais capacitados nas modernas técnicas de fazer jornal e, ao mesmo tempo, preocupados com a noção ética como condutora de suas práticas. Na esteira dessas mudanças, duas outras alteraram o perfil das redações: as classes do ensino superior passaram, lentamente, a receber um número cada vez maior de mulheres e tornaram-se cada vez mais acessíveis a uma crescente classe média soteropolitana. Ao observar toda essa trajetória, é possível identificar um movimento de redução do prestígio político do veículo impresso, que deixou de ter função essencialmente formativa, passando a ser muito mais informativo. No entanto, mesmo deixando

de ser espaço de treinamento para os quadros da intelectualidade que deveriam assumir funções públicas e tornando-se produzido por técnicos formados nos cursos superiores, o jornal preservava, na direção, as “pessoas de confiança” dos proprietários.

É certo que o jornalismo soteropolitano, ao longo do século XX, sofreu mudanças, tanto na materialidade ou forma quanto na estrutura empresarial e profissional. Apesar disso, é interessante observar que o modo como a descrição dessas modificações aparece, aqui, permeada pelas expressões adversativas/concessivas “porém”, “contudo”, “todavia”, “entretanto”, “embora”, dá a medida de como tais alterações foram parciais e negociadas, colocando sempre em confronto as tradições que enraízam as práticas sociais e as inovações que tentam transformá-las. Mais do que depositários de informações, os periódicos são elementos performativos e constitutivos das sociedades que os produzem. Os jornais de Salvador, no período analisado, são espaços privilegiados para a observação das dicotomias que marcam esta sociedade, numa disputa constante entre o novo e o velho. O próprio veículo que alavanca o processo de modernização é também aquele que aparece discursivamente mais vinculado às tradições.

Por esses motivos, compreender o papel do jornal na sociedade soteropolitana durante o século XX exige que observemos, mais do que mudanças, permanências. Assim, é preciso retornar às questões propostas inicialmente – quem decide o que é notícia? Para quem elas são escritas? –, que conduzem a observar dois pontos decisivos para a compreensão do jornal: as instâncias da sua produção e da sua recepção. Como não é possível resgatar *in loco* esses dois polos do processo comunicacional em uma análise diacrônica como a proposta, foi preciso reconstruí-los a partir da materialidade do produto jornal e confrontar tais conclusões com informações diversas sobre a sociedade soteropolitana em diferentes momentos. A partir daí, conseguiu-se chegar a uma resposta convergente para as duas perguntas: os jornais impressos soteropolitanos, ao longo do século XX, foram produzidos e destinados a um mesmo grupo social, a elite. Cabe, porém, discutir brevemente como essa elite soteropolitana foi se modificando gradualmente ao longo das nove décadas e, com ela, também o jornalismo ou, ao menos, parte dele.

Sobre a Primeira República, é possível falar em uma elite soteropolitana, pois, guardadas as diferenças de interesses momentâneas que existiam entre os diferentes grupos que se abrigavam sob tal denominação, havia identificação ideológica que os aproximava. A oligarquia agromercantil detinha mais prestígio político do que econômico nesse momento, pois, após dois séculos de domínio, a cana-de-açúcar produzida no Recôncavo Baiano deixava de ser o principal produto de exportação do Brasil. A continuidade do poder de dominação sobre as populações que viviam sob sua dependência, entretanto, garantia a manutenção do poder político, permitindo a troca de votos dos “currais eleitorais” por favores. Na cidade, uma elite econômica composta por comerciantes e banqueiros controlava a circulação de mercadorias, garantindo, com isso, a permanência de seu modo de vida afrancesado, reproduzindo, nos trópicos, cultura e visão de mundo europeias, sustentadas pela lembrança de um passado no qual Salvador figurava como a cidade mais cosmopolita da colônia, sendo também sua capital. Os herdeiros desses dois grupos, sobre os quais são depositadas as expectativas de continuísmo da dominação estabelecida, recebiam formação universitária na Europa, na capital da República e, até mesmo, nas poucas escolas superiores da capital do Estado. Eles constituíam o que se pode chamar de uma elite intelectual baiana, reprodutora da cultura erudita adquirida por formação e totalmente comprometida com a manutenção do sistema social estabelecido. Os jornais produzidos por esse grupo funcionavam como tribuna para exposição de suas ideias e instrumentos de doutrinação e formação para aqueles que tinham acesso ao voto, homens alfabetizados. Os poucos leitores não pertencentes ao perfil dessa elite encontravam nos periódicos a condução necessária – tanto no aspecto moral quanto educacional e político –, cedida generosamente por aquele grupo que se outorgava o papel de condutor da coisa pública.

A estagnação econômica que assolava a Bahia no início do século começou a ser superada com a instalação, na década de 1950, da Petrobras e o início de um lento processo de industrialização. Nesse momento, percebe-se um movimento de gradual separação entre os grupos que constituíam as elites soteropolitanas. Os jornais, ainda presos aos grupos de poder econômico e político tradicionais, não permitiram observar tais modificações a partir de sua cobertura política.

Em outras áreas, porém, havia indícios de mudanças, com diversidade das temáticas abordadas e alguma inovação gráfica e no perfil dos profissionais. Tais alterações, contudo, foram minimizadas pelo caráter prioritariamente político assumido pelos impressos como tribuna das diferentes facções partidárias, ainda afeitas à tentativa de doutrinação do leitorado. A linguagem rebuscada e formal, somada às estratégias de difamação dos oponentes em substituição ao debate de ideias, denunciam que a produção permanecia nas mãos dos grupos ligados aos modos mais tradicionais de ação política. O voto de cabresto, que ainda era prática usual, propiciava que muitos candidatos sequer se dirigissem até as localidades do interior para garantir apoio, sustentado pela mediação dos líderes locais. A emergência do veículo rádio, caracterizado pela coloquialidade e popularidade de conteúdo, não conseguiu alterar – tomando-se como referência o contexto concorrencial – o estilo antigo de se fazer jornal, o que faz crer que a instância da recepção dos impressos também não se modificou significativamente.

Foi apenas com a consolidação do processo de industrialização baiano que as mudanças no perfil das elites delinearam-se de modo mais explícito. A instalação, na Bahia, de uma série de empreendedores e profissionais vindos do Centro-Sul, atraídos pelos benefícios da Sudene, trouxe para a cidade de Salvador um novo tipo de elite econômica, culturalmente diversa daquela que aqui existia e politicamente descomprometida com os antigos grupos de dominação. A elite intelectual também se modificou nessa direção, a partir da ampliação do ensino superior e do crescimento das classes médias, que passaram a ter acesso à formação, antes restrita. Com ela, alterou-se também o perfil do jornalista profissional, agora um técnico, com formação variada nas áreas humanística, prática e ética. Embora uma parte ainda estivesse vinculada aos tradicionais grupos de poder político e econômico locais, muitos profissionais chegavam às redações sem compromisso com a manutenção do sistema de dominação vigente, o que provocou mudanças gradativas no modo de produção dos jornais. Alguns veículos, sensíveis a tais alterações – talvez por perceberem a mudança de direção dos públicos receptores, talvez por influência das transformações sofridas pelos próprios produtores – passaram também a oferecer um jornalismo mais descompromissado com as antigas tradições da política baiana. Nesse movimento, a busca da credibilidade como valor foi

decisiva para garantir o novo consumidor e, com ela, a explícita separação do conteúdo informativo, opinativo e propagandístico foi essencial. Importante ressaltar, contudo, que as instâncias decisórias na estrutura das empresas noticiosas ainda eram compostas por profissionais “da confiança” dos proprietários, sendo muito recente o registro de contratação de gerentes e diretores profissionais (apenas nos primeiros anos do século XXI).

Apesar das mudanças no perfil das elites econômica e intelectual, a dominação política permaneceu, na última década do século XX, nas mãos de um grupo com comportamento e ideologias nitidamente homogêneos e vinculado a tradicionais valores da sociedade baiana. Nesse âmbito, não houve significativas modificações em relação aos métodos e estratégias utilizadas para chegar e manter-se no poder, predominando comportamentos de clientelismo, cooptação e corrupção, naturalizados na fala popular como “a tradicional política do ‘rouba mas faz’”. Houve inovações nos modos de se comunicar com esse público, sobretudo em função da expansão dos meios eletrônicos, com garantias de controle ideológico, pois fornecidos como entretenimento barato e jornalismo superficial. No que diz respeito às coberturas políticas, entretanto, os jornais impressos ligados às tradicionais elites políticas pouco inovaram. Neles, prevaleceu a opinião, mesmo nos textos formatados como conteúdo informativo. Havia propaganda política explícita a favor dos aliados e calúnia e difamação grosseiras contra os adversários. Existiram, evidentemente, avanços na tentativa de construção de uma imagem de imparcialidade, especialmente nas demais temáticas de cobertura que excedem a política, demonstrando preocupação, ainda que mínima, com a busca de credibilidade. Mas, a quase total ausência de anunciantes nos jornais ainda predominantemente políticos denuncia que a visão empresarial não estava totalmente consolidada, sendo muito mais panfletos partidários do que empresas comerciais. Enfim, com eles, manteve-se a antiga tradição dos jornais impressos soteropolitanos usados como tribunas políticas e voltados para uma elite não interessada em discutir ideias, mas que preferiu deter-se ao exercício retórico fútil dos escândalos e denúncias.

É preciso reforçar que, como já dito, não foi intenção dessa obra tentar sintetizar o processo de modernização dos impressos soteropolitanos por uma narrativa linear e simplificadora. Pela própria síntese

aqui empreendida, é possível perceber que há diferentes ritmos e relações que se estabelecem entre os elementos constituintes das figurações sociais estudadas, de modo a não ser possível nem mesmo estabelecer quem são os atores tradicionais e os vanguardistas, pois tais papéis muitas vezes se mesclam e confundem. O processo de modernização que se buscou compreender é complexo, como a própria sociedade que o fomenta. Porém, é possível afirmar que, ao longo dos 90 anos de prática jornalística observada na Salvador do século XX, houve mais permanências do que mudanças. O jornalismo pode ser considerado espaço privilegiado para a percepção das oscilações que marcaram a sociedade soteropolitana nesse período, especialmente o movimento das elites. Contudo, também permite observar sua característica mais marcante, exaltada por poetas e escritores, criticada por pensadores e políticos: a de ser uma terra de dicotomias, na qual convivem, em equilíbrio nem sempre harmônico, as tradições mais remotas de um passado colonial e escravocrata e as novidades mais recentes, nas tecnologias e comportamentos engajados. Pelo jornalismo, também é possível perceber, e de modo explícito, a estratificação social que marca a cidade, com parcelas pequenas muito (ou pouco) ricas e um grande contingente de miseráveis, que ocupam as páginas dos impressos apenas como algo exótico e extraordinário. Afinal, mesmo com nove décadas e muitas modificações sociais, econômicas e culturais, o jornal impresso de Salvador continua sendo um veículo feito por e para as elites.

Personagens e periódicos

Os principais atores citadas ao longo dos capítulos, assim como os impressos mencionados, são apresentados brevemente a seguir. Os itens estão dispostos em ordem alfabética, divididos em dois blocos: personagens e periódicos.

Personagens

Afrânio Estevão Corrêa

Matogrossense, nascido em 2 de agosto de 1921, fundou o seu primeiro jornal em 1938, quando ainda era secundarista, o *Jornal Correio da Semana*, que circulou em Cuiabá por um ano. Formou-se em Ciências Jurídicas, em 1947, no Rio de Janeiro e, em 1961, mudou-se para Salvador, onde trabalhou no *Jornal da Bahia*, como repórter e cronista. Criou o jornal *Informe do Empresário*, em 1970, para atender à classe empresarial da cidade. O jornal circula até hoje sob a direção de Corrêa.

Altamirando Requião

O soteropolitano Altamirando Alves da Silva Requião nasceu em 27 de agosto de 1893. Foi deputado federal eleito em 1934, 1945 e 1950, mas destacou-se pela sua atuação como jornalista, à frente do *Diário de Notícias*, de 1915 a 1940 e na literatura pelas poesias e romances históricos ambientados na Bahia seiscentista. Faleceu em 1989.[671]

Antônio Balbino

Natural da cidade baiana de Barreiras, Antônio Balbino de Carvalho Filho nasceu em 22 de abril de 1912. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em 1932 pela Faculdade Nacional de Direito e atuou no jornal *A Noite*. Fez pós-graduação em Economia Política na Sorbone, Paris, e retornou ao Brasil em 1934, quando ingressou na vida política como deputado estadual. Perdeu o mandato em 1937, com a implantação do Estado Novo. Em Salvador, atuou como advogado, professor

[671] VEIGA, Cláudio. *Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião*. Rio de Janeiro: Record, 1993; ARAÚJO, Jorge de Souza. *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2008. p. 56.

e jornalista, colaborando com jornais como *O Imparcial* e o *Diário de Notícias*. Assumiu o Ministério da Educação e Cultura, de junho de 1953 a julho de 1954, quando se afastou para concorrer ao cargo de governador do Estado para o qual foi eleito pelo mandato de 1955 a 1959. Foi, ainda, procurador-geral da República no governo João Goulart, em 1961 e ministro da Indústria e Comércio, em 1963. Ao afastar-se em função do golpe Civil-Militar de 1964, reassume seu mandato de senador, até 1971. Faleceu em 05 de maio de 1992, no Rio de Janeiro.[672]

Antônio Carlos Magalhães

Nascido em 4 de setembro de 1927, em Salvador, Antônio Carlos Peixoto Magalhães formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, porém mesmo antes de concluir o curso já atuava como jornalista no jornal *Estado da Bahia* e, em 1954, abandonou as duas atividades para dedicar-se à vida política. Em 1955, assumiu seu primeiro mandato parlamentar, como deputado estadual; e, em 1959, 1963 e 1967, três mandatos, como deputado federal. Durante o regime militar, enquanto Salvador e a Bahia estavam destituídas da sua autonomia eleitoral, foi indicado a prefeito da capital, em 1966, e governador do estado, em 1971 e em 1979. Em 1975, assumiu a direção da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e, em 1984, foi Ministro das Comunicações do governo José Sarney. Em 1991, assumiu o terceiro mandato como governador do Estado, pela primeira vez eleito diretamente. Em 1995, foi eleito para o Senado, porém renunciou, em 2001, após denúncias do seu envolvimento com fraudes no painel de votação. Foi novamente eleito senador em 2003, mas não cumpriu todo o mandato, porque faleceu, em 20 de julho de 2007.[673]

Antônio Moniz

O soteropolitano Antônio Ferrão Moniz de Aragão nasceu em 1875 e formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, sendo o primeiro egresso a assumir o cargo de governador. Atuou como advogado, professor de economia e direito e jornalista. Iniciou sua carreira política em 1909, eleito como deputado estadual. Foi um dos fundadores, com J.J. Seabra, do Partido Democrata, em 1910, pelo qual foi eleito ao cargo de governador do estado, em 1915. Seu governo foi marcado

[672] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. *Governador*. Salvador, [200]. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/governador/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[673] Ibid.

pela instabilidade política e pelos reflexos da crise econômica externa, decorrentes da I Guerra Mundial, que resultaram no aumento do custo de vida e na eclosão de diversas greves entre 1917 e 1919. Sua política, considerada excessivamente nepotista, também desagradou os líderes regionais, resultando na Revolta Sertaneja, entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920. Em 1921, elegeu-se para o Senado Federal. Faleceu em janeiro de 1931, no Rio de Janeiro.[674]

Aurélio Viana

Natural de Salvador, Aurélio Rodrigues Vianna nasceu em 1864. Ingressou na carreira política em 1903, como membro do Conselho Municipal de Salvador e, em 1910, foi eleito deputado estadual. Tornou-se presidente da Assembleia Legislativa e, conseqüentemente, segundo substituto legal do governador. Em 22 de dezembro de 1911, com a renúncia de Araújo Pinho, assumiu o governo do Estado em plena campanha eleitoral, mas suas medidas para tentar impedir a candidatura de J.J. Seabra resultaram no bombardeio de Salvador, em 10 de janeiro de 1912. Renunciou no dia seguinte, mas foi reconduzido ao governo pelo presidente da República, Hermes da Fonseca. No dia 26 de janeiro, diante da instabilidade política do momento, renunciou de modo definitivo, e foi substituído pelo Presidente do Tribunal de Apelação e Revista, Bráulio Xavier da Silva Pereira. Foi ainda eleito para o Senado Estadual, em 1930 e como suplente de deputado federal, em 1933, quando abandonou a carreira política. Faleceu em Salvador, em março de 1939.[675]

Balbino Pacheco Filho

Balbino Pacheco de Oliveira Júnior, que adotou o pseudônimo de Pacheco Filho, nasceu em 1928 e, desde 1946, atuou como radialista em Salvador. Trabalhou nas rádios Sociedade e Excelsior, acumulando funções de locutor e produtor. Sua última atuação foi no programa *Almoço com Pacheco Filho*, veiculado pela Rádio MetrÓpole FM, aos sábados. Faleceu em 3 de dezembro de 2008.

Cuíca de Santo Amaro

José Gomes nasceu em Salvador, em 1908, e ficou conhecido como o “Trovador do Mercado Modelo”, por dedicar-se, desde o início dos anos 1940, à poesia, apresentada e vendida em livretos na região da

[674] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[675] Ibid.

Cidade Baixa que engloba o Elevador Lacerda até a estação da Leste, na Calçada. O pseudônimo surgiu em função de “[...] sua predileção pela cidade de Santo Amaro, onde tinha muitos amigos e fazia muitas serenatas”. Seu trabalho em formato de cordel forneceu um dos retratos mais detalhados da cidade de Salvador por mais de duas décadas. Faleceu em 1964.[676]

Edgard Santos

Filho de uma família aristocrática, Edgard do Rego Santos nasceu em Salvador, em 1894, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (Famed), em 1917 e depois transferiu-se para São Paulo, onde trabalhou como cirurgião com o tio, Antônio Luiz do Rego. Em 1922, casou-se com Carmen Figueira e mudou-se para a Europa. Voltou para Salvador em 1923, onde abriu seu consultório. Entre 1925 e 1926, aprovado em concurso como professor catedrático da Famed, não pôde tomar posse em razão de interesses políticos. Somente em 1927 assume a Cátedra de Cirurgia da instituição. Pelo apoio ao interventor Juracy Magalhães, foi nomeado, em 1932, como diretor da Assistência Pública de Saúde, na capital baiana. Tornou-se diretor da Famed, de 1936 a 1946, cargo que deixou para assumir a reitoria da Universidade Federal da Bahia, de 1946 a 1961. Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1962.[677]

Getúlio Vargas

Nascido em 1882, na cidade gaúcha de São Borja, Getúlio Dornelles Vargas, descendia de duas das principais famílias que controlavam a política na região fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Argentina. Aos 17 anos, ingressou no Exército e, aos 21, na Faculdade de Direito, concluindo o curso em 1907. Foi rapidamente conduzido à carreira política, para a qual já demonstrava inclinação desde o período da faculdade, exercendo três mandatos como deputado estadual. Em 1922 assumiu cadeira na Câmara Federal, onde permaneceu até 1926, quando Washington Luís nomeou-o como Ministro da Fazenda. Permaneceu no cargo até 1927, quando foi eleito como presidente gaúcho. A partir de um acordo entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Vargas tornou-se candidato à presidência da República pela Aliança Liberal, em 1930,

[676] BAHIA, 1997, p. 262.

[677] DIAS, André Luís Mattedi. A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2009.

contra Júlio Prestes. Derrotado e descontente organizou o golpe de outubro de 1930, que destituiu Washington Luís do poder e impediu a tomada de posse do eleito. Assumiu o governo provisório, que permaneceu no poder de modo inconstitucional até 1934, quando Vargas foi eleito indiretamente pela Câmara Federal. Antes da eleição que iria escolher seu substituto, em 1937, participou de um golpe que dá início ao Estado Novo. O seu governo autoritário destacou-se pelo populismo, pelo apoio à indústria de base e a forte dominação dos meios de comunicação e estendeu-se até 1945, quando foi deposto. Seu retorno à presidência aconteceu em 1951, eleito de modo direto, com mais de 48% dos votos. No seu segundo período de governo, encontrou dificuldades políticas e, especialmente, um cenário econômico desfavorável, que geraram instabilidade. A situação foi agravada por uma tentativa de homicídio a Carlos Lacerda, deputado, jornalista e principal opositor público da política de Vargas, pela qual foi acusado o chefe da sua guarda pessoal, Gregório Fortunato. Sem ceder aos inúmeros apelos para que renunciasse, Getúlio preferiu o suicídio, deixando o Palácio do Catete sob aclamação popular.[678]

Góes Calmon

Soteropolitano, Francisco Marques de Góes Calmon nasceu em Salvador, em 06 de novembro de 1874 e formou-se bacharel em 1894, pela Faculdade de Direito de Recife. Foi nomeado, em 1895, fiscal do Governo Federal junto ao Banco da Bahia, especializando-se em finanças, chegando a ocupar o posto de presidente do Banco Econômico, em 1921. Governou o estado de 1924 a 1928, quando trabalhou principalmente pela organização da estrutura administrativa e financeira. Ao deixar o governo, voltou à presidência do Banco Econômico. Faleceu em janeiro de 1932, em Salvador.[679]

Hermes da Fonseca

Nascido em São Gabriel, no ano de 1855, Hermes Ernesto da Fonseca foi o terceiro governador baiano no período republicano. Era general do exército e comandante da guarnição de Salvador, quando foi convidado a assumir o posto, em abril de 1890, no qual permaneceu por

[678] GETÚLIO Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/jango/biografias/getulio_vargas>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[679] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

cinco meses e do qual se afastou por motivos de saúde. Foi presidente da República, entre 1910 e 1914. Faleceu em 1923.[680]

João Carlos Teixeira Gomes

Também conhecido como Joca, João Carlos Teixeira Gomes nasceu em 1930. Estagiou em jornais do Rio de Janeiro, como *Última Hora*, *O Globo* e *Correio da Manhã*. Entre as décadas de 1950 e 1970 atuou no *Jornal da Bahia*, no qual se destacou como um dos principais opositores da política de Antônio Carlos Magalhães. É autor do livro *Memória das trevas*, no qual escreve a história de ACM e do carlismo na política baiana.

João Ferreira de Araújo Pinho

Natural de Engenho Fortuna, interior de Santo Amaro, na Bahia, João Ferreira de Araújo Pinho nasceu em 1851. Em 1871, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife e assumiu a promotoria da comarca de Santo Amaro no ano seguinte. Iniciou sua carreira política em 1874, como deputado provincial. Em 1876, foi nomeado presidente da Província de Sergipe e permaneceu dois anos no cargo. Após a proclamação da República ingressou no Partido Republicano da Bahia, pelo qual se elegeu para o Senado Estadual em 1903. Foi eleito governador do Estado em 1908 e permaneceu no cargo até 1911, quando renunciou, poucas semanas antes da eleição de seu sucessor. Faleceu em 1917, em Salvador.[681]

João Goulart

Gaúcho, nascido em São Borja, em 1º de março de 1919, João Belchior Marques Goulart formou-se em direito aos 20 anos, mas não advogou, preferindo trabalhar com agropecuária na terra natal. Após o final do Estado Novo, com o retorno de Getúlio Vargas a São Borja, sua convivência com o ex-presidente aproximou-o da vida política e resultou na candidatura para o cargo de deputado estadual, em 1947. A primeira eleição, contudo, acontece apenas em 1951. Em 1953, assume o Ministério do Trabalho, função na qual vai aproximar-se sobremaneira dos sindicatos e construir a base de apoio para sua proposta trabalhista. Em 1961, assume a vice-presidência da República, tendo Jânio Quadros como presidente. Em agosto do mesmo ano, em visita oficial a Europa e Oriente com uma delegação econômica, recebe a notícia da

[680] Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[681] Ibid.

renúncia de Jânio Quadros. Sua ausência lançou o receio de que o país sofresse um golpe militar e forçou a montagem de esquema que garantisse seu retorno e, ao mesmo tempo, convencesse a população do seu interesse em assumir o posto. Através de uma cadeia de Rádios, a Rede da Legalidade, seu cunhado, Leonel Brizola organizou tudo. A posse aconteceu em 7 de setembro de 1961. Ao assumir, Jango propõe mudanças profundas na estrutura social, denominadas Reformas de Base, que atingiam a política partidária, fundiária, econômica e educacional do país. A proposta não é bem aceita por setores conservadores, que a utilizaram como justificativa para o Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964. Exilou-se no Uruguai e, de lá, voltou à criação de gado, sem novas incursões pela política. Faleceu em dezembro de 1976, em Mercedes, Argentina.[682]

João Mangabeira

Soteropolitano, João Mangabeira nasceu em 26 de junho de 1880 e formou-se em direito em 1897, transferindo-se para Ilhéus, onde começou a advogar. Foi deputado estadual, prefeito de Ilhéus e deputado federal (de 1909 a 1911 e de 1914 a 1929). Em 1930 foi eleito senador, mas perdeu o mandato com o golpe de 1930. Foi eleito deputado federal em 1934, mas preso em 1936, por acusação de envolvimento com comunistas, retornando apenas à Câmara em 1937, porém, perdeu novamente o mandato com a implantação do Estado Novo. Em 1947 foi eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, que depois presidiu. Em 1950 concorreu com Getúlio Vargas à presidência da República. Em 1962 foi nomeado ministro de Minas e Energias, permanecendo dois meses à frente da pasta. Em janeiro 1963 assume o Ministério da Justiça no governo João Goulart, mas pede exoneração no mês de maio. Faleceu em 27 de abril de 1964, no Rio de Janeiro.[683]

Jorge Calmon

Nascido em 7 de julho de 1915, em Salvador, Jorge Calmon Moniz de Bittencourt formou-se em 1937, pela Faculdade de Direito da Bahia. Destacou-se como jornalista no *A Tarde*, no qual ingressou em 1934, tornando-se diretor de redação durante 47 anos, de 1949 a 1996. Foi

[682] JOÃO Goulart. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[683] JOÃO Mangabeira. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_mangabeira>. Acesso em: 20 fev. 2009.

presidente da Associação Bahiana de Imprensa e patrono do Museu da Comunicação, além de um dos fundadores do atual Curso de Jornalismo da Universidade da Bahia. Na política, foi eleito deputado estadual, em 1947 e 1951. Faleceu em 18 de dezembro de 2006, em Salvador.[684]

José Augusto Berbert de Castro

O soteropolitano José Augusto Berbert de Castro nasceu em 27 de novembro de 1925. Formado em Medicina, ingressou no jornalismo em 1951, a convite de Antônio Simões, irmão de Simões Filho, para ser crítico teatral do jornal *A Tarde*, mas logo passou à editoria de política, na qual se destacou e permaneceu por 56 anos. Morreu em 22 de julho de 2008, aos 82 anos, em Salvador.

José Joaquim Seabra

Nascido em Salvador, em 1855, José Joaquim Seabra formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, em 1877. Embora tenha se candidatado a deputado ainda no Império, não foi eleito e sua carreira política iniciou-se apenas no período republicano. Em 1890, elegeu-se para a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela Constituição de 1891. Em 1912, assumiu o governo da Bahia, destacando-se por conseguir apoio político dos líderes regionais por cooptação, não pela força. No executivo, iniciou um processo de modernização urbanística da capital, com aterro do mar e finalização das obras do porto, abertura de avenidas e instalação de luz elétrica na iluminação pública. Ao deixar o governo, em 1916, assumiu novo mandato de deputado federal, transferindo-se para o Rio de Janeiro. Retornou à Bahia, em 1920, para assumir mandato de mais quatro anos como governador. O segundo governo, porém, foi marcado pela perda de apoio dos líderes regionais, em função de problemas políticos causados pelo seu antecessor, Antônio Moniz, constantes ataques da oposição e insatisfação da população diante do seu distanciamento do estado. Em 1922, deixou o cargo para concorrer a vice-presidência na chapa de Nilo Peçanha, que foi derrotada por Artur Bernardes. Após um período de exílio na Europa, voltou ao Brasil e assumiu, ainda, dois mandatos como deputado federal. Afastou-se da política com o golpe do Estado Novo, em 1937. Morreu no Rio de Janeiro, em 1942.[685]

[684] BAHIA. *Deputados*. [200-]. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados.cfm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[685] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

José Marcellino

O severinista José Marcelino de Souza foi sucessor de Severino Vieira no Governo da Bahia, de 1904 a 1908, depois substituído por Araújo Pinho.[686]

Junot Silveira

Nascido em Aracajú, em 1923, Junot José da Silveira foi professor, jornalista e cronista. Formado na primeira turma do Curso de jornalismo da Universidade Federal da Bahia, ingressou no *A Tarde* em 1958, como redator, e permaneceu no veículo por 40 anos. Também exerceu cargos públicos como Secretário de Governo do Estado de Sergipe e Secretário de Estado para Assuntos Extraordinários de Divulgação e Informação da Bahia. Faleceu em Salvador, em maio de 2003.[687]

Juracy Magalhães

Cearense, nascido em Fortaleza, em 1905, Juracy Montenegro Magalhães, ingressou no exército aos 16 anos e logo deixou o Ceará para continuar seus estudos e a carreira militar no Rio de Janeiro. Participou da conspiração que levou à Revolução de 1930 e foi nomeado interventor da Bahia em 1931, quando desenvolveu um governo de fortalecimento da economia regional, a partir de alianças com líderes municipais, além de melhorias nas áreas da educação e saúde, como o auxílio para implantação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia. Permaneceu à frente do governo até 1937, quando pediu afastamento por discordar das bases do Estado Novo. Em 1959, assumiu mais um mandato como governador da Bahia, dessa vez conduzido por eleição direta. Participou da articulação do golpe militar de 1964, foi ministro da Justiça no governo Castelo Branco, em 1965, e, depois, ministro das Relações Exteriores, até 1967, quando se retirou da vida política. Faleceu em Salvador, em maio de 2000.[688]

Landulpho Alves

Natural de Santo Antônio de Jesus (BA), Landulpho Alves de Almeida nasceu em 4 de setembro de 1893. Formado como engenheiro agrônomo pela Escola Federal de Agricultura e Zootecnia, foi professor catedrático da Escola de Agronomia da Bahia e diretor do

[686] TAVARES, 1987, p. 170.

[687] JUNOT Silveira. *Jornal da poesia*, Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/ljsilveira.html#nota>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[688] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura. Na política, foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor no estado, entre 1938 e 1942, e exerceu mandato de senador pela Bahia, de 1950 a 1954. Destacou-se, como parlamentar, por defender a lei que criou a Petrobras. Faleceu em 15 de outubro de 1954, no Rio de Janeiro.[689]

Lídice da Mata

Nascida em Cachoeira (BA), em 12 de março de 1956, Lídice da Mata e Souza formou-se em economia, na Universidade Federal da Bahia, em 1982. Foi eleita vereadora em 1983, deputada federal, em 1987 e candidatou-se ao governo do estado, em 1990, ficando em terceiro lugar. De 1993 a 1996, foi prefeita de Salvador e, depois, elegeu-se para três mandatos consecutivos como deputada federal, em 1999, 2003 e 2007. Em 2010 elegeu-se Senadora da República pela Bahia.[690]

Luís Augusto Santos

Soteropolitano, Luís Augusto Santos nasceu em 11 de agosto de 1945 e formou-se bacharel em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Ingressou, em 1965, no *Jornal da Bahia*, como revisor, depois assumindo a função de repórter. Ainda hoje permanece atuando no jornalismo baiano.

Luiz Viana

Natural de São José do Riacho da Casa Nova, interior da Bahia, Luiz Viana nasceu em 1846. Foi contemporâneo de Castro Alves e Ruy Barbosa no curso de Humanidades de Salvador. Formou-se bacharel em 1869, pela Faculdade de Direito de Recife. Atuou como juiz na região do São Francisco e assumiu dois mandatos de deputado provincial durante o Império. Com a República, assumiu o cargo de juiz federal e a chefia do Partido Republicano Federalista da Bahia, sendo eleito governador em 1896. Apoiou o Governo Federal no enfrentamento do movimento de Canudos, contido em 1897. Entregou o governo em 1900 e só retornou à vida pública em 1911, quando se elegeu senador federal. Apoiou as forças de oposição à Seabra, derrotadas na campanha de 1919. Morreu no ano seguinte, em julho, durante uma viagem à Europa.[691]

Maria da Conceição Moniz Silva

[689] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[690] BAHIA, 1997.

[691] BAHIA, op. cit.

Nascida em 1935, em Salvador, Maria da Conceição Moniz Silva, formada em Teatro pela Universidade da Bahia, trabalhou no *Jornal da Bahia* entre 1958 e 1959.

Milton Santos

O geógrafo baiano nasceu em 1926, no município de Brotas de Macaúbas. Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1948 e doutorou-se em Geografia pela Universidade de Estrasburgo, na França, em 1958. Foi preso em 1964 e exilado. Nesse período, morou e lecionou em diversos países, retornando apenas em 1977. Recebeu, em 1994, o Prêmio Vautrin Lud, maior reconhecimento mundial no campo da Geografia (área que não está entre as categorias do Prêmio Nobel) pelo destaque das suas discussões sobre globalização e urbanização de países em desenvolvimento. Morreu em São Paulo, em 2001, aos 75 anos.[692]

Nilo Coelho

Baiano de Guanambi, Nilo Augusto de Moraes Coelho nasceu em 1943. Eleito prefeito da cidade natal em 1983, antes de encerrar o mandato, renunciou para concorrer como vice-governador na chapa de Waldir Pires, em 1986. Assumiu o governo em 1989, com a renúncia de Pires, e fez um governo polêmico, permeado de acusações de corrupção. Em 1994, lançou seu nome como candidato ao governo, alcançando o quarto lugar, mas em 1998 conseguiu eleger-se deputado federal. Em 2004, novamente, foi eleito como prefeito de Guanambi e renovou seu mandato em 2008.[693]

Odorico Tavares

Nascido em Timbaúba (PE), em 1912, Odorico Montenegro Tavares da Silva, formou-se na Faculdade de Direito de Recife e começou a atuar no jornal *Diário de Pernambuco*, pertencente ao grupo Diários Associados. Em 1942, a convite de Assis Chateaubriand, transfere-se para Salvador para dirigir os veículos do mesmo grupo. Destacou-se como jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte, participando ativamente de iniciativas de incentivo à divulgação cultural em Salvador, como a fundação do Museu de Arte Moderna, em 1966. Em 1971,

[692] SANTOS, F., 2001.

[693] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

foi eleito como membro da Academia de Letras da Bahia. Faleceu em Salvador, em 1980.[694]

Otávio Mangabeira

Soteropolitano, nascido em 27 de agosto de 1886, ainda jovem Octávio Mangabeira atuou como jornalista no *Diário de Notícias*, *Gazeta do Povo* e *O Democrata*. Em 1900, como secundarista, lançou manifesto contra a reforma constitucional da Bahia, que visava impedir as candidaturas de J. J. Seabra e Ruy Barbosa. Foi Ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luís, de 1926 a 1930. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1930, porém não tomou posse, pois precisou exilar-se em função do Golpe de Getúlio Vargas, retornando ao Brasil somente em 1934. Elegeu-se governador da Bahia na primeira eleição pós-Estado Novo, permanecendo de 1947 a 1951 à frente do executivo estadual. Em 1958, foi eleito senador, mas faleceu em 1960, no Rio de Janeiro.[695]

Pedro Lago

Nascido em Santo Amaro (BA), em 16 de abril de 1870, Pedro Lago atuou como jornalista e advogado, mas também representou a Bahia em cargos públicos. Foi deputado estadual (1893), deputado federal por seis mandatos consecutivos (de 1906 a 1923) e senador por dois mandatos (de 1923 a 1930). Elegeu-se, ainda, para mais um mandato de deputado federal (1935 a 1937) e faleceu em 3 de março de 1958.[696]

Roberto Santos

Roberto Figueira Santos nasceu em Salvador, em 15 de setembro de 1926 e formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1949. Desenvolveu sua carreira na área da medicina, tanto como clínico quanto como professor. Foi secretário de Saúde Pública do Estado da Bahia por um breve período de três meses, em 1967, saindo para assumir a reitoria da Universidade Federal da Bahia, função que já havia sido exercida pelo seu pai, Edgard Santos. Em 1975, foi eleito por voto indireto como governador do estado da Bahia. Durante o governo de José Sarney

[694] TAVARES, Odorico (1912-1980): biografia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural: artes visuais. 2007. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5352&cd_idioma=28555&cd_item=1>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[695] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[696] BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Períodos legislativos da Primeira República: 1921-1923*. [200-] Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/senadores_periodos_historicos.asp?li=32&lf=32&lcab=1921-1923>. Acesso em: 20 fev. 2009.

foi presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representante do Brasil no Conselho Diretor da Organização Mundial da Saúde e Ministro da Saúde, de 1985 a 1986. Concorreu ao governo do estado da Bahia, em 1990, mas foi derrotado por ACM. Em 1994 elegeu-se para seu último mandato como deputado federal.[697]

Ruy Barbosa

O soteropolitano Ruy Barbosa de Oliveira nasceu em 5 de novembro de 1849, filho de João Barbosa de Oliveira, que dirigiu a Instrução Pública da Bahia durante longo período e notabilizou-se como pensador preocupado com a educação e a cultura. Ruy iniciou seus estudos jurídicos em Recife e, em 1868, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde conheceu Castro Alves, com quem dirigiu o jornal *O Ateneu Paulistano*, antes presidido por Joaquim Nabuco. Formou-se em 1870 e transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se engajou nas campanhas abolicionista e republicana, alcançando destaque como advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Na política, atuou como ministro da Fazenda e da Justiça, além de senador pela Bahia. Foi três vezes indicado à presidência da República, tendo participado apenas da campanha de 1919, sem sucesso. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, em 1897, e, em 1907 foi o chefe da delegação brasileira na 2ª conferência da Paz, em Haia, destacando-se na defesa da igualdade jurídica das nações. Entre suas incursões pela imprensa, destacou-se como redator do *Jornal do Brasil* e colaborador do *Jornal do Comércio*. Faleceu em Petrópolis (RJ), em 10 de março de 1923.[698]

Sérgio Mattos

Cearense, Sérgio Augusto Soares Mattos, nasceu em 1948, em Fortaleza, e mudou-se para a Bahia aos 10 anos. Sua atuação no jornalismo iniciou aos 16 anos, no periódico *A Semana*, da Arquidiocese de Salvador. Atuou também na *Tribuna da Bahia* e no *A Tarde*, além de colaborar esporadicamente com os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e com as revistas *Veja*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*. Graduiu-se em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia e foi o primeiro

[697] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[698] ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Acadêmicos*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

professor da Faculdade de Comunicação a concluir curso de doutorado, na Universidade do Texas (EUA). Tem estudos publicados sobre censura e televisão, além de obras de poesia e ficção.

Severino Vieira

Baiano, de Vila da Ribeira do Conde, Severino dos Santos Vieira, nasceu em 1849. Bacharel em Direito, estudou na Faculdade de Recife, porém concluiu o curso em São Paulo, em 1874. Em 1879 elegeu-se deputado provincial, para o período de 1882 e 1883. Após a proclamação da República, elegeu-se deputado federal e, logo, foi indicado para substituir Manuel Vitorino no Senado, onde permaneceu até 1898, quando foi chamado para assumir o ministério da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas. Entre 1900 e 1904 governou o estado da Bahia. Em 1917, participou da fundação da Academia de Letras da Bahia e, em setembro do mesmo ano, morreu em Salvador.[699]

Teodoro Sampaio

Nascido em 7 de janeiro de 1855, no Engenho Canabrava, pertencente ao Visconde de Aramaré, no município de Santo Amaro, filho da escrava Domingas da Paixão do Carmo e do padre Manuel Fernandes Sampaio, Teodoro Fernandes Sampaio foi levado pelo pai, aos nove anos, para São Paulo, onde adquiriu sua formação básica. Depois, no Rio de Janeiro, ingressou no curso de Engenharia do Colégio Central, formando-se em 1877, quando retornou à terra natal e comprou a alforria da mãe e dos irmãos. Em 1879 foi nomeado por Dom Pedro II para integrar a Comissão Hidráulica, como único representante brasileiro no grupo que tinha função de estudar os portos brasileiros e propor medidas para melhoria da navegação. Como resultado da expedição científica ao Rio São Francisco, apresentou detalhada descrição da geografia física e humana da região, sendo considerado um dos primeiros trabalhos a denunciar o descaso com o povo sertanejo e propor alternativas para melhorar sua qualidade de vida. Em 1894 foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, que presidiu em 1922.[700]

[699] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[700] SÁ, Alcindo José de. Teodoro Sampaio: mais do que denominação de ruas ou cidades, um geógrafo por excelência. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/S%C1,%20Alcindo%20Jos%E9%20de.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

Vital Soares

Natural da localidade de Água Preta, distrito de Ilhéus, em 1874, Vital Henrique Batista Soares foi aluno da Faculdade de Direito da Bahia e defendeu o movimento de Canudos das acusações de anti-republicano, bem como questionou a violenta repressão por ele sofrida. Em 1908, foi eleito para seu primeiro cargo público, como membro da Câmara Municipal de Salvador e, em 1917, ingressou na diretoria do Banco Econômico. Em 1928, concorreu ao cargo de governador do Estado, sendo eleito sem concorrência, porém no ano seguinte afastou-se para concorrer à vice-presidente na chapa de Júlio Prestes. Eleito, renunciou ao executivo estadual, porém o golpe de 1930 não permitiu que assumisse. Afastou-se da vida política e morreu em Salvador, em 1933.[701]

Waldir Pires

Baiano de Acajutiba, Francisco Waldir Pires de Souza nasceu em 21 de outubro de 1926 e formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1949. Foi eleito deputado estadual, em 1955 e, em 1959, deputado federal, mas teve seu mandato cassado em função do AI-1, em 1964. Exilou-se no Uruguai e na França, apenas retornando ao Brasil em 1979. Foi ministro da Previdência, no governo José Sarney, entre 1985 e 1986 e assumiu o governo da Bahia em 1987, mas renunciou ao mandato em maio de 1989, para concorrer à vice-presidente na chapa de Ulysses Guimarães. Foi deputado federal em 1991 e 1999. Em 2003, assumiu o cargo de ministro-chefe da Controladoria-Geral, no governo Luís Inácio Lula da Silva e, em 2006, de Ministro da Defesa, até julho de 2007.[702]

Periódicos

Boca do Inferno

O *Boca do Inferno* circulou entre julho a outubro de 1976, com linguagem coloquial e uso de gírias, discutia temas de caráter social, como a situação dos retirantes nordestinos, a miséria da África ou denúncias de crimes ambientais. Conforme Vilela et al., “O ‘Boca’ representou um

[701] BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, [200-].

[702] BAHIA. Assembleia Legislativa [200-].

centro de articulação de forças heterogêneas que integrou jornalistas, poetas, fotógrafos, desbundados, ex-militantes, cujo objetivo final era preservar a criatividade e uma relação viva com a realidade social, um jornalismo de reportagens, tendo o repórter como participante ativo da notícia”.[703]

Correio da Bahia

Criado em 1978, o jornal *Correio da Bahia* foi o primeiro meio de comunicação ligado diretamente ao grupo político de Antônio Carlos Magalhães, que depois se configurou como uma grande empresa de comunicação intitulada Rede Bahia, com emissoras de televisão, rádio, empresas gráficas, entre outras. Recentemente, em 2008, passou por uma grande reforma gráfico-editorial e passou a chamar-se apenas *Correio*. [704]

Diário de Notícias

Fundado em 1º de março de 1875, o *Diário de Notícias* é definido como “folha da tarde, de formato regular, sem a menor feição política, - comercial, noticiosa e recreativa”. [705]

Gazeta do Povo

De acordo com os *Annaes da Imprensa da Bahia*, a *Gazeta do Povo* era um “órgão político e folha da tarde de grande formato [...] Em 4 de Abril de 1910 passou a ser órgão do partido democrata e propriedade de uma associação”. Entre seus redatores estavam: Pinto de Carvalho, Antônio Muniz, Simões Filho, Octavio Mangabeira e Xavier Marques. [706]

O Comércio

Fundado em 1º de setembro de 1841, o diário *O Comércio* circulou até janeiro de 1848, redigido por João Alves Portella. [707]

O Imparcial

Periódico fundado em 1918 por Lemos de Brito. Propunha ser “órgão de defesa dos interesses do comércio”. [708]

O Inimigo do Rei

[703] VILELA et al., 1996, p. 121-123.

[704] REDE BAHIA. *A história da Rede Bahia*. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.rede-bahia.com.br/redebahia/timeline/pop.html>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

[705] CARVALHO; TORRES, 2007, p. 114.

[706] *Ibid.*, p. 181.

[707] *Ibid.*, p. 66.

[708] CARVALHO FILHO, 2005, p. 67.

O alternativo *O Inimigo do Rei* foi fundado por Alex Ferraz, Tony Pacheco e Ricardo Líper e circulou de outubro de 1977 a 1987, na sua primeira fase, de 1977 a 1980 com circulação bimensal regular, e, depois com periodicidade irregular. Ele nasceu do movimento estudantil em defesa da redemocratização do Brasil e criticava tanto a ditadura, quanto “a esquerda de inspiração marxista-leninista e sua visão autoritária de socialismo”. [709]

Verbo Encantado

O *Verbo Encantado* circulou de outubro de 1971 a julho de 1972, tendo como redator-chefe Álvaro Guimarães, sem uma linha editorial definida. Em resposta a um leitor que indagou sobre a proposta editorial do jornal, ele publicou: “O Verbo não tem linha. Quem tem linha é costureira, e linha Corrente. Nós apenas deixamos livres a cuca e a pena”. Entre suas temáticas, prevaleciam as notícias locais do âmbito cultural e as internacionais, também ligadas à cultura (música, cinema, personalidades). [710]

[709] PAGANOTTO, Waldir. O pensamento libertário no Brasil: o inimigo do rei. In: BATISTA, Carlos J. B.; NUNES, Eliene (Org.). *O inimigo do rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. p. 13-17. p. 14.

[710] Cf. VILELA et al., 1996, p. 74-75.

Jornalismo se impõe, entre utopia e realidade, como instrumento de poder e reflexo da sociedade

Ranulfo Bocayuva[711]

Este posfácio pretende abordar, sob o olhar do jornalista, conceitos do livro de Ana Cristina Spannenberg, que se opõem e se explicam, para propor reflexão sobre o jornalismo como instrumento de poder e espelho da sociedade nas suas dimensões utópica e real. Permanências e mudanças refletem, a partir das ideologias e pressões, movimentos estratégicos dos jornais baseados em conteúdos informativos que correspondem a compromisso entre princípios editoriais e público leitor.

Este livro revela importância histórica e jornalística, não somente graças às valiosas investigações, pesquisas e entrevistas sobre a Bahia, entre 1919 e 1990, principalmente em relação à sociedade, política, cultura e economia, mas também em função das observações e críticas sobre a evolução do jornalismo soteropolitano.

Do “jornalismo artesanal” dos tempos da proclamação da República até o início do século XX, com conotação política e opinativa, até o “jornalismo industrial”, fruto do capitalismo e da burguesia, há rica percepção de como sociedade e jornalismo baianos foram reciprocamente influenciados e confrontados, oscilando, por exemplo, entre tempos de prosperidade econômica, caracterizados pela descoberta do petróleo no Recôncavo, e crises, como consequência das duas grandes guerras mundiais. Sociedade e imprensa se modernizaram e se cristalizaram a partir do jogo de interesses, nem sempre harmonioso, de conservadores e vanguardistas.

Não surpreende que a conclusão do livro aponte para resistências permanentes em detrimento de mudanças inovadoras: o conservadorismo é uma marca sólida de poder, entendido como o discurso da imprensa e da elite. É fácil notar até hoje a estratificação social soteropolitana,

[711] Jornalista, membro do Conselho Editorial e suplente do Conselho de Administração do Grupo *A Tarde*.

formada por vasto conjunto de pobres ao lado de minoria rica, como resultado do passado colonial e escravocrata, da oligarquia agromercantil e da elite de banqueiros e comerciantes.

Os jornais, portanto, sempre estiveram ligados às elites, conforme mostraram as coberturas políticas e só se modernizaram em função destas próprias elites. A Associação Nacional de Jornais (ANJ), formada pelos principais jornais brasileiros, representa, hoje, a elite do pensamento brasileiro. Mas há debate de ideias e pluralismo, sem os quais a informação não teria importância.

O traço elitista não impediu que *A Tarde* defendesse, desde seu primeiro número, o patrimônio histórico e cultural de Salvador: o artigo do historiador Theodoro Sampaio, na primeira página da edição de 15 de outubro de 1912, critica a demolição da Igreja da Ajuda. No plano internacional, denunciou os horrores do nazismo e a perseguição aos judeus. O líder negro do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, Martin Luther King, foi destaque na primeira página quando recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em outubro de 1964. Mostrando apoio à democratização, noticiou a queda do Muro de Berlim e a reunificação alemã, em 1989.

No plano local, o processo de favelização em Salvador, as condições desumanas nas palafitas em Alagados, o desmatamento e outras agressões ao meio ambiente, a precariedade do funcionamento de hospitais e escola, assim como a violência contra os índios em território baiano foram tema de reportagens em diversos períodos ao longo dos cem anos de história de *A Tarde*.

Por envolver o senador Antônio Carlos Magalhães, cuja atuação política foi analisada neste volume, merece ser mencionada a violenta invasão policial, durante o governo de César Borges, em 2001, no campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com títulos críticos, *A Tarde* noticiou a repressão contra os estudantes que pediam a cassação de Antônio Carlos Magalhães e do senador José Arruda por fraude no painel eletrônico durante votação.

Outro exemplo mais recente da defesa da cidadania é o apoio noticioso à cultura dos afrodescendentes e a crítica à intolerância religiosa. O movimento a favor dos direitos dos homossexuais tem recebido também a atenção no noticiário e no espaço de opinião.

Contribuições para a democracia

A missão de informar com credibilidade, objetividade e imparcialidade pode ser utópica devido aos interesses dos proprietários de jornais, interesses políticos e comerciais e paixões dos jornalistas. Mas a utopia é necessária para se atingir um ideal.

A utopia deixa de ser uma ideia abstrata se estiver fundada no movimento histórico real, e se transforma numa utopia real: [...] a intenção utópica de avançar move a Humanidade e dá real sentido ao viver. (ANDRIOLI, 2006)

Com base neste avanço intencional, não se pode ignorar a real contribuição das empresas informativas para a constituição de sociedade democrática mais justa. Nossa história demonstra que a luta pela liberdade e contra a censura e a evolução democrática caminham juntas: liberdade de expressão e imprensa ajudam a combater ditaduras e regimes totalitários.

Exemplos não faltam na nossa história política recente para demonstrar o papel da imprensa no aprimoramento do sistema democrático e do adequado uso de verbas públicas. Estamos falando de imprensa investigativa, consciente e responsável. Não há dúvidas de que, até hoje, jornais e jornalistas lutam por ideal informativo que pudesse retratar a realidade social, econômica e cultural “tal como ela é”, o que seria delírio técnico-científico por causa da preferência do observador e autor.

Além disso, existe o negócio e a empresa que, por meio de um ou vários produtos apresentados ao mercado, devem buscar a lucratividade, sem a qual a independência informativa inexiste. A empresa jornalística deve ser rentável como qualquer outro empreendimento capitalista, até por razões éticas. Ou seja, sem independência e credibilidade, princípios éticos básicos, a imprensa não poderá defender o interesse público.

Mas o que seriam estes princípios éticos inseridos no padrão de conduta de responsabilidade profissional?

Vale citar os “dez mandamentos” do jornalista e historiador americano Paul Johnson: os jornalistas devem ter desejo avassalador de descobrir e contar a verdade, precisam sempre prever as consequências do que dizem, deveriam se autoeducar a vida inteira e devem ter a ânsia

de educar; os que controlam a mídia devem distinguir entre opinião pública e opinião popular, ter coragem, capacidade de admitir erros, imparcialidade total e respeito às palavras.

Moderno e tradicional

A modernização dos jornais, como *A Tarde*, não significa o abandono de suas origens tradicionais e conservadoras, até porque elas estão definidas em editoriais. De forma geral, o jornal se moderniza a partir da sua capacidade de acompanhar as transformações, desde que sensibilidades profissional e empresarial sejam positivamente influenciadas pelas inovações tecnológicas e anseios sociais por melhores condições de vida. A conquista de mercados publicitários, desde 1912, foi, sem dúvida, um fator de sucesso empresarial e, portanto, de independência editorial para *A Tarde*.

Um jornal deve propiciar, por meio da informação, análise e opinião, visão de mundo que permita ao leitor melhorar sua própria vida. Neste sentido, o jornal pode exercer pressão sobre governos num jogo de poder, cujo beneficiado é a sociedade.

Percebe-se a separação entre espaços editoriais e opinativos, embora a linha editorial seja traço marcante da personalidade e trajetória dos jornais, e não poderia ser diferente em *A Tarde* e nos seus concorrentes citados na tese. A linha editorial se sobressai em períodos eleitorais e ultrapassa os limites entre a propriedade e a informação. Ernesto Simões Filho engajou-se politicamente contra J.J Seabra, em 1919, e a favor de Pedro Calmon e contra Antônio Balbino, em 1954.

Do ponto de vista jornalístico, as linhas entre interesse político e obrigação informativa imparcial se confundiram, tanto nas eleições, em 1919, como em 1954, conforme Spannenberg apontou nos capítulos *Jornalismo com paixão* e *Novos formatos, velhas ideias*. A verdade política para o jornalista Simões Filho era sua razão de viver e sua trajetória mostra firmeza nas questões locais, nacionais e internacionais, assim como talento empresarial.

O jornal conquistou a posição de líder de mercado ao defender os interesses da Bahia e dos baianos em campanhas e reportagens. Walfrido Moraes (1997), no livro *Simões Filho: o jornalista de combate e o tribuno das multidões*, ressalta que *A Tarde* foi lançada num mercado com

títulos conceituados estabelecidos no mercado soteropolitano, como *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e o *Jornal Moderno*. *A Tarde* se impôs ao encontrar respeitabilidade.

Posições superpostas podem ser entendidas dentro do contexto da época (início do século XX), como padrão de conduta política e jornalística. O historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p. 276), autor do livro *História da imprensa no Brasil*, explica:

Assim como a fase é de ascensão capitalista lenta e peculiar a país de longo passado colonial – presente em sua estrutura econômica, – por isso de acomodação entre burguesia e latifúndio pré-capitalista – a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que ainda não tem conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional.

Sodré (1999, p. 277) destaca ainda que:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político [...] não é a política [...] as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas [...] Tudo se personaliza e se individualiza.

Profissionalização lenta

Mas particularidades históricas e posições políticas não devem em nada diminuir o valor único do jornalismo na sua missão de informar e denunciar. Como nos mostra Spannenberg, a vocação dos jornais era “instruir, orientar e fiscalizar”, apesar das limitações na formação dos jornalistas e interesses partidários e políticos dos proprietários de jornais.

Para separar a propriedade e a informação, empresas jornalísticas, incluindo *A Tarde*, adotaram, na terceira geração de sócios, Conselho de Administração e Conselho Editorial, enfatizando a necessidade de profissionalização constante e independência editorial em relação aos interesses comerciais e empresariais.

Convém lembrar que a atividade de jornalista não era, nos períodos eleitorais pesquisados de 1919 e 1954, resultado de formação acadêmica, que só foi conceituada, posteriormente, na Bahia, a partir da

criação de curso universitário federal. Oriundos dos meios literários e intelectuais, jornalistas exerciam a profissão como segunda atividade e como forma de se projetar para outros voos profissionais, o que fragilizava a capacidade ética e a seleção de fontes informativas nas redações baianas. Outros profissionais eram bacharéis em Direito e também tinham outros sonhos.

Até os anos 90, muitos editores e repórteres baianos dependiam ainda do salário de assessorias de imprensa no governo estadual e municipal ou ainda em empresas privadas, o que criava eventual confronto ético entre interesses do assessor e do jornalista. Simões Filho e Jorge Calmon, redator-chefe do jornal, admitiram a existência do duplo emprego como forma de compensar as necessidades econômicas dos jornalistas. A *Tarde* só implantou, em 2002, o regime de dedicação exclusiva com turno de sete horas.

Especialistas citados no livro afirmam que as empresas jornalísticas na Bahia, sob forte influência administrativa e comercial dos Estados Unidos e mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, apenas se tornariam organizações profissionais e não instituições do tipo partido político, a partir dos anos 60. Lenta profissionalização, que acarretou também fragilidade na produção de conteúdos.

Diferenças e semelhanças

Ao se debruçar sobre diferenças e semelhanças entre o período analisado e os tempos atuais, o leitor nota que, apesar de todos os avanços democráticos, as condições de vida na Bahia, refletidos nos índices de analfabetismo, criminalidade e pobreza, permanecem quase inalteradas e refletem ineficiência oficial. O quadro social desolador é, constantemente, denunciado pelos jornais.

A distância entre a cobertura dos atores sociais “povo” e “elite”, registrada, por exemplo, nos noticiários policiais de 1919, 1954, 1990, está ainda presente nos jornais, apesar da reformulação dos conceitos editoriais de segurança pública, que favoreceu contextualizações mais adequadas com a inclusão de fontes sociológicas e antropológicas. Em contraste, o crime do “colarinho branco”, cujos personagens são geralmente da elite ou da classe social mais alta, é publicado na seção de Economia.

Sabe-se que os elevados índices de exclusão social e econômica afetam ainda expressivo segmento da população negra baiana, portanto, o tema da violência não pode, obviamente, ser abordado apenas do ponto de vista policial. A violência urbana é, antes de mais nada, problema social e racial.

Outro tema que está presente e atrai o povo é o esporte. Especialmente, o futebol, que congrega nos estádios todas as classes sociais. Os jornais têm ainda se esforçado em oferecer seções específicas de Educação, Tecnologia e Emprego, que ajudam o leitor na busca por melhores condições sociais e econômicas. Mas falta mais coragem para inovar.

Distância do leitor

Provavelmente por causa desta distância do público leitor, que se movimenta dentro de sua ascensão e aspiração social, a informação oferecida pelos jornais tem que ser repensada. Os jornais desperdiçam valiosas oportunidades para conquistar leitores nos períodos eleitorais por ficarem amarrados à pauta do *marketing* político e dos medíocres debates televisivos. Não entram suficientemente a fundo nas questões que realmente interessam e não contextualizam as promessas imaginárias dos candidatos. Não dissecam a trajetória dos candidatos. Não trazem informações de especialistas para contrapor planos fantasiosos.

“É difícil imaginar que o leitor, visivelmente desencantado com o show eleitoral, tenha interesse por uma cobertura que não consegue ir além do espetáculo político. Assistiu-se a uma desintermediação dos jornais”, critica o jornalista e professor Carlos Alberto Di Franco (2012), em seu artigo *Eleições, recado para a imprensa*, referente às recentes eleições municipais de 2012.

Encontrar reais qualidades enquanto imprensa, incorporando conteúdo mais humanizado do ponto de vista do leitor e matérias que emocionem e inquietem, são caminhos possíveis, mas em nada garantem sucesso sem a aprovação do leitor. Não significa imitar internet ou televisão, mas captar o interesse do público e transformá-lo em produto que privilegie a compreensão do fato e aponte soluções para os problemas das comunidades.

Mesmo com o pessimismo que cerca a imprensa escrita tradicional, a sociedade continuará precisando da informação. Caberá à imprensa se modernizar e se multiplicar nas chamadas novas plataformas, reinventando-se além do papel.

Sem cair na tentação sensacionalista, que vende, o jornalismo popular de qualidade é uma das saídas para a imprensa atrair as classes C e D. O jornalismo cidadão agrega valores sociais e não transforma o leitor em simples consumidor, independentemente de sua origem social e econômica.

Não seria utópico criar modelo de pensamento jornalístico disposto a encorajar o cidadão a envolver-se na vida pública num processo de inclusão, conceituando imprensa como instrumento de poder contra as exclusões. Neste sentido, elite e povo teriam o mesmo interesse pela notícia: o bem público.

Referências

- AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. Utopia e realidade. *Revista Espaço Acadêmico*, [S. l.], n. 56, jan. 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56andrioli.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- DI FRANCO, Carlos Alberto. Eleições, recado para a imprensa. *A Tarde*, Salvador, 12 nov. 2012.
- JOHNSON, Paul. *Comunicação e ética*. [S.l.: s.n.], 1994. (Conferências, 15)
- MORAES, Walfrido. *Simões Filho: o jornalista de combate e o tribuno das multidões*. Salvador: W. Moraes, 1997.
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.
- POULET, Bernard. *La fin des journaux et l'avenir de l'information*. [Paris]: Gallimard, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Referências

ABANDONO do patrimônio. *Jornal da Bahia*, Salvador, 25 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

ABONO irreal. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 28 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil).

ABRIL VARGAS, Natividad. *Periodismo de opinión: claves de la retórica periodística*. Madri: Sintesis, 1999.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Acadêmicos*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

A. CARLOS é ladrão. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. p. 1.

ACM abre processo contra Nilo Coelho. *Correio da Bahia*, Salvador, 29 set. 1990. p. 1.

ACM acusa Nilo de roubar a Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. p. 1.

ACM demitiu 21 mil como malvadeza. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 16 set. 1990. p. 5.

ACM diz que Nilo quer continuar na escola do crime. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. p. 3.

ACM garante pólo industrial à região sisaleira. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 3.

ACM imitava até os gestos dos generais. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 3.

ACM mente para enganar povo de Juazeiro. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. p. 3.

ACM quer um debate livre, PMDB recusa. *Correio da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. p. 1.

ACM só revela equipe de governo em janeiro. *Correio da Bahia*, Salvador, 15 set. 1990. p. 1.

- ACM vencerá quarta-feira com o dobro dos votos de Roberto. *Correio da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990, p. 1.
- ACM venceu com diferença de 46.180 votos. *A Tarde*, Salvador, 17 out. 1990. p. 1.
- ADEUS, curral. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. Coluna Informe da Bahia, p. 2.
- ADVOGADO quer coibir abusos. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 set. 1990. p. 2.
- AGORA são mais que descamisados. *A Tarde*, Salvador, 24 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- AINDA a urucubaca do Balbino. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. Coluna Política e o Diabo, p. 3.
- AINDA e sempre na defesa da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 8 set. 1954. p. 1.
- ALBERT, Pierre; TERROU, Fernandes. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. 18. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- AMANHÃ, os baianos elegerão Pedro Calmon. *Diário da Bahia*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.
- AMORES trágicos. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1919. p. 1.
- AO ELEITORADO da Rua Dr. Seabra. *Diário de Notícias*, Salvador, 2 set. 1954. p. 1.
- AO PATRIÓTICO eleitorado do Estado da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 5 jan. 1912. p. 1.
- AO POVO bahiano. *Diário de Notícias*, Salvador, 02 set. 1954, p. 2.
- (UM) APELO ao governador em favor de deficiente. *A Tarde*, Salvador, 9 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- ARAGÃO, Joana M.; MENEZES, Juliana C. F.; SANTOS, Lourivânia S. *A caixa mágica: um resgate da história da TV em Salvador*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2006.
- ARAGÃO, Rita. O contexto de gestação da Universidade da Bahia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999. p. 35-63.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2008.
- ASPECTOS do pleito nesta capital. *A Tarde*, Salvador, 4 out. 1954. p. 1.

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA. Directoria da Associação Bahiana de Imprensa. *Acta da reunião realizada no dia 12 de setembro de 1930*. n. 1.

(UMA) ATITUDE. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1954. p. 1.

AUMENTA o peso do voto do analfabeto. *Jornal da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 2.

AVISO. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1912. p. 1.

AVISO: Pedro Lago. *Diário da Bahia*, Salvador, 4 jan. 1912. p. 1.

BAHIA. Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana: 1889/1991*. 2. ed. Salvador, 1997.

BAHIA. Assembléia Legislativa. *Deputados*. [200-]. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados.cfm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

BAHIA escolhe hoje novo governador. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990a. p. 5.

(A) BAHIA e o Ministério da Educação. *Diário de Notícias*, Salvador, 22 set. 1954. p. 5.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. *Governador*. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/governador/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. *Salvador: uma cidade baiana planejada em Lisboa*. Salvador, 2004. (Evolução urbana) Disponível em: <http://www.seplan.salvador.ba.gov.br/plano/anteced_topo.htm>. Acesso em 20 fev. 2009.

BALBINO e o P.T.B. *Diário da Bahia*, Salvador, 2 set. 1954, p.3.

(O) BANIMENTO da oligarquia Seabra. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1920. p. 1.

BAPTISTA, Ana Teresa. Um produto chamado candidato. *A Tarde*, Salvador, 5 set. 1990. cad. 2, p. 1.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: INTERCOM, 2005. p. 102-111.

BARRACA em Ondina. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

- BASTA de exploração. *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1954. p. 1.
- BELTRÃO, Luiz. *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no Jornal Diário*. São Paulo: F. Masucci, 1969. (Mass-Media, 1).
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1996. (Clássicos, 5).
- BIBLIOTECA expõe os livros danificados. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, p. 2.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Tradução Carmen C. Varriale et al. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993.
- BOICOTE na linha. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.
- BRAGA, Ivana. Há 14 anos à frente, na liderança entre jornais do Norte e Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 5.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Períodos legislativos da Primeira República: 1921-1923*. [200-] Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/senadores_periodos_historicos.asp?li=32&lf=32&lcab=1921-1923>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- BRAZIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1º de setembro de 1920: anexos: decretos, instruções e modelos das cadernetas e dos questionários para a execução do recenseamento. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

- CABOS eleitorais não poupam nem o domingo. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. p. 3.
- CALMON, Jorge. Oitenta anos da Academia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 44, p. 7-14, 2000.
- CALMON, Jorge. Oito razões (dentre muitas outras) para que exista curso de Jornalismo. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 145-157.
- CALMON, Pedro. *A vida de Simões Filho*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.
- CAMPOS, Ana Carolina Freire de. *A imprensa e a política na Bahia: um estudo comparado da cobertura das eleições/90 nos quatro jornais*. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.
- CANDIDATOS fazem qualquer negócio pela propaganda. *A Tarde*, Salvador, 18 set. 1990. p. 5.
- CANDIDATOS terão que retirar “outdoors” de locais proibidos. *A Tarde*, Salvador, 7 set. 1990. p. 8.
- (A) CANDIDATURA Balbino cinde o P.T.B. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954. p. 2.
- CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. *Anais da imprensa da Bahia: 1º centenário 1811-1911*. 2. ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.
- CARVALHO, Claudimário. *Ruas velozes: relatos sobre o automobilismo em Salvador (1950-1970)*. Salvador: Centro Universitário da Bahia-FIB, 2007.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Guaraci Adeodato A. de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 71-101.
- CARVALHO FILHO, Aloysio de. Jornalismo na Bahia, 1875-1960. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 53-73.
- CASADAS sofrem mais de neurose na Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 9 set. 1990. p. 10.
- (O) CASO da Bahia. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 2.

CASTOR, Elcy. Cresce a participação da mulher na luta eleitoral. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1990. p. 5.

CASTRO, José. 71 anos após o jornal, surgiu a FM estéreo. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 8.

(OS) CATÓLICOS não podem votar no Sr. Antonio Albino. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 out. 1954. p. 1.

CELESTINO, Mônica. *Cosme de Farias*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2006.

CEMITÉRIOS estão em situação deplorável. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

CENA de miséria explícita. *A Tarde*, Salvador, 4 set. 1990. p. 4.

CENSURA. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 6.

CERTA, insofismavelmente certa, a vitória do candidato da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 24 set. 1954. p. 1.

CEZAR, Nilson de Oliva. Confirmada a cisão do P.T.B. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 1.

CHAPARRO, Manuel Carlos. O jornalismo não vai ser reduzido a produto. *Boletim do Instituto Gutenberg*, n. 21, set. 1998. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/chapa21.html>>. Acesso em: 10 jan.2003.

CIÚMES bahianos. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954. p. 1.

(A) COALISÃO está perfeitamente definida nos seus objetivos. *O Estado da Bahia*, Salvador, 1 jul. 1946. p. 2.

COLIGAÇÃO de ACM discrimina mulher. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 4.

COM Balbino a Bahia terá progresso. *Diário de Notícias*, Salvador, 21 set. 1954. p. 8.

COMÉRCIO aos domingos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

COMISSÃO do TSE vem acompanhar trabalho do TRE. *Correio da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990. p. 2.

COMPETÊNCIA de ACM. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

COMPORTAMENTO da Justiça indigna o eleitor. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990. p. 3.

CONCLAMAÇÃO contra cenas de sexo na TV. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CONTRA barracas. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

CONVOCADO para a vanguarda da campanha. *A Tarde*, Salvador, 3 set. 1954. p. 2.

CORREGEDOR do TSE chega em missão de paz. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. p. 4.

CORREIO da Bahia, Salvador, 1º set. 1990. Cad. Aqui Salvador, p. 7.

CORROSIVO. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 3.

COUTINHO, Caio; FRANCO, Fábio; SILVEIRA, Leandro. Vanguarda: do palco para as ruas: uma história de estudantes. *A Tarde*, Salvador, 13 nov. 2007a. Caderno Dez!, p. 10-16.

COUTINHO, Caio; FRANCO, Fábio; SILVEIRA, Leandro. Vanguarda: reconstrução e quebra-quebra. *A Tarde*, Salvador, 20 nov. 2007b. Caderno Dez!, p. 10-16.

(A) CRISE do turismo. *Jornal da Bahia*, Salvador, 1 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DATAFOLHA indica segundo turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 1.

DEBATE agora só depende do TRE. *Correio da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. p. 3.

DECADÊNCIA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

(A) DECISÃO dos destinos da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 5.

DECRETO de Nilo favorece os amigos. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 2.

DESARTICULAÇÃO marca coligação PMDB/PSDB. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 4.

DESCRÊ das intenções do governo. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

(O) DEVER da verdade. *A Tarde*, Salvador, 6 set. 1954. p. 1.

(O) DEVER do sertão. *A Tarde*, Salvador, 18 dez. 1919. p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 8 nov. 1919.

DIAS, André Luís Mattedi. A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2009.

DINHEIROS da nação jorrando como água para encher parentes e amigos. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954. p. 1-4.

DIREITO à verdade. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 6.

(A) DITADURA voltou. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

DOIS governos estão atuando na prefeitura. *Correio da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. p. 2.

É A REVOLUÇÃO! *A Tarde*, Salvador, 21 fev. 1920. p. 1.

É A SUA sina! O Sr. Balbino já desagrada ao P.T.B. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.

É O ESTADO inteiro que luta, *A Tarde*, Salvador, 24 fev. 1920. p. 1.

E OS CAMELÔS? *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

EDUCAÇÃO caótica. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

ELEIÇÃO de governador. *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 jan. 1912. p. 2.

(A) ELEIÇÃO de intendente. *A Tarde*, Salvador, 25 out. 1919. p. 1.

(AS) ELEIÇÕES no Estado. *A Tarde*, Salvador, 5 out. 1954. p. 1.

ELEITOR salva a Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 1.

ELEITORES ignoram presença de Irujo. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 4.

ELEITORES têm até dia 2 para pegar o título. *Correio da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990, Caderno Votar, p. 2.

- ELEITOS em 1950 80% dos deputados que fizeram sua propaganda [...]. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 2.
- ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios*: 1: Estado, processo, opinião pública. Tradução Sérgio Benevides; Antônio Carlos dos Santos e João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Tradução Maria Luísa R. Ferreira. Lisboa: Ed. 70, [1999].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. v. 1.
- ENSINO particular. *Jornal da Bahia*, Salvador, 1 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- (O) ENSINO público fora da política. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- ENTREGUISMO. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- ENTUSIASMO para o primeiro voto. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 set. 1990. p. 3.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- (OS) ESCRAVOS do ideal. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1954. p. 1.
- (UMA) ESPEDIÇÃO de cafagestes. *A Tarde*, Salvador, 28 nov. 1919. p. 1.
- ESTÃO perdoados. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 set. 1954. p. 8.
- ESTATUTO prevê criação de abrigos para menores. *A Tarde*, Salvador, 9 set. 1990. p. 2.
- ESTOURAM as sujeiras do PT.B. baiano. *A Tarde*, Salvador, 2 set. 1954. p. 2.
- ESTRADAS beneficiam Coelho. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. p. 2.
- (O) EX-MINISTRO Antonio Balbino negou auxílio aos tuberculosos da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 2 out. 1954. p. 3.
- FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar: história do Jornal da Bahia*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FARIA, Vilmar E. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 23-40.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA URBANA, 1., 1990, Salvador, BA. Cidade & história: modernização das cidades brasileiras no século XIX e XX. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1992. p. 53-68.

FONSECA FILHO, José. Vexame nacional. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1954. Coluna Brasília, p. 9.

FORÇA da mídia eletrônica ajuda a sucessão na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. p. 8.

(A) FRAUDE de ontem. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919. p. 1.

(A) FRAUDE no peso do pão. *A Tarde*, Salvador, 15 set. 1919. p. 1.

(OS) FUIROS no caixa. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1919. p. 1.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia: 175 anos: trajetória e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

GETÚLIO Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/getulio_vargas>. Acesso em: 20 fev. 2009.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, Thiago. Quando o Nordeste ganhou a Bienal. *Infociência*, Salvador, n. 15, p. 8, jun. 2006.

GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.

GOVERNADOR contempla afilhados políticos com trem da alegria. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 1.

GOVERNADOR eleito garante colocar a Bahia nos eixos. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 out. 1990. p. 1.

GOVERNADOR pede intervenção no TRE da Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 1.

GOVERNO ajuda os seus candidatos com cestas. *Correio da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. Caderno Votar, p. 1.

GOVERNO do Estado. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 3.

GUSMÃO, Marcus. Eleições reduzem número de baianos descamisados. *A Tarde*, Salvador, 24 set. 1990a. p. 3.

GUSMÃO, Marcus. Primeiro voto não chega a entusiasmar. *A Tarde*, Salvador, 29 set. 1990b. p. 5.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Ciências Sociais).

(A) HISTÓRIA de uma articulação. *Correio da Bahia*, Salvador, 13 out. 1990. p. 2.

HOJE a verdade vai ser notícia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 5.

HOMOLOGADA pela U.D.N. a candidatura a prefeito. *Diário de Notícias*, Salvador, 22 ago. 1954. p. 8.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. Contém arquivos em excel com informações extraídas de volumes dos Anuário Estatístico do Brasil e das Estatísticas Históricas do Brasil. [200-]. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

IBOPE confirma: ACM é eleito governador hoje. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 1.

IMAGENS do povo alegrem campanha. *Correio da Bahia*, Salvador, 3 out. 1990. p. 4-5.

IMPARCIAL. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

IMPROVISACÃO é arma do baiano contra arrocho. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, p. 4.

(AS) IRREGULARIDADES da eleição na capital. *A Tarde*, Salvador, 4 out. 1954. p. 2.

ITAPOAN acusada de manipular horário eleitoral. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 3.

- JÁ vitoriosa a candidatura Simões Filho ao Senado Federal. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954. p. 1.
- JOACI quer término do preconceito aos negros. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990. p. 3.
- JOÃO Goulart. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- JOÃO Mangabeira. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [200-]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_mangabeira>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Org.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. v. 2/3.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Global Ed., 1984. (Passado & presente, 1).
- JORNALISMO. *Jornal da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- JORNALISTAS protestam contra TRE. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 3.
- JOSAPHAT vencerá disparado. *Correio da Bahia*, Salvador, 2 out. 1990. p. 1.
- JUNOT Silveira. *Jornal da Poesia*, Fortaleza, 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/ljsilveira.html#nota>>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- JUSTIÇA ajuda ACM outra vez. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. p. 3.
- JUSTIÇA engaveta 176 ações contra carlistas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990. p. 1.
- JUSTIÇA tira propaganda do governo do ar. *Correio da Bahia*, Salvador, 26 set. 1990. p. 2.
- JUVENTUDE do PDT leva apoio. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. p. 3.
- KUNCZIC, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação*. Tradução Rafael Varela Júnior. São Paulo: Edusp, 1997.
- KURZ, Robert. *A intelligentsia depois da luta de classes: da desconceitualização à desacademização da teoria*. 1992. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz38.htm>>. Acesso em: 7 out. 2006.

LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Ponta Grossa. *Anais...* Londrina, PR: UEL, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art27.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2006.

LEAL, Geraldo da Costa. *Salvador dos contos, cantos e encantos*. Salvador: [s.n.], 2000.

(A) LEI que nomeia intendentes é inconstitucional. *A Tarde*, Salvador, 30 out. 1919. p. 1.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia: 1870-1920*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEÓN, Adriano de. Sujeitos errantes: a emergência da sociologia histórica. *Política & trabalho*, João Pessoa, v. 16, p. 65-72, set. 2000.

(O) LIBERTADOR informa que Simões não é seu candidato. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954. p. 8.

LÍDICE pode ser vice de Roberto. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 out. 1990. p. 1.

(A) LIGA Eleitoral Católica condenou a candidatura Balbino. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 2.

LOPO, Jânio. A Bahia não tem mais medo de ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990a. p. 7.

LOPO, Jânio. Vamos ao segundo turno com certeza. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990b. p. 5.

LYOTARD, Jean-François. *La condición postmoderna: informe sobre el saber*. 2. ed. Traducción Mariano Antolín Rato. Madri: Cátedra, 1986.

MÃE de Juca Valente quer reabrir processo. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. p. 3.

MAIS tropa para pacificar os sertões...‘em paz’. *A Tarde*, Salvador, 12 mar. 1920. p. 1.

MAIS um embuste desmascarado. *Diário de Notícias*, Salvador, 4 set. 1954. p. 8.

MALVADEZA volta a atacar aliado. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 16 set. 1990. p. 3.

MANIFESTO à Bahia. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.

(UM) MANIFESTO popular em favor da candidatura majoritária. *Diário de Notícias*, Salvador, 1 out. 1954. p. 8.

- MANIPULAÇÃO de entrevista gera processo contra ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. p. 4.
- MANOEL, Luiz. No sertão, o voto serve como mercadoria valiosa. *A Tarde*, Salvador, 29 set. 1990. p. 5.
- MANUAL de redação do jornal *Tribuna da Bahia*. Salvador, 1968. Mimeografado.
- MARCHA a Bahia para a vitória final do Sr. Pedro Calmon. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 set. 1954. p. 1.
- (À) MARGEM de uma bandalheira. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919. p. 1.
- MARQUES, Chico. As mil faces do palavrão. *A Tarde*, 21 nov. 1970. p. 21.
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *Imprensa e cidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. (Paradidáticos).
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo: o Estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil: 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-87, jun. 1987.
- MARTYRIOS ignorados. *A Tarde*, Salvador, 19 nov. 1912. p. 2.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. Tradução Frank Müller. São Paulo: M. Claret, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história: 1950-2000*. Salvador: PAS: Ianamá, 2000.
- MEDINA, Cremilda de A. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em comunicação, 24).

MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003a. (Comunicação, 27).

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003b.

MENEZES, Ana Cláudia; FRANÇA, Jacqueline; SANTANA, Verena. *Radiodocumentário: Diretas Já com vatapá*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2008.

MENTIRAS de direita. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

MERGULHO de simbolismos. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990. p. 4.

MILTON Santos (1934-2001): biografia resumida. [200-]. Disponível em: <http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Educacao/MiltonSantos.htm>. Acesso em: 20 fev. 2009.

MÍNIMO de setembro fixado em Cr\$ 6.056,31. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1990. p. 10.

MINISTRO do TSE isenta o TRE baiano. *Correio da Bahia*, Salvador, 15 set. 1990. p. 2.

MISS mundo. *A Tarde*, Salvador, 21 nov. 1970. p. 1.

MORAES, Walfrido. *Simões Filho: o jornalista de combate e o tribuna das multidões*. Salvador: W. Moraes, 1997.

MOURA, Marjorie. Campanhas deixaram na memória a energia e o brilho do fundador. *A Tarde*, Salvador, 15 out. 2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p. 4.

MOURA, Milton. Um mapa político do carnaval: reflexão a partir do caso de Salvador. *Orbis: ciência - cultura - humanidades*, Salvador, n. 4, set. 2002. Disponível em: <<http://www.orbis.ufba.br/artigo10.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

(O) MOVIMENTO literário na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 20 set. 1919. p. 1.

(AS) MULHERES querem governar. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990. p. 5.

NA hora do voto, ACM tem consagração popular. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 3.

(A) NAÇÃO em peso protesta contra a intervenção. *A Tarde*, Salvador, 9 mar. 1920. p. 1.

- NÃO aceita crítica de forasteiros. *A Tarde*, Salvador, 10 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- NÃO há 2º turno na Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 8 out. 1990. p. 1.
- NÃO quer pertencer à ‘Cafajestada imunda’. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.
- NICARÁGUA. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.
- NILO chama ACM de ladrão, sádico e cínico. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. p. 3.
- NILO Coelho usa o governo para ajudar o PMDB. *Correio da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. p. 2.
- NILO vai falar. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990. p. 5.
- NOMEAÇÕES ilegais e escandalosas feitas pelo governador. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 set. 1954. p. 8.
- NOVA, Luiz; FERNANDES, Taiane. *Mais definições em trânsito: baianidade*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, [200-]. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/BAIANIDADE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- NOVA representação do PFL contra TVs. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 4.
- (O) NOVO Dom Quixote. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 2.
- (O) NOVO itinerário da caravana da Bahia pelo interior. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954. p. 1.
- OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo científico*. São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- (A) ONDA da reação cresce e domina. *A Tarde*, Salvador, 19 fev. 1920. p. 1.
- (A) ONDA do analfabetismo que engrossa. *A Tarde*, Salvador, 6 nov. 1919. p. 1.
- (A) ORGIA eleitoral. *A Tarde*, Salvador, 10 nov. 1919. p. 1.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985. (Novas buscas em comunicação, 3).
- OUTDOORS de campanha vão ser retirados. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 3.

OUTDOORS nas ruas desagradam juizes do TSE. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 set.1990, p. 2.

PACHECO, Laíza. Reflexos da ditadura militar atingem cientistas da Bahia. *Jornal Infociência*, Salvador, n. 22, p. 8, jul. 2008.

PAGANOTTO, Waldir. O pensamento libertário no Brasil: o inimigo do rei. In: BATISTA, Carlos J. B.; NUNES, Eliene (Org.). *O inimigo do rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. p. 13-17.

PALANQUE na TV. *A Tarde*, Salvador, 9 set.1990a. p. 8.

PALANQUE na TV. *A Tarde*. Salvador, 25 set. 1990b. p. 8.

PARA governador Balbino: um homem de bem para o bem da Bahia. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 out. 1954. p. 1.

PARÓDIA vai a julgamento. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 2.

PAROLA, Lulú. Cantando e rindo. *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 jan. 1912. p. 1.

PARTIDOS pedem intervenção no TRE baiano. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990. p. 3.

PARTIDOS querem suspeição contra presidente do TRE. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990. p. 8.

PÉ de maracutaia de ACM só dá galho. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 set. 1990. p. 9.

PEDRO Calmon e os trabalhadores. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.

PESQUISA arrasa com Nilo. *Correio da Bahia*, Salvador, 18 set. 1990. p. 1.

PESQUISAS ampliam vantagem do PFL. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 out. 1990. p. 1.

PESQUISAS duvidosas. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

(A) PESTE avassalla a cidade: salve-se quem puder! É o recurso dos vencidos. *A Tarde*, Salvador, 4 nov. 1919. p. 1.

PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 3, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003>. Acesso em: 15 jan. 2009.

PINTO, Roque. A invenção da baianidade recente: identidade, política e turismo no contexto soteropolitano. *Cadernos do Cedoc*, Ilhéus, n. 6, p. 9-25, 2006.

PLEITO governamental. *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 jan. 1912. p. 2.

(O) PLEITO municipal: a chapa do Conselho apoiada pela oposição. *A Tarde*, Salvador, 21 out. 1919. p. 1.

(O) PLEITO municipal será disputado pela oposição. *A Tarde*, Salvador, 14 out. 1919. p. 1.

PODE ser feita a eleição. *A Tarde*, Salvador, 24 out. 1919. p. 1.

POLÍCIA executa mais um da gang de 'Pintinho'. *Correio da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 5.

POLÍTICOS articulam denúncia ao TSE. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 3.

POLUIÇÃO da Pituba. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

POLUIÇÃO na Lapa. *Jornal da Bahia*, Salvador, 20 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

(O) POLVO municipal. *A Tarde*, Salvador, 30 set. 1919. p. 1.

PONTES, Heloísa André. Por uma sociologia do mundo intelectual. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 112-126, 1991.

POSIÇÃO honrosa. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 1.

PREFEITO x Porcolino. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

PREJUÍZOS da greve. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

PREOCUPAÇÃO com homossexuais e drogrados é meta de Ipojuca. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 set. 1990. p. 3.

PRESIDENTE da República suicidou-se com um tiro no coração. *A Tarde*, Salvador, 24 ago. 1954. p. 1.

PRIORIDADE total para educação. *Correio da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. p. 3.

(O) PRONUNCIAMENTO soberano do povo: Pedro Calmon: 2447: Antonio Balbino: 5061. *Diário da Bahia*, Salvador, 5 out. 1954. p. 1.

PROPAGANDA eleitoral. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

- PROTESTO contra ofensas ao Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- (O) PSD não apresentará candidato próprio à Prefeitura Municipal. *Diário da Bahia*, Salvador, 4 set. 1954. p. 1.
- QUEBRA-partidos. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954. p. 1.
- QUEM vai pagar a conta? *Jornal da Bahia*, Salvador, 1 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- RAIO laser. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 2.
- (A) REACÇÃO libertadora do Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 5 mar. 1920. p. 1.
- RECESSÃO e desemprego na Bahia durante 1º semestre. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1990. p. 2.
- REDE BAHIA. *A história da Rede Bahia*. Salvador, [200-]. Disponível em: <<http://www.redebahia.com.br/redebahia/timeline/pop.html>>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- REI da sucata. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana: 1888-1937*. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- REIS, Palhares Moreira. Eleições diretas e indiretas no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, Ano 34, n. 136, p. 115-130, out./dez. 1997. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/298/r136-11.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 23 mar. 1999.
- (O) RÉPTO vale por desafio. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 1.
- RESPEITO à Bahia. *Diário de Notícias*, Salvador, 16 set. 1954. p. 8.
- RETIRADA honrosa para a candidatura Balbino. *A Tarde*, Salvador, 1 set. 1954. p. 2.
- A REVOLUÇÃO triunfante. *A Tarde*, Salvador, 23 fev. 1920. p. 1.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2.

- RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- ROBERTO e Joaci levam 30 mil à praça. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 3 set. 1990. p. 1.
- ROBERTO festeja passagem para o 2º turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 out. 1990. p. 3.
- ROBERTO já articula aliança para disputar segundo turno. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 out. 1990. p. 1.
- ROBERTO sobe e ACM cai no Vox Populi. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 set. 1990. p. 3.
- ROBERTO visita 25 cidades em cinco dias. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 9 set. 1990. p. 3.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- RUA consta como asfaltada, mas só tem buracos. *A Tarde*, Salvador, 14 set. 1990. Coluna Espaço do Leitor, p. 4.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. ACM: poder, mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2001, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Fragmentos da cultura na Bahia nos anos 50/60. In: _____ (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999a. p. 65-72.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo. *Textos de cultura e comunicação*, Salvador, n. 40, p. 7-25, 1999b.
- RUINAS de um Estado. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 jan. 1919. p. 1.
- RUY Barbosa louva ao candidato Simões Filho o serviço ao regímen e á Bahia. *A Tarde*, Salvador, 27 out. 1919. p. 1.
- SÁ, Alcindo José de. Teodoro Sampaio: mais do que denominação de ruas ou cidades, um geógrafo por excelência. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/S%C1,%20Alcindo%20Jos%E9%20de.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- SALA é usada como cassino e motel no Severino. *Correio da Bahia*, Salvador 5 set. 1990, Caderno Aqui Salvador, p. 2.

SALÁRIO faz Barbabé voltar às quitandas. *A Tarde*, Salvador, 10 set.1990, Coluna Espaço do Leitor, p. 4.

SALVAR a Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set.1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 4.

SALVEMOS o município. *A Tarde*, Salvador, 7 nov. 1919. p. 1.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política da acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.

SAMPAIO, Heliodório. Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: ANPUR, 1992. p. 159-167.

(A) SANGUEIRA da Barra do Mendes. *A Tarde*, Salvador, 6 out. 1919. p. 1.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Os discursos intelectuais afro-brasileiros num contexto de disputa racial na Bahia - 1889/1937*. Salvador, 2001. Disponível em: <www.seara.uneb.br/sumario/professores/flaviogoncalves.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1985.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A república do povo: sobrevivência e tensão - Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SANTOS, Uíara Nana Rodrigues dos. *O suicídio de Getúlio Vargas na imprensa da Bahia: análise de conteúdo do A Tarde e do Diário de Notícias, os dois jornais de maior circulação no Estado em 1954*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2008.

SATANAZ pregando quaresma. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 set. 1954, p. 1.

SE o fusca de Antonio Carlos falasse. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 23 set. 1990, p. 7.

(A) SÉ vae a baixo. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1919. p. 1.

SEGURANÇAS de ACM espancam diretor de asilo dos pobres. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 set.1990, p. 4.

(O) SR. Seabra e os telegraphos: uma causa em Fallencia. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 jan. 1912. p. 1.

SILVEIRA, Junot. A primeira turma de jornalismo. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (Org.). *UFBA: trajetória de uma universidade: 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia: (memória, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicadas n'A Tarde e outros, de 1994/1996)*. Salvador: EGBA, 1999.

SIMÕES Filho aceita a candidatura ao Senado. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1954, p. 1.

SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 41-69.

SMITH, Anthony. Prefácio. In: SOLÉ, Carlota. *Modernidad y modernización*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial, 1998. p. vii-xxi.

SOCORRA-NOS: o governo federal conta a varíola. *A Tarde*, Salvador, 21 out. 1919. p. 1.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLÉ, Carlota. *Modernidad y modernización*. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial, 1998.

S.O.S Pernambués. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 set.1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

SOUZA, Maria Augusta Lima de. *As eleições de 1986 na Bahia e o novo caminho das campanhas eleitorais no Brasil*. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_epp-maria.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

SPANNENBERG, Ana Cristina M. *A construção do leitor no jornal impresso: estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SPANNENBERG, Ana Cristina M. *Quatro décadas de reportagem nos jornais diários de Passo Fundo*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade de Passo Fundo, RGS, 1999.

STEFANES, Luiz. Em época de eleição, as noites são dos coladores. *A Tarde*, Salvador, 8 set.1990, p. 5.

SUA sugestão pode virar lei. *A Tarde*, Salvador, 30 set.1990, p. 7.

SUBSERVIÊNCIA do TRE a ACM ofende os baianos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 6 set.1990, p.1.

- (A) SUCESSÃO governamental. *A Tarde*, Salvador, 18 out. 1919. p. 1.
- SUJEIRA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 20 set.1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- SUJEIRA nos vales. *Jornal da Bahia*, Salvador, 25 set.1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- (O) SUPREMO tribunal vale decidir da eleição de intendente. *A Tarde*, Salvador, 29 out. 1919. p. 1.
- (A) TARDE. *A Tarde*, Salvador, 24 ago. 1954. p. 4. Comunicado do jornal.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- TAVARES, Odorico (1912-1980): biografia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural: artes visuais. 2007. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5352&cd_idioma=28555&cd_item=1>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- TÁXIS. *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- TEATRINHO político. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 set. 1954. p. 1.
- TEIXEIRA, Jerônimo. O liquidificador de acarajés: tropicalismo e indústria cultural. In: MALTZ, Bina F.; SILVA NETO, Jerônimo Teixeira; FERREIRA, Sérgio L. P. *Antropofagia e tropicalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- TEIXEIRA, Tattiana G. Modernismo e modernidade na Universidade da Bahia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Coord.). *A ousadia da criação: universidade e cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 1999a. p. 73-88.
- TEIXEIRA, Tattiana G. A política da emoção: o horário eleitoral gratuito como território de caça. *Textos de cultura e comunicação*, Salvador, n. 40, p. 141-157, 1999b.
- (A) TERRA do já teve. *Jornal da Bahia*, Salvador, 5 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 3. ed. Tradução Elia Ferreira Edell. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 2.

(OS) TRATADOS de paz com o Sertão. *A Tarde*, Salvador, 5 abr. 1920. p. 1.

TRE dá vitória a ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 17 out. 1990. p. 1.

TRE exige a retirada de outdoors. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 2.

TRE oficializa vitória de ACM. *Correio da Bahia*, Salvador, 17 out. 1990. p. 1.

TRE parcial. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 set. 1990. Coluna Bate Papo com o Leitor, p. 6.

TRE proíbe apresentação de bonecos no horário gratuito. *A Tarde*, 14 set. 1990. p. 7.

TRE proíbe ‘bonecos’ na TV. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1990. p. 2.

TRE rebate as acusações que vem recebendo. *Correio da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 4.

TRE transforma horário gratuito na televisão em palanque de ACM. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. p. 1.

TRE usa rádio e televisão para responder a candidatos. *A Tarde*, Salvador, 11 set. 1990. p. 8.

TRIBUNAL dá mais tempo do PMDB/PSDB a A. Carlos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 set. 1990. p. 3.

TRIOLET de um Balbino. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 3.

TRISTE realidade. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. Caderno Cidade, Coluna Sr. Redator, p. 6.

TSE manda investigar parcialidade do TRE. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 set. 1990. p. 3.

TSE quer observar de perto o nível da campanha na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 1990. p. 7.

TSE suspende programa eleitoral gratuito da Bahia por 48 horas. *A Tarde*, Salvador, 22 set. 1990. p. 8.

TUBERCOLOSE atinge 110 mil a cada ano. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 3.

TUCANO: investimentos combatem efeitos da seca. *Correio da Bahia*, Salvador, 1 set. 1990. p. 4-5.

TV Aratu aciona justiça contra liminar de juiz. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. p. 3.

- TV Bahia denunciada na justiça outra vez. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. p. 3.
- TV Bahia forçada a veicular governo. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 27 set. 1990. p. 3.
- TV Itapoan é acusada de nova manipulação. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 set. 1990. p. 4.
- (O) ULTIMO acto da comédia. *A Tarde*, Salvador, 30 mar. 1920. p. 1.
- VAE abrir-se a luta da sucessão. *A Tarde*, Salvador, 9 out. 1919. p. 1.
- VARIAÇÃO de preços em uma semana. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1990. p. 2.
- (A) VARIOLA: é o maior flagello para o povo da Bahia, na actualidade. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1919, p. 1.
- VEIGA, Cláudio. *Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- VEIGA, Cláudio. O fundador. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 44, p. 15-23, 2000.
- VENCEDORES denunciam o ‘choro dos derrotados’. *Correio da Bahia*, Salvador, 9 out. 1990. p. 3.
- VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia de 1850*. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1999.
- VERÓN, Eliséo. *Espacios publicos en imágenes*. Traducción Julián Gorodischer. [199-] Disponível em: <<http://www.fba.unlp.edu.ar/medios/textos/Ver%C3%B3n-Espacios-publicos-en-Imagenes.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2003.
- VEVÉ repudia o uso indevido de jingle. *Correio da Bahia*, Salvador, 4 set. 1990. p. 2.
- (A) VIAGEM do apóstolo á terra natal. *A Tarde*, Salvador, 14 nov. 1919. p. 1.
- VIANA FILHO, Luiz. Alguns aspectos do jornalismo baiano. In: TAVARES, Luiz Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 101-120.
- (A) VICTORIOSA rebelião sertaneja. *A Tarde*, Salvador, 18 fev.1920. p. 1.
- VILELA, Gileide et al. *Os baianos que rugem: a imprensa alternativa na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- VINGANÇA! Vingança! *Diário da Bahia*, Salvador, 1 set. 1954. p. 3.
- VIOLÊNCIA urbana. *Correio da Bahia*, Salvador, 7 set. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 5.

(A) VITÓRIA da Bahia, *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.

VITÓRIA de Balbino ou de Calmon? *Diário de Notícias*, Salvador, 2 out. 1954. p. 1.

VIVA o sertão bahiano! *A Tarde*, Salvador, 25 fev. 1920. p. 1.

VONTADE de vencer. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 out. 1990. Caderno Aqui Salvador, p. 2.

WAMBIER, Telmo. Criação de municípios é um escândalo eleitoreiro. *A Tarde*, Salvador, 9 out. 1990. p. 8.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Leitura e crítica).

